

Síntese Anual da Agricultura de Santa Catarina

- **Infra-estrutura**
- **Potencialidades**
- **Desempenho**
- **Perspectivas**

1982

INSTITUTO CEPA/SC - BIBLIOTECA

**ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DA AGRICULTURA E DO ABASTECIMENTO
COMISSÃO ESTADUAL DE PLANEJAMENTO AGRÍCOLA – CEPA/SC**

**Síntese Anual
da
Agricultura
de
Santa Catarina – 1982**

**FLORIANÓPOLIS
1982**

É permitida a reprodução total ou parcial deste trabalho desde que citada a fonte.

Comissão Estadual de Planejamento Agrícola,
Florianópolis, SC.

Síntese anual da agricultura de Santa Catarina - 1982. Florianópolis, 1982.

330 p.

1.Agricultura - Santa Catarina. I.Título.

CDU 631(816.4)

SÍNTESE ANUAL DA AGRICULTURA DE SANTA CATARINA - 1982

ELABORAÇÃO:

Econ. Luiz Marcelino Vieira - **COORDENADOR**

Engº Agrº Cesar Augusto F. Silva

Engº Agrº Guido Boeing

Engº Agrº Ingo Jordan

Engº Agrº José Carlos Madruga da Silva

Méd. Vet. José Eláudio Della Giustina

Engº Agrº José Maria Paul

Engº Agrº Júlio Alberto Rodigheri

Méd. Vet. Jurandi Soares Machado

Engº Agrº Luiz Toresan

Engº Agrº Osmar Alcides da Conceição

Engº Agrº Roberto Luiz Colaço

Engº Agrº Simão Brugnago Neto

PARTICIPAÇÃO (Bolsistas - convênio CEPA/SC-UFSC)

Antônio dos Santos Amaral

Carlos Eduardo Arns

Luiz Carlos de Carvalho Júnior

Tabajara Marcondes

Tânia Regina Ferreira

Walmir Reus

Ministro da Agricultura
ÂNGELO AMAURY STABILE

Secretário Geral do Ministério da Agricultura
JOSÉ UBIRAJARA COELHO DE SOUZA TIMM

Governador do Estado de Santa Catarina
JORGE KONDER BORNHAUSEN

Secretário da Agricultura e do Abastecimento de Santa Catarina
SÉRGIO MARTINHO NERBASS

COMISSÃO ESTADUAL DE PLANEJAMENTO AGRÍCOLA DE SANTA CATARINA - CEPA/SC

COORDENADOR GERAL
Walter Antonio Casagrande

COORDENADOR TÉCNICO
Hugo Gustavo Hädrich

EQUIPE TÉCNICA

Engº Agrº Cesar Augusto Freyesleben Silva

Engº Agrº Guido Boeing

Engº Agrº Ingo Jordan

Econ. Jesiel de Marco Gomes

Engº Agrº José Carlos Madruga da Silva

Méd. Vet. José Eláudio Della Giustina

Engº Agrº José Maria Paul

Engº Agrº Júlio Alberto Rodigheri

Méd. Vet. Jurandi Soares Machado

Econ. Luiz Marcelino Vieira

Engº Agrº Luiz Toresan

Engº Agrº Osmar Alcides da Conceição

Engº Agrº Roberto Luiz Colaço

Engº Agrº Simão Brugnago Neto

EQUIPE DE APOIO

Econ. Custódio Horácio da Silveira

Bibl. Telmelita Maria Senna

Bibl. Édina Nami Regis

Janice Maria Waintuch

João Manoel Anderson

Jocenir Miriam Cardoso de Souza

Manoel de Aguiar Pereira

Paulo César da Silva

Ricardo Jesus de Souza

Sidaura Lessa

Terezinha Maria Pamplona

Vanildo Antônio Furtado

APRESENTAÇÃO

Dentro do amplo leque de atribuições que cabe à Secretaria da Agricultura e do Abastecimento no contexto do setor público agrícola estadual, são atribuídas à Comissão Estadual de Planejamento Agrícola - CEPA/SC as atividades relacionadas com as áreas de economia rural, informação e análise estatística e planejamento agrícola.

Dando cumprimento a essa diretriz, a CEPA/SC está lançando a 6ª edição atualizada da SÍNTESE ANUAL DA AGRICULTURA DE SANTA CATARINA. Cumpro dessa forma, com satisfação, a tarefa de fazer a apresentação desse documento, esperando que venha atender à sua principal finalidade, qual seja, a de subsidiar a ação governamental e a iniciativa privada no intuito de promover o desenvolvimento sócio - econômico e tecnológico do setor rural catarinense .

Devo, também, nesta oportunidade, agradecer a colaboração prestada por todos os órgãos e entidades ligadas ao setor, na elaboração desse trabalho, sem a qual seria inviável a sua efetivação.

Florianópolis, fevereiro de 1982.

SÉRGIO MARTINHO NERBASS
Secretário da Agricultura e do
Abastecimento de Santa Catarina

SUMÁRIO

	P.
I - ASPECTOS GERAIS DO SETOR AGRÍCOLA	23
1. CARACTERIZAÇÃO SINTÉTICA DA AGRICULTURA	25
2. RECURSOS NATURAIS	31
3. ESTRUTURA FUNDIÁRIA	35
4. POPULAÇÃO E EMPREGO	41
5. ELETRIFICAÇÃO RURAL	49
6. ARMAZENAMENTO	51
7. CRÉDITO AGRÍCOLA	56
8. INSUMOS E MÁQUINAS AGRÍCOLAS	74
9. EVOLUÇÃO RECENTE DA AGRICULTURA DE SANTA CATARINA.	79
10. BALANÇO DE OFERTA E DEMANDA DE PRODUTOS AGROPECUÁ- RIOS	101
11. EXPORTAÇÃO INTERNACIONAL DE PRODUTOS AGRÍCOLAS ...	104
12. VALOR BRUTO DA PRODUÇÃO AGROPECUÁRIA	108
13. RENDA INTERNA	127
II - DESEMPENHO E PERSPECTIVAS DO SETOR	133
1. REFLEXOS DAS PRINCIPAIS POLÍTICAS AGRÍCOLAS	135
2. DESEMPENHO DA EXPLORAÇÃO VEGETAL	150
2.1. Alho	150
2.2. Arroz	159
2.3. Banana	171
2.4. Batata-inglesa	176
2.5. Cana-de-açúcar	183
2.6. Cebola	187
2.7. Feijão	196
2.8. Fumo em folha	205
2.9. Maçã	209
2.10. Mandioca	217
2.11. Milho	225
2.12. Soja	234
2.13. Tomate	243
2.14. Trigo	248
2.15. Uva	255

3. DESEMPENHO DA EXPLORAÇÃO ANIMAL	259
3.1. Avicultura	259
3.2. Bovinos de corte	278
3.3. Bovinos de leite	288
3.4. Mel de abelha	296
3.5. Pescado	299
3.6. Suínos	307
III - FONTES CONSULTADAS	325

LISTA DE GRÁFICOS

	P.
1. Montante de crédito (total, lavoura e pecuária) concedido a produtores e cooperativas, Santa Catarina, 1975-80 (a preços de 1981)	66
2. Montante de crédito concedido para produtores e cooperativas para a atividade de lavoura, Santa Catarina, 1975-80 (a preços de 1981)	67
3. Número de contratos (total, pecuária e lavoura) liberados a produtores e cooperativas, Santa Catarina, 1975-80	68
4. Montante total de crédito concedido a produtores e cooperativas para a atividade da pecuária, Santa Catarina, 1975-80 (a preços de 1981)	69
5. Número de contratos liberados para a atividade de lavouras a produtores e cooperativas, Santa Catarina, 1975-80	70
6. Número de contratos liberados para a atividade de pecuária a produtores e cooperativas, Santa Catarina, 1975-80	71
7. Valor médio dos contratos de crédito agrícola concedido a produtores e cooperativas para a atividade de lavoura, Santa Catarina, 1975-80 (a preços de 1981)	72
8. Valor médio dos contratos de crédito agrícola concedido a produtores e cooperativas para a atividade de pecuária, Santa Catarina, 1975-80 (a preços de 1981) ...	73
9. Evolução da renda interna, por setor, Santa Catarina, 1975-80 (a preços de 1981)	132
10. Índice de crescimento dos preços mínimos reais e dos preços médios reais recebidos pelo produtor pelo arroz, Santa Catarina, 1971/72-1980/81 (1971=100)	145
11. Índice de crescimento dos preços mínimos reais e dos preços médios reais recebidos pelo produtor pelo feijão, Santa Catarina, 1971/72-1980/81 (1971=100)	146

12. Índice de crescimento dos preços mínimos reais e dos preços médios reais recebidos pelo produtor pela raiz de mandioca, Santa Catarina, 1971/72-1980/81 (1971=100)	147
13. Índice de crescimento dos preços mínimos reais e dos preços médios reais recebidos pelo produtor pelo milho, Santa Catarina, 1971/72-1980/81 (1971=100).....	148
14. Índice de crescimento dos preços mínimos reais e dos preços médios reais recebidos pelo produtor pela soja, Santa Catarina, 1971/72-1980/81 (1971=100)	149
15. Evolução dos preços praticados no atacado para a carne de frango, Santa Catarina, jan/80 a nov/81 (a preços de nov/81)	274
16. Evolução dos preços recebidos pelos produtores de ovos vermelhos, SC, fev/80 - nov/81 (a preços de nov/81) ..	275
17. Evolução dos preços recebidos pelos produtores de ovos brancos, SC, jan/80 - nov/81 (a preços de nov/81)	276
18. Evolução dos preços recebidos pelos produtores de frangos de corte, SC, jan/80 - nov/81 (a preços de nov/81)	277
19. Preços no varejo da carne bovina, da carne suína e da carne de frango praticados no mercado da Grande Florianópolis, SC, jan/80 - out/81 (a preços correntes)	286
20. Evolução dos preços recebidos pelos produtores de bovinos para abate, Santa Catarina, jan/80 - nov/81 (a preços de nov/81)	287
21. Evolução dos preços recebidos pelos suinocultores, SC, jan/80 - nov/81 (a preços de nov/81)	314
22. Preços reais recebidos pelos suinocultores nos Estados de SC, PR e RS, jan/80 - nov/81 (a preços de 1981) ...	315
23. Preços nominais no varejo (São Paulo) para as carnes de aves, bovina e suína, banha e de óleo de soja e preços nominais (região Sul) dos suínos vivos	316
24. Relação do índice de preços do suíno e preços do milho, SC, PR e RS, jan/80 - nov/81	317

LISTA DE MAPAS

	P.
1. Participação das MRHs na produção de alho em Santa Catarina, 1980/81	158
2. Participação das MRHs na produção de arroz irrigado em Santa Catarina, 1980/81	169
3. Participação das MRHs na produção de arroz sequeiro em Santa Catarina, 1980/81	170
4. Participação das MRHs na produção de banana em Santa Catarina, 1980/81	175
5. Participação das MRHs na produção de batata inglesa em Santa Catarina, 1980/81	182
6. Participação das MRHs na produção de cana-de-açúcar em Santa Catarina, 1980/81	186
7. Participação das MRHs na produção de cebola em Santa Catarina, 1980/81	195
8. Participação das MRHs na produção de feijão em Santa Catarina, 1980/81	204
9. Participação das MRHs na produção de fumo em Santa Catarina, 1980/81	208
10. Participação das MRHs na produção de maçã em Santa Catarina, 1980/81	216
11. Participação das MRHs na produção de mandioca em Santa Catarina, 1980/81	224
12. Participação das MRHs na produção de milho em Santa Catarina, 1980/81	233
13. Participação das MRHs na produção de soja em Santa Catarina, 1980/81	242
14. Participação das MRHs na produção de tomate em Santa Catarina, 1980/81	247
15. Participação das MRHs na produção de trigo em Santa Catarina, 1980/81	254

16. Participação das MRHs na composição do rebanho a- vícola em Santa Catarina, 1981	273
17. Participação das MRHs na composição do rebanho bo- vino em Santa Catarina, 1981	285
18. Participação das MRHs na composição do rebanho suí- no em Santa Catarina, 1981	313

LISTA DE TABELAS

	p.
1. Utilização das terras de Santa Catarina, segundo as classes de áreas, 1972	37
2. Utilização das terras de Santa Catarina, segundo as classes de áreas, 1978	38
3. Evolução das terras em Santa Catarina, por estrato de área, segundo os dados recadastrados em 1972 e 1978..	39
4. Número de estabelecimentos agrícolas em Santa Catarina, por MRH, na data dos censos	40
5. População de Santa Catarina, por MRH, 1980	45
6. Taxa anual de crescimento da população urbana, rural e total de Santa Catarina, por MRH, conforme dados dos censos demográficos de 1970 e 1980	46
7. Pessoal ocupado na área rural e urbana, a nível de MRH, em Santa Catarina, 1970, 1975 e 1980	47
8. Estrutura etária da população na data dos censos demográficos de 1960 e 1970 em Santa Catarina	48
9. Distribuição percentual por faixa etária da população na data dos censos demográficos de 1960 e 1970 em Santa Catarina	48
10. Consumo de energia elétrica no meio rural de Santa Catarina, 1976-81	50
11. Capacidade estática total de armazenagem por MRH de Santa Catarina, 1981	53
12. Capacidade estática total de armazenagem por MRH de Santa Catarina, 1980	54
13. Capacidade estática de armazenagem a nível de produtor por microrregião, Santa Catarina, 1975	55
14. Crédito agrícola concedido a produtores e cooperativas, Santa Catarina, 1975-81 (a preços correntes)....	59
15. Crédito agrícola concedido a produtores e cooperativas, Santa Catarina, 1975-81 (a preços de 1981)	60

16. Valor médio dos contratos de crédito agrícola concedido a produtores e cooperativas, Santa Catarina, 1975-81	61
17. Crédito concedido ao setor agropecuário catarinense, 1978 (a preços de 1981)	62
18. Crédito concedido ao setor agropecuário catarinense, 1979 (a preços de 1981)	63
19. Crédito concedido ao setor agropecuário catarinense, 1980 (a preços de 1981)	64
20. Crédito rural orientado aplicado em Santa Catarina, 1975-81	65
21. Relação ha cultivados/nº de tratores e pessoal ocupado no meio rural/nº de tratores, SC, 1970, 1975 e 1980	74
22. Evolução do parque de colhedeiças automotrizes, SC, 1970 e 1980	75
23. Área plantada dos principais produtos agrícolas de SC, safras de 1974/75 a 1980/81	87
24. Evolução da área, Santa Catarina, safras 1975/76-1980/81	88
25. Rendimento dos principais produtos agrícolas, SC, safras de 1974/75 a 1980/81	89
26. Produção dos principais produtos agropecuários, SC, safras de 1974/75 a 1980/81	90
27. Evolução da produção dos principais produtos agrícolas, SC, safras de 1974/75 a 1980/81	91
28. Índices de área e da produção de diversas culturas na safra 1980/81 em relação a 1974/75, Santa Catarina ..	92
29. Área colhida dos principais produtos da lavoura, por MRH, Santa Catarina, safra 1974/75	93
30. Área colhida dos principais produtos da lavoura, por MRH, Santa Catarina, safra 1975/76	93
31. Área colhida dos principais produtos da lavoura, por MRH, Santa Catarina, safra 1976/77	94

32. Área colhida dos principais produtos da lavoura, por MRH, Santa Catarina, safra 1977/78	94
33. Área colhida dos principais produtos da lavoura, por MRH, Santa Catarina, safra 1978/79	95
34. Área colhida dos principais produtos da lavoura, por MRH, Santa Catarina, safra 1979/80	95
35. Área plantada dos principais produtos da lavoura, por MRH, Santa Catarina, 1979/80	96
36. Área colhida dos principais produtos da lavoura, por MRH, Santa Catarina, 1980/81	96
37. Área plantada dos principais produtos da lavoura, por MRH, Santa Catarina, 1980/81	97
38. Produção dos principais produtos da lavoura, por MRH, Santa Catarina, safra 1974/75	97
39. Produção dos principais produtos da lavoura, por MRH, Santa Catarina, safra 1975/76	98
40. Produção dos principais produtos da lavoura, por MRH, Santa Catarina, safra 1976/77	98
41. Produção dos principais produtos da lavoura, por MRH, Santa Catarina, safra 1977/78	99
42. Produção dos principais produtos da lavoura, por MRH, Santa Catarina, safra 1978/79	99
43. Produção dos principais produtos da lavoura, por MRH, Santa Catarina, safra 1979/80	100
44. Produção dos principais produtos da lavoura, por MRH, Santa Catarina, safra 1980/81	100
45. Balanço de oferta e demanda de produtos agrícolas de Santa Catarina, 1981	102
46. Balanço de oferta e demanda de produtos agrícolas de Santa Catarina, 1982	103
47. Participação relativa dos produtos de origem vegetal e animal no total exportado pelo setor agropecuário de Santa Catarina, 1977-81	105

48. Taxa anual de crescimento das exportações dos principais produtos agropecuários, Santa Catarina, 1977/80.	106
49. Exportação internacional de produtos de origem agrícola "in natura e/ou elaborados, Santa Catarina, 1977-81	107
50. Valor bruto da produção dos principais produtos agropecuários de SC, safras de 1974/75 a 1980/81 (a preços correntes)	110
51. Valor bruto da produção dos principais produtos agropecuários de SC, safras de 1974/75 a 1980/81 (a preços de 1981)	111
52. Participação relativa dos principais produtos agropecuários no VBP, Santa Catarina, safras de 1974/75 a 1980/81	112
53. Índice de crescimento do VBP agropecuário de Santa Catarina, safras de 1974/75 a 1980/81	113
54. Participação relativa dos produtos no valor bruto da produção das lavouras da MRH, Santa Catarina, safra 1980/81	114
55. Participação do valor bruto da produção das lavouras das MRHs no valor bruto da produção estadual, Santa Catarina, safra 1980/81	114
56. Participação do valor bruto da produção das lavouras e dos rebanhos das MRHs no total estadual, Santa Catarina, safra 1980/81	115
57. Participação do valor bruto da produção da pecuária das MRHs no valor bruto da produção estadual, Santa Catarina, safra 1980/81	115
58. Participação percentual das criações no valor bruto da produção da pecuária da MRH, Santa Catarina, safra 1980/81	116
59. Valor bruto da produção dos principais produtos de atividade vegetal, por MRH, Santa Catarina, safra 1974/75 (a preços correntes)	116

72. Valor bruto da produção dos principais produtos da atividade vegetal, por MRH, Santa Catarina, safra 1980/81 (a preços de 1981).....	123
73. Preços médios recebidos pelos agricultores de Santa Catarina, 1975 a 1981 (a preços de 1981)	124
74. Preços médios recebidos pelos agricultores de Santa Catarina, 1975 a 1981 (a preços de 1981)	124
75. Preços médios pagos pelos agricultores de Santa Catarina, 1975-81 (a preços correntes)	125
76. Preços médios pagos pelos agricultores de Santa Catarina, 1975-81 (a preços de 1981)	126
77. Renda interna, por setor, Brasil, região Sul e Santa Catarina, 1975-80 (a preços correntes).....	129
78. Renda interna, por setor, Brasil, região Sul e Santa Catarina, 1975-80 (a preços de 1981)	129
79. Participação dos setores da economia na renda interna do Brasil, região Sul e Santa Catarina, 1975-80	130
80. Participação da renda, por setor, da região Sul no Brasil e Santa Catarina na região Sul e no Brasil, 1975-80	131
81. Taxa anual de crescimento da renda interna, por setor, Brasil, região Sul e Santa Catarina, 1975-80	131
82. Comparativo entre os preços mínimos nominais e os preços médios nominais recebidos pelo produtor em Santa Catarina, 1971-81	140
83. Comparativo entre os preços mínimos reais e os preços médios reais recebidos pelo produtor em Santa Catarina, 1971-81	141
84. Índice de crescimento dos preços mínimos e recebidos pelo produtor, Santa Catarina, 1972-81	142
85. Distribuição do crédito de custeio dos principais produtos da agropecuária de Santa Catarina, 1975-80 (valor corrente).....	143

60. Valor bruto da produção dos principais produtos da atividade vegetal, por MRH, Santa Catarina, safra 1975/76 (a preços correntes)	117
61. Valor bruto da produção dos principais produtos da atividade vegetal, por MRH, Santa Catarina, safra 1976/77 (a preços correntes)	117
62. Valor bruto da produção dos principais produtos da atividade vegetal, por MRH, Santa Catarina, safra 1977/78, (a preços correntes)	118
63. Valor bruto da produção dos principais produtos da atividade vegetal, por MRH, Santa Catarina, safra 1978/79 (a preços correntes)	118
64. Valor bruto da produção dos principais produtos da atividade vegetal, por MRH, Santa Catarina, safra 1979/80, (a preços correntes)	119
65. Valor bruto da produção dos principais produtos da atividade vegetal, por MRH, Santa Catarina, safra 1980/81 (a preços correntes)	119
66. Valor bruto da produção dos principais produtos da atividade vegetal, por MRH, Santa Catarina, safra 1974/75 (a preços de 1981)	120
67. Valor bruto da produção dos principais produtos da atividade vegetal, por MRH, Santa Catarina, safra 1975/76 (a preços de 1981)	120
68. Valor bruto da produção dos principais produtos da atividade vegetal, por MRH, Santa Catarina, safra 1976/77 (a preços de 1981)	121
69. Valor bruto da produção dos principais produtos da atividade vegetal, por MRH, Santa Catarina, safra 1977/78 (a preços de 1981)	121
70. Valor bruto da produção dos principais produtos da atividade vegetal, por MRH, Santa Catarina, safra 1978/79 (a preços de 1981)	122
71. Valor bruto da produção dos principais produtos da atividade vegetal, por MRH, Santa Catarina, safra 1979/80 (a preços de 1981)	122

86. Distribuição do crédito de custeio dos principais produtos da agropecuária de Santa Catarina, 1975-80 (valor de 1981)	144
87. Volume mensal de banana, comercializado na CEASA, Santa Catarina, 1980-81	173
88. Preços a nível de produtor, atacado e varejo, para a cultura da banana, 1980-81	174
89. Produção catarinense e nacional de álcool e açúcar, safras 1976/77 a 1980/81	184
90. Participação do valor da exportação catarinense de açúcar no valor da exportação nacional	185
91. Cotações do açúcar demerara no mercado internacional.	185
92. Volume de cebola comercializado na CEASA/SC e preços praticados, 1980 e 1981	194
93. Preço recebido pelo produtor e percentual comercializado de raiz de mandioca, safra 1980/81 (abril a setembro)	219
94. Valor básico de custeio (VBC) para a cultura da mandioca, safra 1981/82)	220
95. Preços dos derivados da mandioca no mercado atacadista, Santa Catarina, 1981	221
96. Volume total classificado e volume de EGF dos derivados da mandioca - Santa Catarina, 1977 a 1981	222
97. Exportação catarinense de derivados de mandioca e sua destinação	223
98. Municípios produtores de uva em Santa Catarina, safra 1979/80	257
99. Produção de uva, vinho e suco, Santa Catarina, 1980-81	258
100. Abate de aves, Santa Catarina, 1980-81	264
101. Abate de aves sob SIF, Santa Catarina, 1975-82	265
102. Volume e valor das exportações de carnes de frango nos mercados de Santa Catarina e Brasil, 1975/77 e 1978-81	266

103. Produção, importação e consumo de ovos, Santa Catarina, 1980-81	267
104. Comércio interno, interestadual e internacional de carnes de aves, Santa Catarina, janeiro a dezembro de 1980	267
105. Destino da produção catarinense de carnes de aves, 1980	268
106. Preços recebidos pelos produtores de frango de corte, Santa Catarina, janeiro a dezembro de 1981	269
107. Preços de carne de frango praticados no mercado atacadista, Santa Catarina, jan a dez/80 - jan a nov/81...	270
108. Preços de ovos vermelhos recebidos pelos produtores, Santa Catarina, fev a dez/80 - jan a nov/81.....	271
109. Preços de ovos brancos recebidos pelos produtores, Santa Catarina, fev a dez/80 - jan a nov/81	272
110. Abates bovinos, Santa Catarina, jan a dez/80 - jan a dez/81	281
111. Produção de carne bovina, Santa Catarina, 1974-82 ...	282
112. Rebanho bovino, taxa de abate e desfrute, Santa Catarina, 1970, 1975 e 1980	282
113. Relação salário mínimo e preços das carnes constatadas no mercado da Grande Florianópolis	283
114. Preços recebidos pelos produtores de bovinos, para abate, Santa Catarina, jan a dez/80 - jan a nov/81 ...	284
115. Custos de produção e preços recebidos pelos produtores de bovinos de corte, Santa Catarina, julho/81, outubro/81 e dezembro/81	285
116. Rebanho, produção total e leite industrializado, Santa Catarina, 1974-80	290
117. Leite recebido e processado pelas indústrias, Santa Catarina, 1980-81	290
118. Estimativa do balanço de oferta e demanda do leite no Estado de Santa Catarina durante o ano de 1981	291

119. Preços do litro de leite, posto plataforma de indústria, 1980-81	293
120. Custo de produção do leite em Santa Catarina, 1981 ..	294
121. Comparativo entre os preços do leite e custo de produção, Santa Catarina, 1981	295
122. Produção pesqueira "in natura", Santa Catarina, 1975 a 1981	303
123. Índice de crescimento do pescado desembarcado nos principais locais e portos de Santa Catarina, 1976 a 1980	304
124. Índice de crescimento do valor da produção pesqueira, Santa Catarina, 1976-80 (a preços de 1981)	304
125. Produção, transformação e comercialização das indústrias de pescado inspecionadas em Santa Catarina, 1980.....	305
126. Produção, transformação e comercialização das indústrias de pescado inspecionadas em Santa Catarina, 1981	305
127. Exportação catarinense de pescado para o mercado interestadual, 1975-81	305
128. Exportação internacional de produtos pesqueiros, Santa Catarina, 1978-81	306
129. Produção, importação e exportação de carne suína em equivalente-carcaça nos principais mercados mundiais, 1978-81	312
130. Rebanho suíno, abate, taxa de abate e produção no Brasil, 1972/76 a 1977-81	318
131. Oferta de carne suína e seus derivados no Brasil, 1977, 1980 e 1981	318
132. Estrutura de oferta de carne suína e derivados no Brasil, 1977 e 1980	319
133. Estrutura de oferta de carne suína e derivados em Santa Catarina, 1977-80	319

134. Abate suíno, produção, taxa de abate e desfrute em Santa Catarina, 1977-82	320
135. Suínos abatidos e comercializados para outros estados da federação, Santa Catarina, 1975-82	321
136. Custos de produção e preços recebidos pelos suinocultores, Santa Catarina, 1980 e 1981	322
137. Preços recebidos pelos suinocultores, Santa Catarina, jan a dez/80 - jan a nov/81	323

Aspectos Gerais do Setor Agrícola

- CARACTERIZAÇÃO SINTÉTICA DA AGRICULTURA
- RECURSOS NATURAIS
- ESTRUTURA FUNDIÁRIA
- POPULAÇÃO E EMPREGO
- ELETRIFICAÇÃO RURAL
- ARMAZENAMENTO
- CRÉDITO AGRÍCOLA
- INSUMOS E MÁQUINAS AGRÍCOLAS
- EVOLUÇÃO RECENTE DA AGRICULTURA DE SC
- BALANÇO DE OFERTA E DEMANDA DE PRODUTOS AGROPECUÁRIOS
- EXPORTAÇÃO INTERNACIONAL DE PRODUTOS AGRÍCOLAS
- VALOR BRUTO DA PRODUÇÃO AGROPECUÁRIA
- RENDA INTERNA

1. CARACTERIZAÇÃO SINTÉTICA DA AGRICULTURA

Com uma área total de 95.985 km², distribuídos entre 95.483 km² de área terrestre e 502 km² de águas internas, Santa Catarina está localizada na região Sul do Brasil, entre os Estados do Rio Grande do Sul e Paraná. Representa 1,13% do território nacional e 16,61% da região.

A participação da economia catarinense na geração da renda interna do Brasil e da região Sul é de 3,69% e 20,28%, respectivamente, evidenciando, a grosso modo, um uso do território economicamente mais eficiente que é feito em média no país e na região.

Se for considerado apenas o setor primário, a participação catarinense é de 5,93% da renda interna do Brasil e 16,30% da região Sul, o que faz com que este setor seja mais importante para a economia de Santa Catarina do que é para a média do País e tenha aproximadamente a mesma importância no Estado e na região Sul.

O Setor primário catarinense participava, em 1960, com 41,88% no total da renda interna gerada. Em 1970, essa participação foi de 26,19%, baixando em 1980 para 16,50%. A diminuição relativa do setor primário, comparada com os demais setores, é considerada perfeitamente normal num processo de desenvolvimento, que tem seu centro mais dinâmico na industrialização. Entretanto, se for adicionada a contribuição das indústrias que transformam produtos de origem agrícola, ver-se-á que esse conjunto (agricultura-agroindústrias) representa uma parcela considerável na formação da renda interna estadual.

O Estado destaca-se no cenário nacional como o primeiro produtor de maçã e mel; segundo produtor de carne de aves, carne suína, pescado e alho; terceiro produtor nacional de milho e cebola, quarto produtor de feijão; quinto produtor de soja e batata; sexto produtor de leite; oitavo produtor de arroz; nono produtor de carne bovina e décimo produtor nacional de tomate.

A agricultura catarinense, além de ter expressão a nível nacional, tem características próprias, como sejam a diversificação da produção e a quase auto-suficiência do Estado quando se considera a produção e o consumo.

A diversificação da produção pode ser verificada no fato de que, numa pauta de trinta atividades (desenvolvidas no período de 1975-81), a de maior participação no Valor Bruto da Produção (o milho) teve média de 17,12%, sendo a máxima de 19,89% na safra 1980/81 e a mínima de 13,24% em 1978/79. Ou, dito de outra forma, na safra 1980/81, para se alcançar 90% do Valor Bruto da Produção foram necessários 12 produtos, sendo 6 de lavouras, 4 da pecuária e 2 da extração vegetal.

O Estado foi auto-suficiente, em 1981, na grande maioria dos produtos: alho, arroz, cebola, feijão, fumo, mandioca, milho, tomate, banana, maçã, uva, carne de aves, carne suína e leite, dentre outros.

Além do abastecimento interno do Estado e do comércio interestadual, o setor primário catarinense exporta para o mercado internacional sob a forma de produtos agrícolas "in natura" e/ou elaborados. Em 1980, por exemplo, foi exportado um volume total de 1.215.495 toneladas, das quais 1.123.270 toneladas eram produtos de origem vegetal, enquanto 92.225 toneladas eram de origem animal, representando um valor total de 602.611 mil dólares (valor FOB).

O Valor Bruto da Produção Agrícola "in natura" das principais atividades de lavoura, frutas, pecuária, extrativa vegetal e pescado, considerados apenas os principais produtos agropecuários, foi, em 1981, de cerca de 207 bilhões de cruzeiros. Deve-se salientar que para a determinação do VBP catarinense tem-se que subtrair do valor acima citado, os valores gastos com milho, soja, mandioca, etc. utilizados na alimentação animal.

A exploração agrícola, no entanto, não tem distribuição homogênea em todo o Estado. As diferenciações climáticas e edafotopográficas, por um lado, além das condicionantes históricas e da disponibilidade de recursos humanos, por outro, produziram significativas disparidades a nível microrregional.

Isso fica claro quando se verifica que, na safra 1980/81, de um total de 16 microrregiões homogêneas, as 5 que têm participação acima de 5% no valor bruto das lavouras somaram 76,82% do total, enquanto a maioria (as demais 11 microrregiões) partici-

pou com apenas 23,18% (vide item Valor Bruto da Produção).

Entre as 5 microrregiões que se destacam, há também grandes disparidades. A microrregião Colonial do Oeste Catarinense colocou-se muito à frente das demais, com 41,48% do valor bruto das lavouras do Estado. Esse destaque deveu-se principalmente a três produtos: milho, feijão e soja, que foram responsáveis por 58,34%, 18,70% e 16,79%, respectivamente, do valor bruto das lavouras da região.

A segunda microrregião que participa com menos de 1/3 da primeira, é a Colonial do Rio do Peixe que é responsável por 13,05% do valor bruto das lavouras do Estado. Contribuem para isso, principalmente, o milho, com 73,49%; a soja, com 10,76%; e o feijão, com 7,40% do valor das lavouras da microrregião.

A microrregião Planalto de Canoinhas coloca-se na terceira posição, com 8,48% do Estado, sendo as contribuições mais destacadas as do feijão (35,07%), do milho (27,07%) e da soja (13,88%).

Segue-se a Colonial do Alto Itajaí, que participa com 8,14%, divididos principalmente entre o fumo (21,34%), a mandioca (19,28%), o milho (17,63%), a cebola (15,43%) e o feijão (14,23%), sendo, portanto, mais diversificada que as anteriores.

Com 5,67% do valor das lavouras do Estado, a microrregião de Campos de Curitibanos ocupa a quinta posição, devida ao milho (32,21%), ao feijão (29,92%), à soja (24,29%), etc..

As microrregiões Carbonífera, Colonial de Blumenau e Colonial Serrana Catarinense ocupam as posições seguintes e participam com mais de 3%, cada, enquanto as restantes 8 microrregiões têm participações abaixo de 3%.

A pecuária do Estado, expressa na forma de valor bruto dos rebanhos (bovinos, suínos e aves) existentes no ano de 1980 (não há dados mais recentes), a preços de 1981, apresenta uma concentração menor que a das lavouras. As 6 microrregiões que se destacam somam 77,03% de participação, enquanto as outras 10 são responsáveis por 22,97% do valor bruto dos rebanhos.

A microrregião Colonial do Oeste Catarinense detém, também nos rebanhos, a primeira colocação, mas, participando com

26,46%, não tem a mesma expressão que nas lavouras (41,48%). Nesse destaque, a distribuição é de 50,53% para bovinos, 42,29% para suínos e 7,18% para aves.

Na segunda posição está, também na pecuária, a microrregião Colonial do Rio do Peixe, que participa com 18,56% do valor bruto dos rebanhos, sendo 52,75% de bovinos, 34,08% de suínos e 13,17% de aves.

A microrregião dos Campos de Lages é a que apresenta o terceiro desempenho, sendo que esta não tem muita expressão nas lavouras (1,90%). A participação dessa microrregião alcançou 11,30%, devendo-se quase toda a bovinos (96,00%), enquanto os suínos participam com apenas 3,44% e as aves com 0,56%.

A seguir aparecem os Campos de Curitibanos com 9,89%, também com alta participação dos bovinos (90,52%) e com menos expressão os suínos (7,83%) e as aves (1,65%).

A microrregião Carbonífera ocupa o 5º lugar, com 5,45% do valor bruto dos rebanhos, devendo-se 78,36% aos bovinos, 17,28% aos suínos e 4,36% às aves.

Ainda participando com mais de 5% (5,37%) aparece o Planalto de Canoinhas, onde 76,92% do valor é dos bovinos, 20,75% dos suínos e 2,33% das aves.

As microrregiões Colonial do Alto Itajaí e Colonial de Blumenau participam com mais de 4% cada, ficando as 8 restantes com participações abaixo de 3%.

Adicionando-se os valores brutos das lavouras aos dos rebanhos, que compõem parte substancial da agricultura, pois não estará sendo considerada apenas a extração vegetal e os hortigranjeiros (fruticultura e olericultura), obtém-se o seguinte quadro sintético:

- as 6 microrregiões que possuem participação acima de 5% somam 77,62% do valor bruto das lavouras e dos rebanhos, vistos em conjunto;

- a microrregião Colonial do Oeste Catarinense, sozinha, é responsável por 34,22% do total estadual, vindo logo a seguir a Colonial do Rio do Peixe que, apesar de estar bem à frente das demais, participa com menos da metade (15,71%) da primeira;

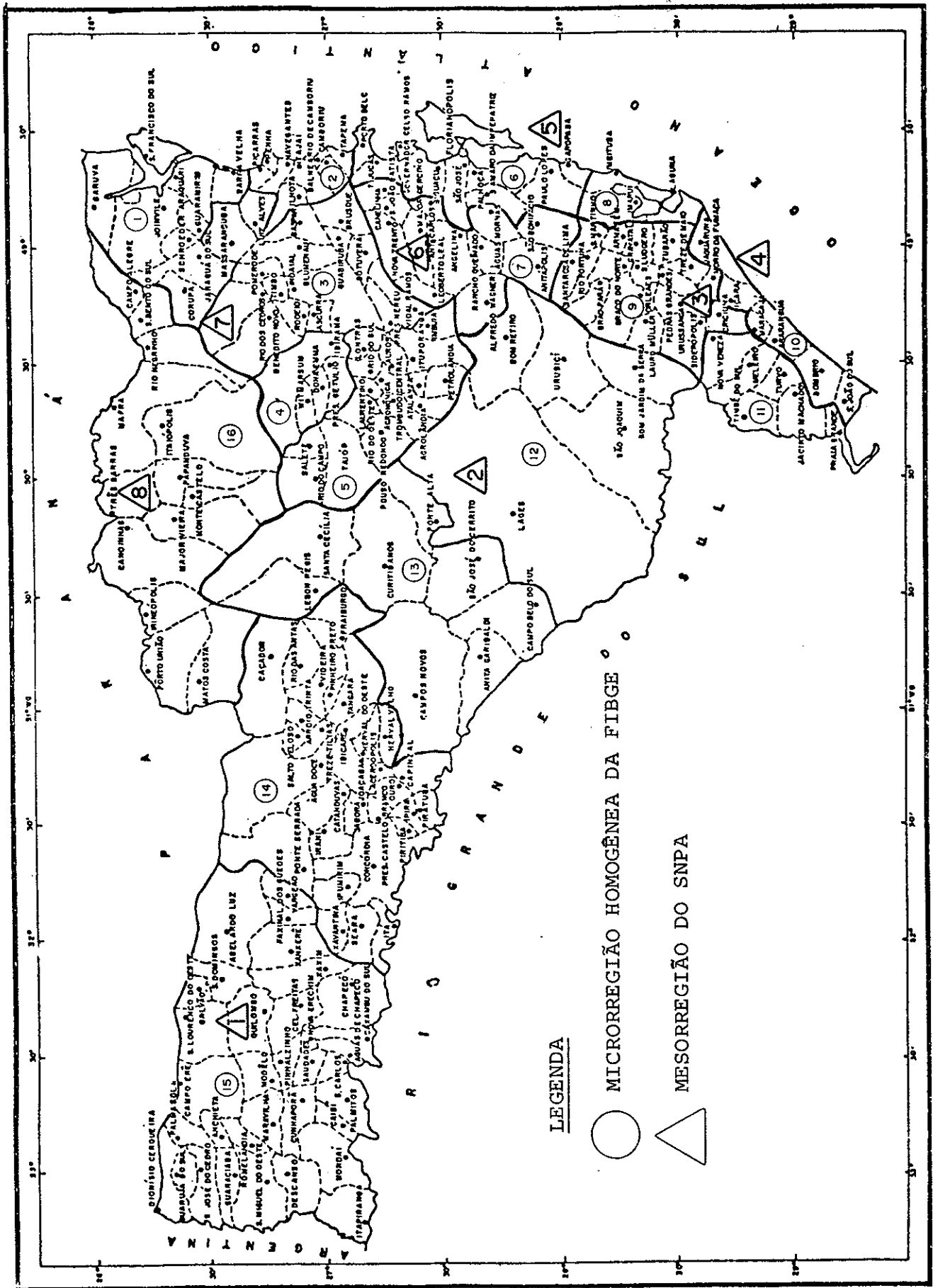
- as outras 4 microrregiões que se salientam ocupam um terceiro patamar: Campos de Curitibanos (7,71%); Planalto de Canoinhas (6,98%); Colonial do Alto Itajaí (6,56%) e Campos de Lages (6,44%), ficando o quarto conjunto, formado por 10 microrregiões, com os restantes 22,38%, ou seja, aproximadamente 2/3 da microrregião que se coloca em primeiro lugar.

Isso tudo prova a heterogeneidade da distribuição geográfica da atividade agrícola no Estado de Santa Catarina.

COMPOSIÇÃO MICRORREGIONAL DAS MESORREGIÕES DE SANTA CATARINA (*)

MESORREGIÃO	MICRORREGIÃO HOMOGÊNEA	DENOMINAÇÃO	GRANDES REGIÕES HISTÓRICAS
1	14 305	Colonial do Rio do Peixe	Meio e Extremo Oeste
	15 306	Colonial do Oeste Catarinense	
2	12 303	Campos de Lages	Planalto
	13 304	Campos de Curitibanos	
3	9 300	Carbonífera	Litoral
	11 302	Colonial Sul Catarinense	
4	8 299	Litoral de Laguna	Litoral
	10 301	Litoral Sul Catarinense	
5	6 297	Florianópolis	Litoral
6	7 298	Colonial Serrana Catarinense	Litoral
7	1 292	Colonial de Joinville	Litoral
	2 293	Litoral de Itajaí	
	3 294	Colonial de Blumenau	
	4 295	Colonial de Itajaí Norte	
	5 296	Colonial do Alto Itajaí	
8	16 307	Planalto de Canoinhas	Planalto

(*) Ver Mapa na página seguinte



LEGENDA

- MICRORREGIÃO HOMOGÊNEA DA FIBGE
- △ MESORREGIÃO DO SNPA

2. RECURSOS NATURAIS

Entre os recursos faunísticos, com a dizimação causada pela caça indiscriminada e pela poluição de diversas origens, permanece com destacada participação apenas a pesca de águas salgadas, ou seja, a captura feita nas lagoas em contato com o mar e nas faixas costeiras e oceânicas em frente ao litoral catarinense.

Nesses locais são capturadas, anualmente, expressivas quantidades de diversas espécies de peixes e crustáceos que se criam naturalmente: siri, berbigão, camarão, tainha, corvina, sardinha, atum, etc. (maiores informações no item sobre pescado).

Os recursos naturais vegetais compreendem a vegetação nativa, utilizada para fins econômicos. Um desses recursos é o campo nativo, ou seja, as pastagens naturais, já utilizadas há séculos no Planalto, e alguns trechos montanhosos, para extensas criações de gado. Nessas regiões, os rigores de inverno são compensadores pela salubridade do clima e pela recuperação natural das pastagens, permitindo até hoje a criação por sistemas extensivos bastante simples.

Como recursos vegetais alimentícios, existem produtos de alto valor e de importância na dieta alimentar dos catarinenses. Tem-se assim o palmitreiro, que cresce facilmente na maior parte da Mata Atlântica e produz o valioso e tradicional produto de exportação, o palmito em conserva. A erva-mate e o pinhão são importantes componentes no Planalto e Oeste, produzidos na região de araucária. O pinhão também é largamente consumido pela fauna e pelos porcos criados em regime extensivo naquelas regiões. A erva-mate é ainda um tradicional componente da exportação do Estado.

Como recursos alimentícios pode-se ainda considerar as flores da vegetação nativa, cujo néctar é extraído pelas abelhas para, juntamente com néctar de espécies cultivadas e exóticas, com por milhares de toneladas de mel.

Há, ainda, recursos vegetais industriais, ou seja, produtos que são insumos ou componentes de artigos industriais, notadamente plantas medicinais e óleo de sassafrás.

No entanto, a fração mais importante que a vegetação

nativa oferece são os recursos madeireiros, nas florestas que cobrem cerca de 20% da superfície do Estado e que contêm dezenas de espécies arbóreas que possibilitam uma infinidade de usos e aplicações, tal a diversidade de madeiras para construção, mobiliário, instrumentos e ferramentas, veículos (barcos, carroças, caixas de caminhões), celulose (pinheiro), embalagens e combustível.

Quanto ao aspecto energético, convém ressaltar o retorno da lenha como combustível altamente importante e, inclusive, estratégico, dada a problemática atual e futura dos combustíveis fósseis como o carvão e o petróleo. A presente conjuntura de substituir óleo combustível nas indústrias adiciona um importante mercado para os produtores de lenha, que poderão assim ter um substancial acréscimo na renda das propriedades, com a exploração racional da mata nativa a ser mantida ou replantada nos trechos mais declivosos de suas propriedades. A título de ilustração, caso se mantivesse em exploração para lenha uma área de 10% das propriedades, ter-se-ia anualmente uma produção média de 20 metros por hectare (cerca de 10 toneladas de lenha) que, nos 10% acima, totalizaria 9,5 milhões de toneladas equivalente a 2,4 milhões de toneladas de óleo combustível. Pelo preço atual de Cr\$ 25,00 por quilo (novembro de 1981), o valor dessa lenha, em termos de óleo combustível substituído, seria em torno de Cr\$ 60 bilhões por ano.

Analisando-se em termos mais práticos, todo o consumo de óleo combustível em 1980, num total de 431.723 toneladas, poderia ser substituído por 1.726.892 toneladas de lenha, ou seja, por 172.700 hectares de florestas em produção contínua ou auto-sustentada, estimando-se a 10 toneladas de desbaste parcial por hectare/ano.

Assim sendo, todo o óleo combustível poderia ser continuamente suprido por 1.727 quilômetros quadrados de florestas, área equivalente a menos de 2% da superfície total do Estado.

Inferese, destas duas análises, que Santa Catarina dispõe, a curto e médio prazo, de um altíssimo potencial de fornecimento de biomassa energética de forma simples, barata, constante e, inclusive, altamente positiva em termos de conservação dos demais recursos naturais que constituem a base de todo o processo produtivo e ambiental do homem: o solo, a água e o ar.

Recursos naturais de suporte constituem o que em eco-

logia denomina-se de Biótopo, ou seja, o consumo de fatores físicos que influenciam a atividade dos seres vivos em determinada região. Assim tem-se o ar, a água e o solo.

Deve-se considerar o ar não apenas como o envoltório gasoso da terra, mas também como o meio que distribui a umidade, e o que transmite e seleciona a energia vital para todos os seres: a energia do sol, tanto diretamente, pela irradiação solar que aquece e estimula a criação de matéria vegetal pela fotossíntese, como indiretamente, pela ação dos ventos.

De todos os recursos naturais, é a água o mais importante. Em Santa Catarina, as condições médias de precipitação pluviométrica, salvo poucas ocasiões de excesso ou falta, propiciam não só razoáveis teores de umidade no ar, como também alimentam um sem número de rios e riachos permanentes que constituem a rede hidrográfica catarinense.

Os recursos hídricos não são, portanto, normalmente limitantes por falta; apenas em alguns locais o são por excesso, como nos banhados e certas várzeas. Como no caso do ar, também os recursos hídricos ficam empobrecidos com o excesso de atividade humana.

Uma das atividades humanas que mais desequilibram a distribuição das chuvas é o desmatamento de regiões acidentadas. Além da perda de solo provocada pela erosão, a diminuição da cobertura florestal também eliminará substancial fração da umidade local que concorre para a regularização das precipitações na região. Como decorrência, a umidade relativa local sofrerá violentas oscilações, que ocasionarão falta de água nos solos e diminuição de nascentes e do nível do lençol freático nas áreas mais elevadas.

É, portanto, absolutamente essencial que, nas regiões acidentadas onde ocorram precipitações superiores à possibilidade de absorção pelo solo, haja uma cobertura florestal em 30% da área. Esta deverá ficar localizada nos trechos mais elevados e à beira dos corpos d'água. Será assim facilitada a infiltração d'água para suprir o lençol freático, e a erosão será minimizada pela cobertura vegetal permanente da superfície e pela presença protetora das raízes dentro do solo.

São os solos, porém, os responsáveis diretos pelo suces

so da agricultura em determinadas regiões, como os solos Erechim, no Planalto, e Tubarão, no Litoral. De um modo geral, o uso da terra é bem mais intenso nas áreas de solos férteis, havendo um grande parcelamento das propriedades rurais naquelas áreas (se bem que o parcelamento é também por vezes bastante intenso mesmo quando as terras não são muito férteis, como se pode observar na região Sul de Santa Catarina).

O recurso natural solo pode ser e é, por vezes, desdobrado em diversos conceitos, como o de fertilidade natural dos solos de florestas (caso da maioria dos solos em Santa Catarina), e os de condições naturais de topografia e textura, através dos quais se podem determinar as disponibilidades de terras mecanizáveis ou em condições de receber lavouras anuais ou permanentes, sem que esse recurso natural de suporte seja perdido ou degradado através de práticas inadequadas de uso ou manejo. Nessa questão, é fundamental evitar a exaustão dos solos férteis, que pode ocorrer tanto por excesso de uso, geralmente no caso dos minifúndios, como por negligência na aplicação de práticas de adubação e de controle de erosão.

Assim, neste aspecto de erosão e fertilidade, deve-se observar que, apesar de certamente haver alguma disponibilidade de terras produtivas, as estatísticas que apresentam determinado número de hectares como sendo ociosos, muitas vezes são extensões de terras em pousio, isto é, terras "cansadas", que perderam matéria orgânica, nutrientes e a estrutura original, e devem ficar alguns anos sob cobertura vegetal nativa para reporem suas características originais. A utilização continuada destas áreas só poderá ocorrer através de maciça aplicação de técnicas de conservação e de fertilização.

3. ESTRUTURA FUNDIÁRIA

O Estado de Santa Catarina é caracterizado pela pequena propriedade.

Segundo a Fundação IBGE, em 1940 a área média dos estabelecimentos era de 55,00 ha; em 1950, de 50,93 ha; em 1960, de 27,62 ha; em 1970, de 33,91 ha; em 1975 de 33,69 ha; para 1980 os dados completos por estrato de área do censo ainda não estão disponíveis; entretanto, o número de estabelecimentos aumentou, dando a entender que a tendência de diminuição da área média continuará.

Contudo, somente os dados do Censo de 1980 poderão demonstrar, em definitivo, não só se a tendência à subdivisão se mantém, mas também as diferenciações nos estratos de área e nas regiões do Estado.

Quanto ao número de estabelecimentos agrícolas, observa-se que nas últimas duas décadas foi de 158.140 em 1960, 207.218 em 1970 e 216.006 em 1980, sendo que as tendências microrregionais, que são diferenciadas, podem ser vistas na tabela 4 .

Segundo o INCRA, os imóveis cadastrados em 1972, no Estado, atingiram o número de 249.977, baixando em 1978 para 211.811. Tais dados, como se sabe, são parciais, pois, como o cadastramento é dinâmico, não se deve considerá-los como totais, mas sim como uma amostragem (representativa), que é extremamente útil quando a finalidade não foi o uso dos totais, sendo necessário para este último caso, usar os dados da Fundação IBGE. Ao se comparar as informações dos recadastramentos do INCRA de 1972 e 1978 (tabelas 1 e 2), verifica-se que a área aproveitável com relação à total permaneceu praticamente a mesma (87,34% em 1972 e 87,24% em 1978). A área inaproveitável foi ligeiramente maior em 1978 (10,26%) que em 1972 (9,98%). As chamadas inconsistências cadastrais (*) diminuíram, no último recadastramento, de 3,68% para 2,49%.

A maior diferenciação deu-se nas parcelas da área a-

(*) As inconsistências cadastrais existem porque o cadastramento, num primeiro momento, é feito na forma de declaração do proprietário e, depois, é reavaliado pelo INCRA nos dados que se referem à tributação, o que provoca a falta de fechamento total dos dados.

proveitável quanto a ser explorada ou não: em 1972, a área não explorada representava 20,98% do total geral, tendo em 1978 aumento para 39,75%.

No que concerne à distribuição dos estratos de área, a modificação de 1972 para 1978 deu-se num único sentido: todos os estratos com menos de 500 ha perderam área, tanto em termos absolutos como em termos percentuais (79,10% para 76,82%). Em contrapartida, os estratos acima de 500 ha incorporaram área, tanto em termos de hectares como em termos percentuais (de 20,90% para 23,18%).

Os estratos de área até 10 hectares, além de terem diminuído sua área e sua participação, tiveram diminuída sua área aproveitável de 88,43% para 85,40%. Os estratos de 10 a 500 hectares, ao contrário, aumentaram levemente sua área aproveitável, apresentando uma média aritmética que cresceu de 86,61% para 87,60% enquanto os acima de 500 ha diminuíram sua área aproveitável de 89,39 para 86,75%.

Quanto à exploração no ano de 1978, verificou-se que os estratos até 25 ha exploravam de 56% a 61% da área (média aritmética de 58,30%), enquanto os estratos acima de 25 ha exploravam de 38 a 47% (com média aritmética de 43,06%). Note-se, também, que as áreas inaproveitáveis, em 1978, apresentavam três patamares: até 10 ha, a média aritmética era de 13,86%; de 10 a 100 ha, de 11,72% e acima de 100 ha de 9,45%.

As inconsistências cadastrais em 1978, nos imóveis com área acima de 500 ha, mostraram as maiores médias aritméticas, com 6,19%, enquanto nos estratos abaixo de 500 ha a média foi de 1,36%.

No recadastramento de 1972, as inconsistências cadastrais nos imóveis com área acima de 500 ha apresentaram média aritmética de 3,52%, sendo que nos imóveis com área de 100 a 500 ha foi de 7,61%, enquanto os abaixo de 100 ha apresentaram média aritmética de 1,79%.

Ao se comparar os dados do recadastramento de 1978 em relação aos de 1972, quanto à distribuição dos imóveis por classe de área (tabela 3), observa-se uma diminuição relativa no total geral dos imóveis de 11,30% e na área total geral de 3,50%, sendo

que as classes de áreas de até 500 ha apresentaram uma involução média de 11,37% e 10,87%, respectivamente, nos números de imóveis e na área total. Entretanto os estratos acima de 500 ha demonstraram acréscimos positivos de 16,37% nos imóveis e de 17,97% na área total.

Quanto à área aproveitável explorada, verifica-se um decréscimo, no período, de 29,90% e na não explorada um incremento de 82,20%. O primeiro caso é ocasionado pelo uso mais amplo da terra com finalidade especulativa, havendo um aumento de ociosidade das terras (*) em todos os estratos, acentuando-se nos acima de 50 ha além do aumento das áreas destinadas para lazer. No segundo caso, a situação tende a ser o inverso da primeira.

Tabela 1

UTILIZAÇÃO DAS TERRAS DE SANTA CATARINA, SEGUNDO AS CLASSES DE ÁREAS, 1972

CLASSES DE ÁREA (ha)	TOTAL DE IMÓVEIS (Nº)	ÁREA TOTAL GERAL (ha) 100%	PARTI- CIPA- ÇÃO DO ESTRA- TO NA ÁREA-S	ÁREA APROVEITÁVEL						INAPROVEITÁVEL		INCONSISTÊNCIAS CADASTRAIS	
				Total		Explorada		Não explorada		Área-ha	%	Área-ha	%
				Área-ha	%	Área-ha	%	Área-ha	%				
Menos de 5	44.676	114.744,3	1,44	103.199,2	89,94	78.633,4	68,53	24.565,8	21,41	10.746,2	9,37	798,9	0,70
5 — 10	37.392	273.223,6	3,42	241.608,6	88,43	181.344,9	66,37	60.263,7	22,06	28.585,0	10,46	3.030,0	1,11
10 — 25	92.790	1.548.400,5	19,40	1.336.431,0	86,31	926.718,7	59,85	409.712,3	26,46	184.767,2	11,93	27.202,3	1,76
25 — 50	47.520	1.602.752,7	20,08	1.363.874,1	85,10	902.867,3	56,33	461.005,8	28,76	199.990,1	12,48	38.889,5	2,43
50 — 100	16.265	1.086.542,9	13,61	935.129,0	86,06	652.892,6	60,09	282.236,4	25,98	119.292,7	10,98	32.121,2	2,96
100 — 500	8.918	1.725.550,2	21,61	1.535.582,9	88,99	1.247.944,2	72,32	207.638,7	12,03	138.590,9	8,03	131.376,4	7,61
500 — 2.000	1.270	1.118.057,5	14,00	1.000.387,3	89,48	866.858,8	77,53	133.528,5	11,94	76.959,0	6,88	40.711,2	3,64
2.000 — 5.000	128	364.692,5	4,57	321.522,4	88,16	257.238,1	70,54	64.284,3	17,63	27.803,8	7,62	15.366,3	4,21
Acima de 5.000	18	149.590,5	1,87	135.425,0	90,53	104.036,2	69,55	31.389,8	20,98	10.152,6	6,79	4.011,9	2,68
TOTAL	249.977	7.983.554,7	100,00	6.973.159,5	87,34	5.218.534,2	65,37	1.674.625,3	20,98	796.887,5	9,98	293.507,7	3,68

Fonte: INCRA - Estatísticas Cadastrais, 1972

Elaboração: CEPA/SC

(*) Esta considerável redução da área explorada deixa dúvidas, devido à falta de explicação dos dados estatísticos, uma vez que a área de matas praticamente duplicou e que possivelmente teria sido considerada inexplorada em 1978, ao contrário de 1972.

Tabela 2

UTILIZAÇÃO DAS TERRAS DE SANTA CATARINA, SEGUNDO AS CLASSES DE ÁREAS, 1978

CLASSES DE ÁREA (ha)	TOTAL DE IMÓVEIS (NF)	ÁREA TOTAL GERAL (ha) 100%	PARTI- CIPA- ÇÃO DO ESTRA- TO NA ÁREA-%	ÁREA APROVEITÁVEL				INAPROVEITÁVEL		INCONSISTÊNCIAS CADASTRAIS			
				Total		Explorada		Não Explorada		Área-ha	%	Área-ha	%
				Área-ha	%	Área-ha	%	Área-ha	%				
Menos de 5	34.469	88.370,8	1,15	75.619,8	85,57	51.227,0	57,97	24.392,8	27,60	12.184,4	13,79	566,6	0,64
5 — 10	31.823	233.316,2	3,03	199.262,5	85,40	141.753,7	60,76	57.508,8	24,65	32.507,4	13,93	1.546,3	0,67
10 — 25	85.976	1.429.442,1	18,56	1.247.009,6	87,24	803.115,3	56,18	443.894,3	31,05	167.779,7	11,74	14.652,8	1,03
25 — 50	45.061	1.511.065,1	19,62	1.310.492,7	86,73	710.182,8	47,00	600.309,9	39,73	180.368,5	11,94	20.203,9	1,34
50 — 100	14.660	981.806,7	12,75	850.398,0	86,62	396.709,7	40,41	453.688,3	46,21	112.816,5	11,49	18.592,2	1,89
100 — 500	8.288	1.646.197,2	21,38	1.478.418,3	89,81	749.439,0	45,53	728.979,3	44,28	125.644,3	7,63	42.134,6	2,56
500 — 2.000	1.379	1.222.180,0	15,87	1.073.931,4	87,87	571.108,3	46,73	502.823,1	41,22	97.350,2	7,97	50.898,4	4,16
2.000 — 5.000	130	376.458,3	4,89	314.946,7	83,66	154.223,0	40,97	160.723,7	42,69	33.265,1	8,84	28.246,5	7,50
Acima de 5.000	25	211.577,8	2,75	168.701,2	73,73	79.802,8	37,72	88.898,4	42,02	28.238,2	13,35	14.638,5	6,92
TOTAL	221.811	7.700.414,2	100,00	6.718.780,2	87,25	3.657.561,6	47,50	3.061.218,6	39,75	790.154,3	10,26	191.479,8	2,49

Fonte: INCRA - Estatísticas Cadastrais, 1978

Elaboração: CEPA/SC

Tabela 3

EVOLUÇÃO DAS TERRAS UTILIZADAS EM SANTA CATARINA, POR ESTRATO DE ÁREA, SEGUNDO OS DADOS RECADASTRADOS EM 1972 e 1978

CLASSES DE ÁREA (ha)	TOTAL DE IMÓVEIS	ÁREA TOTAL GERAL	ÁREA APROVEITÁVEL			INAPRO- VEITÁ- VEL	INCONSISTÊNCIAS CADASTRAIS
			Total	Explorada	Não Explorada		
Menos de 5	-22,80	-23,00	-26,70	-34,90	-0,70	13,40	-29,10
5 ——— 10	-14,90	-14,60	-17,50	-21,80	-4,60	13,70	-49,00
10 ——— 25	- 8,30	- 7,70	- 6,70	-13,30	8,30	- 9,20	-46,10
25 ——— 50	- 5,20	- 5,70	- 3,90	-21,30	30,20	- 9,80	-48,00
50 ——— 100	- 9,90	- 9,60	- 9,10	-39,20	60,70	- 5,40	-42,10
100 ——— 500	- 7,10	- 4,60	- 3,70	-39,90	251,10	- 9,30	-67,90
500 ——— 2.000	8,60	9,30	7,40	-34,10	276,60	26,50	25,00
2.000 ——— 5.000	1,60	3,20	- 2,00	-40,00	150,00	19,60	83,80
Acima de 5.000	38,90	41,40	24,60	-23,30	183,20	178,10	264,90
	-11,30	- 3,50	- 3,60	-29,90	82,80	-0,80	-34,80

Fonte dos dados básicos: INCRA - Estatísticas Cadastrais
dos dados trabalhados: CEPA/SC

Tabela 4

NÚMERO DE ESTABELECIMENTOS AGRÍCOLAS EM SANTA CATARINA, POR
MICRORREGIÃO HOMOGÊNEA, NA DATA DOS CENSOS

MRH	NÚMERO DE ESTABELECIMENTOS		
	1970	1975	1980
Col. de Joinville	8.034	7.632	7.305
Col. de Itajaí	2.291	1.917	1.488
Col. de Blumenau	18.833	18.025	16.818
Col. Itajaí Norte	4.442	4.981	4.521
Col. do Alto Itajaí	12.603	13.915	14.762
Florianópolis	6.474	5.768	5.099
Col, Serrana Cata- rinense	8.734	8.360	8.485
Lit. de Laguna	3.138	3.925	3.651
Carbonífera	12.662	12.606	12.793
Lit. Sul Catarinense	7.282	6.894	6.931
Col. Sul Catarinense	5.965	5.837	5.957
Campos de Lages	7.287	7.265	7.538
Campos de Curitibanos	12.780	11.906	12.638
Col. do Rio do Peixe	27.708	25.762	25.981
Col. do Oeste Cata- rinense	53.072	57.300	65.993
Planalto de Canoíhas	15.673	15.177	16.046
SANTA CATARINA	207.218	206.998	216.006

Fonte: FIBGE, Censo Agropecuário, VIII Recenseamento Geral de 1970, v.3, tomo XX, Rio de Janeiro, 1975; Censo Agropecuário, Censos Econômicos de 1975, v.1, tomo 19, Rio de Janeiro, 1979 e Dados preliminares do Censo Agropecuário, IX Recenseamento Geral de 1980

4. POPULAÇÃO E EMPREGO

Segundo informações do Censo Demográfico da Fundação IBGE (versão preliminar), o Estado de Santa Catarina dispunha, em 1980, de um contingente populacional de 3.628.751 habitantes, distribuídos entre 2.154.527 pessoas (59,37%) vivendo na área urbana e 1.474.224 pessoas (40,63%) residentes no meio rural (tabela 5).

Ao se confrontarem os dados recenseados da população estadual de 1980 com os dados de 1970, observa-se taxa anual de crescimento da população total, no período, de 2,261%. Entretanto, esse comportamento tende a se alterar sensivelmente quando se analisa a população urbana e rural, constatando-se, na primeira, taxa positiva anual de crescimento de 5,628%, e, na segunda, taxa negativa de crescimento de 1,154% (tabela 6).

Ao se fazer uma análise a nível microrregional, pode-se verificar, na citada tabela, que todas as microrregiões do Estado apresentam tendências a taxas negativas de crescimento da população rural, exceção feita para a Colonial do Oeste Catarinense, ocasionado provavelmente pelo "fato de o setor agrícola regional ter sido capaz de "segurar" mão-de-obra rural. Além disso, as altas taxas de crescimento verificadas da população urbana podem estar apresentando também imigração de outras microrregiões. Fica também visível a combinação das altas taxas de crescimento positivo urbano, com altas taxas de crescimento negativo rural.

No que tange ao aspecto de emprego, verifica-se, no Estado, segundo a mesma fonte (FIBGE), que a população ocupada rural, em 1970, era de 763.501 pessoas, passando em 1975 para 858.734, e baixando em 1980 para 830.701 pessoas. "Essa tendência recente é atípica apenas para algumas microrregiões, como é o caso da Colonial do Oeste Catarinense e a do Rio do Peixe. O movimento geral em direção às cidades catarinenses ou para fora do Estado está sendo reforçado pela diminuição do emprego rural, que é, conseqüentemente, a primeira causa aparente do referido êxodo

Ainda em relação ao assunto, continua o referido documento interrogando o que determina a diminuição do emprego rural. E explica dizendo: "possivelmente, deve haver um conjunto enorme de causas agindo conjugadamente. É preciso, portanto, tentar pinçar as que se supõem serem mais explicativas. O padrão de explicação é afirmar que a diminuição do emprego decorre da substituição da mão-de-obra pelas máquinas e equipamentos agrícolas. Isso pode ser parcialmente verdadeiro quando se verifica que o número de tratores cresceu, no período de 1970 a 1980, em 426%. O setor agrícola catarinense passa de um estoque de 6.050 tratores, em 1970, para um de 31.813, em 1980.

De todo modo, é sabido que há limites à motomecanização no Estado, devido à conformação topográfica do território. Então, seria uma parte da explicação, reforçada por uma política de crédito subsidiado, que tornava as máquinas relativamente mais baratas do que a mão-de-obra.

Outra causa possível dessa diminuição da mão-de-obra ocupada rural seriam as oscilações nas medidas de política agrícola que, em geral, não permitem ao produtor agrícola um horizonte mais amplo de planejamento nas decisões de seu processo produtivo. Esse aspecto estaria combinado com a generalizada insatisfação pelo fato de os preços recebidos pelos produtores crescerem menos do que os dos produtos que eles devem adquirir para produzir os primeiros. Ora, em verdade, esses aspectos podem determinar diminuição na produção, na produtividade física e econômica, e, claro, com repercussões indiretas sobre o nível de emprego. Isso parece ser válido para áreas agrícolas estagnadas economicamente.

Um outro aspecto a considerar é o da quimificação da agricultura que, através, por exemplo, do uso de herbicidas, pode ter levado à liberação da mão-de-obra e, obviamente, à diminuição do emprego rural. Um aspecto importante é que a política agrícola, de certa forma, induziu o produtor à especialização.

"Essa especialização⁽¹⁾, quando coloca o produtor produzindo para o mercado, estabelece imediatamente o desequilíbrio do uso de mão-de-obra, principalmente quando das atividades da la

(1) No caso específico do nosso Estado, essa especialização pode ser entendida pela existência de apenas uma cultura ou criação que é produzida com a finalidade de atingir o mercado.

voura. Isso é a mesma coisa que afirma a escassez e a abundância de mão-de-obra ao longo dos doze meses do ano, o que, por sua vez, induz ao uso de mão-de-obra temporária e/ou de máquinas. Além disso, o declínio de atividades agroindustriais no interior dos estabelecimentos agrícolas evidenciado pelos censos agropecuários de 1970 e 1975, deve ser também um fator de diminuição do pessoal ocupado.

É evidente que, às causas aventadas acima, deve-se adicionar o "apelo" à vida urbana, as condições precárias de atendimento médico-hospitalar ao homem rural e outras.

Outro aspecto que pode estar, em primeira instância, associado ao declínio da população rural e da mão-de-obra rural ocupada, é o da concentração e/ou parcelamento dos estabelecimentos agrícolas. A concentração fundiária se dá nas circunstâncias em que a terra - do ponto de vista do pequeno proprietário - perde seu valor como meio ou fator de produção. Isso pode ser decorrente das condições desestimulantes expressas em termos de política agrícola, que não chegam a atingir esses estratos. O fenômeno do parcelamento fundiário, como é sabido, decorre da divisão da propriedade via herança. Aliás, a esse respeito, é oportuno frisar que a "fração mínima de parcelamentos" estabelecida pelo INCRA⁽²⁾ funciona como um reforço à concentração, na medida em que impede que a concentração seja realizada entre os estratos de área de "pequeno tamanho". Isso porque, quando o pequeno proprietário obtém excedentes econômicos para expandir suas áreas, as mais das vezes são insuficientes para adquirir área correspondente à "fração mínima de parcelamento". Então, o que ocorre, em geral, é que os estratos "grandes" absorvem as áreas dos "pequenos" estratos.

As considerações acima decorrem de observações empíricas que representam "modelos" explicativos da concentração e/ou parcelamento fundiário. É evidente que seria necessário aprofundar essas questões em cima de dados concretos, desagregados a nível de estrato de área. No momento, dispõe-se apenas da evolução do número de estabelecimentos. A tabela 4^(*) permite verificar uma leve tendência ao aumento do número de estabelecimentos no período 1970-80, a nível estadual. Isso, por si só, não permite conclu-

(2) Pela Portaria nº 134, de 30/jan/1978, geralmente varia de 13 a 15 ha, conforme o município.

(*) Inserida no Ítem Estrutura Fundiária.

sões, pois cabe saber de que forma teria ocorrido esse concentração e/ou parcelamento, levando em conta a área apropriada e/ou perdida por estrato de tamanho de área. Da tabela 9, o que fica visível, como tendência recente, é a diminuição do número de estabelecimentos em microrregiões onde se reconhece uma certa estagnação agrícola, bem como reflorestamento ou exploração da monocultura da cana. Esse pode ser um indício sério de concentração que estaria levando a reforçar a expulsão da população rural. É bem verdade que algumas daquelas microrregiões, por serem industrializadas, constituem-se em pólos de atração de mão-de-obra rural. Se bem que isso possa ser verdade, o fenômeno da agricultura de tempo parcial pode ser considerado como um fator de manutenção da população rural que poderia, em parte, compensar o fenômeno acima descrito.

Finalmente, dentre as supostas causas estaria a discrepância entre a renda rural/habitante/ano (Ra) e a renda urbana por habitante/ano (Ru). A relação Ru/Ra passa de 3,7 vezes em 1970, para 3,4 em 1980. Em verdade, o ritmo de crescimento da renda interna agrícola tem sido menor do que o da renda urbana. A relação Ru/Ra diminuiu, então, em função do próprio declínio absoluto da população rural. Mais ainda, no período 1970-80, a renda interna rural cresceu 82,3%, enquanto a renda interna urbana cresceu 227%.

Apesar das observações acima sobre a discrepância entre renda interna rural e urbana, é difícil estabelecer até onde a diferença entre as rendas é causa ou efeito do êxodo rural.

Tabela 5

POPULAÇÃO DE SANTA CATARINA, POR MICRORREGIÃO HOMOGÊNEA, 1980

MRH	POPULAÇÃO			PARTICIPAÇÃO RELATIVA (%)	
	Urbana (1)	Rural (2)	Total (3)	(1 / 3)	(2 / 3)
Colonial de Joinville	304.427	53.179	357.606	85,13	14,87
Litoral de Itajaí	136.230	30.165	166.395	81,87	18,13
Colonial de Blumenau	263.322	95.360	358.682	73,41	26,59
Colonial de Itajaí do Norte	14.157	26.294	40.451	35,00	65,00
Colonial do Alto Itajaí	64.943	85.196	150.139	43,26	56,74
Florianópolis	323.930	66.913	390.843	82,88	17,12
Colonial Serrana Catarinense	20.097	51.787	71.884	27,96	72,04
Litoral de Laguna	48.593	35.083	83.676	58,07	41,93
Carbonífera	213.836	101.671	315.507	67,78	32,22
Litoral Sul Catarinense	55.014	46.720	101.734	54,08	45,92
Colonial do Sul Catarinense	13.842	44.071	57.913	23,90	76,10
Campos de Lages	147.637	57.928	205.565	71,82	28,18
Campos de Curitibaanos	63.788	88.959	152.747	41,76	58,24
Colonial do Rio do Peixe	139.687	191.442	331.129	42,19	57,81
Colonial do Oeste Catarinense	196.626	390.703	587.329	33,48	66,52
Planalto de Canoinhas	148.398	108.753	257.151	57,71	42,29
SANTA CATARINA	2.154.527	1.474.224	3.628.751	59,37	40,63

Fonte dos dados básicos: FIBGE (Censo Demográfico de 1980, versão preliminar)

Fonte dos dados trabalhados: CEPA/SC

TAXA ANUAL DE CRESCIMENTO DA POPULAÇÃO URBANA, RURAL E TOTAL DE SANTA CATARINA, POR MICRORREGIÃO HOMOGÊNEA DE SANTA CATARINA, CONFORME DADOS DOS CENSOS DEMOGRÁFICOS DE 1970 e 1980

MRH	(%)		
	Urbana	Rural	Total (%)
Colonial de Joinville	6,873	-2,362	4,782
Litoral de Itajaí	5,369	-2,044	3,511
Colonial de Blumenau	5,470	-2,414	2,642
Colonial de Itajaí do Norte	7,199	-1,607	0,631
Colonial do Alto Itajaí	4,527	-1,323	0,770
Florianópolis	5,999	-2,600	3,845
Colonial Serrana Catarinense	2,826	-1,396	-0,398
Litoral de Laguna	4,063	-2,228	0,890
Carbonífera	4,439	-2,843	1,455
Litoral Sul Catarinense	8,264	-3,123	1,413
Colonial do Sul Catarinense	4,527	-1,221	0,139
Campos de Lages	3,279	-2,584	1,121
Campos de Curitibanos	4,245	-2,030	0,010
Colonial do Rio do Peixe	4,472	-0,321	1,409
Colonial do Oeste Catarinense	8,960	0,827	2,862
Planalto de Canoinhas	6,138	-1,038	2,417
SANTA CATARINA	5,628	-1,154	2,261

Fonte dos dados básicos: FIBGE

Fonte dos dados trabalhados: CEPA/SC

Tabela 7

PESSOAL OCUPADO NA ÁREA URBANA E RURAL, A NÍVEL DE MICRORREGIÃO HOMOGÊNEA, EM SANTA CATARINA, 1970, 1975 e 1980

MRH	1970			1975			1980		
	Urbana	Rural	Total	Urbana	Rural	Total	Urbana	Rural	Total
	PESSOAL OCUPADO								
Colonial de Joinville	30.604	30.825	61.429	48.239	27.833	76.072	...	21.440	...
Litoral de Itajaí	8.051	8.859	16.910	12.917	7.056	19.973	...	5.580	...
Colonial de Blumenau	38.952	61.735	100.687	60.540	67.617	128.157	...	53.733	...
Colonial de Itajaí Norte	2.047	17.251	19.298	2.938	22.653	25.591	...	16.180	...
Colonial de Alto Itajaí	7.780	51.276	59.056	10.641	63.662	704.303	...	58.622	...
Florianópolis	13.350	22.680	36.030	19.528	21.701	41.229	...	17.737	...
Colonial Serrana	2.804	30.800	33.604	3.046	36.037	39.083	...	32.718	...
Litoral de Laguna	3.372	12.672	16.044	3.146	18.659	21.805	...	11.523	...
Carbonífera	18.749	52.751	71.500	29.280	61.995	91.275	...	54.936	...
Litoral Sul Catarinense	3.620	28.657	32.277	5.903	33.127	39.030	...	29.605	...
Colonial Sul Catarinense	1.615	26.562	28.177	2.407	31.743	34.150	...	31.294	...
Campos de Lages	14.363	28.754	43.117	16.551	30.744	47.295	...	26.561	...
Campos de Curitiba	7.692	45.206	52.898	8.722	49.335	58.057	...	51.003	...
Colonial do Rio do Peixe	15.846	106.502	122.348	21.198	105.374	126.572	...	107.521	...
Colonial do Oeste Catarinense	13.127	184.712	197.839	24.276	222.474	246.750	...	251.870	...
Planalto de Canoinhas	16.058	54.215	70.273	25.529	58.824	84.353	...	58.378	...
SANTA CATARINA	198.030	763.501	961.531	298.850	858.734	1.157.584	432.555(*)	830.701	1.244.033

(*) Estimada pela relação entre o acréscimo de renda interna urbana (Ay) / acréscimo do emprego urbano (ΔE), no período 1970-1975. Admitiu-se, ainda que superestimando, que esta relação manteve-se no período 1975-1980. No caso ΔY=84,998 ΔE=50,91, onde ΔE/Ay = 0,599. Como a renda interna urbana cresceu 74,4%, o emprego teria crescido 44,74%, no quinquênio.

Fonte dos dados básicos: FIBGE, Censo Industrial dos Serviços, Comercial e Agropecuário, VIII Recenseamento Geral de 1970, v. VII, VI, IV e III, tomo XX, Rio de Janeiro, 1975 e Censo Industrial, Comercial e Agropecuário, v. 2, 3 e 1, tomo 19, Rio de Janeiro, 1979 e Dados Preliminares do Censo Agropecuário, XX Recenseamento Geral de 1980.

Tabela 8 - ESTRUTURA ETÁRIA DA POPULAÇÃO NA DATA DOS CENSOS DEMOGRÁFICOS DE 1960 E 1970 EM SC

FAIXA ETÁRIA	POPULAÇÃO EM 1960			POPULAÇÃO EM 1970		
	Urbana	Rural	Total	Urbana	Rural	Total
Até 14 anos	294.745	704.929	999.674	520.701	785.021	1.305.721
de 15 a 29 anos	184.040	357.625	541.665	350.405	429.800	780.205
de 30 a 49 anos	140.780	255.777	396.557	245.831	287.697	533.528
Mais de 50 anos	68.701	120.563	189.264	129.096	153.173	280.799
TOTAL	688.865	1.440.894	2.129.759	1.246.043	1.655.691	2.901.734

Fonte dos dados básicos: FIBGE, Censo Demográfico de 1960, Santa Catarina, VII Recenseamento Geral do Brasil, v. 1, tomo XV, 1ª parte e Censo Demográfico de Santa Catarina, VIII Recenseamento Geral - 1970, v. 1, tomo XX.

Tabela 9 - DISTRIBUIÇÃO PERCENTUAL POR FAIXA ETÁRIA DA POPULAÇÃO NA DATA DOS CENSOS DEMOGRÁFICOS DE 1960 E 1970 EM SC

FAIXA ETÁRIA	POPULAÇÃO EM 1960			POPULAÇÃO EM 1970		
	Urbana	Rural	Total	Urbana	Rural	Total
Até 14 anos	29 43	71 49	100 47	40 42	60 47	100 45
De 15 a 29 anos	34 27	66 25	100 25	45 28	55 26	100 27
De 30 a 49 anos	35 20	65 18	100 19	46 20	54 17	100 18
Mais de 50 anos	36 10	64 8	100 9	46 10	54 9	100 10
TOTAL	32 100	68 100	100 100	43 100	57 100	100 100

Fonte dos dados básicos: Tabela 8

5. ELETRIFICAÇÃO RURAL

Os trabalhos de eletrificação rural do Estado são executados pela Eletrificação Rural de Santa Catarina S/A - ERUSC, que tem o objetivo de promover e explorar a distribuição de energia elétrica no meio rural, contando com o apoio do Sistema Cooperativista e da concessionária estadual, CELESC.

Desde que a eletrificação rural foi iniciada no Estado, até setembro de 1981, foram construídos 21.689 quilômetros de linhas de distribuição no Estado, repartidos entre 3.054 quilômetros pela extinta Comissão de Energia Elétrica, 13.935 quilômetros pela ERUSC e 4.700 quilômetros pelas Cooperativas de Eletrificação Rural com participação da ERUSC.

Cabe salientar que está em andamento a construção de 1.616 quilômetros através da ERUSC, estando programada a construção de mais 5.560 quilômetros de linhas de eletrificação.

No Estado, existem 39 Cooperativas de Eletrificação Rural para um total de 91.872 consumidores cooperativados atendidos.

No período de 1976 a 1981, o número de consumidores cooperativados apresentou taxa anual de crescimento de 19,8%.

O consumo rural "per capita" evoluiu de 32,26 kw/hab/ano, em 1976, para 84,69, em 1981. Esse crescimento, no entanto, não significa que o consumo real "per capita" aumentou, mas sim que a população rural, no período, cresceu menos, proporcionalmente, do que o número de pessoas beneficiadas com as novas ligações efetuadas a nível de propriedade.

Tabela 10

CONSUMO DE ENERGIA ELÉTRICA NO MEIO RURAL DE SANTA CATARINA, 1976-81

(kw/h)

ANO	NÚMERO DE CONSUMIDORES COOPERATIVAS DOS (A)	CONSUMO TOTAL DE ENERGIA (EM 1.000) (B)	CONSUMO MÉDIO PROPRIEDADE/ANO (C=B/A)	POPULAÇÃO RURAL BENEFICIADA (D=Ax5*)	CONSUMO REAL "PER CAPITA/ANO" (E=B/D)	POPULAÇÃO RURAL TOTAL EXISTENTE (F)	CONSUMO RURAL "PER CAPITA/ANO" (G=E/F)
1976	36.221	49.818	1.375	181.105	275,07	1.544.125	32,26
1977	43.013	52.925	1.230	215.065	246,09	1.526.345	34,67
1978	60.849	75.059	1.234	304.245	246,71	1.508.770	49,75
1979	75.742	83.440	1.102	378.710	220,33	1.491.400	55,94
1980	79.898	107.820	1.349	399.490	269,89	1.474.224	73,14
1981 (**)	91.872	123.397	1.343	459.360	268,63	1.457.000	84,69

(*) Considerado 5 pessoas por família

(**) Estimativa

Fonte dos dados básicos: ERUSC e FIBGE

Fonte dos dados trabalhados: CEPA/SC

6. ARMAZENAMENTO

Santa Catarina dispõe, segundo a CIBRAZEM (1981), de uma capacidade estática total de armazenagem da ordem de 1.896.858 toneladas, distribuídas entre 1.840.910 toneladas utilizadas para estocagem do produto a meio ambiente e 55.948 toneladas para armazenagem a frio (tabela 11).

Em 1980, a mesma fonte indicou uma capacidade total de 1.665.178 toneladas (tabela 12). Os fatores responsáveis pelo aumento da capacidade de armazenagem em 1981 em relação a 1980 foram:

- construção e ampliação da capacidade de unidades armazenadoras no Estado;
- cadastramento de unidades armazenadoras ainda não registradas pela CIBRAZEM.

Ao se considerar a armazenagem a meio ambiente no Estado, observa-se, quanto ao tipo, que os armazéns a granel possuem uma capacidade de 1.055.600 toneladas, participando com 57,34% da capacidade total estadual, enquanto os armazéns para sacaria dispõem de 785.310 toneladas, contribuindo com 42,66%.

A nível microrregional, o ano em estudo apresenta a microrregião homogênea Colonial do Oeste Catarinense com uma capacidade de estocagem a meio ambiente de 639.350 toneladas, representando 34,73% da capacidade total de Santa Catarina, seguida pela microrregião homogênea Colonial do Rio do Peixe, com 291.028 toneladas, com 15,82% e a microrregião homogênea Colonial de Joinville com 221.974 toneladas, com participação relativa de 12,06%. As demais microrregiões do Estado, em termos relativos, comparadas com a capacidade de armazenagem total estadual, apresentam a seguinte configuração: Colonial de Itajaí, 4,35%; Colonial de Blumenau, 5,11%; Colonial de Itajaí Norte, 0,11%; Colonial do Alto Itajaí, 2,26%; Florianópolis, 0,62%; Colonial Serrana Catarinense, 3,06%; Litoral de Laguna, 1,59%; Carbonífera, 4,44%; Litoral Sul Catarinense, 2,79%; Colonial Sul Catarinense, 2,17%; Campos de Lagas, 0,28%; Campos de Curitibanos, 4,57%; e Planalto de Canoinhas 6,02%.

Cabe frisar que a maior participação relativa das mi

corregiões Colonial do Rio do Peixe, Colonial do Oeste Catarinense, Colonial de Joinville e Litoral de Laguna é ocasionada pelo fato de as duas primeiras serem as maiores regiões produtoras de cereais do Estado, e de as duas últimas apresentarem um expressivo parque de beneficiamento de cereais, bem como dois importantes portos marítimos.

Quanto às unidades armazenadoras das cooperativas, elas se constituem de armazéns convencionais, que permitem somente operações com produtos ensacados, e armazéns graneleiros, os quais já se fazem presentes nas principais regiões produtoras de grãos, notadamente no Oeste e Meio Oeste Catarinense, Planalto de Curitiba, Planalto de Canoinhas e Alto Vale do Itajaí.

Segundo informações da Fundação IBGE, havia no Estado, em 1975, a nível de propriedade, uma capacidade estática de armazenagem de 17.859.685 m³, cerca de 6.430 mil toneladas, dos chamados armazéns de pequeno porte, que deixam de ser cadastrados pela CIBRAZEM (tabela 13).

Segundo a Delegacia Federal da Agricultura - DFA/SC, através do Serviço de Inspeção do Produto Animal, e a Secretaria da Agricultura e do Abastecimento, em 1981, havia uma capacidade de armazenagem a frio de 70.298,3 toneladas, distribuídas entre 40.526,0 toneladas utilizadas para carnes (aves, suína e bovina); 7.621,0 toneladas disponíveis para pescado; 1.171,3 toneladas para armazenagem de leite e seus derivados (queijos, manteiga, etc.) e 20.980,0 toneladas para armazenagem de maçã.

Tabela 11

CAPACIDADE ESTÁTICA TOTAL DE ARMAZENAGEM POR MICRORREGIÃO HOMOGÊNEA DE SANTA CATARINA, 1981 (**)

MRH	ENTIDADE	GRANEL								SACARIA (**)						TOTAL GRANEL + SACARIA		ARMAZÉM A FRIO	
		Silo		Bateria		Graneleiro		Total		Convencional		Depósito		Total		nº	t	nº	t
		nº	t	nº	t	nº	t	nº	t	nº	t	nº	t	nº	t				
Colônia de Joinville	Particular	2	2.613	2	12.390	5	72.981	9	87.984	17	49.764	4	9.450	21	59.214	30	147.198	1	380
	Oficial			1	8.280	1	60.000	2	68.280					2	68.280	2	68.280		
	Cooperativa	1	1.800					1	1.800	2	4.696			2	4.696	3	6.496		
	TOTAL	3	4.413	3	20.670	6	132.981	12	158.064	19	54.460	4	9.450	23	63.910	35	221.974	1	380
Litoral de Itajaí	Particular	2	3.856	1	2.452			3	6.308			5	25.569	8	62.035	11	668.343	10	15.551
	Oficial									1	10.002			1	10.002	1	10.002	1	2.150
	Cooperativa											1	1.812	1	1.812	1	1.812		
	TOTAL	2	3.856	1	2.452			3	6.308	4	46.468	6	27.381	10	73.849	13	80.157	11	17.701
Colônia de Blumenau	Particular	1	9.402			5	27.772	6	37.174	4	15.650	24	28.633	28	44.283	34	81.457	4	995
	Oficial																		
	Cooperativa	1	5.543					1	5.543	1	4.998	2	2.418	3	7.416	4	12.959		
	TOTAL	2	14.945			5	27.772	7	42.717	5	20.648	26	31.051	31	51.699	38	94.416	4	995
Colônia do Itajaí Norte	Particular											4	2.040	4	2.040	4	2.040		
	Oficial																		
	Cooperativa												4	2.040	4	2.040	4	2.040	
	TOTAL											4	2.040	4	2.040	4	2.040		
Colônia do Alto Itajaí	Particular	1	6.828			1	1.836	2	8.664	6	6.726	20	11.209	26	17.935	28	26.599	1	110
	Oficial																		
	Cooperativa	2	7.886					2	7.886	3	5.560	1	1.560	4	7.120	6	15.006		
	TOTAL	3	14.714			1	1.836	4	16.550	9	12.286	21	12.769	30	25.055	34	41.605	1	110
Florianópolis	Particular			1	440			1	440			5	6.690	5	6.690	6	7.130	11	3.772
	Oficial																		
	Cooperativa									2	4.363			2	4.363	2	4.363		
	TOTAL			1	440			1	440	2	4.363	5	6.690	7	11.053	8	11.493	11	3.772
Colônia Serra-nã Catarinense	Particular			1	1.986			1	1.986	3	54.439			3	54.439	4	56.425	1	250
	Oficial																		
	Cooperativa																		
	TOTAL			1	1.986			1	1.986	3	54.439			3	54.439	4	56.425	1	250
Litoral de Laguna	Particular									2	3.199	3	13.200	5	16.399	5	16.399	2	107
	Oficial									2	12.900			2	12.900	2	12.900	1	1.098
	Cooperativa																		
	TOTAL									4	16.099	3	13.200	7	29.299	7	29.299	3	1.205
Carboníferá	Particular	1	11.400					1	11.400	10	37.603	12	14.976	22	52.579	23	63.979	2	1.740
	Oficial									1	2.700			1	2.700	1	2.700		
	Cooperativa									3	7.637	3	7.488	6	15.125	6	15.125		
	TOTAL	1	11.400					1	11.400	14	47.940	15	22.464	29	70.404	30	81.804	2	1.740
Litoral Sul Catarinense	Particular	2	2.370					2	2.370	8	10.373	20	33.425	28	43.798	30	46.168		
	Oficial																		
	Cooperativa									1	2.100	3	3.057	4	5.157	4	5.157		
	TOTAL	2	2.370					2	2.370	9	12.473	23	36.482	32	48.955	34	51.325		
Colônia Sul Catarinense	Particular									13	17.460	16	16.011	29	33.471	29	33.471		
	Oficial									3	5.271	1	1.200	4	6.471	4	6.471		
	Cooperativa																		
	TOTAL									16	22.731	17	17.211	33	39.942	33	39.942		
Campos de Logas	Particular	2	3.362					2	3.362			4	1.560	4	1.560	6	4.922		
	Oficial																		
	Cooperativa																		
	TOTAL	2	3.362					2	3.362			4	1.560	4	1.560	6	4.922		
Campos de Curitiba	Particular					2	28.980	2	28.980	1	15.000			1	1.500	3	30.480		
	Oficial									2	3.671			2	3.671	2	3.671		
	Cooperativa	1	13.200			3	16.668	4	29.868	4	14.980	1	5.199	5	20.179	9	50.047		
	TOTAL	1	13.200			5	45.648	6	58.848	7	20.151	1	5.199	8	25.350	14	84.198		
Colônia do Rio do Peixe	Particular	11	86.057	10	19.676	7	88.486	28	194.219	17	36.234	18	10.957	35	47.191	63	241.410	7	14.921
	Oficial	1	5.042					1	5.042	3	8.800			3	8.800	4	13.842		
	Cooperativa	1	6.000	2	1.504	1	3.000	4	10.504	7	18.792	4	6.480	11	25.272	15	35.776	1	1.555
	TOTAL	13	97.099	12	21.180	8	91.486	33	209.765	27	63.826	22	17.437	49	81.263	82	291.028	8	16.476
Colônia do Oeste Catarinense	Particular	20	84.573	8	16.519	22	208.115	50	309.207	34	62.243	25	15.140	59	77.383	109	386.590	3	9.711
	Oficial	1	216	2	14.530			3	14.746	2	2.400			2	2.400	5	17.146		
	Cooperativa	7	51.136	1	5.448	9	76.032	17	132.616	23	90.275	11	12.723	34	102.998	51	235.614	1	300
	TOTAL	28	135.925	11	36.497	31	284.147	70	456.569	59	154.918	36	27.863	95	182.781	165	639.350	4	10.011
Planalto de Canoinhas	Particular	3	6.698	1	648	4	45.933	8	53.279	1	900	6	4.680	7	5.580	15	58.859	1	3.308
	Oficial																		
	Cooperativa					8	33.942	8	33.942	7	13.014	4	5.117	11	18.131	29	52.073		
	TOTAL	3	6.698	1	648	12	79.875	16	87.221	8	13.914	10	9.797	18	23.711	34	110.932	1	3.308
Estado	Particular	45	217.159	24	54.111	46	474.103	115	745.373	119	332.557	166	193.540	285	526.097	400	1.271.470	43	50.845
	Oficial	2	5.258	3	22.810	1	60.000	6	88.068	11	40.473			11	40.473	17	128.541	2	3.248
	Cooperativa	13	85.565	3	6.952	21	129.642	37	222.159	56	171.686	31	47.054	87	218.740	124	440.899	2	1.855
	TOTAL	60	307.982	30	83.873	68	663.745	158	1.055.600	186	544.716	197	240.594	383	785.310	541	1.840.910	47	55.948

(*) Situação até julho

(**) Incluídos os armazéns do tipo infíveis

Fonte: CIBRAZEM (Cadastro Nacional de Unidades Armazenadoras)

Elaboração: CEPA/SC

Tabela 12
CAPACIDADE ESTÁTICA TOTAL DE ARMAZENAGEM POR MICROREGIÃO HOMOGÊNEA DE SANTA CATARINA, 1980

MNH	ENTIDADE	GRANEL								SACARIA (**)						TOTAL GRANEL + SACARIA		ARMAZEN A FRIO		
		Siló		Bateria		Graneleiro		Total		Convencional		Depósito		Total		nº	t	nº	t	
		nº	t	nº	t	nº	t	nº	t	nº	t	nº	t	nº	t					
Colonial de Joinville	Particular	2	2.613	2	12.390	5	72.981	9	87.984	17	49.764	4	9.450	21	59.214	30	147.198	1	380	
	Oficial					1	60.000	1	60.000							1	60.000			
	Cooperativa									2	4.696			2	4.696	2	4.696			
TOTAL		2	2.613	2	12.390	6	132.981	10	147.984	19	54.460	4	9.450	23	63.910	33	211.894	1	380	
Litoral de Itajaí	Particular	2	3.856	1	2.452			3	6.308	3	16.302	5	25.569	8	41.871	11	48.179	9	4.551	
	Oficial																	2	2.150	
	Cooperativa											1	1.812	1	1.812	1	1.812			
TOTAL		2	3.856	1	2.452			3	6.308	3	16.302	6	27.381	9	43.683	12	49.991	10	6.701	
Colonial de Blumenau	Particular	1	9.402			4	24.372	5	33.774	3	13.430	23	26.881	26	40.311	31	74.085	4	995	
	Oficial																			
	Cooperativa											2	2.418	2	2.418	2	2.418			
TOTAL		1	9.402			4	24.372	5	33.774	3	13.430	25	29.299	28	42.729	33	76.503	4	995	
Colonial do Itajaí Norte	Particular												4	2.040	4	2.040	4	2.040		
	Oficial																			
	Cooperativa																			
TOTAL													4	2.040	4	2.040	4	2.040		
Colonial do Alto Itajaí	Particular	1	6.828			1	1.836	2	8.664	6	6.726	20	11.209	26	17.935	28	26.539	1	110	
	Oficial											1	1.560	1	1.560	1	1.560			
	Cooperativa	1	5.736					1	5.736	3	5.560			3	5.560	4	11.298			
TOTAL		2	12.564			1	1.836	3	14.400	9	12.286	21	12.769	30	25.055	33	39.455	1	110	
Piorizópolis	Particular			1	440			1	440			5	6.690	5	6.690	6	7.130	11	3.772	
	Oficial																			
	Cooperativa											2	4.363	2	4.363	2	4.363			
TOTAL				1	440			1	440			2	4.363	5	6.690	7	11.053	8	11.493	
Colonial Santa Catarinaense	Particular			1	1.986			1	1.986	3	54.439			3	54.439	4	56.425	1	250	
	Oficial																			
	Cooperativa																			
TOTAL				1	1.986			1	1.986	3	54.439			3	54.439	4	56.425	1	250	
Litoral de Laguna	Particular											4	16.099	3	13.200	7	29.299	2	107	
	Oficial																			
	Cooperativa																			
TOTAL												4	16.099	3	13.200	7	29.299	2	107	
Carbonífera	Particular	1	11.400					1	11.400	10	37.603	12	14.976	22	52.579	23	63.979	2	1.740	
	Oficial											1	2.700	1	2.700	1	2.700			
	Cooperativa											3	7.637	3	7.488	6	15.125			
TOTAL		1	11.400					1	11.400	14	47.940	15	22.464	29	70.404	30	81.804	2	1.740	
Litoral Sul Catarinense	Particular	2	2.370					2	2.370	9	17.573	19	28.925	28	46.498	30	48.868			
	Oficial											3	3.057	3	3.057	3	3.057			
	Cooperativa											1	2.100	1	2.100	1	2.100			
TOTAL		2	2.370					2	2.370	10	19.673	22	31.982	32	51.655	34	54.025			
Colonial Sul Catarinense	Particular											12	15.300	17	18.171	29	33.471			
	Oficial																			
	Cooperativa											3	5.271	1	1.200	4	6.471			
TOTAL												15	20.571	18	19.371	33	39.942			
Campos de Lages	Particular	2	3.362					2	3.362			4	1.560	4	1.560	6	4.922			
	Oficial																			
	Cooperativa																			
TOTAL		2	3.362					2	3.362			4	1.560	4	1.560	6	4.922			
Campos de Curitiba	Particular					2	28.980	2	28.980	2	2.771			2	2.771	4	31.751			
	Oficial									1	2.400			1	2.400	1	2.400			
	Cooperativa	1	13.200			1	10.368	2	23.568	3	10.640	1	5.199	4	15.859	6	39.427			
TOTAL		1	13.200			3	39.348	4	52.548	6	15.811	1	5.199	7	21.030	11	73.578			
Colonial do Rio do Peixe	Particular	12	71.117	4	8.680	7	88.486	23	168.283	16	29.223	19	11.197	35	40.420	58	208.703	9	20.921	
	Oficial	1	5.042					1	5.042	5	12.700			5	12.700	6	17.742	1	1.555	
	Cooperativa	1	6.000					1	6.000	5	14.892	3	5.100	8	19.992	9	25.992			
TOTAL		14	82.159	4	8.680	7	88.486	25	179.325	26	56.815	22	16.297	46	73.112	73	252.437	10	22.476	
Colonial do Oeste Catarinense	Particular	12	52.006	9	28.519	21	216.015	42	294.540	31	57.282	25	15.391	56	72.673	98	367.213	4	5.125	
	Oficial	1	216	1	2.530			2	2.746	2	2.400			2	2.400	4	5.146			
	Cooperativa	4	36.290			9	76.032	13	112.322	20	80.554	10	8.433	30	88.987	43	201.309			
TOTAL		17	88.512	10	31.049	30	290.047	57	409.608	53	140.236	35	23.824	88	164.060	145	573.668	4	5.125	
Planalto de Concórdia	Particular	2	2.828	1	648	3	12.307	6	15.783			6	4.680	6	4.680	12	20.463	1	3.308	
	Oficial																			
	Cooperativa					6	24.144	6	24.144	7	13.014	4	5.117	11	18.131	17	42.275			
TOTAL		2	2.828	1	648	9	36.451	12	39.927	7	13.014	10	9.797	17	22.811	29	62.738	1	3.308	
Estado	Particular	37	165.782	19	55.115	43	442.977	99	663.874	116	316.512	164	189.939	282	506.451	381	1.170.325	45	41.259	
	Oficial	2	5.258	1	2.530	1	60.000	4	67.780	9	20.200	4	4.617	13	24.817	17	52.605	2	3.705	
	Cooperativa	7	61.226			16	110.544	23	171.770	49	248.747	25	36.767	74	185.514	97	357.284			
TOTAL		46	232.266	20	57.645	60	613.521	126	903.432	174	485.459	195	231.323	369	716.782	495	1.620.214	47	44.964	

(*) Inscrição anexada do tipo inflexível.
Fonte: CIBRAM (Cadastro Nacional de Unidades Armazenadoras)
Elaboração: CEPAL/SC

Tabela 13

CAPACIDADE ESTÁTICA DE ARMAZENAGEM A NÍVEL DE PRODUTOR
POR MICRORREGIÃO, SANTA CATARINA - 1975

MICRORREGIÃO	SILOS		OUTROS DEPÓSITOS	
	Número	Capacidade em m ³	Número	Capacidade em m ³
Colonial de Joinville	93	10.647	4.214	358.989
Litoral de Itajaí	3	675	17	2.084
Colonial de Blumenau	530	34.176	13.527	1.063.013
Col. do Itajaí Norte	3	430	4.126	570.182
Col. do Alto Itajaí	172	16.828	14.378	2.135.469
Florianópolis	86	32.697	1.028	100.241
Col. Serrana Catarinense	195	14.687	6.729	477.019
Litoral de Laguna	38	1.274	741	34.674
Carbonífera	45	8.505	12.093	1.089.635
Litoral Sul Catarinense	10	3.436	4.391	360.611
Col. do Sul Catarinense	4	415	5.611	588.671
Campos de Lages	34	2.426	3.064	394.302
Campos de Curitibanos	80	20.974	8.588	868.878
Colonial do Rio do Peixe	64	7.632	25.746	2.666.149
Col. do Oeste Catarinense	262	33.028	51.915	5.230.558
Planalto de Canoinhas	105	10.386	15.942	1.942.210
Total em m ³	1.724	198.216	172.110	17.859.685
Total em tonelada	-	138.751	-	6.429.487

Observação: Estes armazéns por serem de pequena capacidade estática, não estão sujeitos ao cadastramento da CIBRAZEM.

Fonte: Fundação IBGE (Censos Econômicos - 1975)

7. CRÉDITO AGRÍCOLA

O crédito agrícola é um dos mais importantes instrumentos de política agrícola, não só porque põe recursos financeiros à disposição do agricultor, mas, principalmente, porque faz isso a juros subsidiados. No entanto, o subsídio, bem como a disponibilidade de crédito, tem se modificado nos últimos anos, além de terem sido criados diferentes níveis de cobertura do Valor Básico de Custeio e taxas diferenciadas de juros de acordo com a classificação do produtor.

A tabela 15 mostra o montante de financiamentos concedidos a produtores e cooperativas de Santa Catarina, para custeio, investimento e comercialização, no período de 1975 a 1981, corrigido a preços de 1981, na qual se constata que a participação do subsetor lavouras tem apresentado pequenas variações ao redor da média do período, que foi de 64%, enquanto a pecuária participou em média com 36% do total financiado.

O volume total de crédito aplicado no Estado, no período de 1975 a 1980, apresentou taxa anual de crescimento de 4,13%, sendo que o crédito destinado para as atividades de lavoura e pecuária cresceram em 4,44% e 3,56%, respectivamente.

Do total de crédito empregado no setor (1975 a 1980), cerca de 46% destinaram-se ao custeio das lavouras, cabendo às culturas do milho, fumo, soja e arroz uma parcela aproximada de 70% do custeio total, enquanto na atividade pecuária 96% do custeio foram utilizados pelas criações de suínos, aves, bovinos de corte e bovinos de leite (tabelas 17, 18 e 19).

No que tange ao comportamento do valor médio dos contratos (a preços de 1981), observa-se uma taxa anual de crescimento no valor médio total no período (1975 a 1980) de 2,41%, com as atividades de lavoura e pecuária apresentando taxas de crescimento de 3,20% e 0,49%, respectivamente.

Ainda com relação às modalidades de crédito, constata-se que os maiores valores médios dos contratos ocorreram nos financiamentos para comercialização agrícola, em 1980, com Cr\$ 3.656 mil; nos investimentos da pecuária, em 1976, com Cr\$ 701 mil; na comercialização da pecuária, também em 1976, com Cr\$ 461 mil (tabela 16).

Em relação ao número de contratos de crédito rural, houve, no período considerado, taxa anual de crescimento de 1,68%, com as atividades de lavouras e pecuária crescendo em 1,21% e 3,05%, respectivamente (tabela 19). Esse crescimento não implica necessariamente um aumento do número de agricultores "beneficiados" em igual proporção, uma vez que, ao longo do processo produtivo, um único agricultor pode contrair mais de um financiamento.

Quanto ao crédito educativo movimentado pelas entidades oficiais de assistência técnica e extensão rural e da pesca, período de 1975 a 1980, a preços de 1981 (tabela 20), observa-se uma taxa anual de crescimento negativa no valor financiado de 0,95%, enquanto o número de contratos se comportou, no mesmo período, com taxas de crescimento de 3,36%, evidenciando, portanto, a partir de 1977, uma diminuição do número de contratos, perdurando em baixa até 1980 e apresentando, como consequência, um decréscimo do montante total liberado e um valor médio por contrato de aproximadamente Cr\$ 398.000,00.

As principais causas do comportamento do crédito rural orientado no Estado, bem como da baixa taxa anual de crescimento observada no montante de crédito para investimento concedido a produtores e cooperativas de Santa Catarina, podem ser explicadas pelo comportamento das taxas de juros ditadas através do Conselho Monetário Nacional, conforme apresentado a seguir:

Evolução das taxas de crédito rural, com período de vigência de 1975 a 25/01/77:

- Até 50 X o valor do maior salário mínimo no país:
 - . Produtores rurais e cooperativas - 13% a.a.
- Acima de 50 X o valor do maior salário mínimo do país:
 - . Produtores rurais e cooperativas - 15% a.a.

Resolução 416 do Conselho Monetário Nacional de 26/01/77, fixa:

1) Operações de Custeio:

Até 50 X o M.V.R. - 13% a.a.

Acima de 50 X o M.V.R. - 15% a.a.

2) Operações de Investimento:

Até 50 X o M.V.R. - 13% a.a.

De 50 até 1.000 M.V.R. - 15% a.a.

De 1.000 até 5.000 M.V.R. - 18% a.a.

Acima de 5.000 M.V.R. - 21% a.a.

Resolução nº 590 de 07/12/79 fixa:

- Mini Produtor e Pequeno Produtor

. Custeio - 24% a.a.

. Investimento - 29% a.a.

- Demais Produtores:

. Custeio - 33% a.a.

. Investimento - 38% a.a.

- Cooperativas

. Custeio - 24% a.a.

. Investimento - 29% a.a.

A Resolução nº 671 de 17/12/80 fixa a taxa única de 45% para as operações de crédito rural, variando conforme a classificação atribuída ao produtor, sendo que no crédito de custeio eram cobradas taxas de 24,5% a.a. para o mini e pequeno produtor e de 33,5% a.a. para o médio e grande produtor; o crédito para investimento, dentro da mesma classificação, era de 29,5% a.a. e 38,5% a.a.

Em 1981, os juros cobrados foram de 45% a.a. para os empréstimos obtidos até 100 M.V.R. e de 73,8% a.a. acima de 100 M.V.R.

A classificação dos produtores em mini, pequenos, médios e grandes trouxe as diferenciações dos juros no crédito agrícola, conforme a classe, que posteriormente serviu de referência para a diferenciação do percentual de financiamento concedido para custeio e investimento. No caso do custeio, os mini e pequenos produtores podem obter empréstimos de até 100% do VBC; os médios até 80%; e os grandes até 60%

Também contribuíram para a diminuição de utilização do crédito para investimento o encarecimento das taxas de juros do crédito para os itens máquinas, equipamentos, animais e reflorestamento e florestamento (73,8%) e a não disponibilidade de recursos financeiros para investimento junto às agências bancárias, no montante adequado e momento oportuno.

Tabela 14

CRÉDITO AGRÍCOLA CONCEDIDO A PRODUTORES E COOPERATIVAS, SANTA CATARINA, 1975-81

(a preços correntes - Cr\$ 1.000)

ANO	ATIVIDADE	CUSTEIO		INVESTIMENTO		COMERCIALIZAÇÃO		TOTAL	
		Nº Contrato	Valor Cr\$ 1.000	Nº Contrato	Valor Cr\$ 1.000	Nº Contrato	Valor Cr\$ 1.000	Nº Contrato	Valor Cr\$ 1.000
1975	Lavoura	99.821	695.691	30.961	714.617	3.541	522.701	134.324	1.933.009
	Pecuária	18.607	406.717	19.106	456.107	6.784	193.953	44.497	1.056.777
	Total	118.431	1.102.408	50.067	1.170.724	10.325	716.654	178.820	2.989.786
1976	Lavoura	105.204	1.050.058	22.621	873.849	3.886	745.882	131.713	2.669.789
	Pecuária	18.118	652.078	11.442	626.135	11.354	593.562	40.914	1.871.775
	Total	123.327	1.702.136	34.063	1.499.984	15.240	1.339.444	172.626	4.541.564
1977	Lavoura	86.041	1.557.987	20.858	985.102	3.558	1.134.001	110.454	3.677.090
	Pecuária	13.437	808.447	10.962	554.267	8.238	715.021	32.637	2.077.735
	Total	99.473	2.366.434	31.820	1.539.369	11.796	1.849.022	143.091	5.754.825
1978	Lavoura	91.097	2.797.153	30.432	1.658.391	3.610	1.584.476	125.141	6.040.020
	Pecuária	17.079	1.159.580	13.278	760.743	8.966	1.053.367	39.323	2.973.690
	Total	108.176	3.956.733	43.710	2.419.134	12.576	2.637.843	164.462	9.013.710
1979	Lavoura	89.836	5.711.954	33.837	2.564.492	3.236	2.563.106	126.910	10.839.552
	Pecuária	20.474	2.202.906	18.013	1.816.093	10.892	2.072.357	49.379	6.091.356
	Total	110.312	7.914.860	51.850	4.380.585	14.128	4.635.463	176.289	16.930.908
1980	Lavoura	117.393	12.145.751	21.774	2.594.825	3.440	5.992.716	142.605	20.733.292
	Pecuária	21.528	4.250.899	16.201	2.413.013	13.991	4.200.077	51.720	10.863.989
	Total	138.920	16.396.650	37.975	5.007.838	17.431	10.192.793	194.324	31.597.281
1981 (*)	Lavoura	156.418	21.767.372	16.018	3.044.343	2.465	9.226.713	174.901	34.038.428
	Pecuária	10.895	3.501.421	6.454	1.086.936	33	1.756.502	17.382	6.344.859
	Total	167.313	25.268.793	22.472	4.131.279	2.498	10.983.215	192.283	40.383.287

(*) Situação até agosto

Fonte: BACEN/DERUR (1975 a 1980); CEPA/SC (Pesquisa Direta realizada junto ao Sistema Financeiro de Santa Catarina, (1981)

OBS.: Utilizou-se os dados estatísticos disponíveis no trimestre.

Tabela 15

CRÉDITO AGRÍCOLA CONCEDIDO A PRODUTORES E COOPERATIVAS, SANTA CATARINA, 1975-81

ANO	ATIVIDADE	CUSTEIO	(a preços de 1981 - Cr\$ 1.000,00)			TOTAL
			INVESTIMENTO	COMERCIALIZAÇÃO		
1975	Lavoura	12.603.098	12.945.960	9.469.221	35.018.279	
	Pecuária	7.368.062	8.262.808	3.513.641	19.144.511	
	Total	19.971.160	21.208.768	12.982.862	54.162.790	
1976	Lavoura	13.445.045	11.188.848	9.550.346	34.184.239	
	Pecuária	8.349.270	8.017.093	7.600.026	23.966.389	
	Total	21.794.315	19.205.941	17.150.372	58.150.628	
1977	Lavoura	13.972.978	8.834.996	10.170.413	32.978.387	
	Pecuária	7.250.646	4.971.004	6.412.744	18.634.394	
	Total	21.223.624	13.806.000	16.583.157	51.612.781	
1978	Lavoura	18.092.860	10.726.960	10.248.875	39.068.695	
	Pecuária	7.000.518	4.920.718	6.813.499	19.234.735	
	Total	25.593.378	15.647.678	17.062.374	58.303.430	
1979	Lavoura	23.999.807	10.775.176	10.769.353	45.544.336	
	Pecuária	9.255.950	7.630.643	8.707.381	25.593.974	
	Total	33.255.757	18.405.819	19.476.734	71.138.310	
1980	Lavoura	25.489.509	5.445.593	12.576.529	43.511.631	
	Pecuária	8.921.089	5.064.035	8.814.433	22.799.557	
	Total	34.410.598	10.509.628	21.390.962	66.311.188	
1981(*)	Lavoura	21.767.372	3.044.343	9.226.713	34.038.428	
	Pecuária	3.501.421	1.086.936	1.756.502	6.344.859	
	Total	25.268.793	4.131.279	10.983.215	40.383.287	

(*) Situação até setembro

Fonte dos dados básicos: BACEN/DERUR (1975 a 1980); CEPA/SC (pesquisa realizada junto ao Sistema Financeiro de Santa Catarina).

Fonte dos dados trabalhados: CEPA/SC

Tabela 16

VALOR MÉDIO DOS CONTRATOS DE CRÉDITO AGRÍCOLA CONCEDIDO A PRODUTORES E COOPERATIVAS,
SANTA CATARINA, 1975 - 81

(a preços de 1981 - Cr\$ 1.000,00)

ANO	ATIVIDADE	CUSTEIO	INVESTIMENTO	COMERCIALIZAÇÃO	TOTAL
1975	Lavoura	126,26	418,14	2.674,16	260,70
	Pecuária	395,98	432,47	517,93	430,24
	Total	168,63	423,61	1.257,42	302,89
1976	Lavoura	127,80	494,62	2.457,63	259,53
	Pecuária	460,83	700,67	669,37	585,77
	Total	176,72	563,83	1.125,35	336,86
1977	Lavoura	162,40	423,58	2.858,46	298,57
	Pecuária	539,60	453,48	778,43	570,96
	Total	213,36	433,88	1.405,83	360,70
1978	Lavoura	198,61	352,49	2.839,02	312,20
	Pecuária	439,17	370,59	759,93	489,15
	Total	236,59	357,99	1.356,74	354,51
1979	Lavoura	267,15	318,44	3.327,98	358,87
	Pecuária	452,08	423,62	799,43	518,32
	Total	301,47	354,98	1.378,59	403,53
1980	Lavoura	217,13	250,10	3.655,97	305,12
	Pecuária	414,39	312,58	630,01	440,83
	Total	247,70	276,75	1.227,18	341,24

Fonte dos dados básicos: BACEN/DERUR

Fonte dos dados trabalhados: CEPA/SC

CRÉDITO CONCEDIDO AO SETOR AGROPECUÁRIO CATARINENSE, 1978

(a preços de 1981 - Cr\$ 1.000,00)

ATIVIDADE	CUSTEIO		INVESTIMENTO		COMERCIALIZAÇÃO		TOTAL	
	Nº de contrato	Valor	Nº de contrato	Valor	Nº de contrato	Valor	Nº de contrato	Valor
Lavoura	91.098	18.092.860	30.432	10.726.960	3.610	10.248.875	125.140	39.068.695
Culturas Anuais	86.549	15.204.968	-	-	1.717	7.395.220	88.266	22.600.188
Culturas Perenes	842	398.590	704	541.999	-	-	1.546	940.589
Outras Culturas	2.363	946.087	-	-	-	-	2.363	946.087
Beneficiamento	-	-	-	-	-	-	-	-
Melhor.das Explorações	-	-	15.494	3.556.876	-	-	15.494	3.556.876
Maq. equip. e Veículos	-	-	8.157	4.758.958	-	-	8.157	4.758.958
Outras	1.311	1.426.604	6.037	1.795.996	1.805	2.745.964	9.153	5.968.564
Sementes e Mudras	33	116.611	-	-	-	-	33	116.611
Fundiários	-	-	40	73.131	-	-	40.	73.131
Repasses à Cooperados	-	-	-	-	88	107.691	88	107.691
Pecuária	17.079	7.500.518	13.278	14.920.718	8.966	6.813.499	39.323	19.234.735
Aves	477	2.840.259	4	9.929	1.391	1.715.718	1.872	4.565.906
Bovinos	1.055	428.299	1.031	386.643	414	473.111	2.500	1.288.053
Suínos	14.845	3.920.737	592	269.211	6.027	4.079.832	21.464	8.269.780
Outras	702	311.223	281	44.644	1.134	544.838	2.117	900.705
Melhor das Explorações	-	-	7.781	3.213.467	-	-	7.781	3.213.467
Maq. equip. e Veículos	-	-	3.589	996.824	-	-	3.589	996.824
TOTAL	108.177	25.593.378	43.710	15.647.678	12.576	17.062.374	164.463	58.303.430

Fonte dos dados básicos: BACEN/DERUR

Fonte dos dados trabalhados: CEPA/SC

Tabela 18

CRÉDITO CONCEDIDO AO SETOR AGROPECUÁRIO CATARINENSE, 1979

(a preços de 1981 - Cr\$ 1.000,00)

ATIVIDADE	CUSTEIO		INVESTIMENTO		COMERCIALIZAÇÃO			TOTAL	
	Nº de contrato	Valor Cr\$ 1.000	Nº de contrato	Valor Cr\$ 1.000	Nº de contrato	Valor Cr\$ 1.000	Nº de contrato	Valor Cr\$ 1.000	
1. Lavoura	89.837	23.999.807	33.837	10.775.176	3.236	10.769.353	126.910	45.544.336	
Culturas Anuais	83.346	20.599.828	-	-	1.457	7.759.992	84.803	28.359.820	
Culturas Perenes	1.094	662.836	706	340.710	-	-	1.800	1.003.546	
Outras Culturas	3.257	1.616.496	-	-	-	-	3.257	1.616.496	
Beneficiamento	-	-	-	-	-	-	-	-	
Melhor.das Explorações	-	-	15.189	3.429.639	-	-	15.189	3.429.639	
Mãq. equip. e Veículos	-	-	12.298	5.596.403	-	-	12.298	5.596.403	
Outras	2.089	986.403	5.644	1.408.424	1.779	3.009.361	9.512	5.404.188	
Semente e Mudas	51	134.244	-	-	-	-	51	134.244	
2. Pecuária	20.474	9.255.950	18.013	7.630.643	10.892	8.707.381	49.379	25.593.974	
Aves	675	3.047.681	34	42.966	1.832	1.726.903	2.541	4.817.550	
Bovinos	1.026	770.399	1.476	635.563	506	697.966	3.008	2.103.928	
Suínos	18.195	5.081.618	1.093	447.559	7.433	4.643.508	26.721	10.172.685	
Outras	578	356.252	837	110.685	1.121	1.639.004	2.536	2.105.941	
Melhor das Explorações	-	-	10.211	5.016.496	-	-	10.211	5.016.496	
Mãq. equip. e Veículos	-	-	4.362	1.377.374	-	-	4.362	1.377.374	
TOTAL	110.311	33.255.757	51.850	18.405.819	14.128	19.476.734	176.289	71.138.310	

Fonte dos dados básicos: BACEN/DERUR

Fonte dos dados trabalhados: CEPA/SC

CRÉDITO CONCEDIDO AO SETOR AGROPECUÁRIO CATARINENSE, 1980

(a preços de 1981 - Cr\$ 1.000,00)

ATIVIDADE	CUSTEIO		INVESTIMENTO		COMERCIALIZAÇÃO		TOTAL	
	Nº de contrato	Valor Cr\$ 1.000	Nº de contrato	Valor Cr\$ 1.000	Nº de contrato	Valor Cr\$ 1.000	Nº de contrato	Valor Cr\$ 1.000
1. Lavoura	117.391	25.489.509	21.774	5.445.593	3.440	12.576.529	142.605	43.511.631
Culturas Anuais	107.248	21.517.851	-	-	2.180	8.939.148	109.428	30.456.999
Culturas Perenes	1.572	874.808	496	176.621	-	-	2.068	1.051.429
Outras Culturas	5.970	1.560.061	-	-	991	3.161.488	6.961	4.721.549
Melhor. dos Exploradores	-	-	8.840	1.908.873	-	-	8.840	1.908.873
Mãq. equip. e Veículos	-	-	8.189	2.674.928	-	-	8.189	2.674.928
Outras	2.020	914.256	4.249	685.171	269	475.893	6.538	2.075.320
Sementes e Mudás	581	622.533	-	-	-	-	581	622.533
2. Pecuária	21.528	8.921.089	16.201	5.064.035	13.991	8.814.433	51.720	22.799.557
Aves	895	3.192.371	22	24.535	1.588	1.519.100	2.505	4.736.006
Bovinos	1.012	283.868	1.252	467.310	345	414.126	2.609	1.165.304
Suínos	19.001	5.005.637	890	300.027	10.296	5.111.515	30.187	10.417.179
Outras	620	439.213	1.216	219.406	1.762	1.769.692	3.598	2.428.311
Melhor dos Exploradores	-	-	11.244	3.542.902	-	-	11.244	3.542.902
Mãq. equip. e Veículos	-	-	1.577	509.855	-	-	1.577	509.855
TOTAL	138.919	34.410.598	37.975	10.509.628	17.431	21.390.962	194.325	66.311.188

Fonte dos dados Básicos: BACEN/DERUR

Fonte dos dados trabalhados: CEPA/SC

Tabela 20

CRÉDITO RURAL ORIENTADO APLICADO EM
SANTA CATARINA, 1975-81

(Cr\$ 1.000,00)

ANO	NÚMERO DE CONTRATOS	VALOR		VALOR MÉDIO DOS CONTRA- TOS (a pre- ços de 1981)
		Preços Correntes	A preços de 1981	
1975	10.723	224.801	5.289.435	493,28
1976	13.610	429.423	7.145.141	524,99
1977	16.342	558.395	6.515.694	398,71
1978	14.393	683.356	5.747.317	399,31
1979	15.815	1.149.722	6.279.203	397,04
1980	12.651	1.848.483	5.042.234	398,56
1981 (*)	4.559	1.117.025	1.117.025	245,01

(*) Situação até outubro

Fonte dos dados brutos: EMATER/ACARESC e ACARPESC

Fonte dos dados trabalhados: CEPA/SC

Gráfico 1 - MONTANTE DE CRÉDITO (TOTAL, PECUÁRIA E LAVOURA) CONCEDIDO A PRODUTORES E COOPERATIVAS, SANTA CATARINA, 1975-80
(a preços de 1981)

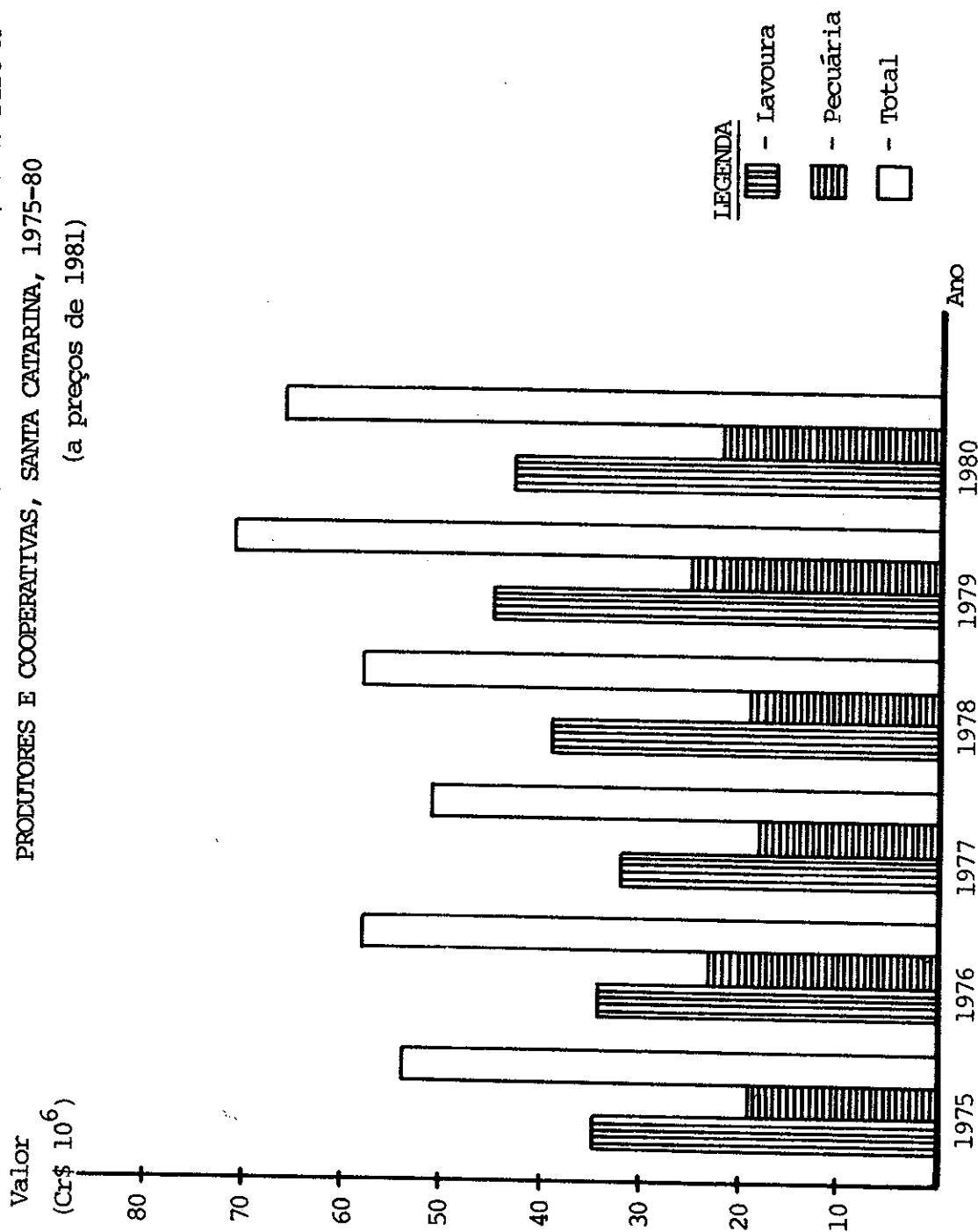
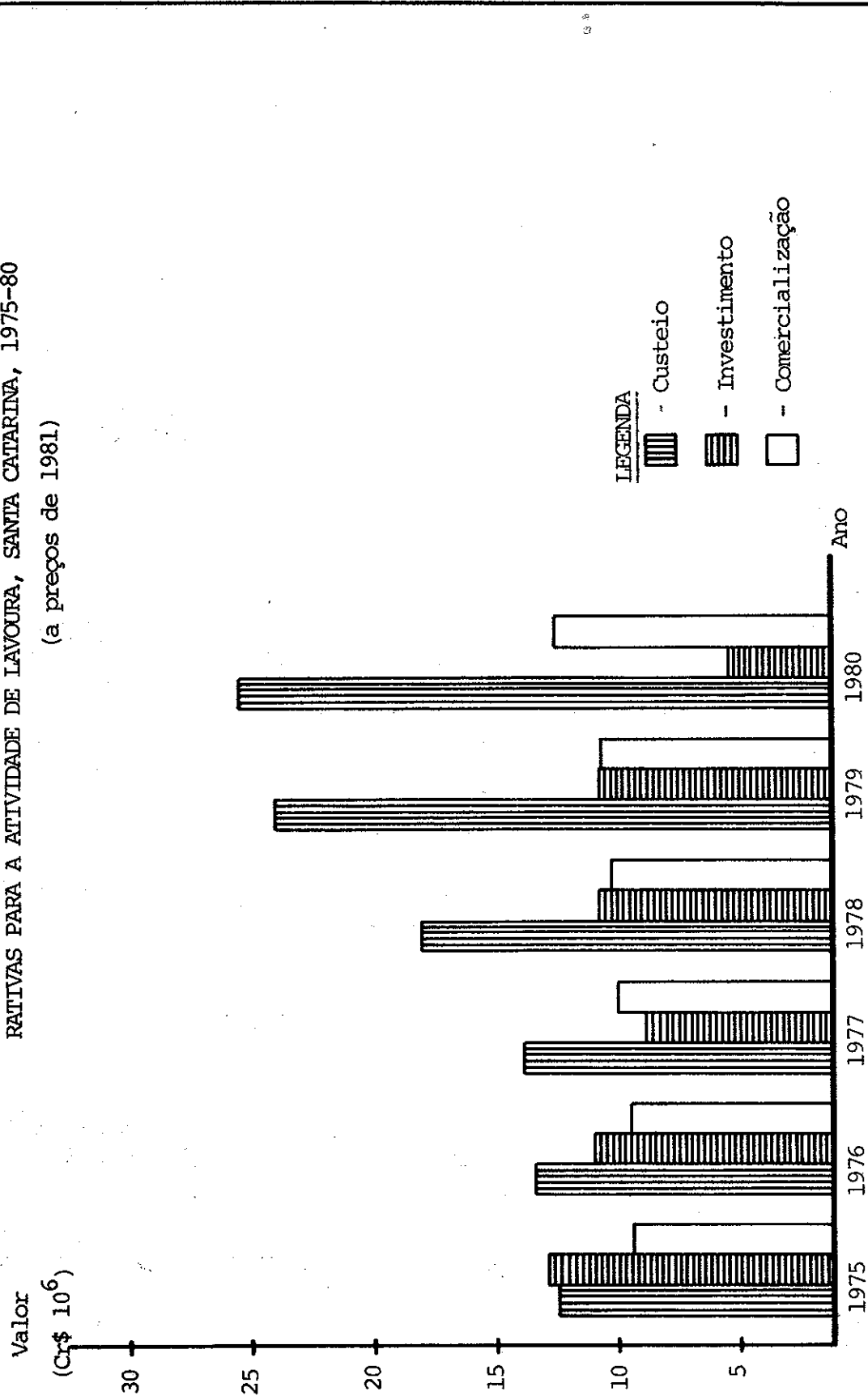


Gráfico 2 - MONTANTE DE CRÉDITO AGRÍCOLA CONCEDIDO A PRODUTORES E COOPERATIVAS PARA A ATIVIDADE DE LAVOURA, SANTA CATARINA, 1975-80
(a preços de 1981)



Elaboração: CEPA/SC

Gráfico 3 - NÚMERO DE CONTRATOS (TOTAL, PECUÁRIA E LAVOURA) LIBERADOS A AGRICULTORES E COOPERATIVAS, SANTA CATARINA, 1975-80

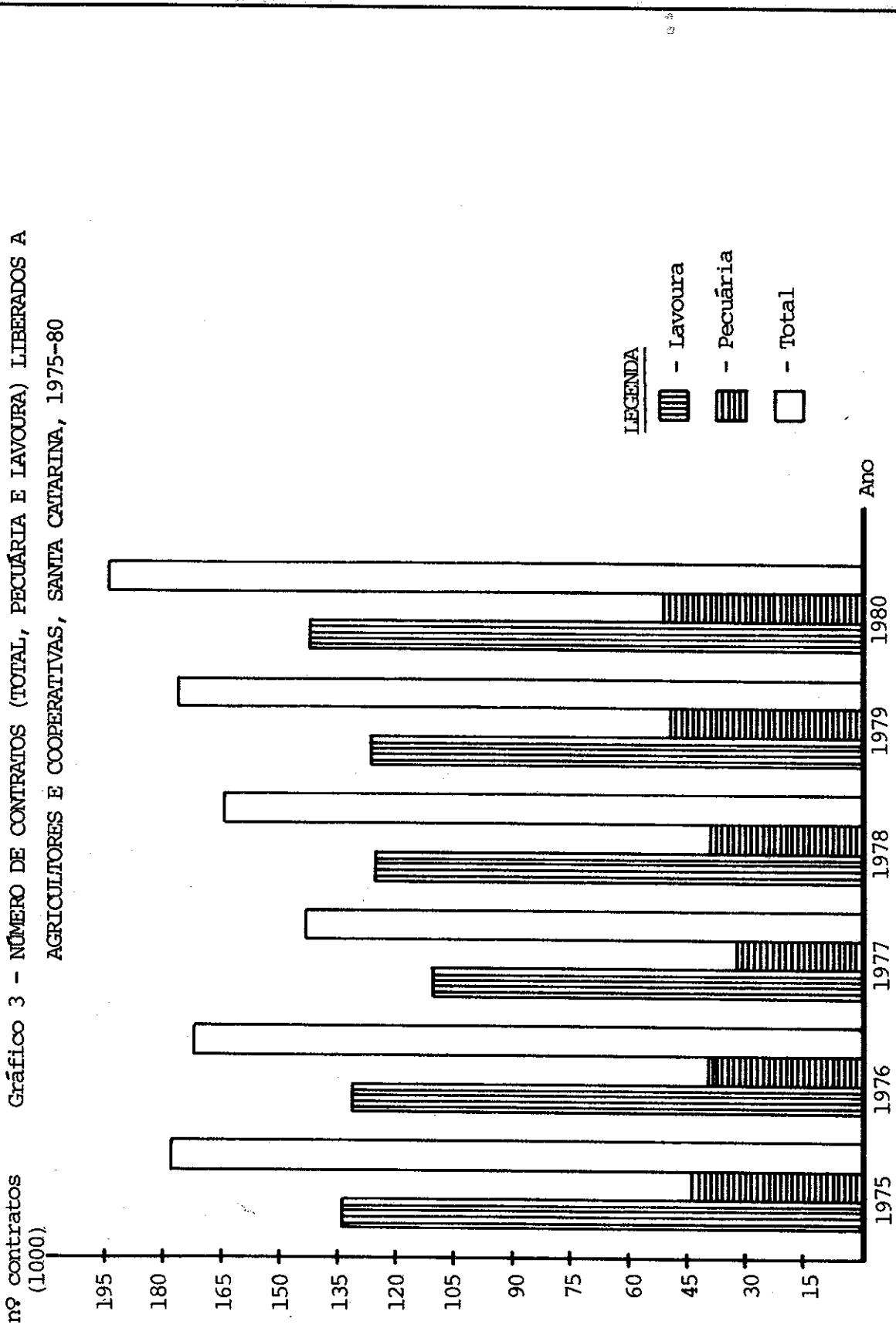
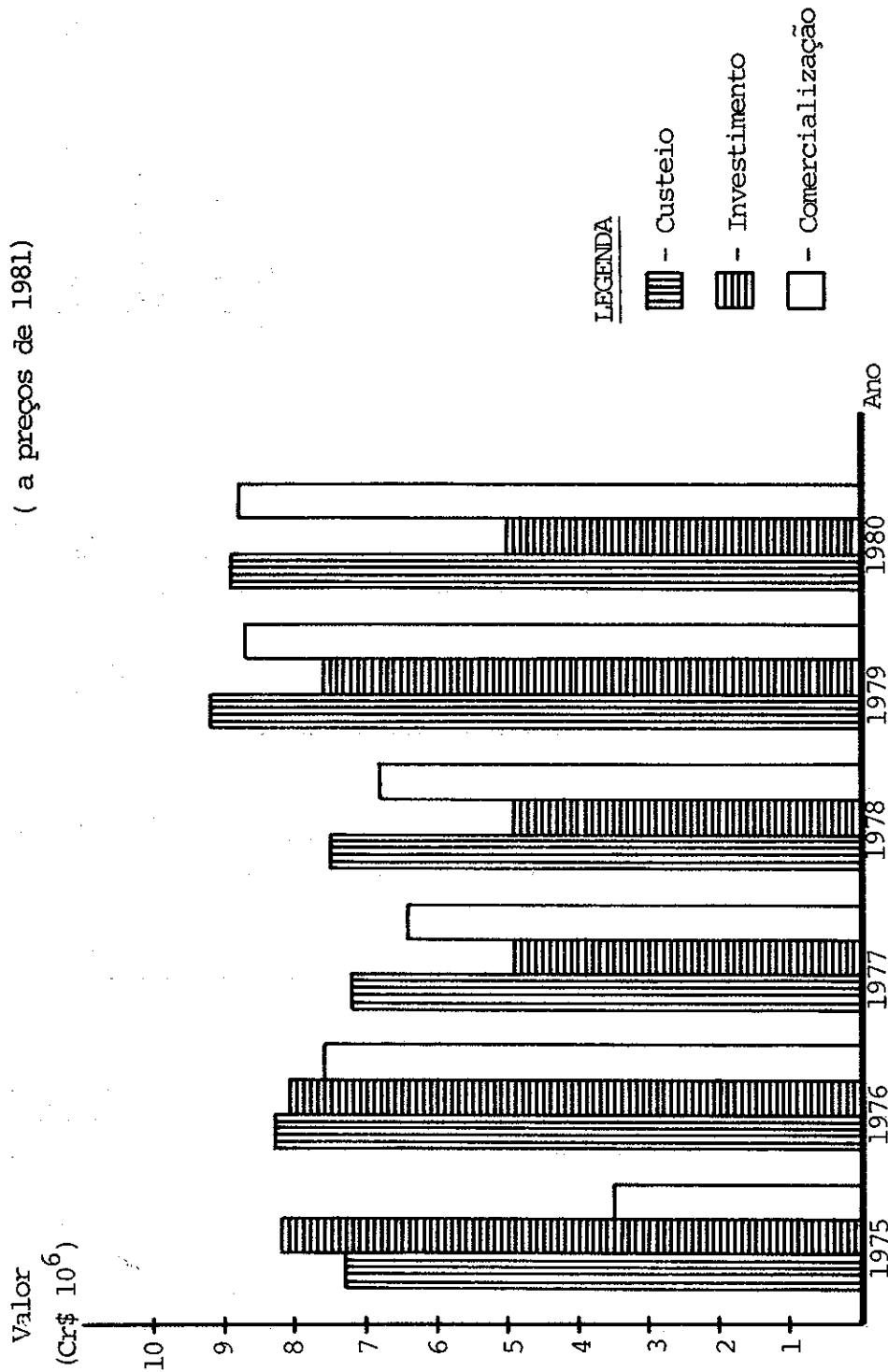
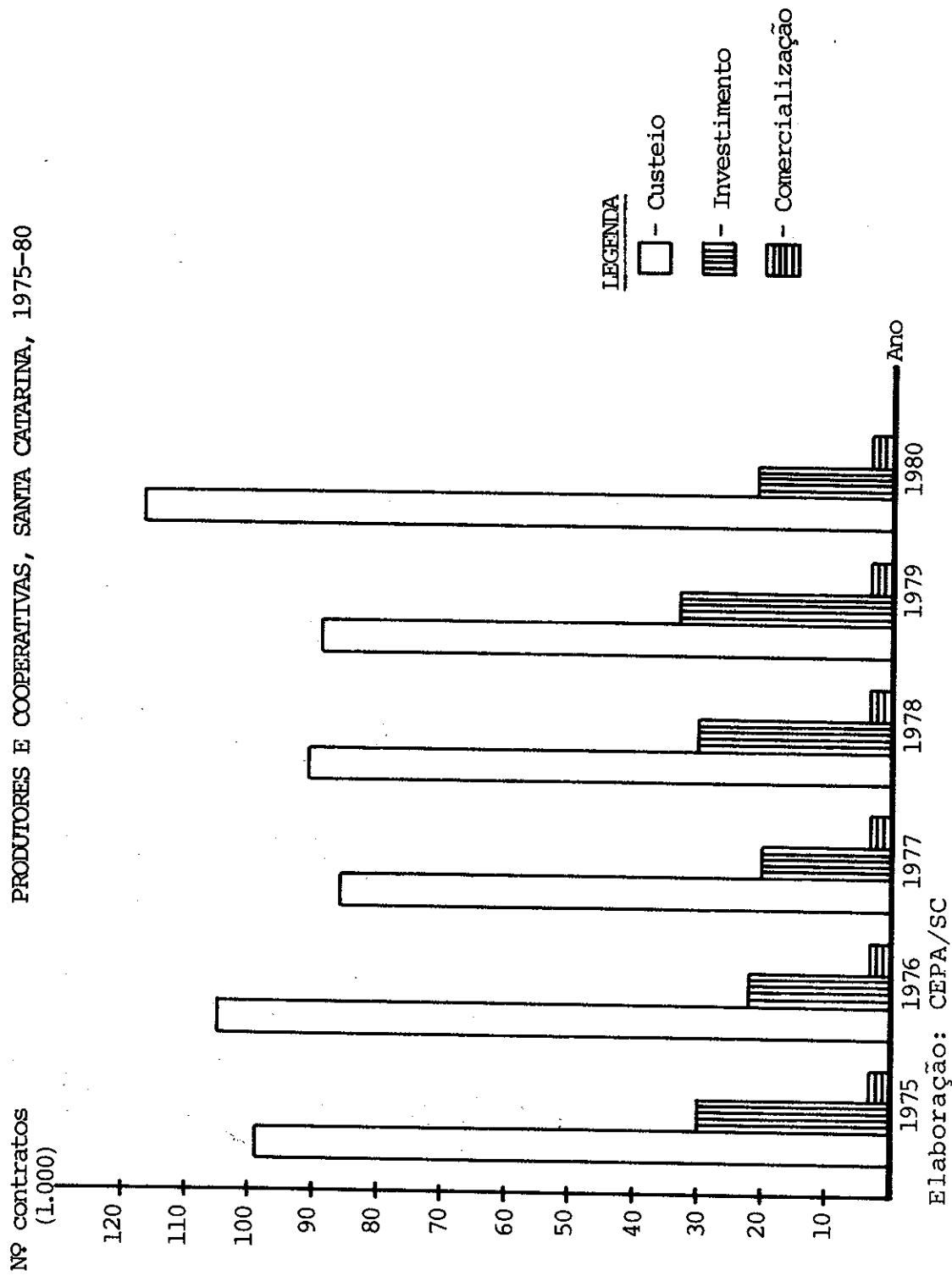


Gráfico 4 - MONTANTE TOTAL DE CRÉDITO CONCEDIDO A PRODUTORES E COOPERATIVAS PARA A ATIVIDADE DE PECUÁRIA, SANTA CATARINA 1975-80
(a preços de 1981)



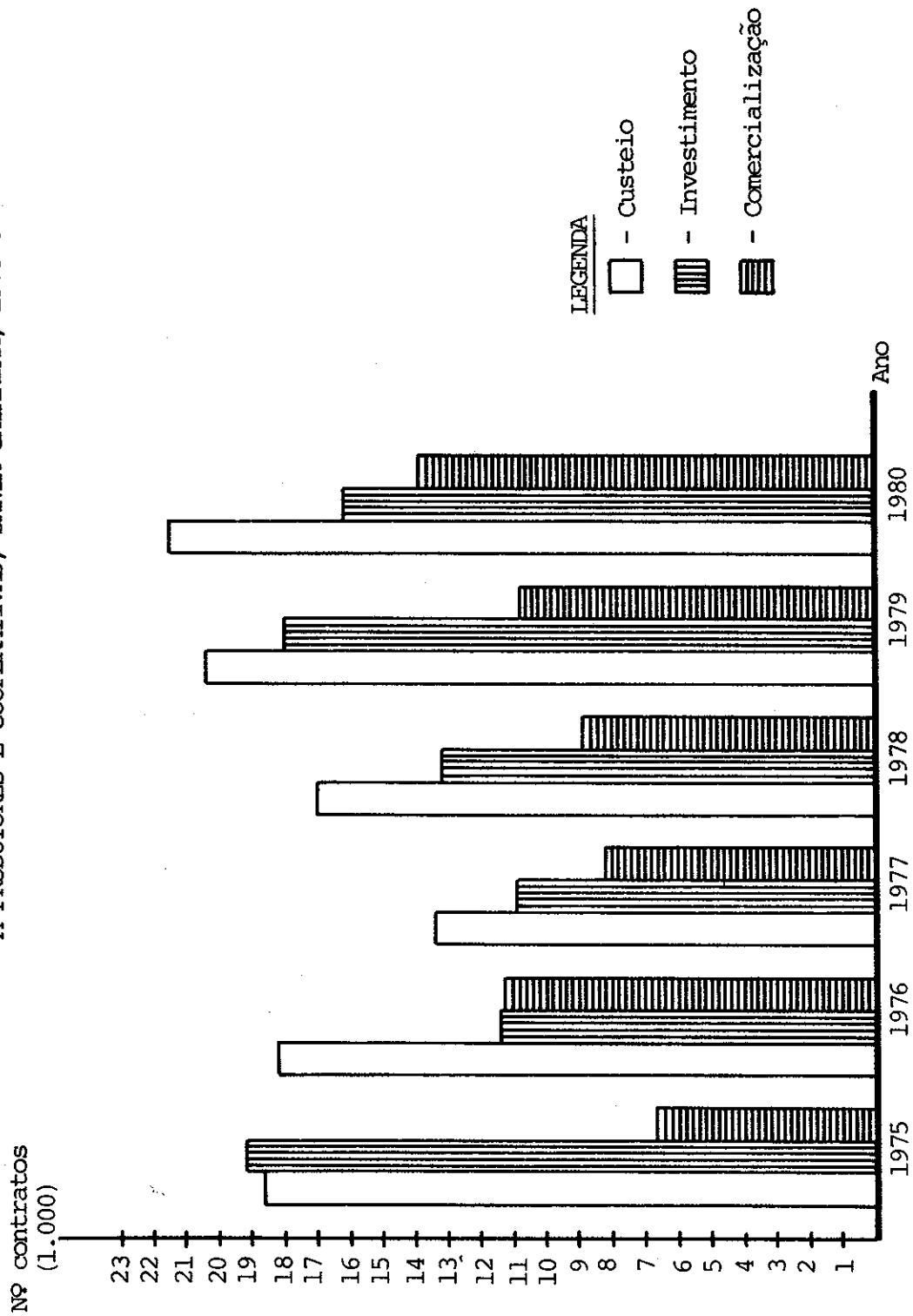
Elaboração: CEPA/SC

Gráfico 5 - NÚMERO DE CONTRATOS LIBERADOS PARA A ATIVIDADE DE LAVOURA A PRODUTORES E COOPERATIVAS, SANTA CATARINA, 1975-80



Elaboração: CEPA/SC

Gráfico 6 - NÚMERO DE CONTRATOS LIBERADOS PARA AS ATIVIDADES DE PECUÁRIA
A PRODUTORES E COOPERATIVAS, SANTA CATARINA, 1975-80



Elaboração: CEPA/SC

Valor médio Gráfico 7 - VALOR MÉDIO DOS CONTRATOS DE CRÉDITO AGRÍCOLA CONCEDIDO A PRODUTORES E COOPERATIVAS PARA A ATIVIDADE DE LAVOURA, SANTA CATARINA, 1975-80
(a preços de 1981)

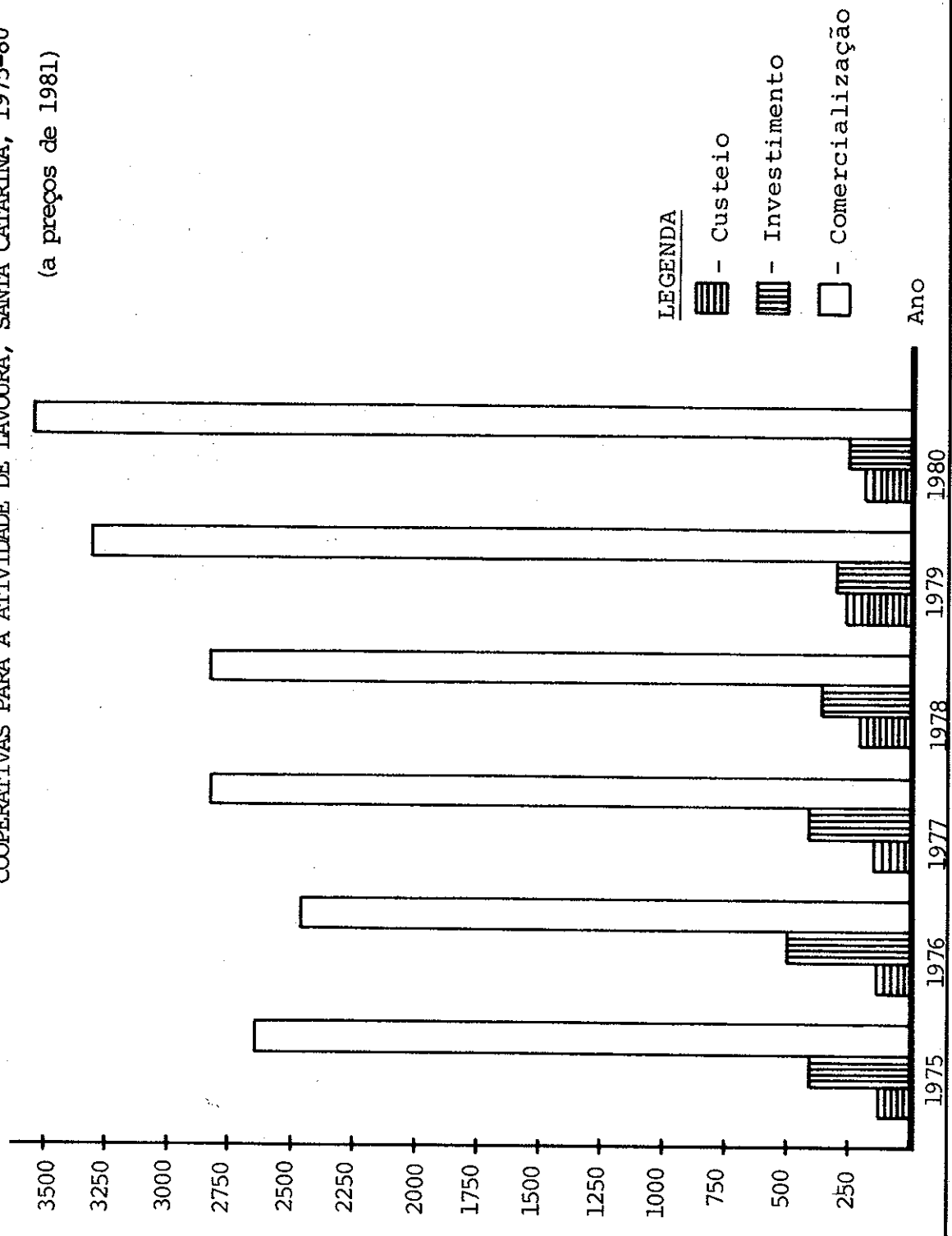
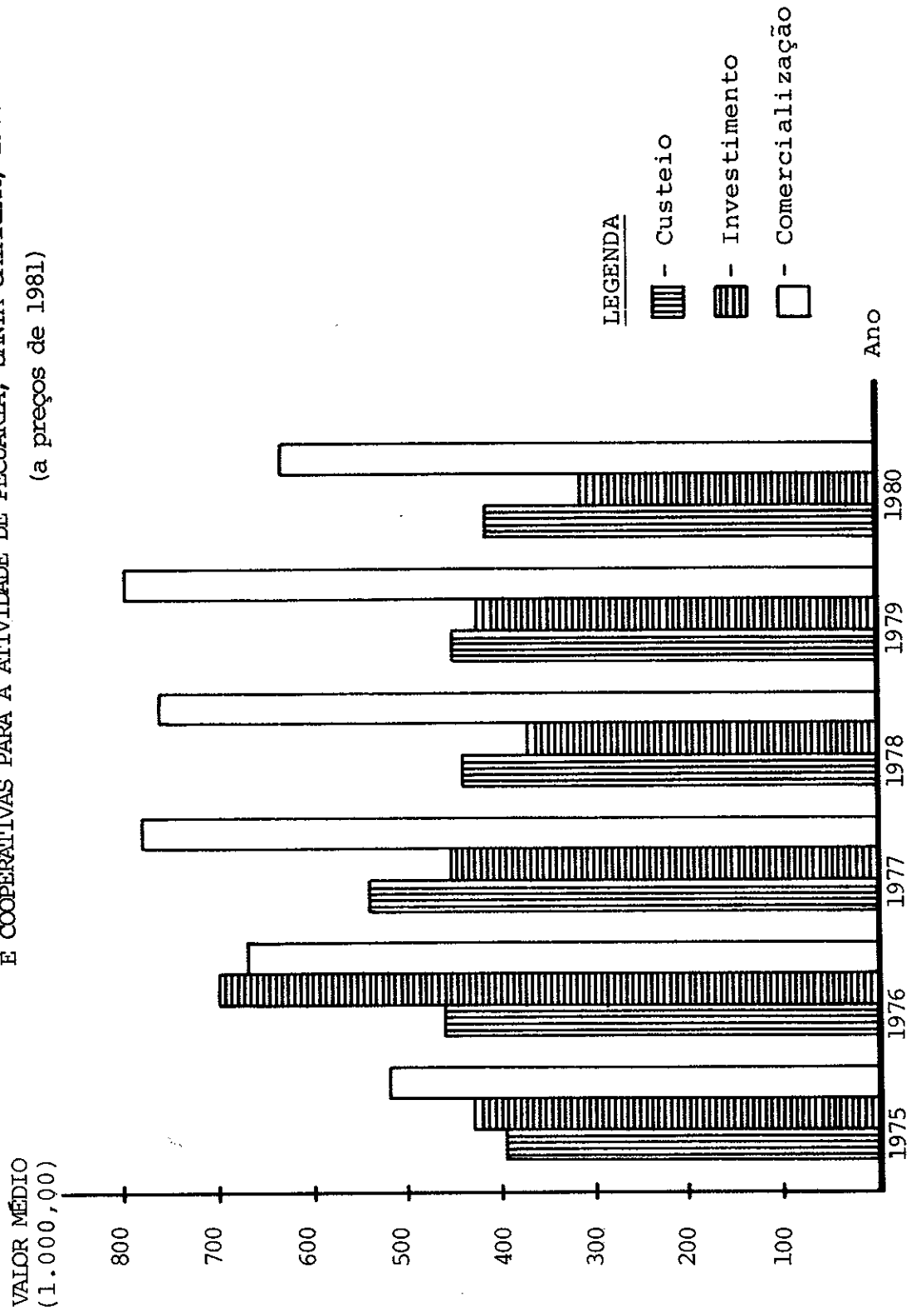


Gráfico 8 - VALOR MÉDIO DOS CONTRAIOS DE CRÉDITO AGRÍCOLA CONCEDIDO A PRODUTORES E COOPERATIVAS PARA A ATIVIDADE DE PECUÁRIA, SANTA CATARINA, 1975-80
(a preços de 1981)



Elaboração: CEPA/SC

8. INSUMOS E MÁQUINAS AGRÍCOLAS

8.1. Maquinaria Agrícola

Os dados de mecanização agrícola disponíveis resumem-se àqueles levantados nos Censos Agrícolas, referentes ao número de tratores, arados e colhedeiros.

De 1970 a 1980, o parque de tratores utilizados na agricultura triplicou, aumentando em 43% de 1970 para 1975 e em 100% de 1975 para 1980, observando-se um crescimento do ritmo de mecanização de 1975 em diante. Um crescimento maior foi constatado na categoria microtrator (menos que 10 CV) que, em 1960, correspondia a 7% do número de tratores, passando, em 1970 e 1975, a equivaler a 26% e 40%, respectivamente, do total de tratores agrícolas. Quanto ao número de estabelecimentos que utilizaram tratores, também se registrou um crescimento da ordem de 317% de 1970 para 1975.

O avanço da mecanização agrícola em Santa Catarina é evidenciado quando se analisa a relação número de hectares cultivados/nº de tratores e pessoal ocupado no meio rural/nº de tratores.

Tabela 21

RELAÇÃO HA CULTIVADOS/Nº DE TRATORES E PESSOAL OCUPADO NO MEIO RURAL/Nº TRATORES, SANTA CATARINA, 1970, 1975 e 1980

ANO	HA CULTIVADOS/Nº TRATORES	PESSOAL RURAL OCUPADO/Nº TRATORES
1970	109	70
1975	119	55
1980	77	26

Fonte: CEPA/SC (Estudos Básicos v. 3 e Acompanhamento Conjuntural set/81).

Elaboração: CEPA/SC

Essa relação nitidamente declinante nos anos de censo (salvo ha cultivados/nº tratores em 1975) indica a tendência ob-

servada no crescimento da mecanização agrícola no período 1970/80.

O número de arados teve um crescimento de 1970 para 1975 de forma mais acentuada nos de tração mecânica, que aumentaram em 200%, enquanto os arados de tração animal cresceram 15% em número, no período.

As colhedeiras automotrizes também experimentaram um significativo crescimento em seu parque, da ordem de 26% de 1975 a 1980.

Tabela 22 EVOLUÇÃO DO PARQUE DE COLHEDEIRAS AUTOMOTRIZES, EM SANTA CATARINA, 1975 E 1980

ANO	PARQUE COLHEDEIRAS (Nº)
1975	4.644
1976	4.904
1977	5.136
1978	5.324
1979	5.562
1980	5.850

Fonte: CEPA/SC, SIMERS e FIBGE (Censo Agropecuário-1975)

Esse crescimento evidencia um acompanhamento de ritmo do parque de colhedeiras em relação ao parque de tratores, na mecanização agrícola.

8.2. Fertilizantes

Em Santa Catarina a estimativa de participação dos fertilizantes nitrogenados, fosfatados e potássicos no total de adubos consumidos é de 14%, 53% e 33%, respectivamente.

Para a safra 1981/82, estima-se um consumo total de fertilizantes^(*), no Estado, de cerca de 195.000 toneladas, para uma área fertilizada de 1.132.000 ha, num total de 2.465.000 ha cultivados com lavouras.

(*) Incluídas correção, manutenção e cobertura.

Dentre as culturas com maior uso de fertilizantes destacam-se o fumo e a maçã; o tomate; a batata, a cebola e a cevada com 100%, 86% e 80%, respectivamente, da área cultivada fertilizada. Já as maiores áreas fertilizadas por cultura estão no milho (583.000 ha), soja (225.000), feijão (87.000 ha) e fumo (67.435 ha).

As culturas que demandam maior quantidade de fertilizantes são as de milho (30%), fumo (28%), soja (17%), arroz (7%), feijão (7%) e batata (4%).

Os fertilizantes que tiveram seus preços tabelados pelo CIP (Conselho Interministerial de Preços) no período janeiro/79 a fins de 80, através das resoluções 87, 106, 113-A, 122, 131, 138 e 146, tiveram seus preços liberados a partir do final de 1980.

Os crescentes aumentos da participação do item fertilizantes no custo de produção das lavouras, deixando os produtores em posição cada vez menos vantajosa nas relações de troca, fizeram com que houvesse uma diminuição no consumo desse insumo. Segundo o Sindicato das Indústrias de Adubos do Rio Grande do Sul, essa redução, em Santa Catarina, atingiu 22% no volume comercializado na última safra (1980/81).

Não existem estatísticas disponíveis de consumo de calcário; entretanto, estima-se que, na presente safra, o volume utilizado não atingiu 400.000 toneladas, tendo seu uso reduzido, em decorrência, principalmente, da falta de financiamento para investimento e da pouca disponibilidade de recursos do PROCAL.

8.3. Sementes Fiscalizadas

O número total de produtores de sementes fiscalizadas das principais culturas, no Estado de Santa Catarina, evoluiu em 5% de 1979 para 1980, e os cooperados eram, em 1980, 45% a mais em relação a 1979.

No biênio 79/80, a área plantada cresceu 5% e a produção, 4%. Para a safra 1981/82, prevê-se uma produção de 112.555 toneladas de sementes, 68% superior à da safra passada.

A cultura de maior peso, tanto em área plantada, quanto em produção obtida, é a soja, com 71% da área e 42% da produção.

Os maiores produtores de sementes no Estado são as cooperativas agrícolas que desenvolvem programas de produção de sementes junto a seus cooperados. Já a execução do Programa de Produção de Sementes Fiscalizadas, a nível estadual, é coordenado pela Companhia Integrada de Desenvolvimento Agrícola de Santa Catarina (CIDASC), empresa vinculada à Secretaria da Agricultura e do Abastecimento do Estado.

Considerando os principais produtos cultivados no Estado, estima-se que em cerca de 52% da área plantada utilizem-se sementes fiscalizadas, ou seja, em cerca de 1.111.000 ha.

Para a safra 1981/82 estima-se um consumo total de sementes fiscalizadas, no Estado, da ordem de 38.879 t, para uma produção de 66.450 t, apresentando um superávit de 27.570 t de sementes fiscalizadas.

As culturas que apresentam superávit de produção de sementes fiscalizadas são batata-inglesa^(*) (30.900 t), soja (11.575 t), trigo (549 t), cevada (46 t) e feijão (42 t).

Os maiores percentuais de utilização de sementes fiscalizadas, considerando a área cultivada, estão nos cultivos da cebola, cevada, alho e milho, com 90%, 80%, 72% e 65%, respectivamente. Observa-se um baixo nível de utilização de sementes fiscalizadas nas culturas de batata-inglesa, feijão e arroz.

Dentre os fatores limitantes do emprego de sementes fiscalizadas em Santa Catarina, destacam-se:

- resistência dos produtores à aquisição de sementes selecionadas em face do desconhecimento das vantagens que seu uso proporciona;
- preço muito elevado;
- pouca disponibilidade de sementes de algumas espécies.

Entretanto, as perspectivas para as próximas safras são de um aumento do consumo de sementes fiscalizadas face a uma maior produção no Estado e maior divulgação por parte dos órgãos

(*) Semente certificada.

de extensão.

8.4. Defensivos

A indisponibilidade de informações estatísticas do consumo de defensivos agrícolas impede que se tenham maiores considerações sobre o assunto. Entretanto, face ao grande aumento dos preços no mercado e a uma maior conscientização quanto ao uso adequado, prevê-se uma redução relativa na utilização de defensivos agrícolas nos próximos anos.

9. EVOLUÇÃO RECENTE DA AGRICULTURA DE SANTA CATARINA

9.1. Área

A área plantada de determinada cultura esclarece melhor o grau de acerto da política agrícola do que a produção. Isto porque a área a ser plantada é uma opção consciente que o produtor faz, levando em consideração uma gama de condicionantes, tais como os custos dos insumos, do crédito e da mão-de-obra, em relação à tendência dos preços do produto, ou seja, a perspectiva de lucro. Mesmo que o produtor não seja um capitalista segundo a definição clássica, a sua lógica é capitalista.

Portanto, a área plantada é a face não aleatória da agricultura, o que não se pode dizer da produção, que é afetada pelos fatores climáticos, não controláveis, e que influenciam a produção via rendimento. Estes dois itens podem ser afetados, obviamente, por fatores não aleatórios, como o tipo de tecnologia empregada, mas a modificação tecnológica visa, em geral, à melhoria nesse campo e ao conseqüente aumento do rendimento e da produção. O aumento da produção pode ter, portanto, sua explicação ou na melhoria da tecnologia ou no aumento da área, que são decisões conscientes; mas, como o nível tecnológico raramente é diminuído (a situação atual é exceção), a variável mais manipulável e manipulada é a área plantada.

A produção, naturalmente, é o objetivo da exploração e é através dela que se obtêm os resultados econômicos e o abastecimento do Estado e do País, mas a tomada de decisão pelo produtor, passo inicial do processo produtivo, é a determinação da área a ser plantada. É nela que o produtor, condicionado pelo passado e pelos fatos novos, prevê o futuro.

Esse planejamento pode ser mais ou menos consciente, variar no grau de ciência usado, etc., mas é feito até mesmo pelo agricultor que produz pouco mais que a subsistência, pois, o pouco excedente que produzir, deve ter a melhor relação de troca possível, para que não lhe faltem os bens essenciais que não podem ser produzidos na propriedade.

Nos últimos anos, os diversos cultivos tiveram desempenhos diversificados (tabela 23).

O alho e a maçã têm muito em comum. São dois produtos que em poucos anos saíram duma situação inexpressiva para uma posição mais ou menos consolidada. A área plantada com alho cresceu, nas últimas cinco safras, mais de 23 vezes, aumentando de 150 hectares em 1975/76 para 3.544 ha em 1980/81. A maçã, por sua vez, nos últimos sete anos, cresceu quatro vezes, aumentando de 1.965 hectares, em 1974/75, para 8.031 ha em 1980/81. Tais crescimentos contínuos e de ritmo acelerado devem-se a diversos fatores que incentivaram o produtor ao plantio, entre eles os preços compensadores e a existência de crédito, proporcionados por estarem os produtos na faixa de substituição de importações e também por colaborarem na diversificação da produção, o que esses produtos fazem com eficiência, mesmo nas pequenas propriedades, por ocuparem pouca área e produzirem altas rendas, pois são de alta densidade econômica.

O trigo é um caso oposto, ou seja, a relação custos/preços e as freqüentes frustrações das safras têm levado o produtor a abandonar o seu cultivo a ponto de, na safra 1980/81, ter sido cultivada uma área inferior em 71,56% do que foi cultivada em 1975/76.

O tomate é um caso semelhante ao do alho e da maçã. A área tem crescido continuamente, mas num ritmo mais lento (1,88 vezes em 7 anos) e, se não entra no rol da substituição de importações, tem boa colocação em outras unidades da federação.

As oscilações na área plantada com arroz devem-se principalmente aos preços do produto que, em diversos anos, têm sido achatados pelo excesso de oferta a nível nacional.

A batata-inglesa e a cana-de-açúcar têm variação na área plantada de acordo com o equilíbrio ou desequilíbrio da oferta e demanda, via preço.

A cebola é outro produto que tem crescido no Estado (triplicou sua área nos últimos 7 anos), apesar dos percalços que sofreu em diversas safras, quando o excesso de oferta a nível nacional aviltou os preços.

O aumento de 57% na área de feijão, ocorrido desde 1974/75, principalmente os 48% das 4 últimas safras, deve-se, sem

dúvida, a política agrícola do governo federal, que incentivou o produto via preço mínimo, crédito, PROAGRO, etc. .

Conforme se verifica na tabela 24, a cultura do fumo tem área ascendente até a safra 1978/79, quando cresceu de um índice 100, em 1974/75, para 229 em 1978/79, caindo, no entanto, para 156 e 125 nas duas últimas safras. Isto se deve aos baixos preços pagos ao produtor nos últimos anos, ao mesmo tempo que as indústrias aumentaram as exigências quanto à classificação, tudo em decorrência de o mercado internacional não estar propício ao produto.

A mandioca tem tido oscilações diversas sem grande expressão, adaptando-se à situação da demanda e aos conseqüentes preços dos derivados (farinha, fécula, etc.).

O milho, que é o cultivo mais importante do Estado, tem uma demanda complexa que depende da situação da suinocultura e da avicultura que, por sua vez, são produtoras de carnes alternativas à bovina. Como nos últimos anos a carne bovina atingiu preços proibitivos para uma grande faixa de população, aumentou o consumo principalmente de aves que, do índice 100 em 1974/75, cresceu para 428 em 1980/81, enquanto os suínos e bovinos cresceram, no mesmo período, de 100 para 166 e 179, respectivamente. Isso aumentou a demanda de milho, fazendo com que houvesse estímulo ao plantio e aumento de área cultivada.

A soja, produto dependente do mercado internacional, sofreu oscilações na área plantada: obteve, no período 1974/75 a 1980/81, um crescimento de 34%, o que indica um progresso lento mas seguro, e, na última safra, perdeu área, isso porque a situação do milho melhorou sensivelmente, provocando a troca de cultura.

A área cultivada com banana tem crescido um pouco mais rapidamente, aumentando 84% nos últimos sete anos. Seu estímulo tem sido o preço, já que não há uma política definida para a cultura.

A uva vinífera, de 1976/77 à última safra, cresceu em área 63%, com estímulo via preços e também porque colabora na diversificação da produção.

9.2. Rendimento

O rendimento das lavouras é função do nível tecnológico empregado, mas pode, a todo o momento, ser mascarado por uma variável superveniente como são os fatores climáticos e outros. A insuficiência de chuvas, a presença de pragas e/ou doenças a um nível não-combatível, etc., que ocorra num período crítico da cultura, podem reduzir "a zero" o avanço obtido em dezenas de anos de pesquisa e experimentação. Por isso, a comparação ano a ano do rendimento como variável representativa (simplificadora) da evolução tecnológica não é suficiente, ou mesmo leva a conclusões errôneas.

Há necessidade, em vista disso, de que se analise uma série histórica para que as variações climáticas, que sempre influenciam o rendimento, se bem que em graus que podem ser muito diferenciados, ocultem o mínimo possível o progresso técnico, se é que ele existiu. Há, então, necessidade de que os pontos a serem considerados na análise, tanto final como inicial, não sejam safras, por quaisquer motivos, anormais. As safras de 1977/78 e 1978/79 foram anormais, o que é mais visível nos dados de rendimento da soja e do milho. No caso, a responsabilidade deve ser atribuída a fatores climáticos, mais especificamente à insuficiência da precipitação pluviométrica.

Nos últimos anos, duas safras que podem ser consideradas normais e que limitam um intervalo de tempo razoável para uma comparação são as de 1974/75 e 1980/81. As sete safras consideradas (tabela 25) apresentam oscilações de rendimento motivadas por fatores diversos, entre os quais os climáticos como já foi citado, mas, analisando os dados dos anos limites, constata-se que houve melhoria do rendimento, que pode ser atribuída ao progresso técnico, em quase todas as lavouras.

Tal fato pode ser mais facilmente constatado na tabela 28, na qual se vê que, partindo de um índice 100 em 1974/75, a produção atinge, em 1980/81, índices que são quase sempre maiores na produção do que na área e, se a produção cresceu mais que a área, o rendimento aumentou, como demonstra a diferença positiva para os índices da produção na maioria dos produtos.

Exceção se faz para as culturas de alho, feijão e tri

go.

No primeiro caso, o baixo rendimento foi devido a fatores climáticos (secas) ocorridos na safra 1978/79, a doenças, prolongamento do inverno e excesso de chuvas durante o ciclo da cultura.

No segundo caso, houve ocorrência de geadas, de excesso de frio na época da floração e de doenças fúngicas.

No caso do trigo, justifica-se a queda de rendimento pelo fato de estar sendo abandonado o plantio da cultura, reduzindo-se a área a menos de 29% do que era.

O fumo mostra um quadro de estabilidade, já que o 1,6% positivo não é tão significativo e, no período, alguns anos apresentaram variações maiores.

A soja, a mandioca e o fumo apresentaram aumento de rendimento na faixa de até 5%; a cana e a batata, de 10% a 15%; a cebola e o arroz, entre 15% e 20%; enquanto o tomate e o milho entre 20% e 25%.

Houve, portanto, nos últimos sete anos, um significativo aumento da produtividade nas referidas culturas em consequência do aperfeiçoamento da tecnologia empregada. No entanto, esse crescimento não leva necessariamente a um aumento proporcional do lucro, pois, em muitos casos, para se aumentar a produtividade, é necessário um incremento mais proporcional nos custos de produção. Em vista disso, muitas vezes, o ótimo econômico está colocado abaixo do ótimo agrônômico (rendimento físico), não sendo recomendável economicamente utilizar-se a tecnologia que produz o maior rendimento físico. Tal fato, no entanto, é conhecido do produtor, o que equivale a dizer que o mesmo busca sempre um nível tecnológico que lhe proporcione o maior lucro e não a maior produtividade física.

Essa situação é ainda mais real nos últimos tempos, em que os preços dos insumos têm crescido a proporções maiores que os dos produtos agrícolas. A última safra, mais que as anteriores, deve ter poupado nos custos, mesmo com redução de rendimento, em busca de um melhor resultado econômico. Esta tendência foi reforçada por preocupações ecológicas, que também estimularam a adoção do adubo orgânico e capina mecânica, com menor uso de fertilizan-

tes químicos e herbicidas, bem como maior cuidado no uso e dosagem de outros defensivos.

9.3. Produção

A produção, excluídos os fatores contingenciais, é função da área plantada e da tecnologia que se está adotando. De acordo com a análise feita da situação do produto e do cálculo dos custos, toma-se a decisão de aumentar ou diminuir a área ou, mesmo, passar a produzir o que não se produzia, e adota-se o nível de tecnologia que se julga mais recomendado.

Essa é a parte planejável da agricultura e, se os fatores intervenientes fossem apenas esses, a produção agrícola teria índices mais ou menos fixos como os da indústria. Contudo, na agricultura, nunca se tem garantia de que usados tais insumos, em tais circunstâncias, obter-se-á determinada produção. Isso se deve ao caráter biológico da produção, que faz com que as plantas e animais sejam suscetíveis ao meio, e tornem a agropecuária uma atividade de alto risco, independente das que existem a nível de mercado.

Dentro desse quadro, as modificações na tecnologia provocam resultados menos significativos que os advindos das alterações na área cultivada ou dos problemas climáticos.

A tabela 27, através dos índices que têm base 100 na safra 1974/75, evidencia as oscilações sofridas pela produção, sendo que as mais bruscas devem-se sempre a alterações na área ou no clima, podendo ser positivas ou negativas no caso da área, enquanto as modificações causadas pelo clima são mais fáceis de detectar, quando são no sentido de prejudicar a produção, ou seja, condições climáticas adversas.

A cultura do arroz nas safras 1977/78 e 1978/79 (tabela 23), apresenta queda na produção, ocasionada principalmente pela diminuição do rendimento (arroz de sequeiro), devido à ocorrência de fatores climáticos adversos (secas).

A redução da produção da batata nas safras 1975/76, 1976/77 e 1977/78, e da cana-de-açúcar, na safra 1975/76 foi devido à diminuição de área plantada.

Já no caso do feijão, só a safra 1975/76 tem na retração de área a explicação da queda na produção, enquanto as safras 1977/78 e 1978/79 tiveram problemas climáticos (períodos de estiagem).

A safra 1978/79 de fumo apresentou uma produção bem acima dos outros anos por ter havido principalmente aumento em área, mas, também, o rendimento foi o maior da série.

O caso da mandioca, em 1979/80, também se explica pela área que, reduzida, diminuiu a produção.

A redução sensível da produção de milho em duas safras seguidas, em 1977/78 e 1978/79, são um caso clássico de redução via problema climático (secas), que diminuiu sensivelmente o rendimento (reduções na faixa de 30 a 40%), sendo que, na segunda dessas safras, contribuiu para a queda na produção a redução da área cultivada.

O mesmo problema climático diminuiu, naqueles anos, a produção de soja, embora tenha havido aumento de área nas duas safras.

O tomate, nas safras 1974/75 e 1976/77, teve sua produção reduzida tanto por problemas no rendimento, como por retração na área plantada.

A banana, em 1975/76, apesar de ter tido sua área aumentada em relação à da safra anterior, teve sensível redução na produção, o que revela problema no rendimento, possivelmente de ordem climática ou fitossanitária.

O grande sucesso na produção de maçãs encontra explicação, principalmente, no aumento da área cultivada, pois é uma cultura relativamente nova no Estado e em pleno movimento ascendente, provocado pelo impulso inicial do sucesso na produção e pelas boas perspectivas de mercado.

A uva vinífera a partir de 1975/76, só teve um bom desempenho em 1980/81 e, como a área foi crescente, o problema ocorrido de 1976/77 a 1979/80 foi no rendimento, sendo os fatores climáticos os maiores responsáveis (seca nos primeiros anos e geadas no último).

A produção econômica da pecuária tem mais variáveis intervenientes que a produção vegetal, especialmente a de aves e

suínos, que são muito dependentes da produção vegetal, principalmente do milho e, secundariamente, da soja. Isso, a montante da produção, ou seja, nos insumos que alteram os custos e que, nos anos de frustração de safra, especialmente da do milho, elevam os custos de produção dos suínos e aves por elevação do preço do insumo básico. Além disso, esses produtos sofrem também a influência dos fatos que precedem o ato produtivo, via demanda composta dos diversos derivados dos suínos, ou da carne, no caso das aves.

Quanto ao mercado dos produtos, há ainda o problema gerado pelo fato de essas duas carnes serem alternativas à bovina, e, por tanto, terem os seus mercados influenciados pelo desta última.

Por essas interrelações é que o consumo da carne de aves aumentou a proporções maiores que o da carne bovina. No período de 1974 a 1981, os bovinos abatidos aumentaram de índice 100 para 179. Isso se deu porque a carne bovina teve seus preços majorados de tal forma que fugiu ao poder aquisitivo de grande faixa da população, fazendo com que parte da demanda dessa carne se desviasse para a de aves.

O leite é outro produto que tem sua produção restringida, não por condições físicas, mas por problemas econômicos. Há diversos anos, o leite é considerado não remunerador para o produtor, ao mesmo tempo que grande faixa da população não tem poder aquisitivo para o consumo recomendado. A política do setor tem sido alterada freqüentemente, sem dar nem estabilidade à exploração e nem melhorias para o consumidor.

A produção de mel tem crescido através do aumento do número de colméias e da melhora das técnicas empregadas, em vista do ótimo mercado.

O setor do pescado tem produção oscilante porque se baseia na captura, que sempre envolve um certo grau de risco, mesmo quando são usados recursos técnicos aperfeiçoados, como é o caso da pesca industrial praticada no Estado.

Em resumo, a agropecuária do Estado, consideradas as limitações dadas, tem apresentado um bom desempenho, seja abastecendo Santa Catarina, seja suprimindo as outras unidades da federação ou, mesmo, criando divisas através da exportação internacional.

Tabela 23

ÁREA PLANTADA DOS PRINCIPAIS PRODUTOS AGRÍCOLAS DE SANTA CATARINA, SAFRAS DE 1974/75 A 1980/81

PRODUTO	1974/75	1975/76	1976/77	1977/78	1978/79	1979/80	1980/81
(hectare)							
<u>Lavoura</u>							
Alho (**)	-	150	240	247	528	1.299	3.544
Arroz em casca	125.916	153.593	148.164	133.330	156.074	153.491	148.920
Batata Inglesa	24.005	17.984	15.964	16.555	19.903	20.114	18.313
Cana-de-açúcar	21.010	17.132	19.664	20.913	20.124	24.667	19.809 (**)
Cebola	5.030	5.934	6.846	5.724	10.736	12.207	16.920
Feijão	185.072	158.025	188.874	197.106	227.777	276.011	291.100
Fumo em folha	49.000	75.760	80.533	90.527	112.326	76.642	61.250
Raiz de mandioca (**)	85.846	80.846	82.962	77.528	66.879	60.995	75.066
Milho em grão	949.580	1.005.274	1.063.584	1.005.633	1.078.025	1.128.441	1.150.000
Soja	361.475	341.103	350.642	408.785	504.570	520.401	483.880
Tomate	740	943	926	997	1.100	1.260	1.389
Trigo	-	67.776	37.522	11.620	4.587	34.749	19.275
<u>Frutas</u>							
Ameixa	427	450	303	316	316	316	316
Banana	11.690	13.842	14.998	17.134	18.366	18.643	21.484
Maça (*)	1.965	2.668	3.815	5.287	6.337	7.154	8.031
Nectarina	757	816	607	607	607	607	607
Pêssego	521	533	648	733	733	733	733
Uva vinífera	-	377	433	517	600	615	615

(*) Foi computado a área plantada acumulada

(**) Área colhida

Fonte: FIBGE/GCEA e EMATER/ACARESC

Elaboração: CEPA/SC

EVOLUÇÃO DA ÁREA, SANTA CATARINA, SAFRA 1975/76 - 1980/81

SAFRA PRODUTO	1975/76	1976/77	1977/78	1978/79	1979/80	1980/81
<u>Lavoura</u>						
Alho	-	160	165	352	866	2.363
Arroz	122	118	106	124	122	118
Batata inglesa	78	67	69	83	84	76
Cana-de-açúcar	82	94	100	96	117	94
Cebola	118	136	114	213	243	336
Feijão	85	102	107	123	149	157
Fumo em folha	155	164	185	229	156	125
Mandioca	94	97	90	78	71	87
Milho em grão	106	112	106	114	119	121
Soja	94	97	113	140	144	134
Tomate	127	125	135	149	170	189
Trigo	-	55	17	8	51	28
<u>Frutas</u>						
Ameixa	105	71	74	74	74	74
Banana	118	128	147	157	159	184
Maçã	136	194	269	322	364	409
Nectarina	108	80	80	80	80	80
Pêssego	102	124	141	141	141	141
Uva vinífera	-	115	137	159	163	163

Fonte dos dados básicos: FIBGE/GCEA e EMATER/ACARESC

Fonte dos dados trabalhados: CEPA/SC

Tabela 25

RENDIMENTO DOS PRINCIPAIS PRODUTOS AGRÍCOLAS, SANTA CATARINA, SAFRAS DE 1974/75 A 1980/81

PRODUTO	1974/75	1975/76	1976/77	1977/78	1978/79	1979/80	1980/81
(kg/ha)							
<u>Lavoura</u>							
Alho	-	3.667	3.942	3.854	3.223	3.637	1.896
Arroz	2.372	2.072	2.247	2.093	1.665	2.794	2.764
Batata inglesa	7.328	7.844	8.074	7.006	8.170	7.103	8.297
Cana de açúcar	44.716	49.826	48.313	49.879	53.905	47.446	50.599
Cebola	7.573	7.229	7.273	8.234	8.757	8.487	8.959
Feijão	915	626	712	624	832	435	846
Fumo em folha	1.608	1.205	1.488	1.439	1.586	1.662	1.638
Mandioca	16.649	16.129	14.943	15.584	16.761	16.347	16.896
Milho em grão	2.240	2.440	2.514	1.579	1.585	2.673	2.750
Soja	1.292	1.275	1.359	868	860	1.381	1.339
Tomate	23.770	26.741	24.748	28.113	27.346	27.934	29.521
Trigo	-	450	542	368	826	543	415
<u>Frutas</u>							
Ameixa	234	778	3.340	1.174	1.079	500	453
Banana	14.046	10.209	10.955	11.093	12.320	11.249	11.240
Maçã	2.544	3.148	3.239	2.053	3.379	3.945	4.632
Nectarina	1.321	2.684	3.432	1.196	1.079	1.127	241
Pêssego	2.111	5.347	2.833	3.479	1.435	2.525	1.258
Uva vinífera	-	6.499	4.169	3.012	2.782	2.187	5.533

Fonte dos dados básicos: FIBGE/GCEA e EMATER/ACARESC

Elaboração: CEPA/SC

Tabela 26

PRODUÇÃO DOS PRINCIPAIS PRODUTOS AGROPECUÁRIOS, SANTA CATARINA, SAFRAS DE 1974/75 A 1980/81⁽¹⁾

SAFRA \ PRODUTO	(toneladas)						
	1974/75	1975/76	1976/77	1977/78	1978/79	1979/80	1980/81
Lavoura							
Alho	-	550	946	952	1.702	4.724	6.720
Arroz em casca	298.700	318.283	332.950	279.012	259.794	428.871	411.668
Batatinha	175.904	141.065	128.886	115.977	162.617	142.876	151.936
Cana-de-açúcar	939.485	853.627	950.022	1.043.126	1.084.780	1.170.361	1.002.320
Cebola	38.090	42.899	49.794	47.129	94.017	103.605	151.581
Feijão	169.258	98.965	134.477	122.992	189.403	119.972	246.250
Fumo em folha	78.775	91.304	119.846	130.299	178.175	177.401	100.303
Raiz de mandioca	1.429.241	1.303.973	1.239.687	1.208.159	1.120.967	997.056	1.268.289
Milho em grão	2.127.124	2.453.077	2.674.175	1.587.902	1.708.649	3.016.233	3.162.500
Soja	467.160	434.985	476.365	354.681	433.863	718.764	648.000
Tomate	17.590	25.217	22.917	28.029	30.081	35.197	41.004
Trigo	-	30.484	20.328	4.279	3.791	18.864	8.000
Frutas							
Ameixa	100	350	1.012	371	341	158	143
Banana	164.200	141.308	164.308	190.072	226.269	209.712	241.488
Maçã	5.000	8.400	12.355	10.854	21.410	28.225	37.202
Nectarina	1.000	2.190	2.083	726	655	684	146
Pêssego	1.100	2.850	1.836	2.550	1.052	1.851	922
Uva Vinífera	-	2.450	1.805	1.557	1.669	1.345	3.403
Pecuária							
Aves abatidas (cab)	49.686.513	62.000.000	81.557.494	98.984.266	115.911.011	172.522.300	212.497.000
Bovinos abatidos (cab)	147.600	148.800	145.200	161.200	171.600	257.175	264.276
Leite (1.000 litros)	394.898	409.350	415.660	385.558	484.000	552.839	689.846
Suínos terminados (cab)	2.522.400	2.751.318	2.642.754	3.001.346	3.351.505	3.881.733	4.175.861
Mel de abelha	2.980	3.045	2.980	3.200	3.800	4.500	4.500
Ovos (dúzia)	-	-	-	-	-	12.092.000	11.729.000
Pescado							
Peixe	74.472	46.640	75.158	86.946	78.171	103.595	39.887 ^(*)
Crustáceos	10.107	10.653	8.822	10.045	7.583	9.997	5.768 ^(*)
Moluscos e outros	1.475	612	433	214	5.750	4.513	436 ^(*)
Extrativa vegetal							
Madeira em tora (m ³)	7.235.505	8.010.814	7.149.779	6.381.300 ^(**)	5.695.400 ^(**)	5.083.240 ^(**)	4.485.930 ^(**)
Carvão vegetal (t)	18.559	14.422	32.377	35.000 ^(**)	42.000 ^(**)	56.000 ^(**)	64.000 ^(**)
Lenha (m ³)	12.184.654	13.309.981	12.796.573	9.623.820 ^(**)	8.895.950 ^(**)	8.223.130 ^(**)	7.601.192 ^(**)

(*) Situação até agosto

(**) Estimativa da CEPA/SC

(1) Nos itens pecuária, pescado e extrativa vegetal, considerou-se o ano civil

Fonte: FIBGE/GCEA, SUDEPE/PDP, ACCS, ACCB, ASCAV, EMATER-SC/ACARESC, Cooperativas, Indústrias e CEPA/SC

Elaboração: CEPA/SC

Tabela 27

EVOLUÇÃO DA PRODUÇÃO DOS PRINCIPAIS PRODUTOS AGRÍCOLAS, SANTA CATARINA, SAFRAS DE 1974/75 A 1980/81

EXPLORAÇÃO \ SAFRA	(Safra 1974/75=100)					
	1975/76	1976/77	1977/78	1978/79	1979/80	1980/81
<u>Lavoura</u>						
Alho	-	172	173	309	859	1.222
Arroz	107	111	93	87	144	138
Batatinha	80	73	66	92	81	86
Cana de açúcar	91	101	111	115	125	107
Cebola	113	131	124	247	272	398
Feijão	58	79	73	112	71	145
Fumo em folha	116	152	165	226	162	127
Mandioca	91	87	85	78	70	89
Milho em grão	115	126	75	80	142	149
Soja	93	102	76	93	154	139
Tomate	143	130	159	171	200	233
Trigo	-	67	14	12	62	26
<u>Frutas</u>						
Ameixa	350	1.012	371	341	158	143
Banana	86	100	116	138	128	147
Maçã	168	247	217	428	565	744
Nectarina	219	208	73	66	68	15
Pêssego	259	167	232	96	168	84
Uva vinífera	-	74	64	68	55	139
<u>Pecuária</u>						
Aves abatidas (cab)	125	164	199	233	347	428
Bovinos abatidos (cab)	101	98	109	116	174	179
Leite (1.000 litros)	104	105	98	123	140	175
Suínos terminados (cab)	109	105	119	133	154	166
Mel de abelha	102	100	107	128	151	151
Ovos (dúzia)	-	-	-	-	97	-
<u>Pescado</u>						
Peixe	63	101	117	105	139	54
Crustáceos	105	87	99	75	99	57
Moluscos e outros	41	29	15	390	306	30
<u>Extrativa Vegetal</u>						
Madeira em tora (m ³)	111	99	88	79	70	62
Carvão vegetal (t)	78	174	189	226	302	345
Lenha (m ³)	109	105	79	73	67	62

Fonte dos dados básicos: FIBGE/GCEA, EMATER/ACARESC, SUDEPE/PDP, ACCB, ASCAV, ACCS, INDÚSTRIAS, COOPERATIVAS e CEPA/SC

Fonte dos dados trabalhados: CEPA/SC

Tabela 28

ÍNDICES DA ÁREA E DA PRODUÇÃO DE DIVERSAS CULTURAS NA SAFRA 1980/81
EM RELAÇÃO A 1974/75, SANTA CATARINA

PRODUTO	ÁREA (A)	PRODUÇÃO (B)	DIFERENÇA (B/A) - %
Alho (*)	2.363	1.222	-48,29
Arroz	118	138	16,95
Batata inglesa	76	86	13,16
Cana-de-açúcar	94	107	13,83
Cebola	336	398	18,45
Feijão	157	145	-7,64
Fumo em folha	125	127	1,60
Mandioca	87	89	2,30
Milho em grão	121	149	23,14
Soja	134	139	3,73
Tomate	189	233	23,28
Trigo (*)	28	26	-7,14

(*) Considerado a safra 1975/76

Fonte: Tabelas 23 e 26

Tabela 29

ÁREA COLHIDA DOS PRINCIPAIS PRODUTOS DA LAVOURA, POR MHR, SANTA CATARINA, SAFRA 1974/75

PRODUTO	MHR	(hectare)																
		COLONIAL JOINVILLE	LITORAL ITAJAÍ	COLONIAL BLUMENAU	COLONIAL ITAJAÍ NORTE	COLONIAL ALTO ITAJAÍ	FLORIANÓPOLIS	COLONIAL CATARINENSE	LITORAL LAGUNA	CARBONÍFERA	LITORAL SUL CATAR.	COLONIAL SUL S.C.	CAMPOS DE LAGES	CAMPOS CURITIBANOS	COLONIAL RIO DO PEIXE	COLONIAL OESTE S.C	PLANALTO CAROLINAS	SANTA CATARINA
Arroz em casca		13.831	3.037	14.331	845	6.805	1.592	651	890	7.030	11.073	18.249	500	2.387	8.145	18.974	15.875	124.575
Batata inglesa		480		963	165	2.797	405	931	54	6.143	291	580	1.110	826	1.983	4.500	2.772	24.000
Cana-de-açúcar		3.015	2.950	1.885	260	54	2.707	4.022	117	460	460	476			705	3.893		21.010
Cebola				37	18	2.346	45	645	25	395	299	121	130	168	274	209	328	5.030
Fumo		604	151	5.217	1.680	9.514	683	3.073	120	6.009	3.520	5.548	490	1.238	617	7.242	3.294	49.000
Feijão		239	475	1.952	1.350	3.843	920	2.290	780	8.487	4.509	4.596	7.145	14.300	10.577	97.510	26.092	185.065
Raiz de mandioca		4.050	818	4.900	1.557	12.543	23	2.077	1.220	7.851	17.880	3.483	250	665	4.951	14.441	6.770	85.846
Milho em grão		7.092	595	17.110	7.520	28.822	1.290	11.508	610	19.668	9.050	14.840	20.995	68.800	224.565	431.833	75.102	949.400
Soja		22		507	804	1.546	110	108		704	356	271	880	19.730	73.135	251.747	11.585	361.475
Tomate		52	18	126	5	18	120	65		111	5	1	76	65	37	1	40	740
Trigo																		

Fonte: FIBGE

Tabela 30
ÁREA COLHIDA DOS PRINCIPAIS PRODUTOS DA LAVOURA, POR MHR, SANTA CATARINA, SAFRA 1975/76

PRODUTO	MHR	(hectare)																
		COLONIAL JOINVILLE	LITORAL ITAJAÍ	COLONIAL BLUMENAU	COLONIAL ITAJAÍ NORTE	COLONIAL ALTO ITAJAÍ	FLORIANÓPOLIS	COLONIAL SERR. CATAR.	LITORAL LAGUNA	CARBONÍFERA	LITORAL SUL CATAR.	COLONIAL SUL CATAR.	CAMPOS DE LAGES	CAMPOS CURITIBANOS	COLONIAL RIO DO PEIXE	COLONIAL OESTE CATAR.	PLANALTO CAROLINAS	SANTA CATARINA
Alho					8	7	5	4	2	33	3			17	28	11	32	150
Arroz em casca		14.520	3.500	16.500	1.098	8.500	1.740	615	840	6.360	11.600	18.450	280	4.140	8.900	40.000	16.550	153.593
Batata		430	10	595	163	2.914	269	1.059		3.182	160	147	1.870	905	1.407	2.975	1.974	18.061
Cana-de-açúcar		3.112	2.435	1.150			2.015	2.938	68	303	370	418			643	3.680		17.132
Cebola				40	15	2.970	43	1.297	50	475	278	22	80	60	186	110	308	5.934
Fumo		100	187	4.120	4.305	16.180	747	3.720	550	9.645	6.970	11.970	1.350	1.705	501	9.770	3.930	75.760
Feijão		239	748	3.440	1.360	3.996	819	1.749	1.400	8.689	3.550	4.615	5.150	15.067	7.812	78.160	23.605	156.025
Raiz de mandioca		4.050	748	3.440	1.391	13.330	2.826	1.972	1.900	9.254	16.911	4.107	200	310	3.261	10.052	7.094	80.846
Milho		6.180	470	14.463	7.520	29.434	1.532	12.325	760	19.090	7.400	13.850	19.250	72.400	245.672	676.168	78.760	1.005.274
Soja				113	236	1.320	15	25		685	307	90	880	24.320	64.775	234.950	11.654	339.370
Tomate		50	30	55	2	25	105	86		209	4		205	70	37	24	41	943
Trigo					195	66		5		642	163	399	806	6.790	14.335	39.522	4.863	67.775

Fonte: FIBGE

Tabela 31

ÁREA COLHIDA DOS PRINCIPAIS PRODUTOS DA LAVOURA, POR MUNICÍPIO, SANTA CATARINA, SAFRA 1976/77

PRODUTO	Município (hectare)															
	COLONIAL DE JOINVILLE	LITORAL DE ITAJAÍ	COLONIAL DE BLUMENAU	COLONIAL DE ITAJAÍ NORTE	COLONIAL DO ALTO ITAJAÍ	FLORIANÓPOLIS	COLONIAL SERRA CATAR.	LITORAL DE LAGUNA	CARBONIFERA	LITORAL SUL CATAR.	CAMPOS DO SUL CATAR.	CAMPOS DE LAGES	CAMPOS DE CURITIBANOS	COLONIAL DO OESTE CATAR.	PLANALTO DE CANGAÍNAS	SANTA CATARINA
Alho	-	-	-	9	11	4	6	4	51	5	-	-	37	50	65	240
Arroz em casca	14.240	3.495	15.767	1.161	9.050	1.988	725	915	7.902	10.605	17.750	510	4.378	8.022	34.153	148.164
Batata	251	-	513	153	3.248	365	1.237	20	2.155	47	69	1.830	1.075	1.152	1.952	15.964
Cana-de-açúcar	3.607	3.230	1.610	-	-	2.158	2.301	75	1.322	566	690	-	-	575	2.930	19.664
Cebola	-	-	35	13	3.908	24	1.405	35	458	332	8	-	60	146	95	6.846
Fumo em folha	-	184	5.495	5.200	17.240	697	4.404	-	8.890	6.320	12.976	1.400	2.064	477	10.466	80.533
Feijão	-	285	1.434	1.180	4.388	987	1.675	830	7.824	3.400	3.641	6.550	18.450	8.184	102.348	188.874
Raiz de mandioca	4.371	626	3.699	791	13.872	3.380	2.300	2.280	12.043	17.866	2.905	-	523	1.576	9.645	82.962
Milho em grão	7.310	474	13.945	7.550	29.834	1.255	12.545	550	17.042	6.450	12.950	17.846	83.900	254.953	515.460	1.067.584
Soja	-	-	91	405	751	5	16	-	430	260	60	1.230	26.420	63.105	245.369	350.642
Tomate	-	37	61	2	38	87	119	-	204	-	2	-	69	35	24	926
Trigo	-	-	-	20	40	-	5	-	171	150	75	300	4.945	8.360	21.670	37.522

Fonte: FIBGE

Tabela 32

ÁREA COLHIDA DOS PRINCIPAIS PRODUTOS DA LAVOURA, POR MUNICÍPIO, SANTA CATARINA, SAFRA 1977/78

PRODUTO	Município (hectare)															
	COLONIAL DE JOINVILLE	LITORAL DE ITAJAÍ	COLONIAL DE BLUMENAU	COLONIAL DE ITAJAÍ NORTE	COLONIAL DO ALTO ITAJAÍ	FLORIANÓPOLIS	COLONIAL SERRA CATAR.	COLONIAL DE LAGUNA	CARBONIFERA	LITORAL SUL CATAR.	COLONIAL DO SUL CATAR.	CAMPOS DE LAGES	CAMPOS DE CURITIBANOS	COLONIAL DO OESTE CATAR.	PLANALTO DE CANGAÍNAS	SANTA CATARINA
Alho	-	-	2	-	26	-	15	4	15	10	1	20	51	10	95	247
Arroz em casca	12.630	3.542	15.424	810	8.827	1.914	594	985	7.774	9.680	17.156	647	4.083	5.260	273	139.330
Batata	340	-	580	81	2.999	414	1.660	10	2.424	66	29	1.180	1.280	1.058	1.990	15.855
Cana-de-açúcar	3.552	4.586	1.815	-	-	2.697	2.389	75	1.442	510	686	-	-	573	2.588	19.664
Cebola	-	-	35	11	3.120	27	1.448	25	204	209	8	55	71	149	70	20.873
Fumo em folha	154	220	6.466	5.975	20.921	679	5.108	350	8.435	6.600	12.485	1.300	2.831	1.450	12.191	5.724
Feijão	20	277	1.825	831	5.574	1.004	2.275	730	7.310	3.080	3.454	5.500	21.978	8.949	109.219	90.527
Raiz de mandioca	3.256	523	3.884	1.709	16.383	2.132	1.980	2.820	11.905	11.750	2.192	-	385	1.365	7.035	195.106
Milho em grão	7.245	499	13.092	8.240	31.820	1.305	10.752	530	16.484	4.730	15.500	17.006	73.960	221.300	513.500	69.670
Soja	-	-	75	45	880	-	4	116	-	320	3.170	45.400	276.000	66.985	15.790	1.005.633
Tomate	26	27	48	-	88	98	95	-	181	5	2	246	52	42	24	997
Trigo	-	-	-	-	23	-	5	-	5	5	120	170	620	1.997	7.650	11.620

Fonte: FIBGE

Tabela 33

ÁREA COLHIDA DOS PRINCIPAIS PRODUTOS DA LAVOURA, POR MRH, SANTA CATARINA, SAFRA 1978/79

PRODUTO	(hectare)																		
	MRH	COLONIAL DE JOINVILLE	LITORAL DE ITAJAÍ	COLONIAL DE BLUMENAU	COLONIAL DE ITAJAÍ NORTE	COLONIAL DO ALTO ITAJAÍ	FLORIANÓPOLIS	COLONIAL DE SERR. CAT.	LITORAL DE LAGUNA	CARBONÍFERA	LITORAL SUL CATAR.	COLONIAL SUL CATAR.	CAMPOS DE LAGES	CAMPOS DE CURITIBANOS	COLONIAL DO RIO DO PEIXE	COLONIAL DO OESTE CATAR.	PLANALTO DE CAMIÑHAS	SANTA CATARINA	
Alho	-	-	-	-	-	40	2	26	4	42	13	5	37	250	26	-	-	83	528
Arroz em casca	15.575	3.750	17.793	947	7.597	1.885	1.885	926	980	6.745	10.800	19.938	290	977	2.886	14.278	12.257	117.594	
Batata	382	-	847	120	3.200	460	460	2.256	6	2.497	73	37	1.940	1.720	1.515	2.701	2.149	19.903	
Cana-de-açúcar	3.300	3.844	1.730	-	-	2.911	2.911	2.445	85	1.513	590	516	-	10	660	2.520	-	20.124	
Cebola	-	-	110	37	5.344	64	64	3.569	20	265	253	21	340	151	170	-	-	322	10.666
Fumo em folha	458	214	6.455	5.199	17.463	575	575	5.034	433	8.959	5.777	9.787	906	1.293	2.094	3.646	7.887	76.190	
Ferijão	350	246	1.885	1.182	5.621	1.119	1.119	2.157	1.040	6.800	4.450	5.962	2.950	20.415	9.800	127.350	36.450	227.777	
Mandioca	3.492	773	3.825	1.450	12.980	2.050	2.050	2.018	2.260	11.471	10.730	2.251	-	755	934	7.700	4.190	66.879	
Milho	7.100	469	14.596	8.190	32.770	1.480	1.480	12.635	560	16.987	4.600	12.550	8.040	49.630	214.090	514.265	71.510	969.472	
Soja	-	-	40	90	865	-	-	-	-	140	340	-	2.970	51.140	71.910	321.760	26.130	475.385	
Tomate	86	25	34	15	64	152	152	134	-	204	23	3	130	96	76	-	58	1.100	
Trigo	-	-	-	-	9	-	-	-	-	5	70	66	170	160	400	2.442	1.265	4.587	

Fonte: FIBGE

Tabela 34

ÁREA COLHIDA DOS PRINCIPAIS PRODUTOS DA LAVOURA, POR MRH, SANTA CATARINA 1979/80

PRODUTO	(hectare)																	
	MICROREGIÃO JOINVILLE	COLONIAL DE JOINVILLE	LITORAL DE ITAJAÍ	COLONIAL DE BLUMENAU	COLONIAL DE ITAJAÍ NORTE	COLONIAL DO ALTO ITAJAÍ	FLORIANÓPOLIS	COLONIAL DE SERR. CATAR.	LITORAL DE LAGUNA	CARBONÍFERA	LITORAL SUL CATARINENSE	COLONIAL SUL CATAR.	CAMPOS DE LAGES	CAMPOS DE CURITIBANOS	COLONIAL DO RIO DO PEIXE	COLONIAL DO OESTE CAT.	PLANALTO DE CAMIÑHAS	SANTA CATARINA
Alho	3	-	-	16	5	118	10	40	4	38	14	4	121	798	25	-	93	1.289
Arroz em casca	17.701	4.125	17.958	1.138	11.423	2.293	2.293	1.090	2.500	7.458	11.975	20.200	410	4.461	11.427	26.772	12.560	153.491
Batata	508	18	757	162	2.878	513	513	2.417	11	2.217	156	71	1.434	1.048	2.451	3.350	1.832	19.823
Cana-de-açúcar	3.880	4.203	1.795	-	-	2.943	2.943	2.610	95	1.828	405	530	-	15	1.178	3.150	-	22.632
Cebola	-	-	208	39	6.140	93	93	3.887	20	208	196	5	510	118	386	50	347	12.207
Ferijão	591	374	2.627	1.665	8.446	885	885	2.669	845	9.927	4.420	4.287	5.840	30.384	13.284	115.849	36.295	238.359
Fumo em folha	471	274	5.943	5.658	17.187	552	552	4.997	436	10.178	6.145	9.677	980	1.285	1.580	3.127	8.178	76.642
Mandioca	3.311	333	3.874	1.860	11.854	1.815	1.815	1.854	2.040	8.422	11.403	1.389	-	271	1.440	6.765	4.190	60.995
Milho	8.465	498	16.890	8.425	41.215	1.870	1.870	13.070	410	21.154	6.600	16.392	18.483	76.450	243.670	574.570	79.582	1.127.441
Soja	-	-	160	222	1.335	-	-	3	-	58	333	-	4.200	50.000	79.080	351.180	33.830	520.401
Tomate	111	18	68	-	57	241	241	130	-	170	46	3	140	85	91	35	65	1.260
Trigo	-	-	-	-	36	-	-	-	-	-	50	-	130	3.540	1.705	22.421	2.767	30.649

Fonte: FIBGE

Tabela 35

ÁREA PLANTADA DOS PRINCIPAIS PRODUTOS DA LAVOURA, POR MRH, SANTA CATARINA, SAFRA 1979/80

MICROREGIÃO PRODUTO	(hectare)																
	COLONIAL DE JOINVILLE	LITORAL DE ITAJAI	COLONIAL DE BLUMENAU	COLONIAL DE ITAJAI NRTL ALTO ITAJAI	COLONIAL DO FLORIANO - POLIS	COLONIAL SERR. CATAR.	LITORAL DE LAGUNA	DE CARBONT- FERA	LITORAL SUL CATARINENSE, SUL CATAR.	COLONIAL SUL CATAR.	CAMPOS DE LAGES	CAMPOS DE CURITIBANOS RIO DO PEIXE	COLONIAL DO OESTE CAT.	PLANALTO DE CAMOINHAS	SANTA CATARINA		
Alho	17.470	4.125	17.958	1.138	11.350	2.293	1.090	2.450	8.278	11.890	20.050	410	4.511	11.300	26.600	12.578	1.299
Arroz	508	18	757	167	2.878	513	2.418	11	2.247	156	71	1.444	1.143	2.501	3.450	1.832	153.491
Batata	3.880	4.203	1.955	-	-	4.293	2.610	95	1.828	620	840	-	15	1.178	3.150	-	20.114
Caná-de-açúcar	-	-	214	39	6.145	93	3.876	20	208	196	5	510	118	386	50	347	24.667
Cebola	591	399	2.647	1.685	8.618	856	2.719	845	10.077	4.520	4.387	5.840	32.135	15.497	148.900	36.295	12.207
Feijão	471	247	5.943	4.682	17.187	552	4.997	436	10.178	6.145	9.677	980	1.285	1.580	3.127	8.178	276.011
Fumo em folha	4.682	698	7.160	4.320	23.064	3.135	2.764	2.340	11.463	12.170	1.629	-	769	2.655	9.922	8.335	95.106
Raiz de mandioca	8.485	498	16.890	8.425	41.215	1.870	13.070	410	21.154	6.600	16.392	18.480	76.450	243.670	575.070	79.782	1.128.441
Milho em grão	-	-	160	222	1.335	-	3	-	58	333	-	4.200	50.000	79.080	351.180	33.890	520.401
Soja	121	18	68	-	57	231	130	-	170	46	3	140	85	91	35	65	1.260
Tomate	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	34.749
Trigo	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-

Fonte: FIBGE

Tabela 36

ÁREA COLHIDA DOS PRINCIPAIS PRODUTOS DA LAVOURA, POR MRH, SANTA CATARINA, SAFRA 1980/81

MICROREGIÃO PRODUTO	(hectare)																
	COLONIAL DE JOINVILLE	LITORAL DE ITAJAI	COLONIAL DE BLUMENAU	COLONIAL DE ITAJAI NORTE ALTO ITAJAI	COLONIAL DO FLORIANO - POLIS	COLONIAL SERR. CATAR.	LITORAL DE LAGUNA	DE CARBINT - FERA	LITORAL SUL CATARINENSE SUL CATAR.	COLONIAL SUL CATAR.	CAMPOS DE LAGES	CAMPOS DE CURITIBANOS RIO DO PEIXE	COLONIAL DO OESTE CAT.	PLANALTO DE CAMOINHAS	SANTA CATARINA		
Alho	17.094	4.250	16.463	1.025	10.852	2.641	979	2.400	8.317	10.585	18.700	57	2.651	292	123	141	3.544
Arroz	199	-	567	116	2.130	716	2.307	5	2.647	106	42	1.340	1.220	1.838	2.835	2.245	145.876
Batata	3.454	4.203	1.225	-	-	3.943	3.093	105	828	320	15	-	15	778	150	-	18.313
Caná-de-açúcar	-	-	350	135	8.857	124	5.142	16	270	317	7	585	140	369	183	375	18.129
Cebola	634	417	3.364	1.940	14.915	1.255	3.370	502	10.186	4.800	4.320	6.610	27.325	16.234	144.032	42.240	16.870
Feijão	337	163	4.702	3.931	15.036	405	3.719	352	8.723	4.849	7.547	651	639	898	3.057	6.241	282.744
Fumo em folha	3.188	493	4.300	1.945	13.460	3.846	2.690	2.545	9.430	15.550	1.985	120	344	1.119	8.420	5.641	61.250
Raiz de mandioca	7.070	800	18.210	8.700	41.020	2.180	13.620	410	20.970	7.270	17.500	22.850	84.200	244.550	579.200	81.450	75.066
Milho	-	-	50	195	748	2	4	-	48	403	-	3.560	45.550	72.420	324.200	36.700	1.150.000
Soja	88	10	37	-	52	213	184	8	212	25	3	133	170	107	35	75	483.890
Tomate	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	30	1.610	226	8.984	1.480	1.352
Trigo	-	-	-	-	-	-	-	-	-	40	-	-	-	-	-	-	12.370

Fonte: FIBGE

Tabela 37

ÁREA PLANTADA DOS PRINCIPAIS PRODUTOS DA LAVOURA, POR MRH, SANTA CATARINA, SAFRA 1980/81

MICROREGIÃO	(hectare)															
	COLONIAL DE JOINVILLE	LITORAL DE ITAJAI	COLONIAL DE BLUMENAU	COLONIAL DE ITAJAI NORTE	COLONIAL DE FLORIANÓPOLIS	COLONIAL SERRA CATAR	LITORAL DE LAGUNA	CARBONÍFERA	LITORAL SUL CATARINENSE	COLONIAL SUL CATAR	CAMPOS DE LAGES	CAMPOS DE CURITIBANOS	COLONIAL DO RIO DO PEIXE	COLONIAL DO OESTE CATARINENSE	PLANALTO DE CANOINHAS	SANTA CATARINA
Riz de mandioca	4.221	920	7.840	4.895	30.520	4.166	3.820	3.100	12.415	17.750	2.105	688	1.731	10.610	8.348	113.349
Tomate	88	10	37	37	52	213	184	8	232	25	3	148	108	35	75	1.389
Cebola	-	-	350	135	8.302	124	5.142	16	270	317	7	585	369	183	375	16.920
Soja	-	-	50	195	748	2	4	-	48	403	-	3.563	45.550	72.420	36.700	483.880
Milho	7.070	800	18.210	8.700	41.020	2.180	13.620	410	20.970	7.270	17.500	84.200	244.550	579.200	81.450	1.150.000
Trigo	-	-	-	-	-	-	-	-	-	40	-	1.615	270	14.905	2.415	19.275
Arroz em casca	17.340	4.250	16.530	1.025	10.882	2.641	979	2.400	8.338	11.200	18.780	410	4.107	26.309	12.949	148.920
Batata inglesa	199	-	567	116	129	716	2.310	5	2.600	106	42	1.390	1.838	2.835	2.240	18.313
Feijão	634	417	3.404	1.940	14.980	1.255	3.370	538	10.625	4.800	4.320	29.132	16.900	149.805	42.350	291.100
Caná-de-açúcar	3.454	4.203	1.675	-	-	5.073	3.193	105	828	320	15	15	778	150	-	19.809
Alho	-	-	16	5	95	14	66	8	48	17	8	57	2.593	310	181	3.544
Fumo em folha	337	163	4.702	3.931	15.036	405	3.719	352	8.723	4.849	7.547	651	898	3.057	6.241	61.250

Fonte: FIBGE

Tabela 38

PRODUÇÃO DOS PRINCIPAIS PRODUTOS DE LAVOURA, POR MRH, SANTA CATARINA, SAFRA 1974/75

MRH	(toneladas)															
	COLONIAL DE JOINVILLE	LITORAL DE ITAJAI	COLONIAL DE BLUMENAU	COLONIAL DE ITAJAI NORTE	COLONIAL DO ALTO ITAJAI	FLORIANÓPOLIS	COLONIAL SERRA CATARINENSE	LITORAL DE LAGUNA	CARBONÍFERA	LITORAL SUL CATARINENSE	COLONIAL SUL CATARINENSE	CAMPOS DE LAGES	CAMPOS DE CURITIBANOS	COLONIAL DO RIO DO PEIXE CATARINENSE	PLANALTO DE CANOINHAS	SANTA CATARINA
Arroz	39.226	7.606	47.642	1.690	26.910	4.555	1.162	2.630	18.586	30.124	39.662	690	4.644	12.128	39.345	292.735
Batata	2.772	-	8.550	1.315	22.773	4.137	7.623	264	48.966	1.453	2.731	10.310	5.445	12.820	25.218	176.610
Caná-de-açúcar	122.415	201.020	88.960	10.350	1.685	118.240	190.428	3.160	16.725	14.540	13.668	-	-	19.570	138.544	939.305
Cebola	-	-	201	111	18.161	322	5.712	200	3.227	2.728	909	1.010	634	1.402	987	38.090
Fumo em folha	541	245	6.948	2.979	14.965	1.017	4.737	168	11.005	7.497	10.905	645	2.050	5.86	8.888	78.570
Feijão	200	556	1.725	1.516	4.258	820	2.306	440	7.293	3.171	3.813	4.532	9.688	103.912	16.648	169.328
Mandioca	78.100	12.612	79.265	26.966	274.638	36.150	37.364	17.450	105.025	198.301	48.314	5.000	11.225	91.820	306.704	1.429.241
Milho	13.470	851	32.412	15.162	61.697	2.759	16.367	912	38.722	16.005	38.112	29.109	106.764	558.776	1.087.412	2.127.124
Soja	26	-	533	1.165	3.204	168	135	-	1.120	574	486	792	21.044	85.843	331.451	467.160
Tomate	1.164	382	2.303	55	420	2.455	1.620	-	3.688	30	5	2.200	1.905	703	5	17.590
Trigo	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-

Fonte: FIBGE/CEA
Elaboração: CIBRA/SC

Tabela 39

PRODUÇÃO DOS PRINCIPAIS PRODUTOS DE LAVOURA, POR MUNICÍPIO, SANTA CATARINA, SAFRA 1975/76

PRODUTO	(toneladas)																
	COLÔNIA DE JORNIVILLE	LITORAL DE ITAJAI	COLÔNIA DE BLUMENAU	COLÔNIA DE ITAJAI NORTE	COLÔNIA DO ALTO ITAJAI	FLORIANÓPOLIS	COLÔNIA DE CASERES	LITORAL DE LAGES	CARBONÍFERA	LITORAL DE CASERES	COLÔNIA DE CASERES	CAMPOS DE LAGES	CAMPOS DE CURITIBA	COLÔNIA DO RIO DO PEIXE	COLÔNIA DO OESTE	FRANCO DE CASERES	SANTA CATARINA
Alho	44.101	9.743	54.295	2.460	25.156	5.105	1.266	2.480	11.977	22.385	27.095	366	8.533	15.066	61.954	26.361	318.283
Arroz	2.810	72	6.283	1.150	23.895	2.884	9.396	-	23.157	773	746	23.480	6.385	9.420	16.618	13.541	140.580
Batata	162.744	170.480	56.300	-	-	128.517	174.396	1.700	9.113	12.200	11.952	-	-	17.875	108.350	-	853.627
Cana-de-açúcar	-	-	180	145	21.287	249	10.791	150	1.655	1.901	192	640	346	1.299	640	2.414	42.899
Cebola	120	295	5.594	5.106	20.384	979	5.073	774	11.171	7.184	13.998	2.004	2.409	736	11.222	6.758	93.407
Fumo em folha	-	177	1.877	1.458	3.879	705	1.644	783	3.457	1.748	2.391	4.041	9.270	5.875	43.807	18.153	98.965
Fesijão	77.200	12.435	60.725	23.978	245.807	40.000	36.795	18.440	113.490	209.062	58.621	4.500	5.600	62.130	223.010	111.790	1.303.973
Mandioca	11.670	613	25.676	16.164	70.158	3.738	17.588	1.257	39.693	12.840	36.660	28.290	112.588	662.241	1.281.223	132.228	2.452.627
Milho	-	-	129	307	2.485	20	45	-	1.028	502	141	1.066	29.113	73.471	282.105	19.453	409.885
Soja	1.140	600	1.100	40	920	2.600	2.401	-	5.009	20	-	8.150	1.929	722	144	442	25.217
Tomate	-	-	-	-	-	-	-	-	216	115	340	606	5.835	8.322	11.615	3.227	30.484
Trigo	-	-	-	144	61	-	3	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-

Fonte: FIBRA/CEEA
Elaboração: CEN/SC

Tabela 40

PRODUÇÃO DOS PRINCIPAIS PRODUTOS DE LAVOURA, POR MUNICÍPIO, SANTA CATARINA, SAFRA 1976/77

PRODUTO	(toneladas)																
	COLÔNIA DE JORNIVILLE	LITORAL DE ITAJAI	COLÔNIA DE BLUMENAU	COLÔNIA DE ITAJAI NORTE	COLÔNIA DO ALTO ITAJAI	FLORIANÓPOLIS	COLÔNIA DE CASERES	LITORAL DE LAGES	CARBONÍFERA	LITORAL DE CASERES	COLÔNIA DE CASERES	CAMPOS DE LAGES	CAMPOS DE CURITIBA	COLÔNIA DO RIO DO PEIXE	COLÔNIA DO OESTE	FRANCO DE CASERES	SANTA CATARINA
Alho	39.002	10.427	50.067	2.383	27.122	5.423	1.293	2.230	14.750	25.428	35.798	732	8.484	15.444	67.814	26.553	332.950
Arroz	1.473	-	4.429	1.190	26.650	2.029	10.365	90	15.356	324	386	21.828	10.892	7.963	9.560	15.451	128.886
Batata	185.090	216.985	74.340	-	-	126.952	170.127	1.875	40.675	17.145	18.728	-	-	15.255	87.550	-	955.022
Cana-de-açúcar	-	-	135	65	31.378	157	8.082	235	2.533	2.783	64	-	355	1.007	541	2.459	49.794
Cebola	-	270	7.030	6.510	27.498	1.012	6.331	280	13.042	9.835	22.641	1.841	2.965	786	12.221	7.584	119.846
Fumo em folha	-	209	1.485	1.011	4.624	851	1.680	390	5.549	2.218	2.388	4.950	11.000	6.592	75.856	15.484	134.477
Fesijão	76.378	9.935	71.032	13.728	277.913	47.126	41.311	22.016	135.326	168.368	35.846	-	10.320	26.270	199.535	104.583	1.259.687
Mandioca	13.940	666	28.277	12.705	68.757	3.224	17.539	948	36.927	12.069	30.196	32.275	147.010	681.893	1.442.972	144.777	2.674.175
Milho	-	-	125	291	1.281	8	19	-	624	426	87	2.196	38.811	73.173	338.111	21.213	476.365
Soja	-	542	1.485	40	1.140	2.478	2.452	-	6.412	-	16	5.868	1.114	738	120	512	22.917
Tomate	-	-	-	-	-	-	-	-	187	60	76	240	2.290	5.041	11.361	1.108	20.328
Trigo	-	-	-	18	24	-	3	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-

Fonte: FIBRA/CEEA
Elaboração: CEN/SC

Tabela 41

PRODUÇÃO DOS PRINCIPAIS PRODUTOS DE LAVOURA, POR MRH, SANTA CATARINA, SAFRA 1977/78

PRODUTO	MRH	(toneladas)															
		COLÔNIA DE JOINVILLE	LITORAL DE ITAJAI	COLÔNIA DE BLUMENAU	COLÔNIA DE ITAJAI NORTE	COLÔNIA DO ALTO ITAJAI	FLORIANÓPOLIS	COLÔNIA SERRANA CATARINENSE	LITORAL DE LAGUNA	CHARQUEIRA	LITORAL SUL CATARINENSE	COLÔNIA SUL CATARINENSE	CAMPOS DE LAGES	CAMPOS DE CURITIBANOS	COLÔNIA DO RIO DO PEIXE	COLÔNIA DO OESTE CATARINENSE	PARANÁ DE CANGARAS
Alho	-	-	-	6	-	93	34	14	170	40	3	53	384	30	-	177	952
Arroz	37.139	12.056	52.784	1.249	26.209	5.113	1.002	2.895	19.324	26.580	36.621	599	3.286	3.836	41.506	8.613	279.012
Batata	1.989	-	3.867	350	20.578	3.468	15.226	60	15.124	560	193	14.116	12.171	6.216	8.955	13.133	115.977
Cana-de-açúcar	180.025	332.640	95.030	-	-	140.978	123.301	1.800	44.060	15.420	18.512	-	-	14.930	76.430	-	1.043.126
Cebola	-	-	250	58	28.101	133	11.666	190	1.622	1.867	32	330	380	635	245	1.620	47.129
Fumo em folha	225	302	8.441	8.073	29.435	929	6.866	405	13.824	10.912	21.720	1.930	3.830	2.113	12.365	8.909	130.289
Feijão	5	183	1.033	639	5.706	562	1.614	376	4.340	2.059	1.800	3.585	9.805	6.731	67.899	16.725	123.062
Mandioca	59.920	9.910	68.182	35.773	317.402	28.480	33.640	31.620	140.700	115.250	25.640	-	6.385	23.680	204.337	107.240	1.208.189
Milho	14.373	715	23.821	9.247	54.138	3.252	17.979	1.095	33.780	9.931	38.488	30.428	78.110	388.245	813.214	71.106	1.587.902
Soja	-	-	72	45	1.155	-	7	-	164	529	-	3.906	43.797	804	222.849	642	28.029
Tomate	838	675	1.034	-	1.574	3.507	3.696	-	5.847	50	24	7.464	1.814	913	2.229	507	4.779
Trigo	-	-	-	15	-	-	4	-	3	3	54	138	413	913	2.229	507	4.779

Fonte: FIDUC/CEA
Elaboração: CEA/SC

Tabela 42

PRODUÇÃO DOS PRINCIPAIS PRODUTOS DE LAVOURA, POR MRH, SANTA CATARINA, SAFRA 1978/79

PRODUTO	MRH	(toneladas)															
		COLÔNIA DE JOINVILLE	LITORAL DE ITAJAI	COLÔNIA DE BLUMENAU	COLÔNIA DE ITAJAI NORTE	COLÔNIA DO ALTO ITAJAI	FLORIANÓPOLIS	COLÔNIA SERRANA CATARINENSE	LITORAL DE LAGUNA	CHARQUEIRA	LITORAL SUL CATARINENSE	COLÔNIA SUL CATARINENSE	CAMPOS DE LAGES	CAMPOS DE CURITIBANOS	COLÔNIA DO RIO DO PEIXE	COLÔNIA DO OESTE CATARINENSE	PARANÁ DE CANGARAS
Alho	-	-	-	-	4	305	89	20	152	48	8	215	807	66	-	182	1.702
Arroz	52.159	13.140	63.836	671	22.490	5.182	1.148	2.875	16.192	24.838	40.663	253	804	1.220	7.873	6.450	259.794
Batata	2.773	-	7.889	640	26.960	4.729	21.982	36	20.012	506	252	28.146	15.925	10.887	16.752	15.128	172.617
Cana-de-açúcar	218.225	250.851	89.550	-	-	215.411	148.760	2.050	47.951	21.670	14.192	-	300	18.055	57.755	-	1.084.780
Cebola	-	-	964	242	52.047	597	29.725	141	1.757	2.159	141	2.155	936	924	-	2.229	94.017
Fumo em folha	866	386	11.251	9.010	29.315	1.065	8.828	831	18.875	11.703	19.104	1.572	2.086	3.356	7.439	14.189	139.876
Feijão	203	153	1.564	1.066	5.878	887	1.849	531	4.779	2.956	4.297	1.534	18.345	9.314	111.225	27.202	191.783
Mandioca	64.440	15.140	79.010	29.450	286.250	27.340	36.100	28.970	155.495	118.510	29.832	-	11.975	16.565	143.120	78.470	1.120.967
Milho	16.241	682	35.112	11.180	54.259	2.616	20.723	893	27.085	7.164	22.095	15.616	48.319	321.922	1.066.982	57.760	1.708.649
Soja	-	-	36	85	1.323	-	-	-	214	524	-	2.556	40.827	48.491	302.457	28.598	425.111
Tomate	1.752	500	591	185	1.490	4.522	3.702	-	5.886	500	24	7.950	3.599	1.659	-	770	32.930
Trigo	-	-	-	-	11	-	-	-	3	53	69	146	175	421	1.836	1.077	3.791

Fonte: FIDUC/CEA
Elaboração: CEA/SC

Tabela 43

PRODUÇÃO DOS PRINCIPAIS PRODUTOS DE LAVOURA, POR MRR, SANTA CATARINA, SAFRA 1979/80

MRR	(tonelada)																
	COLÔNIA DE JOINVILLE	LITORAL DE ITAÚA	COLÔNIA DE BELMOURA	COLÔNIA DE ITAÚA NORTE	COLÔNIA DO LITORAL DE ITAÚA	FLORENÓPOLIS	COLÔNIA SERRANA CATARINENSE	LITORAL DE LAGUNA	CARONHEIRA	LITORAL SUL CATARINENSE	COLÔNIA DO SUL CATARINENSE	CHARGOS DE LAGES	CHARGOS DE CURITUBANDAS	CHARGOS DE RIO DO PEDE	COLÔNIA DO OESTE CATARINENSE	PARANÁ DE CANGAÍNAS	SANTA CATARINA
Alho	5	-	92	30	442	59	118	28	198	52	12	323	3.083	97	195	4.774	
Arroz	67.844	14.380	72.492	2.725	38.925	6.642	2.175	7.435	21.560	35.129	57.573	492	7.287	21.865	49.277	23.070	428.871
Betate	3.721	144	5.817	934	17.971	5.314	20.548	72	18.259	1.640	404	13.929	8.877	15.281	17.943	11.982	142.876
Cana-de-açúcar	212.100	285.080	90.325	-	-	209.635	155.080	2.275	55.496	11.810	15.470	-	600	35.650	66.850	-	1.170.361
Cebola	-	-	1.572	320	56.889	831	32.285	149	1.467	1.481	20	3.910	786	2.117	210	1.569	103.605
Furo em folha	859	404	10.012	8.558	27.177	608	8.057	741	19.439	11.938	17.305	1.508	2.008	2.354	3.625	12.608	127.401
Fetijão	351	158	2.174	1.395	8.502	609	2.057	487	7.340	3.134	2.609	4.205	18.926	7.425	37.136	23.465	119.972
Mandioca	61.260	6.895	74.825	39.020	237.480	25.000	35.130	25.140	113.375	134.000	20.280	-	5.315	22.790	113.446	83.090	997.056
Milho	19.851	1.021	42.937	29.160	114.525	5.079	28.626	726	56.007	14.860	43.329	36.664	130.768	702.780	1.623.950	174.950	3.016.233
Soja	-	-	193	349	2.259	-	4	-	79	637	-	6.300	72.052	92.885	482.352	61.704	718.764
Tomate	2.994	432	1.680	-	1.066	8.350	3.450	-	4.725	955	24	5.600	2.475	2.421	140	885	35.197
Trigo	-	-	-	-	23	-	-	-	-	45	-	117	3.774	655	11.535	2.515	18.864

Fonte: FRSB/CSPA
Elaboração: CBPA/SC

Tabela 44

PRODUÇÃO DOS PRINCIPAIS PRODUTOS DE LAVOURA, POR MRR, SANTA CATARINA, SAFRA 1980/81

MRR	(tonelada)																
	COLÔNIA DE JOINVILLE	COLÔNIA DE ITAÚA	COLÔNIA DE BELMOURA	COLÔNIA DE ITAÚA NORTE	COLÔNIA DO LITORAL DE ITAÚA	FLORENÓPOLIS	COLÔNIA SERRANA CATARINENSE	LITORAL DE LAGUNA	CARONHEIRA	LITORAL SUL CATARINENSE	COLÔNIA DO SUL CATARINENSE	CHARGOS DE LAGES	CHARGOS DE CURITUBANDAS	CHARGOS DE RIO DO PEDE	COLÔNIA DO OESTE CATARINENSE	PARANÁ DE CANGAÍNAS	SANTA CATARINA
Alho	-	-	56	20	330	37	161	28	192	56	31	166	4.443	637	961	202	6.720
Arroz	61.500	15.200	65.600	2.605	36.700	7.437	1.974	6.565	22.350	30.340	48.723	700	7.117	24.160	56.265	24.432	411.688
Betate	1.772	-	5.148	692	14.548	7.682	23.025	32	24.754	876	323	13.880	8.980	14.305	17.909	18.010	151.936
Cana-de-açúcar	190.470	251.930	63.425	-	-	252.687	181.398	2.815	27.680	9.450	450	-	375	17.140	4.500	-	1.002.320
Cebola	-	-	3.550	1.295	82.949	1.231	46.183	115	2.090	2.366	7	4.640	1.064	2.416	1.050	2.625	151.581
Fetijão	369	239	3.215	1.573	16.911	1.007	2.795	316	9.118	4.773	3.416	6.862	24.800	14.101	113.280	43.475	246.250
Furo em folha	625	323	7.789	6.320	23.693	743	5.867	620	16.325	8.570	12.350	799	934	1.386	3.731	10.238	100.303
Raiz de mandioca	48.225	9.249	83.900	41.640	313.900	51.610	48.240	32.625	121.240	202.600	25.770	3.600	3.560	17.910	173.060	91.160	1.268.289
Milho em grão	16.506	1.752	43.045	20.520	104.365	5.556	36.019	780	57.319	18.273	52.554	47.110	133.000	697.675	1.760.853	167.162	3.162.500
Soja	-	-	67	327	1.196	2	6	-	61	818	-	5.358	81.417	82.901	411.297	64.550	648.000
Tomate	2.715	300	666	-	1.187	6.370	5.201	96	6.085	355	45	5.220	8.205	3.274	175	1.110	41.004
Trigo	-	-	-	-	-	-	-	-	-	20	-	27	2.389	179	4.628	759	8.000

Fonte: FRSB/CSPA
Elaboração: CBPA/SC

10. BALANÇO DE OFERTA E DEMANDA DE PRODUTOS AGROPECUÁRIOS

Ao se estimar o balanço de oferta e demanda de produtos agropecuários de Santa Catarina, para os anos de 1981 e 1982 (tabelas 45 e 46), procurou-se retratar uma situação normal do setor, sem se levar em consideração variações climáticas que poderão ocorrer durante o ano, tais como estiagem, geadas, granizo, influenciando direta ou indiretamente na produção final.

Procurou-se, portanto, identificar o comportamento da oferta de produtos agrícolas em relação à sua demanda total, compreendendo as possíveis perdas normais, que poderão ocorrer após o processo produtivo, o consumo animal "in natura", o consumo humano "in natura" e o consumo industrial, bem como as necessidades de reservas para sementes. Detectou-se o saldo positivo ou negativo para cada produto, seja "in natura", elaborado e/ou semi-elaborado.

Ainda com relação às tabelas citadas, cabe destacar alguns aspectos no que tange a colocação de cada produto na composição do balanço de oferta e demanda:

Fumo: toda a produção é industrializada fora de Santa Catarina, sendo que, a nível de Estado, a matéria-prima é apenas pré-beneficiada. Parte do produto é transformada em cigarros, principalmente no Estado do Rio Grande do Sul, enquanto a outra parcela é destinada ao comércio exterior sob a forma de fumo em folha.

Milho: nas estimativas do consumo animal está computado, inclusive, o produto destinado à transformação em ração balanceada.

Soja: foi considerada demanda industrial a capacidade de esmagamento instalada no Estado, 1.350.000 toneladas. A produção obtida dessa leguminosa não atende as necessidades existentes, fazendo-se necessária a importação do produto de outros Estados brasileiros. Entretanto, cabe frisar que, apesar dessas circunstâncias, Santa Catarina exportou para o mercado internacional, em 1981, cerca de 48.000 toneladas.

Suínos: no superávit apresentado, estão inclusas as exportações

do produto nas formas industrializada ou em carcaças, além das vendas de suínos vivos (no cálculo, transformados em carne), para outras unidades da federação.

Leite: no consumo "in natura" foi considerado o produto consumido sem pasteurização, enquanto na demanda industrial enquadrou-se o leite normalmente enviado para as usinas de beneficiamento, nas quais será pasteurizado e transformado em derivados.

Tabela 45

BALANÇO DE OFERTA E DEMANDA DE PRODUTOS AGRÍCOLAS DE SANTA CATARINA, 1981

PRODUTO	OFERTA	(tonelada)						SALDO
		Perdas	DEMANDA			Reserva p/sementes	Total	
			Consumo					
			Animal "in natura"	Humano "in natura"	Industrial			
Alho	10.270	2.000	-	1.400	370	2.500	6.270	4.000
Arroz em casca	411.668	41.160	-	267.000	-	15.000	323.160	88.508
Batatinha	151.936	30.400	-	98.000	-	25.000	153.400	-1.464
Cebola	118.700	35.600	-	15.000	-	600	51.200	67.500
Feijão	246.250	24.625	-	82.000	-	12.600	119.225	127.025
Fumo em folha	100.303	5.000	-	-	-	-	5.000	95.303
Raiz de mandioca	1.268.289	13.000	515.289	70.000	670.000	-	1.268.289	0
Milho	3.162.500	379.000	2.403.000	60.000	200.000	7.000	3.049.000	113.500
Soja	648.000	51.840	10.000	1.100	1.350.000	23.600	1.436.540	-788.540
Tomate	41.004	12.300	-	24.000	-	-	36.300	4.704
Trigo	9.600	650	-	-	170.000	1.000	171.650	-162.050
Banana	241.488	24.000	-	18.000	20.000	-	62.000	179.488
Maça (*)	39.175	1.973	-	33.098	4.104	-	39.175	0
Uva	75.383	7.500	-	3.000	44.000	-	54.500	20.883
Carne de aves	322.451	-	-	97.611	-	-	97.611	224.740
Carne bovina	44.880	-	-	44.000	15.000	-	59.000	-14.120
Carne suína	259.270	-	-	49.429	75.978	-	125.407	133.863
Leite (1000 l)	689.846	-	178.450	422.864	88.532	-	689.846	0

(*) Somente do PROFIT

Fonte dos dados básicos: FIBGE/GCEA, ACCS, ACCB, EMATER/ACARESC, ASCAV, COOPERATIVAS, INDÚSTRIAS E CEPA/SC

Elaboração: CEPA/SC

Tabela 46

ESTIMATIVA DO BALANÇO DE OFERTA E DEMANDA DE PRODUTOS AGRÍCOLAS DE SANTA CATARINA, 1982

PRODUTO	OFERTA	DEMANDA					Reserva p/sementes	Total	SALDO
		Perdas	Consumo			Industrial			
			Animal "in natura"	Humano "in natura"					
Alho	10.270	2.000	-	1.400	370	-	6.270	4.000	
Arroz em casca	425.600	42.560	-	267.000	-	-	324.560	101.040	
Batatinha	167.850	33.600	-	100.000	-	-	160.600	7.250	
Cebola	118.700	35.600	-	15.000	-	600	51.200	67.500	
Feijão	302.800	30.280	-	100.000	-	12.800	143.080	159.720	
Fumo em folha	112.470	6.000	-	-	-	-	6.000	106.470	
Raiz de mandioca	1.280.000	13.000	520.000	70.600	670.000	-	1.273.600	6.400	
Milho	3.209.000	385.000	2.508.700	60.000	100.000	7.000	3.060.700	148.300	
Soja	630.000	50.400	9.700	1.070	1.350.000	22.950	1.434.120	-804.120	
Tomate	42.000	13.000	-	24.000	-	-	37.000	5.000	
Trigo	9.600	650	-	-	170.000	1.000	171.650	-162.050	
Banana	264.000	26.000	-	20.000	22.000	-	68.000	196.000	
Maça(*)	55.000	2.500	-	47.000	5.500	-	55.000	0	
Uva	79.632	8.000	-	4.000	45.000	-	57.000	22.632	
Carne de aves	325.496	-	-	100.000	-	-	100.000	225.496	
Carne bovina	44.880	-	-	58.000	-	-	58.000	-13.120	
Carne suína	259.000	-	-	57.390	82.760	-	140.150	118.850	
Leite (1000 l)	690.000	-	178.500	422.960	88.540	-	690.000	0	

(*) Somente do PROFIT

Fonte dos dados básicos: FIBGE/GCEA, ACCS, ACCB, EMATER/ACARESC, ASCAV, COOPERATIVAS, INDÚSTRIAS E CEPA/SC

Elaboração: CEPA/SC

11. EXPORTAÇÃO INTERNACIONAL DE PRODUTOS AGRÍCOLAS

Segundo informações da Carteira do Comércio Exterior do Banco do Brasil, Santa Catarina exportou, para o mercado internacional, produtos de origem agrícola "in natura" e/ou elaborados, no ano de 1980, num volume total de 1.215.495 toneladas, do qual 1.123.270 toneladas são produtos de origem vegetal, enquanto 92.225 toneladas são de origem animal, representando um montante de 602.611 mil dólares (valor FOB), sendo que os produtos da lavoura participaram com 80,20% e os da pecuária com 19,80%.

Dentre os produtos que mais se destacaram, por ordem de importância, na pauta de exportação para o mercado internacional, com sua contribuição no volume total vendido, encontram-se o farelo de soja, com 54,10%; o item açúcar refinado e outros, com 19,09%; a carne de aves e derivados, com 7,20%; o óleo de soja com 6,10%; madeiras e derivados, com 5,10% e sementes e mudas com 3,80% (tabela 47).

Quanto ao comportamento dos produtos da agropecuária na pauta de exportação para o mercado internacional, destaca-se o item carne de aves e derivados, apresentando taxa anual de crescimento, no período de 1977 a 1980, de 62,27% no volume vendido, seguindo-se o farelo de soja, com 33,40%; o óleo de soja, com 21,67%; o açúcar refinado, com 12,28%; o fumo, resíduos e outros, com 5,81% e, finalmente, a madeira e derivados, com taxa anual de crescimento negativa, no período, de -3,40% (tabela 48).

Segundo a mesma fonte, de janeiro a agosto de 1981, foi comercializado para o mercado externo um volume total de 885.272 mil toneladas, gerando divisas, para Santa Catarina, de 476.428 mil dólares, com destaque para aqueles produtos já relacionados acima (tabela 49).

Entre os principais mercados compradores dos produtos catarinenses, destacam-se os dos Estados Unidos, seguido pelos da Argentina, Paraguai, Uruguai, Venezuela, Bolívia, Alemanha Ocidental, França, Países Baixos, Reino Unido, Espanha, Nigéria, Índia, Iraque e Irã.

Tabela 47

PARTICIPAÇÃO RELATIVA DOS PRODUTOS DE ORIGEM VEGETAL E ANIMAL NO TOTAL EXPORTADO PELO SETOR AGROPECUÁRIO DE SANTA CATARINA, 1977-81

ITEM	1977		1978		1979		1980		1981	
	Quantidade	Valor FOB	Quantidade	Valor FOB	Quantidade	Valor FOB	Quantidade	Valor FOB	Quantidade	Valor
<u>Origem Vegetal</u>	<u>96,682</u>	<u>90,004</u>	<u>94,774</u>	<u>84,625</u>	<u>92,506</u>	<u>79,544</u>	<u>92,412</u>	<u>80,197</u>	<u>89,185</u>	<u>74,390</u>
Conservas em geral										
Sementes e miúdas	0,031	0,193	0,019	0,124	0,876	0,861	0,052	0,114	0,134	0,148
Arroz sem casca	0,093	0,131	0,104	0,050	-	-	-	2,192	10,936	5,787
Farinhas, féculas e amidos em geral	0,105	0,176	0,287	0,204	0,765	0,462	0,202	0,205	0,116	0,115
Fumo, resíduos e outros	3,751	21,358	2,973	20,279	4,496	22,755	2,509	12,078	2,510	15,018
Açúcar refinado e outros	24,888	14,748	28,592	15,245	17,101	8,260	19,893	26,167	15,941	16,810
Óleo de soja	6,039	10,113	7,041	11,960	5,218	7,075	6,142	7,743	10,537	10,077
Farelo de soja	40,347	22,770	43,545	23,005	52,536	25,107	54,093	23,114	43,700	19,402
Pickles	0,024	0,112	0,009	0,081	0,034	0,113	-	-	-	-
Doces	0,030	0,031	0,048	0,047	0,039	0,035	0,053	0,048	0,010	0,016
Sucos diversos	0,015	0,029	-	-	-	-	-	-	-	-
Óleos essenciais	0,285	2,889	0,024	0,144	0,172	1,352	0,076	0,554	0,072	0,569
Madeiras e derivados	10,104	10,897	12,096	13,416	10,622	12,632	5,142	7,013	3,671	4,743
Erva mate	0,893	1,501	0,034	0,061	0,551	0,777	0,272	0,798	0,365	0,837
Especiarias	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Papel e papelão	0,076	0,088	-	-	0,063	0,077	0,068	0,102	1,163	0,850
Vinhos e aguardentes	0,015	0,022	-	-	0,033	0,038	0,018	0,023	0,006	0,008
Outros produtos vegetais	0,003	0,005	0,002	0,009	-	-	0,073	0,046	0,024	0,010
Milho em grão c/casca	6,064	1,714	-	-	-	-	-	-	-	-
Soja em grão	3,919	3,227	-	-	-	-	-	-	-	-
<u>Origem Animal</u>	<u>3,320</u>	<u>9,997</u>	<u>5,227</u>	<u>15,366</u>	<u>7,495</u>	<u>20,365</u>	<u>7,588</u>	<u>19,799</u>	<u>10,811</u>	<u>25,598</u>
Carne bovina congelada	0,022	0,058	0,001	0,007	-	-	-	-	-	-
Miúdos	0,031	0,075	0,027	0,055	0,001	0,003	0,008	0,021	0,003	0,012
Carne de aves e derivados	2,941	8,157	4,893	12,729	7,042	15,603	7,157	17,809	9,722	22,557
Pescado	0,009	0,038	0,301	2,554	0,339	3,501	0,351	1,503	0,954	2,585
Couro e peles em geral	0,011	0,130	-	-	0,049	1,049	0,023	0,328	0,029	0,321
Mel natural e cera	-	-	0,005	0,021	0,018	0,030	0,015	0,023	-	-
Plúto de um dia	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Carne suína e derivados	0,306	1,539	-	-	0,017	0,080	0,009	0,034	0,015	0,057
Conservas em geral	-	-	-	-	0,029	0,099	0,025	0,081	0,088	0,066

Fonte dos dados básicos: CACEX

Fonte dos dados trabalhados: CEPA/SC

Tabela 48

TAXA ANUAL DE CRESCIMENTO DAS EXPORTAÇÕES DOS PRINCIPAIS PRODUTOS
AGROPECUÁRIOS, SANTA CATARINA, 1977/80

ITEM	VOLUME EXPORTADO	VALOR (%)
Farelo de Soja	33,40	37,24
Açúcar refinado	12,28	65,53
Carne de aves e derivados	62,27	77,16
Óleo de Soja	21,67	24,93
Madeira e derivados	-3,40	18,00
Fumo, resíduos e outros	5,81	12,93

Fonte dos dados básicos: CACEX

Fonte dos dados trabalhados: CEPA/SC

Tabela 49

EXPORTAÇÃO INTERNACIONAL DE PRODUTOS DE ORIGEM AGRÍCOLA "IN NATURA" E/OU ELABORADOS, SANTA CATARINA, 1977-81 (*)

ITEM	1977		1978		1979		1980		1981	
	Quantidade (kg)	Valor FOB (US\$)	Quantidade (kg)	Valor FOB (US\$)	Quantidade (kg)	Valor FOB (US\$)	Quantidade (kg)	Valor FOB (US\$)	Quantidade (kg)	Valor FOB (US\$)
Origem Vegetal	663.630.152	212.981.938	625.930.683	197.958.061	703.431.116	274.286.355	1.123.269.708	483.271.720	789.546.425	354.426.971
Conservas em geral	-	-	-	-	-	-	631.511	688.115	1.190.652	705.949
Sementes e mudas	214.789	456.828	125.384	290.763	6.660.106	2.968.792	46.415.412	13.206.400	96.816.024	27.570.405
Arroz s/casca	637.550	310.506	686.855	116.765	-	-	-	-	-	-
Farinhas, féculas e amidos em geral	719.931	415.783	1.892.401	477.133	5.818.072	1.591.845	2.458.688	1.232.625	1.029.084	549.012
Fumo, resíduos e outros	25.744.800	50.541.900	19.635.000	47.438.000	34.191.377	78.462.260	30.502.735	72.784.941	22.216.874	71.548.333
Açúcar refinado e outros	170.832.700	34.898.314	188.834.650	35.661.970	130.040.924	28.482.612	241.793.975	157.687.809	141.118.300	80.086.410
Óleo de soja	41.450.000	23.931.500	46.500.000	27.978.000	39.675.060	24.396.070	74.661.718	46.662.991	93.282.140	48.011.681
Farelo de soja	276.950.000	53.883.600	287.599.000	53.816.000	399.493.515	86.572.827	657.491.757	139.286.396	386.864.630	92.437.565
Pickles	167.085	265.584	58.456	188.378	255.789	391.122	-	-	-	-
Doces	203.525	73.811	314.835	109.163	292.911	122.316	644.258	288.887	87.969	77.675
Sucos diversos	100.000	68.000	636	280	-	-	-	-	3.255	9.330
Óleos essenciais	1.955.700	6.836.500	158.211	335.769	1.305.467	4.661.104	921.600	3.335.773	640.894	2.710.053
Madeiras e derivados	69.353.984	25.786.959	79.888.095	31.383.655	80.771.534	43.556.313	62.504.857	42.260.697	32.498.047	22.595.236
Erva mate	6.130.756	3.551.409	225.000	142.025	4.191.320	2.678.418	3.310.500	4.807.900	3.234.580	3.988.309
Especiarias	-	-	-	-	3.398	7.664	328	2.476	-	-
Papal e papelão	521.099	207.190	-	-	477.327	264.351	831.806	614.984	10.293.899	4.049.221
Vinhos e aguardentes	104.573	51.454	-	-	254.316	130.661	214.979	137.316	55.112	40.103
Outros produtos vegetais	19.660	11.600	12.160	20.160	-	-	885.584	274.404	214.965	47.689
Silício de grão c/casca	41.624.000	4.055.400	-	-	-	-	-	-	-	-
Soja em grão	26.900.00	7.635.600	-	-	-	-	-	-	-	-
Origem Animal	22.787.781	23.656.638	34.525.752	35.974.176	56.989.195	70.231.408	92.225.458	119.339.609	95.725.956	122.001.391
Carne bovina	149.307	136.719	6.715	16.573	-	-	-	-	-	-
Miúdos	212.166	177.529	180.557	128.672	3.968	9.111	96.173	125.141	30.000	57.500
Carne de aves e derivados	20.189.200	19.301.500	32.313.000	29.778.000	53.551.418	53.801.733	86.988.369	107.321.329	86.067.964	107.467.244
Pescado	64.098	91.065	1.991.226	5.973.678	2.576.370	12.071.059	4.265.108	9.056.523	8.448.688	12.317.501
Couros e peles em geral	74.010	308.185	2.554	28.388	375.932	3.616.881	284.913	1.978.900	261.872	1.528.012
Mel natural e cera	-	-	31.700	48.865	134.510	103.653	176.967	141.308	-	-
Pinto de um dia	-	-	-	-	2.000	11.200	1.040	23.934	1.457	45.440
Carne suína e derivados	2.099.000	3.641.700	-	-	126.633	276.336	112.630	202.736	136.766	273.089
Conservas em geral	-	-	-	-	218.364	341.435	300.258	489.738	779.209	312.605
SANTA CATARINA	686.417.933	236.638.636	660.456.435	233.932.237	760.420.311	344.517.763	1.215.495.166	602.611.329	885.272.381	476.428.362

(*) Refere-se ao período de janeiro a agosto

Fonte: CACEX

Elaboração: CEPAS/SC

12. VALOR BRUTO DA PRODUÇÃO AGROPECUÁRIA

Para o cálculo do Valor Bruto da Produção Agropecuária (VBP), seja a nível de Santa Catarina seja a nível de suas microrregiões, tomaram-se os preços médios recebidos pelos agricultores no ano (média aritmética), publicados pela Fundação Getúlio Vargas (tabela 74), multiplicados pela produção obtida no respectivo ano agrícola.

Visando eliminar os efeitos inflacionários ocorridos em cada ano, a fim de se obter uma visão mais aproximada da realidade agrícola de Santa Catarina, utilizou-se o Índice Geral Preços (Disponibilidade Interna), coluna 2 da revista "Conjuntura Econômica", publicada pela Fundação Getúlio Vargas, transformando os valores a preços de 1981.

Ao analisar-se o comportamento do VBP agrícola catarinense no período de 1975 a 1981, considerando os produtos e criações (tabela 51), observa-se que o mesmo gerou o equivalente, em 1975, a 170,8 bilhões de cruzeiros, atingindo, em 1981, 206,9 bilhões de cruzeiros, apresentando uma taxa anual de crescimento de 3,24%, de 1975 a 1980. Deve-se salientar que, para a determinação do VBP catarinense, devem ser subtraídos, dos valores acima citados, os gastos com milho, soja, mandioca, etc., utilizados na alimentação animal.

Na participação percentual dos subsetores agropecuários para a formação do VBP, em 1981, destacam-se as lavouras, com 46,00%; seguidas pela pecuária, com 39,90%; extrativa vegetal, com 11,08%; frutas, com 1,89% e pescado, com 1,13%.

A nível de produto, pela ordem de importância econômica no setor agropecuário (safra 1980/81), relacionam-se os dez (10) principais produtos ou criações, com participação no VBP acima de 3% e perfazendo, no seu total 87,08%. Aparece o milho em primeira posição, com 19,89%, seguido dos suínos, com 13,35%; das aves abatidas, com 13,33%; da madeira em tora, com 8,95%; do leite, com 7,92%; do feijão, com 7,72%; da soja, com 5,02%; dos bovinos de corte, com 4,64%; do fumo em folha, com 3,36% e da raiz de mandioca com 2,90% (tabela 52).

Quanto ao comportamento do VBP agropecuário na safra

1980/81, quando comparado com a safra 1979/80, constata-se uma diminuição real no seu montante (sem o efeito da inflação). Procura-se, a seguir, explicar o porque desse comportamento.

A safra 1980/81 caracterizou-se como um retorno à normalidade de produção e à restauração de estoques, fazendo com que as forças de mercado entrassem em real equilíbrio para a maioria dos produtos agrícolas.

Assim, com o aumento da oferta e a retração da demanda, houve uma queda real dos preços de mercado (os quais não chegaram sequer a acompanhar o processo inflacionário), fazendo com que o Valor Bruto da Produção Agropecuária (não considerando pesca e extração vegetal), declinasse, em termos reais, em 8,44% em relação à safra anterior.

Vale considerar, por outro lado, que apesar dos produtos vegetais (exceto extração vegetal) terem crescido 5,0% em volume de produção, no ano, o seu valor bruto declinou, em termos reais, em 6,82%, mesmo levando-se em conta o aumento de 22,58% verificado no valor das frutas.

Alguns produtos fugiram, no entanto, a esse comportamento geral e tiveram seu preço real elevado no período. Consistem, todavia, em produtos de pequena significância relativa dentro da economia agrícola estadual (banana, trigo, leite, mel, nectarina, pês sego, e ameixa), razão pela qual não interferiram significativamente no sentido de evitar a queda real do VBP citada.

Da mesma forma, alguns produtos apresentaram VBP maior que a safra 1979/80. No entanto, ao contrário do caso anterior onde a produção diminuiu ou manteve-se estável, o aumento de produção neste caso foi a principal causa de elevação do VBP. É o caso do feijão, da uva vinífera, da maçã, do tomate e da carne de aves, cujos VBPs aumentaram, respectivamente, 90,23% (produção 105,30% maior), 75,14% (produção 153,0% maior), 31,14% (produção 31,80% maior), 1,84% (produção 16,50% maior) e 2,57% (produção 23,71% maior).

Conclui-se, do exposto, que a safra 1979/80 apresentou níveis reais de preços bastante superiores à safra 1980/81. O setor respondeu, positivamente, a esses preços incentivadores, fazendo com que a safra 1980/81 fosse a maior até agora verificada, em termos de produção física, redundando em menores preços e, consequentemente, em redução do VBP.

Tabela 50

VALOR BRUTO DA PRODUÇÃO DOS PRINCIPAIS PRODUTOS AGROPECUÁRIOS DE SANTA CATARINA, SAFRAS DE 1974/75 A 1980/81⁽¹⁾

PRODUTO	(a preços correntes - Cr\$ 1.000,00)							
	SAFRA	1974/75	1975/76	1976/77	1977/78	1978/79	1979/80	1980/81
Lavoura		4.182.166	5.917.009	8.011.174	9.502.335	17.277.659	48.781.581	95.152.855
Alho		-	-	-	-	-	258.025	479.338
Arroz em casca		522.725	525.167	599.310	892.838	1.460.042	4.550.321	5.928.019
Batatinha		165.350	277.898	279.683	422.156	559.402	2.408.889	3.591.767
Cana-de-açúcar		75.159	102.435	142.503	166.900	282.043	737.327	1.022.366
Cebola		-	-	-	-	606.409	1.980.928	2.173.671
Feijão		277.583	364.191	680.453	680.146	1.498.177	3.995.068	15.959.463
Fumo em folha		424.598	640.041	1.317.107	2.164.266	3.713.167	4.408.075	6.957.016
Raiz de mandioca		314.433	795.423	892.575	688.650	874.354	2.751.874	5.999.007
Milho		1.765.512	2.404.015	2.807.884	3.223.442	5.672.714	20.600.871	41.144.125
Soja		546.577	656.827	1.167.094	1.134.979	2.373.230	6.662.942	10.387.440
Tomate		44.503	94.312	75.168	115.479	220.493	636.010	1.359.283
Trigo		45.726	56.700	49.397	13.479	17.628	155.251	151.360
Frutas		101.506	176.257	253.545	371.881	715.283	1.520.895	3.903.804
Ameixa		267	1.386	3.603	3.636	5.957	2.650	8.364
Banana		85.384	132.830	172.523	285.108	518.156	1.090.502	2.752.963
Maçã		10.500	29.400	56.462	60.782	162.930	375.393	1.033.100
Nectarina		2.210	4.030	9.498	4.704	7.159	8.119	6.258
Pêssego		2.145	4.446	7.344	12.980	12.803	21.675	31.486
Uva Vinífera		1.000	4.165	4.115	4.671	8.278	22.556	71.633
Pecuária		2.952.719	3.976.109	6.468.533	9.207.616	19.112.966	43.822.862	82.547.472
Aves		492.443	758.880	1.317.154	2.285.151	4.778.431	12.807.883	27.570.211
Bovinos		436.351	557.560	665.914	1.117.867	2.590.473	6.772.793	9.600.379
Leite		560.755	736.830	1.143.065	1.441.986	2.584.560	6.130.873	16.376.944
Suínos		1.435.218	1.887.395	3.293.945	4.292.692	9.019.130	17.472.185	27.629.197
Mel de abelha		27.952	35.444	48.455	69.920	140.372	320.625	727.875
Ovos		-	-	-	-	-	318.503	642.866
Pescado		181.635	229.738	370.506	605.253	1.066.374	2.142.884	2.341.000^(**)
Peixe		101.243	113.808	209.687	334.023	692.765	1.350.781	1.520.000
Crustáceos		77.693	114.043	158.768	269.520	319.153	677.232	791.000
Moluscos e outros		2.699	1.887	2.051	1.710	54.456	114.871	30.000
Extrativa Vegetal		2.029.843	2.635.117	2.729.426	4.437.570^(*)	7.600.550^(*)	13.282.800^(*)	22.912.897^(*)
Madeira em tora		1.748.871	2.255.686	2.233.165	3.796.870	6.435.800	10.979.800	18.504.500
Carvão vegetal		6.992	9.859	25.592	40.700	64.750	103.000	164.000
Lenha		273.980	369.572	470.669	600.000	1.100.000	2.200.000	4.244.397
TOTAL (***)		9.447.869	12.934.230	17.833.184	24.124.655	45.772.832	109.551.022	206.858.028

(1) Nos itens pecuária, pescado e extrativa vegetal, considerou-se o ano civil

(*) Estimativa: CEPA/SC

(**) Estimativa: CEPA/SC, a partir dos dados confirmados pela SUDEPE/PDP até setembro

(***) Este valor é uma aproximação do VBP do setor primário, porque:

- no sub-item "bovinos" estão incluídos os animais oriundos de outros Estados;
- os produtos agrícolas utilizados na alimentação animal (principalmente o milho) sofrem dupla contagem, pois, aparecem no item "lavoura" e estão embutidos no VBP da pecuária;
- em contrapartida aos itens "a" e "b", não estão incluídos na tabela produtos agropecuários que, individualmente, têm menor importância econômica para o Estado.

Fonte dos dados básicos: FIBGE/GCEA/FGV, SUDEPE/PDP/ASSOCIAÇÃO CATARINENSE DE APICULTORES, ACCS, ACCB, ASCAV, EMATER/ACARESC, COOPERATIVAS, INDÚSTRIAS E CEPA/SC

Elaboração: CEPA/SC

Tabela 51

VALOR BRUTO DA PRODUÇÃO DOS PRINCIPAIS PRODUTOS AGROPECUÁRIOS DE SANTA CATARINA, 1974/75 A 1980/81⁽¹⁾

(a preços de 1981 - Cr\$ 1.000,00)

PRODUTO	1974/75	1975/76	1976/77	1977/78	1978/79	1979/80	1980/81
Lavoura	75.675.409	75.732.098	71.862.352	61.473.748	72.593.859	103.125.184	95.152.855
Alho	-	-	-	-	-	541.512	479.338
Arroz em casca	9.456.842	6.722.137	5.373.813	5.775.548	6.133.666	9.550.957	5.928.019
Batatinha	2.992.127	3.556.248	2.508.122	2.741.696	2.349.916	5.054.953	3.591.767
Cana-de-açúcar	1.362.253	1.314.586	1.282.530	1.074.420	1.182.410	1.544.877	1.022.366
Cebola	-	-	-	-	2.547.940	4.156.630	2.173.671
Feijão	5.021.885	4.661.252	6.102.566	4.399.423	6.295.756	8.389.644	15.959.463
Fumo em folha	7.682.138	8.191.795	11.813.320	13.999.325	15.601.003	9.250.587	6.957.016
Raiz de mandioca	5.688.379	10.184.029	8.008.378	4.458.107	3.676.772	5.772.954	5.999.007
Milho em grão	31.949.402	30.761.586	25.190.728	20.849.153	23.835.653	43.222.619	41.144.125
Soja	9.889.777	8.408.260	10.465.730	7.341.897	9.970.172	13.979.960	10.387.440
Tomate	805.270	1.206.381	674.218	746.973	926.495	1.334.670	1.359.283
Trigo	827.336	725.824	442.947	87.206	74.076	325.781	151.360
Frutas	1.836.815	2.255.992	2.274.489	2.404.927	3.004.843	3.184.715	3.903.804
Ameixa	4.830	17.740	32.313	23.518	25.029	5.560	8.364
Banana	1.545.122	1.699.935	1.547.781	1.843.698	2.176.708	2.287.958	2.752.963
Maçã	189.976	376.296	506.431	393.132	684.478	787.760	1.033.100
Nectarina	39.985	51.807	85.195	30.427	30.078	17.038	6.258
Pêssego	38.809	56.905	65.857	83.946	53.789	45.498	31.486
Uva Vinífera	18.093	53.309	36.912	30.206	34.761	40.901	71.633
Pecuária	53.321.549	50.891.988	57.067.744	59.558.221	80.371.407	92.029.194	82.547.472
Aves	8.909.587	9.712.610	11.812.787	14.781.122	20.077.294	26.879.837	27.570.211
Bovinos	7.894.771	7.135.950	5.972.385	7.230.712	10.949.000	14.274.026	9.600.379
Leite	10.144.929	9.431.424	10.250.176	9.326.648	10.860.960	12.864.563	16.376.944
Suínos	25.866.526	24.158.360	28.597.823	27.767.483	37.894.355	36.669.438	27.629.197
Mel de abelha	505.736	453.644	434.573	452.256	589.798	672.885	727.875
Ovos	-	-	-	-	-	668.445	642.866
Pescado	3.290.482	2.941.588	3.322.924	3.914.961	4.480.975	4.497.931	2.341.000
Peixe	1.834.123	1.457.209	1.880.601	2.160.562	2.910.773	2.834.797	1.520.000
Crustáceos	1.407.482	1.460.218	1.423.928	1.743.338	1.340.979	1.421.263	791.000
Moluscos e outros	48.877	24.161	18.395	11.061	229.223	241.871	30.000
Extrativa Vegetal	36.725.945	33.727.339	24.479.157	17.621.543	19.929.806	21.607.857	22.912.897
Madeira em tora	31.642.320	28.870.933	20.028.386	13.477.300	15.035.900	16.774.700	18.504.500
Carvão vegetal	126.506	126.187	229.525	263.260	272.058	216.159	164.000
Lenha	4.957.119	4.730.219	4.221.246	3.880.983	4.621.848	4.616.998	4.244.397
TOTAL (***)	170.850.200	165.549.005	159.006.666	144.973.400	180.380.890	224.444.841	206.858.028

(1) Nos ítem pecuária, pescado e extrativa vegetal, considerou-se o ano civil

(*) Estimativa: CEPA/SC

(**) Estimativa: CEPA/SC, a partir dos dados confirmados pela SUDEPE/PDP, até setembro

(***) Este valor é uma aproximação do VBP do setor primário, porque:

- no sub-ítem "bovinos", estão incluídos os animais oriundos de outros Estados;
- os produtos agrícolas utilizados na alimentação animal (principalmente o milho) sofreu dupla contagem, pois, aparecem no ítem "lavoura" e estão embutidos no VBP da pecuária;
- em contrapartida aos ítem "a" e "b", não estão incluídos na tabela produtos agropecuários que, individualmente, têm menor importância econômica para o Estado.

Fonte dos dados básicos: Tabela 50

Fonte dos dados trabalhados: CEPA/SC

Tabela 52

PARTICIPAÇÃO PERCENTUAL DOS PRINCIPAIS PRODUTOS AGROPECUÁRIOS NO VALOR BRUTO DA PRODUÇÃO, SANTA CATARINA,
SAFRAS DE 1974/75 A 1980/81

PRODUTO	SAFRA	(percentual)						
		1974/75	1975/76	1976/77	1977/78	1978/79	1979/80	1980/81
Lavoura		<u>44,29</u>	<u>45,75</u>	<u>45,19</u>	<u>42,40</u>	<u>40,24</u>	<u>45,95</u>	<u>46,00</u>
Alho							0,24	0,23
Arroz em casca		5,54	4,06	3,38	3,98	3,40	4,26	2,87
Batatinha		1,74	2,15	1,58	1,89	1,30	2,25	1,74
Cana-de-açúcar		0,80	0,79	0,81	0,74	0,65	0,69	0,49
Cebola						1,41	1,85	1,05
Feijão		2,94	2,82	3,84	3,04	3,49	3,74	7,72
Fumo em folha		4,50	4,95	7,43	9,66	8,64	4,12	3,36
Raiz de mandioca		3,33	6,15	5,04	3,08	2,03	2,57	2,90
Milho em grão		18,70	18,58	15,83	14,37	13,24	19,26	19,89
Soja		5,79	5,08	6,58	5,06	5,53	6,23	5,02
Tomate		0,47	0,73	0,42	0,52	0,51	0,59	0,66
Trigo		0,48	0,44	0,28	0,06	0,04	0,15	0,07
Frutas		<u>1,08</u>	<u>1,36</u>	<u>1,43</u>	<u>1,66</u>	<u>1,67</u>	<u>1,42</u>	<u>1,89</u>
Ameixa		0,003	0,01	0,02	0,02	0,01	0,002	0,004
Banana		0,92	1,03	0,97	1,27	1,21	1,020	1,33
Maçã		0,11	0,23	0,33	0,27	0,38	0,351	0,50
Nectarina		0,02	0,03	0,05	0,02	0,02	0,009	0,003
Pêssego		0,02	0,03	0,04	0,06	0,03	0,020	0,02
Uva vinífera		0,01	0,03	0,02	0,02	0,02	0,018	0,03
Pecuária		<u>31,21</u>	<u>30,74</u>	<u>35,89</u>	<u>41,08</u>	<u>44,56</u>	<u>41,00</u>	<u>39,90</u>
Aves		5,21	5,87	7,42	10,20	11,13	11,97	13,33
Bovinos		4,62	4,31	3,76	4,99	6,07	6,36	4,64
Leite		5,94	5,70	6,45	6,43	6,02	5,73	7,92
Suínos		15,14	14,59	17,99	19,15	21,01	16,34	13,35
Mel de abelha		0,30	0,27	0,27	0,31	0,33	0,30	0,35
Ovos		-	-	-	-	-	0,30	0,31
Pescado		<u>1,93</u>	<u>1,78</u>	<u>2,09</u>	<u>2,70</u>	<u>2,48</u>	<u>2,00</u>	<u>1,13</u>
Peixe		1,08	0,89	1,18	1,49	1,61	1,26	0,74
Crustáceos		0,82	0,88	0,90	1,20	0,74	0,63	0,38
Moluscos e outros		0,03	0,01	0,01	0,01	0,13	0,11	0,01
Extrativa Vegetal		<u>21,49</u>	<u>20,37</u>	<u>15,40</u>	<u>12,16</u>	<u>11,05</u>	<u>9,63</u>	<u>11,08</u>
Madeira em tora		18,52	17,43	12,61	9,30	8,34	7,47	8,95
Carvão vegetal		0,07	0,08	0,14	0,18	0,15	0,10	0,08
Lenha		2,90	2,86	2,65	2,68	2,56	2,06	2,05

Fonte dos dados básicos: FIBGE/GCEA, FGV, SUDEPE/PDP, Associação Catarinense de Apicultores, ACCS, ACCB, ASCAV, EMATER/ACARESC, Cooperativas, Indústrias e CEPA/SC

Elaboração: CEPA/SC

Tabela 53

INDICE DE CRESCIMENTO DO VALOR BRUTO DA PRODUÇÃO AGROPECUÁRIA DE SANTA CATARINA, SAFRAS DE 1974/75 A 1980/81

PRODUTO \ SAFRA	(1974/75 = 100)					
	1975/76	1976/77	1977/78	1978/79	1979/80	1980/81
<u>Lavoura</u>	<u>100</u>	<u>95</u>	<u>81</u>	<u>96</u>	<u>136</u>	<u>126</u>
Arroz em casca	71	57	61	65	101	63
Batatinha	119	84	92	79	169	120
Cana-de-açúcar	97	94	79	87	113	75
Feijão	93	122	88	125	167	318
Fumo em folha	107	154	182	203	120	91
Raiz de mandioca	179	141	78	65	101	105
Milho em grão	96	79	65	75	135	129
Soja	85	106	74	101	141	105
Tomate	150	84	93	115	166	169
Trigo	88	54	11	9	39	18
<u>Frutas</u>	<u>123</u>	<u>224</u>	<u>131</u>	<u>164</u>	<u>173</u>	<u>213</u>
Ameixa	367	669	487	518	115	173
Banana	110	100	119	141	148	178
Maçã	198	267	207	360	415	544
Nectarina	130	213	76	75	43	16
Pêssego	147	170	216	139	117	81
Uva vinífera	295	204	167	192	226	396
<u>Pecuária</u>	<u>95</u>	<u>107</u>	<u>112</u>	<u>151</u>	<u>173</u>	<u>155</u>
Aves	109	133	166	225	302	309
Bovinos	90	76	92	139	181	122
Leite	93	101	92	107	127	161
Suínos	93	101	107	146	142	107
Mel de abelha	90	86	89	117	133	144
<u>Pescado</u>	<u>89</u>	<u>101</u>	<u>119</u>	<u>136</u>	<u>137</u>	<u>71</u>
Peixe	79	103	118	159	155	83
Crustáceos	104	101	124	95	101	56
Moluscos e outros	49	38	23	469	495	61
<u>Extrativa Vegetal</u>	<u>92</u>	<u>67</u>	<u>48</u>	<u>54</u>	<u>59</u>	<u>62</u>
Madeira em tora	91	63	43	48	53	58
Carvão vegetal	100	181	208	215	171	130
Lenha	95	85	78	93	93	86
TOTAL	97	93	85	106	131	121

Fonte dos dados básicos: FIBGE/GCEA, FGV, SUDEPE/PDP, Associação Catarinense de Apicultores, ACCS, ACCB, ASCAV, EMATER-SC/ACARESC, Cooperativas, Indústrias e CEPA/SC

Elaboração: CEPA/SC

Tabela 54

PARTICIPAÇÃO RELATIVA DOS PRODUTOS NO VALOR BRUTO DA PRODUÇÃO DAS LAVOURAS DA MRH, SANTA CATARINA, SAFEA 1980/81

MRH PRODUTO	(percentual)															
	COLONIAL DE JOINVILLE	COLONIAL DE ITAJAI	COLONIAL DE BLUMENAU	COLONIAL DO NORTE	COLONIAL DO ALTO ITAJAI	FLORIANO POLIS	COLONIAL SERRANA CATARINENSE	LITORAL DE LAGUNA	LITORAL DE CARBONIFERA	LITORAL SUL CATARINENSE	COLONIAL SERRANA LAGES	CAMPOS DE CURITIBANOS	CAMPOS DE LAGES	COLONIAL DO RIO DO PEIXE	COLONIAL DO OESTE CATARINENSE	PLANALTO DE CAMO INHAS
Arroz	51,43	37,09	32,46	3,47	6,86	8,86	0,99	28,56	7,64	16,64	27,04	0,56	1,92	2,82	2,06	4,38
Batatinha	2,43	-	4,18	1,51	4,47	15,03	18,82	0,23	13,90	0,79	0,29	18,28	3,95	2,74	1,08	5,30
Cana de Açúcar	11,28	43,54	2,22	-	-	21,33	6,43	0,87	0,67	0,37	0,02	-	0,010	0,14	0,01	-
Cebola	-	-	1,75	1,72	15,43	1,46	23,02	0,50	0,71	1,29	0,004	3,71	0,28	0,25	0,04	0,47
Feijão	1,39	2,62	7,16	9,42	14,23	5,40	6,30	6,19	14,04	11,78	8,53	24,79	29,92	7,40	18,70	35,07
Fumo em Folha	2,52	3,80	18,56	40,51	21,34	4,26	14,12	12,99	26,89	22,63	33,01	3,09	1,21	0,79	0,66	8,84
Raiz de Mandioca	13,25	7,41	13,63	18,20	19,28	20,20	7,93	46,63	13,62	36,49	4,70	0,95	0,31	0,69	2,08	5,37
Milho em Grão	12,47	3,86	19,24	24,68	17,63	5,98	16,29	3,07	17,72	9,05	26,35	34,16	32,21	73,49	58,34	27,07
Soja	-	-	0,04	0,49	0,25	0,003	0,01	-	0,02	0,50	-	4,79	24,29	10,76	16,79	12,88
Tomate	5,23	1,68	0,76	-	0,51	17,48	5,99	0,96	4,79	0,45	0,06	9,64	5,06	0,89	0,01	0,45
Trigo	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0,01	-	0,03	0,84	0,03	0,23	0,17
TOTAL	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100

Fonte dos dados básicos: FIBGE/GCEA e FGV/EMATER-ACARESC

Fonte dos dados trabalhados: CEPA/SC

Tabela 55

PARTICIPAÇÃO DO VALOR BRUTO DA PRODUÇÃO DAS LAVOURAS DAS MRHS NO VALOR BRUTO DA PRODUÇÃO ESTADUAL, SANTA CATARINA, SAFEA 1980/81

MRH PRODUTO	(percentual)															
	COLONIAL DE JOINVILLE	COLONIAL DE ITAJAI	COLONIAL DE BLUMENAU	COLONIAL DO NORTE	COLONIAL DO ALTO ITAJAI	FLORIANO POLIS	COLONIAL SERRANA CATARINENSE	LITORAL DE LAGUNA	LITORAL DE CARBONIFERA	LITORAL SUL CATARINENSE	CAMPOS DE LAGES	CAMPOS DE CURITIBANOS	COLONIAL DO RIO DO PEIXE	COLONIAL DO OESTE CATARINENSE	PLANALTO DE CAMO INHAS	SANTA CA TARINA
Arroz	14,94	3,69	15,94	0,63	8,91	1,81	0,48	1,59	5,43	7,37	11,84	1,73	5,87	13,67	5,93	100
Batatinha	1,17	-	3,39	0,46	9,58	5,06	15,15	0,02	16,29	0,58	0,21	5,91	9,42	11,78	11,84	100
Cana de Açúcar	19,00	25,13	6,33	-	-	25,21	18,10	0,28	2,76	0,84	0,04	0,04	1,71	0,46	-	100
Cebola	-	-	2,34	0,85	54,72	0,81	30,47	0,08	1,38	1,56	0,010	0,71	1,59	0,69	1,73	100
Feijão	0,15	0,10	1,31	0,64	6,87	0,41	1,14	0,13	3,70	1,94	1,39	10,07	5,73	46,00	17,63	100
Fumo em Folha	0,62	0,32	7,76	6,30	23,62	0,74	5,84	0,62	16,28	8,54	12,31	0,93	1,38	3,72	10,22	100
Raiz de Mandioca	3,80	0,73	6,62	3,28	24,75	4,07	3,80	2,57	9,56	15,97	2,03	0,28	1,41	13,66	7,19	100
Milho em Grão	0,52	0,06	1,36	0,65	3,30	0,18	1,14	0,02	1,81	0,58	1,66	4,21	22,06	55,68	5,28	100
Soja	-	-	0,01	0,05	0,18	0,0003	0,0007	-	0,009	0,13	-	0,83	12,56	63,47	9,97	100
Tomate	6,62	0,73	1,62	-	2,89	15,54	12,68	0,23	14,84	0,87	0,11	12,73	20,01	7,98	0,43	100
Trigo	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0,25	-	29,86	2,24	57,84	9,47	100
LAVOURAS	1,82	0,62	3,07	1,14	8,14	1,28	3,04	0,35	4,45	2,77	2,74	5,67	13,05	41,48	8,48	100

Fonte dos dados básicos: FIBGE/GCEA e FGV/EMATER - ACARESC

Fonte dos dados trabalhados: CEPA/SC

Tabela 56

PARTICIPAÇÃO DO VALOR BRUTO DA PRODUÇÃO DAS LAVOURAS E DOS REBANHOS DAS MRHS NO TOTAL ESTADUAL, SANTA CATARINA, SAFRA 1980/81

MRH ATIVIDADE	(percentual)															
	COLONIAL DE JOINVILLE	COLONIAL DE ITAJAI	COLONIAL DE BLUMENAU	COLONIAL DE ITAJAI DO NORTE	COLONIAL DO ALTO ITAJAI	FLORIANÓ POLIS	COLONIAL SERRANA CATARINENSE	LITORAL DE LAGUNA	LITORAL CARBONIFERA	LITORAL SUL CA- TARINENSE	COLONIAL SUL CATÁ RINENSE	CAMPOS DE LAGES	CAMPOS DE CURI- TIBANOS	COLONIAL DO RIO DO PEIXE	COLONIAL DO OESTE CA- TARINENSE	PLANALTO DE CANOÍ NHAS
Lavoura	1,82	0,62	3,07	1,14	8,14	1,28	3,04	0,35	4,45	2,77	2,74	1,90	5,67	13,05	41,48	8,48
Pecuária	1,97	0,75	4,57	1,55	4,89	1,74	2,77	0,76	5,45	2,24	1,73	11,30	9,89	18,56	26,46	5,39
TOTAL	1,89	0,69	3,80	1,34	6,56	1,50	2,91	0,55	4,93	2,52	2,25	6,44	7,71	15,71	34,22	6,98

Fonte dos dados básicos: FIBGE/GCEA e FGV/EMATER - ACARESC

Fonte dos dados trabalhados: CEPA/SC

Tabela 57

PARTICIPAÇÃO DO VALOR BRUTO DA PECUÁRIA DAS MRHS NO VALOR BRUTO DA PRODUÇÃO ESTADUAL, SANTA CATARINA, SAFRA 1980/81

MRH PRODUTO	(percentual)																
	COLONIAL DE JOINVILLE	COLONIAL DE ITAJAI	COLONIAL DE BLUMENAU	COLONIAL DE ITAJAI DO NORTE	COLONIAL DO ALTO ITAJAI	FLORIANÓ POLIS	COLONIAL SERRANA CATARINENSE	LITORAL DE LAGUNA	LITORAL CARBONIFERA	LITORAL SUL CA- TARINENSE	COLONIAL SUL CATÁ RINENSE	CAMPOS DE LAGES	CAMPOS DE CURI- TIBANOS	COLONIAL DO RIO DO PEIXE	COLONIAL DO OESTE CA- TARINENSE	PLANALTO DE CANOÍ NHAS	SANTA CATARINA
Bovino	2,03	0,95	5,04	1,81	5,56	1,96	3,37	0,98	6,12	2,83	1,92	15,54	12,81	14,02	19,15	5,91	100
Suíno	1,68	0,21	3,11	1,00	3,43	0,32	1,48	0,16	3,94	0,56	1,36	1,63	3,24	26,43	46,80	4,65	100
Aves	2,47	0,64	4,94	0,67	2,81	4,77	1,06	0,67	3,79	2,16	1,03	1,01	2,61	39,01	30,37	1,99	100
Pecuária	1,97	0,75	4,57	1,55	4,89	1,74	2,77	0,76	5,45	2,24	1,73	11,30	9,89	18,56	26,46	5,37	100

Fonte dos dados básicos: FIBGE/GCEA e FGV/EMATER - ACARESC

Fonte dos dados trabalhados: CEPA/SC

Tabela 58

PARTICIPAÇÃO PERCENTUAL DAS CRIAÇÕES NO VALOR BRUTO DA PRODUÇÃO DA PECUÁRIA DA MEH, SANTA CATARINA SAFRA 1980/81

PRODUTO	MRH	(percentual)														
		COLONIAL DE JOINVILLE	COLONIAL DE ITAJAI	COLONIAL DE BLUMENAU	COLONIAL DE ITAJAI DO NORTE	COLONIAL DO ALTO ITAJAI	FLORIANÓPOLIS	COLONIAL SERRANA CATARINENSE	LITORAL DE LAGUNA	CARBONÍFERA	LITORAL SUL CATARINENSE	COLONIAL SUL CATARINENSE	CAMPOS DE LAGES	CAMPOS DE CURITIBANOS	COLONIAL DO RIO DO PEIXE	COLONIAL DO OESTE CATARINENSE
Bovino	71,79	87,90	76,95	81,79	79,59	78,39	84,87	89,61	78,36	88,00	77,42	96,00	90,52	52,75	50,53	76,92
Suíno	20,36	6,75	16,28	15,50	16,80	4,44	12,73	4,90	17,28	5,96	18,84	3,44	7,83	34,08	42,29	20,75
Aves	7,85	5,35	6,77	2,71	3,61	17,17	2,40	5,49	4,36	6,04	3,74	0,56	1,65	13,17	7,18	2,33
TOTAL	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100

Fonte dos dados básicos: FIBGE, FGV/EMATER - ACESS

Fonte dos dados trabalhados: CEPA/SC

Tabela 59

VALOR BRUTO DA PRODUÇÃO DOS PRINCIPAIS PRODUTOS DA ATIVIDADE VEGETAL, POR MEH, SANTA CATARINA, SAFRA 1974/75

PRODUTO	MICROREGIÃO HOMOGÊNEA														(a preços correntes - Cr\$ 1.000,00)		
	COLONIAL DE JOINVILLE	COLONIAL DE ITAJAI	COLONIAL DE BLUMENAU	COLONIAL DE ITAJAI NORTE	COLONIAL DO ALTO ITAJAI	FLORIANÓPOLIS	COLONIAL SERRANA CATARINENSE	LITORAL DE LAGUNA	CARBONÍFERA	LITORAL SUL CATARINENSE	COLONIAL SUL CATARINENSE	CAMPOS DE LAGES	CAMPOS DE CURITIBANOS	COLONIAL DO RIO DO PEIXE	COLONIAL DO OESTE CATARINENSE	PLANALTO DE CANOAS	
Azoeiro em casca	68.646	13.311	83.374	2.958	36.593	7.971	2.034	4.603	32.526	52.717	69.409	1.208	8.127	21.224	68.854	38.736	
Batatinha	2.606	-	8.037	1.236	21.407	3.889	7.166	248	46.028	1.366	2.567	9.691	5.118	12.051	23.705	20.999	
Cana-de-açúcar	9.793	16.082	7.117	828	135	9.459	15.234	253	1.338	1.163	1.093	-	-	1.566	11.084	-	
Cebola	328	584	2.829	2.486	6.983	1.345	3.782	722	11.961	5.200	6.253	7.432	15.888	14.186	170.416	27.303	
Feijão	2.916	1.321	37.450	16.057	80.661	5.482	25.532	906	59.317	40.409	58.778	3.477	11.050	3.159	47.906	29.074	
Fumo em folha	17.182	2.775	17.438	5.933	60.420	7.953	8.220	3.839	23.106	43.626	10.629	1.100	2.470	20.200	67.475	22.667	
Mandioca	11.180	706	26.902	12.584	51.209	2.290	13.585	757	32.139	13.284	31.633	24.160	88.614	463.784	902.552	90.133	
Milho	30	-	624	1.363	3.749	197	158	-	1.310	672	569	927	26.961	100.436	387.798	21.784	
Soja	2.945	966	5.827	139	1.063	6.211	4.099	-	9.837	76	13	5.566	4.800	1.779	13	1.151	
Tomate	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Trigo	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	

Fonte: FIBGE e FGV

Tabela 60

VALOR BRUTO DA PRODUÇÃO DOS PRINCIPAIS PRODUTOS DA ATIVIDADE VEGETAL, POR MRH, SANTA CATARINA, SAFRA 1975/76

(a preços correntes - Cr\$ 1.000,00)

PRODUTO	MICROREGIÃO HOMOGENEA															
	COLONIAL DE JOINVILLE	COLONIAL DE ITAPAI	COLONIAL DE HUMENAU	COLONIAL DE ITAPAI NOROESTE	COLONIAL DO ALCO ITAPAI	FLORIANÓPOLIS	COLONIAL SERRANA CATARINENSE	LITORAL DE LAGUNA	CHAROFEIRA	LITORAL SUL CATARINENSE	COLONIAL SUL CATARINENSE	CAMPOS DE LAGES	CAMPOS DE CURITIBANOS	COLONIAL DO PEDE RIO DO PEDE	COLONIAL DO CESTE CATARINENSE	PIANITO DE CHOUPIAS
Alho	71.767	16.076	89.587	4.059	41.507	8.423	1.990	4.092	19.762	36.935	44.707	604	14.079	24.859	102.224	43.496
Aroz em casca	5.536	142	12.318	2.266	47.073	5.681	18.510	-	45.619	1.523	1.470	46.256	12.578	18.554	32.737	26.676
Batatinha	19.529	20.458	6.756	-	-	15.422	20.928	204	1.094	1.464	1.434	-	-	2.145	13.002	-
Cana-de-açúcar	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Cebola	-	651	6.907	5.365	14.275	2.594	6.050	2.891	12.722	6.433	8.759	14.871	34.114	20.516	161.220	66.803
Felção	841	2.068	39.214	35.793	142.892	6.863	35.562	5.426	78.309	50.360	95.322	14.048	16.887	5.159	78.666	47.374
Fumo em folha	47.092	7.585	37.042	14.622	149.942	24.400	22.445	11.248	69.229	127.528	35.759	2.745	3.538	38.021	136.036	68.192
Mandioca	11.437	601	25.162	15.841	68.755	3.663	17.236	1.232	38.899	12.583	35.927	27.724	110.336	648.996	1.255.599	129.583
Milho	-	-	185	464	3.752	30	68	-	1.552	758	213	1.640	43.961	110.941	425.979	29.374
Soja	4.264	2.244	4.114	150	3.441	9.724	8.980	-	18.734	75	632	30.481	7.214	2.700	539	1.652
Tomate	-	-	-	-	113	-	6	-	402	214	-	1.127	10.853	15.479	21.604	6.002
Trigo	-	-	-	268	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-

Fonte dos dados básicos: FIBGE e FGV

Fonte dos dados trabalhados: CEPA/SC

Tabela 61

VALOR BRUTO DA PRODUÇÃO DOS PRINCIPAIS PRODUTOS DA ATIVIDADE VEGETAL, POR MRH, SANTA CATARINA, SAFRA 1976/77

(a preços correntes - Cr\$ 1.000,00)

PRODUTO	MICROREGIÃO HOMOGENEA															
	COLONIAL DE JOINVILLE	COLONIAL DE ITAPAI	COLONIAL DE HUMENAU	COLONIAL DE ITAPAI NOROESTE	COLONIAL DO ALCO ITAPAI	FLORIANÓPOLIS	COLONIAL SERRANA CATARINENSE	LITORAL DE LAGUNA	CHAROFEIRA	LITORAL SUL CATARINENSE	COLONIAL SUL CATARINENSE	CAMPOS DE LAGES	CAMPOS DE CURITIBANOS	COLONIAL DO PEDE RIO DO PEDE	COLONIAL DO CESTE CATARINENSE	PIANITO DE CHOUPIAS
Alho	70.204	18.769	90.121	4.289	48.820	9.761	2.327	4.014	26.550	45.770	64.436	1.318	15.271	27.799	122.065	47.795
Aroz em casca	3.196	-	9.611	2.582	57.831	6.356	22.492	195	33.323	703	838	47.367	23.637	17.280	20.745	33.529
Batatinha	27.764	32.548	11.151	-	-	19.043	25.519	281	6.101	2.572	2.809	-	-	2.333	13.133	-
Cana-de-açúcar	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Cebola	-	1.058	7.514	5.116	23.397	4.306	8.501	1.973	28.078	11.223	12.083	25.047	55.660	33.305	383.831	79.361
Felção	-	2.967	77.259	71.545	302.203	11.122	69.578	3.077	143.332	108.087	248.825	20.233	32.585	6.638	134.309	83.348
Fumo em folha	54.992	7.153	51.143	9.884	200.097	33.931	29.744	15.852	97.435	121.225	25.809	-	7.430	18.914	143.665	75.300
Mandioca	14.637	699	29.691	13.340	72.195	3.981	18.416	995	38.773	12.672	33.291	33.889	154.361	715.988	1.515.121	152.016
Milho	-	-	306	713	3.138	20	47	-	1.529	1.044	213	5.380	95.087	179.274	828.372	51.972
Soja	-	1.778	4.871	131	3.739	8.128	8.043	-	21.031	-	52	19.247	3.654	2.421	394	1.679
Tomate	-	-	-	44	58	-	7	-	260	146	185	583	5.565	12.250	27.607	269
Trigo	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-

Fonte dos dados básicos: FIBGE/FGV

Fonte dos dados trabalhados: CEPA/SC

VALOR BRUTO DA PRODUÇÃO DOS PRINCIPAIS PRODUTOS DA ATIVIDADE VEGETAL, POR MRH, SANTA CATARINA, SAFRA 1977/78

(a preços correntes - Cr\$ 1.000,00)

MICROREGIÃO HOMOGÊNEA

PRODUTO	MRH															
	COLONIAL DE JOINVILLE	COLONIAL DE ITUPAJI	COLONIAL DE BULMEAU	COLONIAL DE ITUPAJI NORTE	COLONIAL DO ATO ITUPAJI	FLORIANÓPOLIS	COLONIAL SERRANA CATARINENSE	LITORAL DE LAGUNA	CARBONIFERA	LITORAL SUL CATARINENSE	COLONIAL SUL SUL CATARINENSE	CAMPOS DE LAGES	CAMPOS DE CURITIBANOS	COLONIAL DO RIO DO PEIXE	COLONIAL DO OESTE CATARINENSE	PLANALTO DE CANGAÍNAS
Alho	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Arroz	119.485	38.579	168.909	3.997	83.869	163.361	3.206	9.264	61.837	85.920	117.187	1.917	10.515	12.275	132.819	27.562
Batatinha	7.207	-	14.076	1.274	74.904	12.551	55.423	218	58.051	2.038	703	51.382	44.302	22.626	32.596	47.804
Caná-de-açúcar	28.864	53.222	15.205	-	-	22.556	19.728	288	7.050	2.467	2.962	-	-	2.389	12.729	-
Cebola	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Fedjeio	28	1.012	5.712	3.534	31.565	3.108	8.925	2.079	24.000	11.366	9.954	19.825	54.222	37.222	375.461	92.485
Fumo em folha	3.737	5.016	140.205	134.425	488.215	15.431	114.044	6.727	229.617	181.248	360.769	32.057	63.616	35.097	205.383	147.978
Mandioca	34.154	5.649	38.864	20.391	130.919	16.234	19.175	18.023	80.139	65.693	14.615	-	3.639	13.498	116.472	61.127
Milho	29.177	1.451	48.357	18.771	109.900	6.602	36.497	2.223	68.533	20.160	78.131	61.769	153.563	788.137	1.650.824	144.365
Soja	-	-	240	144	3.696	-	22	-	525	1.693	-	12.499	140.150	189.336	713.117	73.317
Tomate	3.453	2.781	4.260	-	6.485	14.449	15.228	-	24.090	206	99	30.504	7.474	3.312	494	2.645
Trigo	-	-	-	47	-	-	13	-	9	9	170	435	1.301	2.876	7.021	1.597

Fonte dos dados básicos: FIBGE e FGV
Fonte dos dados trabalhados: CERRA/SC

VALOR BRUTO DA PRODUÇÃO DOS PRINCIPAIS PRODUTOS DA ATIVIDADE VEGETAL, POR MRH, SANTA CATARINA, SAFRA 1978/79

(a preços correntes - Cr\$ 1.000,00)

PRODUTO	MRH															
	COLONIAL DE JOINVILLE	COLONIAL DE ITUPAJI	COLONIAL DE BULMEAU	COLONIAL DE ITUPAJI NORTE	COLONIAL DO ATO ITUPAJI	FLORIANÓPOLIS	COLONIAL SERRANA CATARINENSE	LITORAL DE LAGUNA	CARBONIFERA	LITORAL SUL CATARINENSE	COLONIAL SUL SUL CATARINENSE	CAMPOS DE LAGES	CAMPOS DE CURITIBANOS	COLONIAL DO RIO DO PEIXE	COLONIAL DO OESTE CATARINENSE	PLANALTO DE CANGAÍNAS
Alho	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Arroz	293.134	73.847	358.758	3.771	126.394	29.123	6.452	16.158	90.999	139.590	228.526	1.422	4.518	6.856	4.246	36.249
Batatinha	9.539	-	27.138	2.202	92.742	16.268	75.618	124	68.841	1.741	867	86.822	54.782	37.451	57.627	52.040
Caná-de-açúcar	56.739	65.224	23.283	-	-	56.007	38.678	533	12.467	5.634	3.690	-	78	4.694	15.016	-
Cebola	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Fumo em folha	18.047	8.044	234.471	187.768	610.925	22.195	183.976	17.318	393.355	243.891	398.127	32.760	43.472	69.939	155.029	295.699
Fedjeio	1.606	1.210	12.371	8.432	46.495	7.016	14.626	4.200	37.802	23.382	33.989	12.134	145.109	73.674	873.790	215.168
Maniôca	50.263	11.809	61.628	22.971	223.275	21.325	28.158	22.597	121.286	92.672	23.269	-	9.341	12.921	111.634	61.207
Milho em grão	53.920	2.264	116.572	37.118	180.140	8.685	68.800	2.965	89.922	23.784	73.355	51.845	160.439	1.068.781	3.542.380	191.763
Soja	-	-	197	465	7.237	-	-	-	1.171	2.866	-	13.981	223.324	265.246	1.654.440	156.431
Tomate	12.842	3.665	4.332	1.356	10.922	33.146	27.136	-	41.678	3.665	176	58.274	26.381	12.160	5.664	5.664
Trigo	-	-	-	-	51	-	-	-	14	246	321	679	814	1.958	8.517	5.068

Fonte dos dados básicos: FIBGE e FGV
Fonte dos dados trabalhados: CERRA/SC

Tabela 64

VALOR BRUTO DA PRODUÇÃO DOS PRINCIPAIS PRODUTOS DA ATIVIDADE VEGETAL, POR MRH, SANTA CATARINA, SAFRA 1979/80

PRODUTO	MRH	(a preços correntes - Cr\$ 1.000,00)															
		COLONIAL DE JOINVILLE	COLONIAL DE ITAJAÍ	COLONIAL DE BULMEAU	COLONIAL DE ITAJAÍ NORTE	COLONIAL DO AUTO ITAJAÍ	FLORIPAÓPOLIS	COLONIAL SERRANA CATARINENSE	LITORAL DE LAGUNA	CARBONIFERA	LITORAL SUL CATARINENSE	COLONIAL SUL CATARINENSE	CAMPOS DE LAGES	CAMPOS DE CURITIBANOS	COLONIAL DO RIO DO PEDE	COLONIAL DO OESTE CATARINENSE	PLANALTO DE CANOAS
Alho		719.825	152.572	769.140	28.912	412.994	70.472	23.077	78.885	228.752	372.719	610.850	5.220	77.315	231.988	522.829	244.772
Arroz		62.736	2.428	98.075	15.747	302.991	89.594	346.439	1.214	308.521	27.650	6.811	234.843	143.666	257.638	302.519	202.017
Batatinha		152.523	179.600	56.995	-	-	132.070	97.700	1.433	34.956	7.440	9.746	-	378	22.459	42.116	-
Canas-de-açúcar		-	-	30.057	6.118	1.087.718	15.889	617.289	2.830	28.049	28.317	382	74.759	15.028	40.477	4.015	29.999
Cebola		29.721	13.978	346.415	296.107	840.324	27.957	278.772	25.539	672.589	413.055	598.753	52.177	69.477	81.478	125.425	436.237
Fumo em folha		11.688	5.261	72.394	46.454	283.117	20.246	69.498	16.217	244.422	104.362	86.880	140.027	630.236	247.253	1.236.629	781.385
Feijão		169.078	19.030	206.545	107.695	655.445	69.000	96.959	69.386	312.915	369.840	55.873	-	14.669	62.900	313.111	229.328
Raiz de mandioca		135.562	6.973	293.260	137.693	782.206	34.690	195.516	4.958	382.528	101.484	295.937	250.415	893.145	4.799.987	11.091.579	1.194.909
Milho em grão		-	-	1.789	3.235	20.941	-	37	-	732	5.905	-	58.401	667.922	860.302	4.471.681	571.996
Soja		54.102	7.806	30.358	-	19.263	150.685	62.342	-	85.581	17.257	434	101.192	44.723	43.747	2.530	15.992
Tomate		-	-	-	-	-	-	-	-	-	370	-	963	31.060	7.037	949.372	20.698
Trigo		-	-	-	-	189	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-

Fonte dos dados básicos: FIBGE e FGV
Fonte dos dados trabalhados: CENPA/SC

Tabela 65

VALOR BRUTO DA PRODUÇÃO DOS PRINCIPAIS PRODUTOS DA ATIVIDADE VEGETAL, POR MRH, SANTA CATARINA, SAFRA 1980/81

PRODUTO	MRH	(a preços correntes - Cr\$ 1.000,00)															
		COLONIAL DE JOINVILLE	COLONIAL DE ITAJAÍ	COLONIAL DE BULMEAU	COLONIAL DE ITAJAÍ NORTE	COLONIAL DO AUTO ITAJAÍ	FLORIPAÓPOLIS	COLONIAL SERRANA CATARINENSE	LITORAL DE LAGUNA	CARBONIFERA	LITORAL SUL CATARINENSE	COLONIAL SUL CATARINENSE	CAMPOS DE LAGES	CAMPOS DE CURITIBANOS	COLONIAL DO RIO DO PEDE	COLONIAL DO OESTE CATARINENSE	PLANALTO DE CANOAS
Arroz		885.600	218.880	944.640	37.512	528.480	107.093	28.426	94.536	321.840	436.896	701.611	10.080	102.485	347.904	810.216	351.821
Batatinha		41.890	-	121.699	16.359	343.915	181.602	544.311	75.648	585.185	20.709	7.636	328.123	212.287	338.170	423.369	425.756
Canas-de-açúcar		194.279	256.969	64.694	-	-	257.741	185.028	2.871	28.234	9.639	459	-	383	17.483	4.590	-
Cebola		-	-	50.907	18.570	1.189.489	17.653	662.264	1.649	29.971	33.928	100	66.538	15.258	34.645	15.057	37.643
Feijão		23.915	15.489	208.364	101.946	1.096.002	65.264	181.144	20.480	590.938	309.338	221.390	444.726	1.607.288	913.886	7.341.677	2.817.615
Fumo em folha		43.350	22.403	540.245	438.355	1.643.346	51.534	406.242	43.003	1.132.302	594.415	856.596	55.419	64.782	96.133	258.782	710.108
Raiz de mandioca		228.304	43.748	396.847	196.957	1.484.747	284.115	228.175	154.316	573.465	958.298	121.892	17.028	16.839	84.714	818.574	431.187
Milho em grão		214.743	22.794	560.015	267.095	1.357.769	72.284	468.607	10.148	745.720	237.732	683.728	612.901	1.750.330	9.076.752	22.908.697	2.174.778
Soja		-	-	1.074	5.242	19.172	32	96	-	978	13.113	-	85.889	1.305.115	1.328.903	6.593.091	1.034.737
Tomate		90.002	9.945	22.078	-	39.349	211.166	173.413	3.182	201.718	11.768	1.482	173.043	271.996	108.533	5.801	56.797
Trigo		-	-	-	-	-	-	-	-	-	378	-	511	45.200	3.387	87.562	14.360

Fonte dos dados básicos: FIBGE, FGV/EMATER/ACRESC
Fonte dos dados trabalhados: CENPA/SC

Tabela 66

VALOR BRUTO DA PRODUÇÃO DOS PRINCIPAIS PRODUTOS DA ATIVIDADE VEGETAL, POR MRH, SANTA CATARINA, SAFRA 1974/75

PRODUTO	(a preços de 1981 - Cr\$ 1.000,00)																		
	MRH	COLONIAL DE JOINVILLE	COLONIAL DE ITAJAI	COLONIAL DE BLUMENAU	COLONIAL DE ITAJAI NORTE	COLONIAL DO ALTO ITAJAI	FLORIANÓPOLIS	COLONIAL DE SERRANA CATARINENSE	LITORAL DE LAGUNA	CARBONIEIRA	LITORAL DE SUIÇA CATARINENSE	COLONIAL DE SUIÇA CATARINENSE	CAMPOS DE LAGES	CAMPOS DE CURITIBANOS	COLONIAL DO RIO DO PEDE	COLONIAL DO OESTE CATARINENSE	COLONIAL DO OESTE CATARINENSE	PIANALTO DE CURITIBANOS	SANTA CATARINA
Azeite	1.241.895	240.806	1.508.346	53.505	662.011	144.211	36.789	83.266	588.433	953.726	1.255.699	21.045	147.022	363.972	1.245.663	700.794	14.568.307		
Batatinha	47.152	-	145.436	22.368	387.369	70.371	129.667	4.491	832.912	24.716	46.454	175.373	92.619	213.069	428.918	370.143	2.914.117		
Cana-de-açúcar	177.502	291.479	128.992	15.008	2.443	171.448	276.121	4.582	24.251	21.083	19.319	-	-	20.375	200.930	-	1.183.993		
Cebola	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Fumo em folha	52.758	23.892	677.569	290.512	1.459.387	99.178	461.952	16.383	1.073.208	731.107	1.063.456	62.900	199.016	57.116	866.759	526.023	7.657.145		
Ferijão	5.934	10.563	51.181	44.980	126.334	24.329	68.419	13.055	216.383	94.094	113.132	134.464	297.443	256.646	3.081.969	493.946	5.073.962		
Maquioca	310.838	50.196	315.475	107.333	1.093.059	143.877	148.709	69.461	417.999	799.238	192.290	19.907	41.675	365.144	1.220.592	309.314	5.688.391		
Milho	202.319	12.782	486.828	227.733	926.689	41.440	245.832	13.698	581.604	240.395	572.442	437.217	1.603.595	8.392.016	16.132.938	1.631.082	31.948.200		
Soja	550	-	11.284	24.663	67.829	3.556	2.858	-	23.710	12.152	10.289	16.767	177.041	1.817.226	7.016.918	394.164	9.889.777		
Tomate	53.388	17.488	105.431	2.518	19.228	112.390	74.164	-	177.993	1.373	229	109.716	87.211	32.183	399	70.330	895.371		
Trigo	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-

Fonte dos dados básicos: FIBGE e FGV
Fonte dos dados trabalhistas: CEAR/SC

Tabela 67

VALOR BRUTO DA PRODUÇÃO DOS PRINCIPAIS PRODUTOS DA ATIVIDADE VEGETAL, POR MRH, SANTA CATARINA, SAFRA 1975/76

PRODUTO	(a preços de 1981 - Cr\$ 1.000,00)																
	MRH	COLONIAL DE JOINVILLE	COLONIAL DE ITAJAI	COLONIAL DE BLUMENAU	COLONIAL DE ITAJAI NORTE	COLONIAL DO ALTO ITAJAI	FLORIANÓPOLIS	COLONIAL DE SERRANA CATARINENSE	LITORAL DE LAGUNA	CARBONIEIRA	LITORAL DE SUIÇA CATARINENSE	COLONIAL DE SUIÇA CATARINENSE	CAMPOS DE LAGES	CAMPOS DE CURITIBANOS	COLONIAL DO RIO DO PEDE	COLONIAL DO OESTE CATARINENSE	PIANALTO DE CURITIBANOS
Azeite em casca	931.413	205.772	1.146.710	51.955	531.295	107.818	25.471	52.378	252.954	472.771	572.246	7.730	180.217	318.194	1.308.468	556.744	
Batatinha	70.840	1.815	157.638	28.992	602.393	72.706	236.873	-	583.788	19.487	18.807	591.931	160.966	237.478	418.940	341.369	
Cana-de-açúcar	250.626	262.539	86.702	-	-	197.916	268.570	2.618	14.034	18.788	18.406	-	-	27.528	166.859	-	
Cebola	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Ferijão	-	8.337	88.407	68.672	192.701	33.206	77.432	36.879	162.825	82.331	112.616	190.331	436.617	262.583	2.063.310	855.066	
Fumo em folha	10.766	26.467	501.894	458.110	1.828.852	87.836	455.150	69.443	1.002.262	644.548	1.220.013	179.799	216.135	66.034	1.006.838	606.328	
Maquioca	602.932	97.117	474.262	187.268	1.919.753	312.400	287.369	144.016	886.357	1.632.774	457.830	35.145	45.298	486.797	1.741.708	873.080	
Milho	146.342	7.687	321.977	202.697	879.781	46.875	220.554	15.763	497.750	161.014	459.716	354.757	1.411.854	8.304.502	16.066.536	1.658.139	
Soja	-	-	2.494	5.934	48.035	387	870	-	19.871	9.704	2.726	20.992	562.754	1.420.194	5.453.090	376.026	
Tomate	54.572	28.722	52.657	1.915	44.040	124.462	114.936	-	239.781	957	-	390.141	92.341	34.562	6.893	21.159	
Trigo	-	-	-	3.429	1.452	71	-	-	5.143	2.738	8.095	14.429	138.931	198.147	276.559	76.835	

Fonte dos dados básicos: FIBGE e FGV
Fonte dos dados trabalhistas: CEAR/SC

Tabela 68

VALOR BRUTO DA PRODUÇÃO DOS PRINCIPAIS PRODUTOS DA ATIVIDADE VEGETAL, POR MRH, SANTA CATARINA, SAFRA 1976/77

PRODUTO	MRH	(a preços de 1981 - Cr\$ 1.000,00)															
		COLONIAL DE JOINVILLE	COLONIAL DE ITAPAI	COLONIAL DE BULMEAU	COLONIAL DE ITAPAI NORTE	COLONIAL DO ALTO ITAPAI	FLORIANÓPOLIS	COLONIAL SERRANA CATARINENSE	LITORAL DE LAGUNA	CARBONÍFERA	LITORAL SUL CATARINENSE	COLONIAL SUL CATARINENSE	CAMPOS DE LAGES	CAMPOS DE CURITIBANS	COLONIAL RIO DO PEDE CATARINENSE	COLONIAL DO OESTE CATARINENSE	PLANTIO DE CANOAS
Aroz	629.492	188.292	437.749	808.081	38.462	437.749	87.527	20.889	35.992	238.065	410.408	577.780	11.814	136.932	249.286	1.094.518	428.665
Batata-inglesa	28.665	-	86.188	23.157	51.861	56.998	201.703	1.751	298.828	298.828	6.305	7.512	424.773	211.958	154.960	186.038	300.676
Cana-de-açúcar	249.872	292.930	-	-	-	171.385	229.671	2.531	54.911	54.911	23.146	25.283	-	-	20.999	118.193	-
Cebola	-	26.614	692.947	641.691	641.691	99.753	624.047	27.600	-	128.555	969.436	2.231.723	181.467	292.260	77.476	1.204.624	747.555
Fumo em folha	-	9.484	67.389	45.879	45.879	38.618	76.238	17.698	17.698	251.814	102.653	108.367	224.631	499.180	298.691	3.442.345	711.740
Feijão	-	64.180	458.867	88.683	1.795.318	304.434	266.869	142.223	874.206	874.206	231.565	231.565	-	66.657	169.704	199.535	199.535
Mandioca	493.402	6.274	266.369	119.681	647.691	30.370	165.217	8.930	347.852	113.690	337.670	-	-	97.214	247.463	1.879.619	985.172
Milho	131.315	-	2.746	6.393	28.144	176	417	-	-	13.709	9.359	1.911	46.246	852.678	1.607.611	7.428.299	465.080
Soja	-	15.946	43.689	1.177	33.539	72.903	72.138	-	-	188.641	-	471	172.637	32.774	21.712	3.530	15.063
Tomate	-	-	-	392	-	-	65	-	-	2.332	1.307	1.656	5.230	49.899	109.843	247.556	24.143
Trigo	-	-	-	-	523	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-

Fonte dos dados básicos: FINEZ e FGV
 Rente dos dados trabalhados: CEPAS/SC

Tabela 69

VALOR BRUTO DA PRODUÇÃO DOS PRINCIPAIS PRODUTOS DA ATIVIDADE VEGETAL, POR MRH, SANTA CATARINA, SAFRA 1977/78

PRODUTO	MRH	(a preços de 1981 - Cr\$ 1.000,00)														
		COLONIAL DE JOINVILLE	COLONIAL DE ITAPAI	COLONIAL DE BULMEAU	COLONIAL DE ITAPAI NORTE	COLONIAL DO ALTO ITAPAI	FLORIANÓPOLIS	COLONIAL SERRANA CATARINENSE	LITORAL DE LAGUNA	CARBONÍFERA	LITORAL SUL CATARINENSE	COLONIAL SUL CATARINENSE	CAMPOS DE LAGES	CAMPOS DE CURITIBANS	COLONIAL RIO DO PEDE CATARINENSE	COLONIAL DO OESTE CATARINENSE
Aroz	772.917	249.559	1.092.629	25.854	542.526	105.839	20.741	59.927	400.007	550.206	758.055	12.399	68.020	79.405	859.174	178.289
Batata-inglesa	46.807	-	91.416	8.274	486.464	81.511	359.943	1.418	357.531	13.238	4.563	333.702	287.722	146.946	211.696	310.464
Cana-de-açúcar	185.426	342.619	97.681	-	-	145.207	127.000	1.854	45.382	15.883	19.067	-	-	15.378	78.723	-
Ocobaia	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Fumo em folha	24.174	32.447	964.901	869.512	3.162.496	99.812	737.683	43.513	1.485.251	1.172.385	2.333.597	207.359	411.495	227.021	1.328.496	957.183
Feijão	179	6.546	36.950	22.857	204.104	20.103	57.733	13.450	195.242	73.650	64.386	128.235	350.725	240.768	2.428.747	598.253
Mandioca	221.105	36.568	251.592	132.002	1.171.213	105.091	124.132	116.678	519.189	425.273	94.612	-	23.561	87.379	754.004	395.716
Milho	188.717	9.388	312.770	121.413	710.832	42.699	236.064	14.377	443.269	130.394	505.347	399.520	1.025.584	5.097.657	10.677.499	933.622
Soja	-	-	1.480	932	23.909	-	145	-	3.395	10.950	-	80.864	906.598	1.225.088	4.612.974	475.562
Tomate	22.333	17.989	27.556	-	41.947	93.462	98.498	-	155.823	1.333	640	197.317	48.343	21.427	3.198	17.109
Trigo	-	-	-	306	-	-	82	-	61	61	1.101	2.812	8.417	18.607	45.427	10.333

Fonte dos dados básicos: FINEZ e FGV
 Rente dos dados trabalhados: CEPAS/SC

Tabela 70

VALOR BRUTO DA PRODUÇÃO DOS PRINCIPAIS PRODUTOS DA ATIVIDADE VEGETAL, POR MUN. SANTA CATARINA, SAFRA 1978/79

(a preços de 1981 - Cr\$ 1.000,00)

PRODUTO	MUN. JOINVILLE	COLONIAL DE JOINVILLE	COLONIAL DE ITAUNA	COLONIAL DE ITAUNA NORTE	COLONIAL ALTO ITAUNA	FLORIANÓPOLIS	COLONIAL SERRANA CATARINENSE	LITORAL DE LAGUNA	CARBONIFERA	LITORAL SUL CATARINENSE	COLONIAL SUL CATARINENSE	CAMPOS DE LAGES	CAMPOS DE CURITIBANOS	COLONIAL DO PEDE RIO DO PEDE	COLONIAL DO CESTE CATARINENSE	PIANILTO DE CANGAÇOS
Arroz	1.231.474	310.235	1.507.168	15.842	530.989	122.347	27.104	67.879	382.293	586.425	960.053	5.973	18.982	28.804	185.882	152.285
Batata inglesa	40.069	-	113.996	9.248	389.572	68.334	317.640	520	289.173	7.312	3.641	406.710	230.116	157.317	242.066	218.600
Cana-de-açúcar	237.865	273.438	97.610	-	-	234.798	162.148	2.235	52.267	23.620	15.469	-	327	19.680	62.953	-
Osoba	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Furo em folha	75.827	33.798	985.137	788.916	2.566.821	91.251	772.980	72.762	1.652.695	1.024.715	1.672.746	137.644	182.650	293.851	651.359	1.242.389
Feijão	6.748	5.086	51.987	35.434	195.385	29.484	61.461	17.650	158.854	96.257	142.832	50.990	609.578	309.597	3.697.119	904.194
Mandioca	211.363	49.659	259.153	96.596	938.900	89.675	118.408	95.022	510.024	389.697	97.849	-	39.278	54.333	469.434	257.382
Milho	226.562	9.514	489.812	155.951	756.913	36.493	289.086	12.457	377.836	99.938	308.225	217.843	674.050	4.490.012	14.884.398	805.752
Soja	-	-	827	1.953	30.402	-	-	-	4.918	12.042	-	58.737	938.204	1.114.323	6.950.462	657.182
Tomate	53.962	15.400	18.203	5.698	45.892	139.278	114.022	-	175.129	15.400	739	244.860	110.849	51.097	-	23.716
Trigo	-	-	-	-	215	-	-	-	59	1.036	1.348	2.853	3.420	8.226	35.875	21.045

Fonte dos dados básicos: FIBOS e RVV
Fonte dos dados trabalhados: CEAR/SC

Tabela 71

VALOR BRUTO DA PRODUÇÃO DOS PRINCIPAIS PRODUTOS DA ATIVIDADE VEGETAL, POR MUN. SANTA CATARINA, SAFRA 1979/80

(a preços de 1981 - Cr\$ 1.000,00)

PRODUTO	MUN. JOINVILLE	COLONIAL DE JOINVILLE	COLONIAL DE ITAUNA	COLONIAL DE ITAUNA NORTE	COLONIAL DO ALTO ITAUNA	FLORIANÓPOLIS	COLONIAL SERRANA CATARINENSE	LITORAL DE LAGUNA	CARBONIFERA	LITORAL SUL CATARINENSE	COLONIAL SUL CATARINENSE	CAMPOS DE LAGES	CAMPOS DE CURITIBANOS	COLONIAL DO PEDE RIO DO PEDE	COLONIAL DO CESTE CATARINENSE	PIANILTO DE CANGAÇOS
Arroz	1.510.886	320.243	1.614.397	60.686	866.860	147.917	48.437	165.577	480.141	782.323	1.282.151	10.957	162.282	486.934	1.097.399	513.769
Batata inglesa	131.649	5.095	205.805	31.045	635.814	188.009	726.988	2.547	647.419	58.023	14.294	492.808	314.068	540.642	634.823	423.923
Cana-de-açúcar	319.572	376.306	119.229	-	-	276.718	204.706	3.003	73.242	15.589	20.420	-	792	47.058	88.242	-
Cebola	-	-	63.069	12.838	2.282.387	33.340	1.295.274	5.238	56.856	59.418	802	156.969	31.534	84.934	8.425	62.948
Furo em folha	62.372	29.334	726.971	621.396	1.973.322	58.669	585.019	53.804	1.411.466	866.600	1.256.516	109.496	145.801	170.924	263.211	915.467
Feijão	24.528	11.041	151.919	97.483	594.120	42.487	143.743	34.032	512.919	219.004	182.317	293.645	1.322.549	518.859	2.595.064	1.639.734
Mandioca	354.695	39.922	433.295	225.926	1.375.009	144.750	203.403	145.561	656.441	775.860	117.421	-	30.774	131.954	656.852	481.091
Milho	284.465	14.631	615.287	288.893	1.641.143	75.782	410.211	10.404	802.580	212.944	620.905	525.395	1.873.905	10.070.837	23.271.204	2.507.034
Soja	-	-	3.754	6.788	43.938	-	78	-	1.537	12.389	-	122.535	1.041.411	1.805.057	9.382.330	1.206.143
Tomate	113.532	16.381	63.706	-	40.423	316.632	130.824	-	179.172	36.214	910	212.352	93.852	91.804	5.309	33.559
Trigo	-	-	-	-	397	-	-	-	-	777	-	2.021	65.177	14.766	199.209	43.434

Fonte dos dados básicos: FIBOS/ e RVV
Fonte dos dados trabalhados: CEAR/SC

Tabela 72

VALOR BRUTO DA PRODUÇÃO DOS PRINCIPAIS PRODUTOS DA ATIVIDADE VEGETAL, POR MRH, SANTA CATARINA, SAFRA 1980/81

(a preços de 1981 - Cr\$ 1.000)

PRODUTO	MRH	COLONIAL DE JOINVILLE	COLONIAL DE ITAPAJARA	COLONIAL DE ITAJAÍ NORTE	COLONIAL DO ALTO ITAJAÍ	FLORENÓPOLIS	COLONIAL SERRANA CATARINENSE	LITORAL DE LAGUNA	CHERVENHÉRA	LITORAL SUL CATARINENSE	COLONIAL SUL CATARINENSE	CHAPÉU DE LAGES	CHAPÉU DE CURIUMBOS	COLONIAL DO RIO DO PEDE	COLONIAL DO OESTE CATARINENSE	PIARILITO DE CANGARAS
Arroz		885.600	218.880	37.512	528.480	107.093	28.426	94.536	321.840	436.836	701.611	10.080	102.485	347.904	610.216	351.821
Batatinha		41.890	-	121.699	343.915	181.603	544.311	756	585.185	20.709	7.636	328.123	212.287	338.170	423.369	425.756
Cana-de-açúcar		194.279	256.969	64.694	-	257.741	185.026	2.871	28.234	9.639	459	-	383	17.483	4.590	-
Cebola		-	-	50.907	1.189.489	17.653	662.264	1.649	29.971	31.928	100	66.538	15.258	34.645	15.057	37.643
Feijão		23.915	15.489	18.570	1.096.002	65.264	181.144	20.480	590.938	309.338	221.390	444.726	1.607.288	913.886	7.341.677	2.817.615
Fumo em folha		43.350	22.403	438.355	1.643.346	51.534	406.242	43.003	1.132.302	594.415	896.596	55.419	64.782	96.133	258.782	710.108
Raiz de mandioca		228.104	43.748	396.847	1.484.747	244.115	228.175	154.316	573.465	958.298	121.892	17.028	16.839	84.714	818.574	431.187
Milho em grão		214.743	22.794	267.095	1.357.789	72.284	468.607	10.148	745.720	237.732	683.728	612.901	1.730.330	9.076.752	22.908.697	2.174.778
Soja		-	-	5.242	19.172	32	96	-	978	13.113	-	85.889	1.395.115	1.328.903	6.593.091	1.034.737
Tomate		90.002	9.945	-	39.349	211.166	172.413	3.182	201.718	11.768	1.492	173.043	271.996	108.533	5.801	36.797
Trigo		-	-	-	-	-	-	-	-	378	-	511	45.200	3.387	87.562	14.360

Fonte dos dados básicos: FIBGE, F01/EMMER-SC/AGROSEC
Fonte dos dados trabalhistas: CENVA/SC

Tabela 73

PREÇOS MÉDIOS RECEBIDOS PELOS AGRICULTORES DE SANTA CATARINA, 1975 a 1981⁽¹⁾

PRODUTO	(preços correntes - Cr\$/kg)							
	ANO	1975	1976	1977	1978	1979	1980	1981 (*)
Arroz em casca		1,75	1,65	1,80	3,20	5,62	10,61	14,40
Banana		0,52	0,94	1,05	1,50	2,29	5,20	11,40
Batatinha		0,94	1,97	2,17	3,64	3,44	16,86	23,64
Cebola (*)							19,12	14,34
Cana-de-açúcar		0,08	0,12	0,15	0,16	0,26	0,63	1,02
Feijão		1,64	3,68	5,06	5,53	7,91	33,30	64,81
Fumo em folha		5,39	7,01	10,99	16,61	20,84	34,60	69,36
Raiz de mandioca		0,22	0,61	0,72	0,57	0,78	2,76	4,73
Milho		0,83	0,98	1,05	2,03	3,32	6,83	13,01
Soja		1,17	1,51	2,45	3,20	5,47	9,27	16,03
Tomate		2,53	3,74	3,28	4,12	7,33	18,07	33,15
Trigo		1,50	1,86	2,43	3,15	4,65	8,23	18,92
Boi gordo p/corte		3,86	4,56	5,85	10,10	22,41	41,70	56,51
Suino p/corte		4,77	5,85	10,21	12,42	23,57	40,00	59,45
Frango p/corte		5,83	7,20	9,50	13,58	24,25	43,67	76,32
Leite (litro)		1,42	1,80	2,75	3,74	5,34	11,09	23,74
Ovos (dúzia)		3,96	5,60	7,36	10,16	15,21	26,34	54,81
Mel (litro)		9,38	11,64	16,26	21,85	36,94	71,25	161,75
Uva Vinífera				2,28	3,00	4,96	14,49	21,05
Maçã				4,57	5,60	7,61	13,30	27,77
Nectarina				4,56	6,48	10,93	11,87	42,86
Pêssego				4,00	5,09	12,17	11,71	34,15
Ameixa				3,56	9,80	17,47	16,77	58,49

(1) Média Aritmética

(*) Situação até outubro

Fonte: FGV, EMATER/ACARESC

Elaboração: CEPA/SC

Tabela 74

PREÇOS MÉDIOS RECEBIDOS PELOS AGRICULTORES DE SANTA CATARINA, 1975 a 1981⁽¹⁾

PRODUTO	(a preços de 1981 - Cr\$/kg)							
	ANO	1975	1976	1977	1978	1979	1980	1981 (*)
Arroz em casca		31,66	21,12	16,14	20,70	23,61	22,27	14,40
Banana		9,41	12,03	9,42	9,70	9,62	10,91	11,40
Batatinha		17,01	25,21	19,46	23,64	14,45	35,38	23,64
Cebola							40,12	14,34
Cana-de-açúcar		1,45	1,54	1,35	1,03	1,09	1,32	1,02
Feijão		29,67	47,10	45,38	35,77	33,24	61,07	64,81
Fumo em folha		97,52	89,72	98,57	107,44	87,56	72,61	69,36
Raiz de mandioca		3,98	7,81	6,46	3,69	3,28	5,79	4,73
Milho em grão		15,02	12,54	9,42	13,13	13,95	14,33	13,01
Soja		21,17	19,33	21,97	20,70	22,98	19,45	16,03
Tomate		45,78	47,87	29,42	26,65	30,80	37,92	33,15
Trigo		27,14	23,81	21,79	20,38	19,54	17,27	18,92
Boi gordo		69,84	58,36	52,47	65,33	94,16	87,51	56,51
Suino p/corte		86,30	74,88	91,57	80,34	99,03	83,95	59,45
Frango de corte		105,48	92,15	85,20	87,84	101,89	91,65	76,32
Leite (litro)		25,69	23,04	24,66	24,19	22,44	23,27	23,74
Ovos (dúzia)		71,65	71,68	66,01	65,72	63,91	55,28	54,81
Mel (litro)		169,71	148,98	145,83	141,33	155,21	149,53	161,75
Uva vinífera				20,45	19,40	20,84	30,41	21,05
Maçã				40,99	36,22	31,97	27,91	27,77
Nectarina				40,90	41,91	45,92	24,91	42,86
Pêssego				35,87	32,92	51,13	24,58	34,15
Ameixa				31,93	63,39	73,40	35,19	58,49

Fonte dos dados básicos: FGV e EMATER/ACARESC

Fonte dos dados trabalhados: CEPA/SC

(1) Média aritmética

(*) Situação até outubro

Tabela 75

PREÇOS MÉDIOS PAGOS PELOS AGRICULTORES DE SANTA CATARINA, 1975-81

DISCRIMINAÇÃO	(preços correntes - Cr\$/kg)							
	ANO	1975	1976	1977	1978	1979	1980	1981*
Milho híbrido		3,62	4,49	6,20	9,24	13,46	25,36	60,84
Farelo de trigo		0,53	0,89	1,19	1,78	2,80	5,18	12,34
Ração balanceada/aves		1,50	1,86	2,56	3,87	6,17	11,92	23,24
Ração balanceada/bovinos		1,26	1,60	2,23	3,11	5,07	9,72	18,85
Ração balanceada/suínos		1,49	1,84	2,64	3,54	5,54	11,09	21,32
Sal grosso		0,72	0,91	1,33	1,66	2,42	4,55	7,42
Sal mineral		5,07	6,77	9,42	13,58	21,83	47,77	91,77
Calcário moído		0,16	0,21	0,30	0,36	0,51	1,18	2,17
Cloreto de potássio		1,79	1,62	2,01	2,82	4,61	13,64	25,27
Superfosfato simples		2,04	1,63	2,01	2,49	4,22	9,52	17,97
Superfosfato triplo		3,60	3,22	3,89	4,94	7,33	18,53	34,31
Uréia		3,62	2,91	3,67	4,72	7,22	18,35	34,92
Aldrin 5%		5,45	6,32	8,63	13,53	20,82	42,68	102,77
Formicida em pó		5,40	7,05	9,58	14,53	22,00	44,96	94,89
Herbicida		62,00	84,00	115,00	151,00	218,00	522,00	1.177,21
Carrapaticida		100,00	143,00	202,00	354,00	495,00	1.120,00	1.304,25
Vacina febre aftosa ⁽¹⁾		9,21	12,65	19,67	35,76	58,87	105,15	182,14
Vacina carbúnculo sintomático ⁽¹⁾		2,68	3,28	3,53	5,36	8,51	14,03	24,55
Terramicina ⁽²⁾		10,12	12,13	14,53	18,89	25,64	44,21	85,05
Vacina peste suína ⁽¹⁾		12,54	17,13	22,48	32,74	51,32	114,95	162,92
Vacina New castle ⁽¹⁾		0,46	0,51	1,00	1,21	2,10	3,96	7,41
Óleo diesel ⁽³⁾		1,34	2,01	3,21	4,33	7,08	14,59	33,18
Arame farpado (500 m)		256,00	282,00	379,00	422,00	743,00	1.979,00	2.626,67
Arame liso galvanizado (kg)		13,65	14,47	19,33	24,47	36,61	82,99	144,05
Enxada 2,5 libras ⁽⁴⁾		16,62	17,48	23,50	31,13	39,86	95,24	196,88
Latão leite (20 litros)		90,00	126,00	185,00	328,00	452,00	1.017,00	1.999,53
Icona encerrada (10 m ²)		295,00	342,00	503,00	616,00	869,00	2.020,00	3.434,66
Saco vazio novo ⁽⁴⁾		5,80	6,31	7,69	9,91	14,40	34,08	72,23
Cal virgem		0,53	0,82	0,98	1,15	1,59	3,37	6,54
Cimento Portland		0,62	0,84	1,02	1,28	1,88	4,96	9,61
Telha barro cozido ⁽⁴⁾		1,08	1,27	1,79	2,58	3,49	7,59	11,68
Tijolo barro cozido ⁽⁴⁾		0,48	0,52	0,77	1,09	1,63	4,16	6,00
Micro-tractor ⁽⁴⁾		19.126,00	24.025,00	37.277,00	54.597,00	82.074,00	145.362,00	311.280,15
Trator médio (36 a 45 Hp) ⁽⁴⁾		60.023,00	64.174,00	90.268,00	134.170,00	215.477,00	355.668,00	880.633,00
Trator pesado (+ 45 Hp) ⁽⁴⁾		--	83.734,00	116.630,00	180.685,00	265.859,00	468.401,00	1.243.756,86
Arado 2 e 3 discos 26" ⁽⁴⁾		4.949,00	7.376,00	10.856,00	15.531,00	22.247,00	42.045,00	90.262,80
Grade dupla 20 e 28 discos 18" ⁽⁴⁾		4.234,00	5.982,00	8.686,00	12.364,00	17.403,00	33.488,00	72.934,20
Secadeira 2 linhas-tractor ⁽⁴⁾		5.944,00	7.634,00	10.472,00	14.633,00	21.765,00	40.201,00	84.004,16
Secadeira-adubo 1 linha animal ⁽⁴⁾		1.061,00	1.174,00	1.589,00	2.179,00	2.913,00	5.897,00	12.486,60
Arado Aiveca ⁽⁴⁾		716,00	799,00	1.166,00	1.572,00	2.011,00	3.738,00	8.473,65
Cultivador "Planet - Animal" ⁽⁴⁾		312,00	363,00	518,00	740,00	1.067,00	2.203,00	4.455,28
Grade 15 dentes animal ⁽⁴⁾		539,00	610,00	813,00	1.127,00	1.428,00	3.392,00	5.949,09
Moto-bomba - 1 Hp ⁽⁴⁾		921,00	932,00	1.210,00	1.631,00	2.616,00	4.760,00	9.867,07
Motor elétrico trifásico ⁽⁴⁾		429,00	521,00	727,00	1.028,00	1.588,00	2.895,00	6.348,09
Bomba hidráulica ⁽⁴⁾		648,00	681,00	1.072,00	1.441,00	2.204,00	4.250,00	7.361,25
Polvilhadeira costal ⁽⁴⁾		298,00	351,00	477,00	648,00	832,00	1.757,00	3.068,00
Pulverizador costal - 20 litros ⁽⁴⁾		407,00	449,00	599,00	846,00	1.244,00	2.186,00	4.807,07
Debulhador milho manual ⁽⁴⁾		238,00	283,00	371,00	375,00	475,00	803,00	2.322,85
Debulhador milho motorizado ⁽⁴⁾		2.188,00	3.188,00	4.373,00	6.017,00	8.356,00	20.237,00	40.261,23

(*) Situação até julho

(1) - 10 doses

(2) - 10 cc

(3) - litro

(4) - unidade

Fonte: FGV e EMATER/ACARESC

Elaboração: CEP/SC

Tabela 76

PREÇOS MÉDIOS PAGOS PELOS AGRICULTORES DE SANTA CATARINA, 1975-81

PRODUTO	(a preços de 1981 - Cr\$/kg)							
	ANO	1975	1976	1977	1978	1979	1980	1981*
Milho híbrido		65,58	57,49	55,61	59,77	56,55	53,22	60,84
Farelo de trigo		9,6	11,40	10,67	11,51	11,76	10,87	12,34
Ração balanceada/aves		27,17	23,82	22,96	25,03	25,92	25,02	23,24
Ração balanceada/bovinos		22,83	20,49	20,00	20,12	21,30	20,40	18,85
Ração balanceada/suínos		26,99	23,56	23,68	22,90	23,28	23,27	21,32
Sal grosso		13,04	11,65	11,93	10,74	10,17	9,55	7,42
Sal mineral		91,85	86,68	84,48	87,84	91,72	100,25	91,77
Calcário moído		2,90	2,69	2,69	2,33	2,14	2,48	2,17
Cloreto de potássio		32,43	20,74	18,03	18,24	19,37	28,63	25,27
Superfosfato simples		36,96	20,87	18,03	16,11	17,73	19,98	17,97
Superfosfato triplo		65,22	41,23	34,89	31,95	30,80	38,89	34,31
Uréia		65,58	37,26	32,91	30,53	30,34	38,51	34,92
Aldrin 5%		98,73	80,92	77,40	87,52	87,48	89,57	102,77
Fornicida em pó		97,83	90,27	85,92	93,98	92,44	94,35	94,89
Herbicida		1.123,19	1.075,54	1.031,39	976,71	915,97	1.095,49	1.177,21
Carrapaticida		1.811,59	1.830,99	1.811,66	2.289,78	2.079,83	2.350,47	1.304,25
Vacina febre aftosa (1)		166,85	161,97	176,42	231,31	247,35	220,67	182,14
Vacina carbúnculo sintomático (1)		48,55	42,00	31,66	34,67	35,76	29,44	24,55
Terramicina (2)		183,33	155,31	130,31	122,19	107,73	92,78	85,05
Vacina peste suína (1)		227,17	219,33	201,61	211,77	215,63	241,24	162,92
Vacina New castle (1)		8,33	6,53	8,97	7,83	8,82	8,31	7,41
Óleo diesel (3)		24,28	25,74	28,79	28,01	29,75	30,62	33,18
Arame farpado (500 m)		4.637,68	3.610,76	3.399,10	2.729,62	3.121,85	4.153,20	2.626,67
Arame liso galvanizado (kg)		247,28	185,28	173,37	158,28	153,82	174,17	144,05
Enxada 2,5 libras (4)		301,09	223,82	210,76	201,36	167,48	199,87	196,88
Latão leite (20 litros)		1.775,36	1.613,32	1.659,19	2.121,60	1.899,16	2.134,31	1.999,53
Lona Encerada (10m ²)		5.344,20	4.379,00	4.511,21	3.984,48	3.651,26	4.239,24	3.434,66
Saco vazio novo (4)		105,07	80,79	68,97	64,10	60,50	71,52	72,23
Cal virgem		9,60	10,50	8,79	7,44	6,68	7,07	6,54
Cimento Portland		11,23	10,76	9,15	8,28	7,90	10,41	9,61
Telha barro cozido (4)		19,57	16,26	16,05	16,69	14,66	15,93	11,68
Tijolo barro cozido (4)		8,70	6,66	6,91	7,05	6,85	8,73	6,00
Micro-trator (4)		346.485,51	307.618,44	334.322,87	353.150,06	344.848,74	305.061,91	311.280,15
Trator médio (36 a 45 Hp) (4)		1.087.373,19	821.690,14	809.578,48	867.852,52	905.365,55	746.417,63	880.633,00
Trator pesado (+ 45 Hp) (4)		—	1.072.138,28	1.046.008,97	1.168.725,74	1.117.054,62	983.003,15	1.243.756,86
Arado de 2 discos 26" (4)		89.655,80	94.443,02	97.363,23	100.459,25	93.474,79	88.237,15	90.262,80
Grade dupla 20 e 28 discos 18" (4)		76.702,90	76.594,11	77.901,35	79.974,13	73.121,85	70.279,12	72.934,20
Semeadeira 2 linhas-trator (4)		107.681,16	97.746,48	93.919,28	94.650,71	91.449,58	84.367,26	84.004,16
Semeadeira adubo 1 linha-animal (4)		19.221,01	15.032,01	14.251,12	14.094,44	12.239,50	12.375,66	12.486,60
Arado Aiveca (4)		12.971,01	10.230,47	10.457,40	10.168,18	8.449,58	7.844,70	8.473,65
Cultivador "Planel-Animal" (4)		5.652,17	4.647,89	4.645,74	4.786,55	4.483,19	4.623,29	4.455,28
Grade 15 dentes animal (4)		9.764,49	7.810,50	7.291,48	7.289,78	6.000,00	7.118,57	5.949,09
Moto-bomba - 1 Hp (4)		16.684,78	11.933,42	10.852,02	10.549,81	10.991,60	9.989,51	9.867,07
Motor elétrico trifásico (4)		7.771,74	6.670,93	6.520,18	6.649,42	6.672,27	6.075,55	6.348,09
Bomba hidráulica (4) (conj. a motor)		11.739,13	8.719,59	9.614,35	9.320,83	9.260,50	8.919,20	7.361,25
Polvilhadeira costal (4)		5.398,55	4.494,24	4.278,03	4.191,46	3.495,80	3.687,30	3.068,00
Pulverizador costal- 20 litros (4)		7.373,19	5.749,04	5.372,20	5.472,19	5.226,89	4.587,62	4.807,07
Debulhador milho manual (4)		4.311,59	3.623,56	3.327,35	2.425,61	1.995,80	1.685,20	2.322,85
Debulhador milho motorizado (4)		39.637,68	40.819,46	39.219,73	38.919,79	35.109,24	42.470,09	40.261,23

(1) - 10 doses

(2) - 10 cc

(3) - litro

(4) - unidade

* Situação até outubro

Fonte: EMATER/ACARESC e FGV.

Elaboração: CEPA/SC

13. RENDA INTERNA

As informações disponíveis, ainda preliminares, sobre a evolução da renda interna de Santa Catarina, região Sul e Brasil, no período de 1975 a 1980, possibilitam verificar as mudanças ocorridas na geração da renda interna estadual em confronto com os demais Estados da região Sul e com o Brasil.

Inicialmente, constata-se uma diminuição relativa do setor primário catarinense na formação da renda interna total, de 22,96% em 1975 para 16,50% em 1980 (tabela 79). Entretanto, isso de maneira alguma reduz a importância do setor agrícola estadual na geração da renda interna total, pois os demais setores crescem também devido à participação do setor agrícola, visto que, sem dúvida, o crescimento dos demais setores não ocorre de forma estagnada.

As relações intersetoriais representam a própria dinâmica de complementação de um sistema econômico.

O setor agrícola de Santa Catarina, em relação à região Sul, contribuiu, em 1975, com 17,63% na composição da renda interna do setor primário, diminuindo sua participação em 1980 para 16,30%.

Em relação ao Brasil, a participação da renda interna do setor agropecuário estadual na composição da renda agrícola demonstrou também decréscimo de 7,31% em 1975 para 5,98% em 1980 (tabela 80).

O exposto nas tabelas 79 e 80 permite que se façam algumas relações:

a) caracterizando uma economia em desenvolvimento, o setor primário estadual, apesar de apresentar aumento de produção física e de produtividade das diferentes atividades que o compõem, vem registrando um sensível declínio na composição da renda interna. Sabe-se, todavia, que o setor primário contribui, ainda, indiretamente, na formação da renda interna do setor secundário como fonte geradora de matérias-primas para as agroindústrias;

b) a importância da agricultura estadual é maior do que dá a en-

tender sua participação relativa na renda interna do setor primário da região Sul, tendo em vista a expressão que tem a agricultura dos Estados do Paraná e Rio Grande do Sul, os dois maiores produtores agrícolas do País;

c) a contribuição da renda interna do setor primário catarinense para a renda interna agrícola nacional apresenta um sensível decréscimo; isso acontece pelo expressivo desenvolvimento econômico do setor primário de outras regiões do País, principalmente a Centro-Oeste.

Ao se analisar o desempenho da renda interna pelo ângulo das taxas anuais de crescimento, constata-se que, no quinquênio 1975/80, o setor primário catarinense cresceu 3,062% a.a., enquanto a região Sul e o Brasil cresceram 4,696% e 7,467% a.a., respectivamente (tabela 81).

Tabela 77

RENDA INTERNA, POR SETOR, BRASIL, REGIÃO SUL E SANTA CATARINA, 1975 - 80

(Preços correntes - Cr\$ 10⁶)

ANO	BRASIL			REGIÃO SUL			SANTA CATARINA					
	Setor		Total	Setor		Total	Setor		Total			
	Primário	Secundário		Terciário	Primário		Secundário	Terciário		Primário	Secundário	Terciário
1975 (*)	87.820,9	328.861,9	417.302,4	833.985,2	36.424,7	35.810,2	71.074,3	143.309,2	6.423,0	8.307,7	13.056,3	27.787,0
1976 (*)	137.703,2	492.728,0	652.968,3	1.283.399,5	55.918,4	65.523,6	130.298,2	251.740,2	9.983,7	13.577,2	21.681,7	45.242,6
1977 (*)	236.849,5	712.149,4	961.133,6	1.910.132,5	89.210,5	100.627,6	193.971,6	383.809,7	13.948,5	20.051,6	32.405,2	66.405,3
1978 (*)	320.670,5	1.045.261,2	1.532.773,5	2.898.705,2	109.153,9	151.315,7	276.322,5	536.792,1	17.906,2	30.739,3	49.677,4	98.322,9
1979 (*)	529.555,3	1.753.443,7	2.578.481,6	4.861.480,6	209.169,8	243.353,3	442.141,6	894.664,7	31.394,5	51.102,5	82.203,6	164.700,6
1980 (*)	1.085.323,5	3.878.916,6	5.545.794,8	10.510.034,9	395.022,2	549.965,2	965.670,9	1.910.658,3	64.387,9	120.793,4	202.258,9	387.440,2

(*) Informações preliminares

Fonte: DCS/IBRE/FGV/FIBGE, IPARDES (PR), INAGE/FEE (RS) e Fundação IUPER (SC)

Tabela 78

RENDA INTERNA, POR SETOR, BRASIL, REGIÃO SUL E SANTA CATARINA, 1975 -

(a preços de 1981 (*) - Cr\$ 10⁶)

ANO	BRASIL			REGIÃO SUL			SANTA CATARINA					
	Setor		Total	Setor		Total	Setor		Total			
	Primário	Secundário		Terciário	Primário		Secundário	Terciário		Primário	Secundário	Terciário
1975	1.588.943,4	5.617.729,8	7.924.466,4	15.131.139,5	659.032,0	611.721,9	1.349.682,9	2.620.436,8	116.211,3	141.914,9	247.935,8	506.062,0
1976	1.762.488,2	6.163.722,8	8.834.162,7	16.760.373,7	715.709,7	819.659,7	1.762.835,2	3.298.204,5	127.783,2	169.842,4	293.336,9	590.962,5
1977	2.124.210,8	6.397.892,4	9.247.893,8	17.769.997,0	800.094,2	904.030,2	1.866.367,7	3.570.492,1	125.098,7	180.141,9	311.798,3	617.038,8
1978	2.074.194,7	6.940.645,4	10.617.716,2	19.632.556,3	706.040,8	1.004.752,3	1.914.120,9	3.624.914,0	115.822,8	204.112,2	344.121,6	664.056,6
1979	2.225.022,3	7.512.612,2	11.496.707,7	21.234.342,2	878.864,7	1.042.644,8	1.971.382,2	3.892.891,7	131.909,7	218.948,2	366.522,2	717.380,1
1980	2.277.698,8	8.126.959,7	11.818.926,3	22.223.584,8	829.007,8	1.152.266,3	2.057.990,5	4.039.264,6	135.126,8	253.081,8	431.044,3	819.252,9

(*) Utilizaram-se os seguintes índices da Revista Conjuntura Econômica da FGV - setor primário, col. 2; setor secundário, col. 26; e setor terciário, col. 4.

Fonte dos dados básicos: DCS/IBRE/FGV/FIBGE, IPARDES, INAGE/FEE e Fundação IUPER

Fonte dos dados trabalhados: CERA/SC

Tabela 79

PARTICIPAÇÃO DOS SETORES DA ECONOMIA NA RENDA INTERNA DO BRASIL, REGIÃO SUL E SANTA CATARINA, 1975-80

(8)

ANO	BRASIL			REGIÃO SUL			SANTA CATARINA		
	Setor			Setor			Setor		
	Primário	Secundário	Terciário	Primário	Secundário	Terciário	Primário	Secundário	Terciário
1975	10,50	37,13	52,37	25,15	23,34	51,51	22,96	28,04	49,00
1976	10,52	36,78	52,70	21,70	24,85	53,45	21,62	28,74	49,64
1977	11,95	36,00	52,05	22,41	25,32	52,27	20,28	29,19	50,53
1978	10,57	35,35	54,08	19,48	27,72	52,80	17,44	30,74	51,82
1979	10,48	35,38	54,14	22,58	26,78	50,64	18,39	30,52	51,09
1980	10,25	36,57	53,18	20,52	28,53	50,95	16,50	30,89	52,61

Fonte dos dados básicos: DCS/TBRE/FGV - FIBGE, IPARDES, INAGE/FEE e Fundação ITEP

Elaboração: CEPA/SC

Tabela 80

PARTICIPAÇÃO DA RENDA INTERNA, POR SETOR, DA REGIÃO SUL NO BRASIL E SANTA CATARINA NA REGIÃO SUL E NO BRASIL, 1975-80

ANO	REGIÃO SUL NO BRASIL			SANTA CATARINA NA REGIÃO SUL			SANTA CATARINA NO BRASIL					
	Setor			Setor			Setor					
	Primário	Secundário	Terciário	Total	Primário	Secundário	Terciário	Total	Primário	Secundário	Terciário	Total
1975	41,48	10,89	17,03	17,32	17,63	23,20	18,37	19,31	7,31	2,53	3,13	3,34
1976	40,61	13,30	19,95	19,68	17,85	20,72	16,64	17,92	7,25	2,76	3,32	3,53
1977	37,66	14,13	20,18	20,09	15,64	19,93	16,71	17,28	5,89	2,82	3,37	3,47
1978	34,04	14,48	18,03	18,46	16,40	20,31	17,98	18,31	5,58	2,94	3,24	3,38
1979	39,50	13,88	17,15	18,33	15,01	21,00	18,59	18,43	5,93	2,91	3,19	3,38
1980	36,40	14,18	17,41	18,18	16,30	21,96	20,94	20,28	5,93	3,11	3,65	3,69

Fonte dos dados básicos: DCS/IBRE/FGV, IPARDES, INAGE/FEE e Fundação ITEP

Fonte dos dados trabalhados: CEPA/SC

Tabela 81

TAXA ANUAL DE CRESCIMENTO DA RENDA INTERNA, POR SETOR, BRASIL, REGIÃO SUL E

SANTA CATARINA, 1975-80

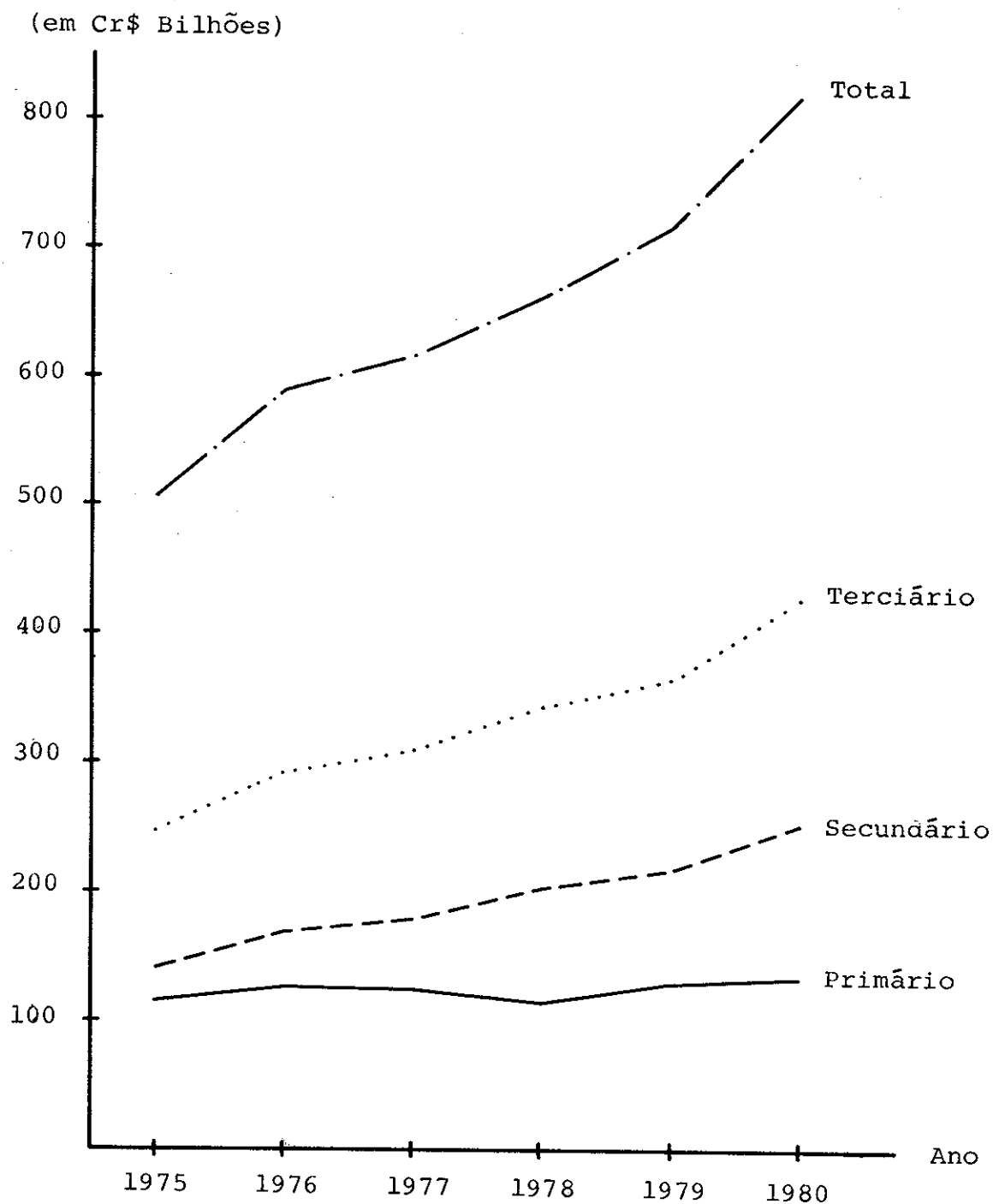
(%)

DISCRIMINAÇÃO	SETOR		
	Primário	Secundário	Terciário
Brasil	7,467	7,664	8,323
Região Sul	4,696	13,501	8,803
Santa Catarina	3,062	12,265	11,695
			10,114

Fonte dos dados básicos: DCS/IBRE/FGV, IPARDES, INAGE/FEE e Fundação ITEP

Fonte dos dados trabalhados: CEPA/SC

Gráfico 9 - EVOLUÇÃO DA RENDA INTERNA, POR SETOR, SANTA CATARINA, 1975-80
(a preços de 1981 -- em Cr\$ bilhões)



FONTE: Tabela 78

ELABORAÇÃO: CEPA/SC

Desempenho e Perspectivas do Setor

- DESEMPENHO E PERSPECTIVAS DO SETOR
- REFLEXOS DAS PRINCIPAIS POLÍTICAS AGRÍCOLAS
- DESEMPENHO DA EXPLORAÇÃO VEGETAL
Alho, arroz, banana, batata, cana, cebola, feijão,
fumo, maçã, mandioca, milho, soja, tomate,
trigo e uva
- DESEMPENHO DA EXPLORAÇÃO ANIMAL
Aves, bovinos de corte, bovinos de leite, mel,
pescado e suínos

1. REFLEXOS DAS PRINCIPAIS POLÍTICAS AGRÍCOLAS

O conjunto de medidas de política econômica dirigidas ao setor agrícola tem-se marcado, fundamentalmente, por oferecer respostas imediatas e mais ou menos particularizadas a problemas originários dos outros setores da economia. Característica também observada, no enfrentamento das três (3) grandes questões que permeiam a sociedade brasileira, hoje: o agravamento da questão inflacionária; o aprofundamento da crise econômica, com reflexos nos níveis de salários e de emprego da população; e a chamada crise energética, que se patenteou numa vertiginosa alta dos preços do petróleo e em seu uso político por parte dos países árabes. A estratégia governamental para reverter esses problemas vem privilegiando fundamentalmente a expansão de 3 segmentos do setor agrícola:

- o de alimentos consumidos no mercado, para reduzir a inflação;
- o de produtos destinados preferentemente à exportação, para promover o equilíbrio do balanço de pagamentos e,
- o de produção de álcool como alternativa à substituição dos derivados de petróleo.

Porém, na prática, está-se mostrando difícil compatibilizar o avanço conjunto desses três segmentos. Isso, basicamente, porque se verifica um diferencial de produtividade, em linhas gerais, desfavorável às culturas típicas de mercado interno, o que torna necessário incorporar, em maiores quantidades, novas áreas. E, para fazê-lo, a curto prazo, primeiramente, seu ritmo teria de ser bem superior ao verificado historicamente. Em segundo lugar, os preços desses produtos no mercado interno deveriam dar mostras de maior estabilidade, o que não ocorre. Para conseguí-la, crê-se serem necessárias vultosas inversões governamentais em infraestrutura (crescimento e readequação da rede de armazéns e silos, substancial aperfeiçoamento dos meios e condições de transporte e comunicação, etc.).

1.1. A Situação da Agricultura Catarinense

A problemática da compatibilização dos segmentos do agro brasileiro, conforme colocado acima, assume proporções bem diferentes no contexto da agricultura catarinense. Isso porque, primeiramente, a agricultura alcooleira ainda é muito incipiente face ao lento ritmo de implantação do pequeno número de usinas a provadas pelo PROALCOOL. Por sua vez, os principais produtos agrícolas de exportação têm-se expandido sem promover substanciais deslocamentos ou retrações de área de cultivo de produtos alimentares básicos. Con efeito, a avicultura de corte, obviamente, além de requerer muito pouca área para sua produção, ainda estimula o crescimento da produção de milho. Já o crescimento das áreas de cana-de-açúcar e fumo pouco afetaram a produção de alimentos, porque se concretizaram, de modo geral, em áreas de agricultura estagnada ou decadente. E, por fim, a soja expandiu-se preferencialmente em áreas de matas e campos.

Face a esses aspectos peculiares da agricultura deste estado, ganharam relevo as medidas e instrumentos de intervenção governamental, diretamente destinadas a orientar o comportamento do mercado de produtos (tal como, a política de garantia de preços mínimos - PGPM) e a estimular a produção de determinados bens (a política de crédito rural, por exemplo). As mudanças introduzidas a partir de 1979, privilegiaram e redimensionaram essas duas linhas de política agrícola. Mantidas dentro das características gerais da política agrícola brasileira (conforme mencionado no começo deste segmento), torna-se lícito esperar que, tanto a PGPM quanto a política de crédito rural provocassem respostas imediatas na produção, quer dos principais produtos de exportação, quer dos principais produtos de mercado interno. Dessa maneira, do exame da evolução recente (a partir de 1970) da área cultivada com esses produtos⁽¹⁾ em Santa Catarina (tabela 25-item Evolução Recente da Agricultura de Santa Catarina), pode-se assinalar que:

- a) manteve-se a continuidade do crescimento do feijão (com aceleração do ritmo) e do milho;

(1) SÍNTESE INFORMATIVA SOBRE A AGRICULTURA CATARINENSE. Florianópolis, CEPAS/SC, 1977.

b) influiu-se a curva evolutiva da mandioca, alho e soja. A primeira, após um período de queda progressiva, retomou sua ascensão. As demais, depois de um período de forte crescimento manifestaram queda no presente ano agrícola (alho) ou grande perspectiva de queda (soja) na safra que se avizinha;

c) permaneceu tendente à estabilização o arroz.

A essas observações pode-se agregar a de que as dimensões das produções avícola (de corte, especialmente) e suinícola têm crescido, apesar de alguns percalços nas últimas safras (como a restrição de crédito e a elevação substancial dos custos totais de produção).

1.1.1. A Política de Garantia de Preços Mínimos

Pode-se iniciar considerando a evolução dos preços mínimos reais de cinco dos mais importantes produtos da agricultura catarinense (arroz, feijão, mandioca, milho e soja), a partir do ano agrícola 1970/71. Nesse período, as variações de preços registradas alcançaram um máximo por volta de meados da década passada. Mas é de se assinalar a retomada do ritmo ascensional real desses preços, nos dois últimos anos agrícolas.

Por seu turno, os preços de mercado desses mesmos produtos, no caso os preços médios reais recebidos pelo produtor no mesmo período acima, evoluíram de maneira um tanto distinta (tabela 82).

O feijão, por exemplo, alcançou seus preços reais mais elevados nos dois últimos anos civis desse período. Dos demais produtos, embora todos tenham obtido seus preços mais elevados em meados da década passada, apenas a soja mostrou preços ascendentes (levemente). Mesmo assim, esses preços mantiveram-se em patamares mais elevados do que a média do período (exceto o do arroz). Além do mais, observa-se que os preços de mercado têm sido superiores aos preços mínimos estabelecidos ao longo do período em foco.

Agora, se se comparar as duas modalidades de preços até então consideradas com os custos de produção disponíveis, ocor

re o seguinte ⁽²⁾:

- a) os custos variáveis, exclusive os do arroz irrigado e os da soja, têm sido inferiores aos preços médios recebidos pelos produtores e, com exceção da soja, têm sido inferiores aos preços mínimos;
- b) os custos totais, pelo contrário, têm-se situado em níveis superiores aos dos preços de mercado desses produtos e aos dos preços mínimos do arroz e da soja.

Finalmente, ao acoplar a esses dados os de área plantada vistos anteriormente, pode-se afirmar que as culturas de feijão, especialmente, e a da mandioca foram as que responderam mais nitidamente aos "apelos" da nova sistemática de preços mínimos. Ainda quanto a esse aspecto, convém acrescentar que outros produtos importantes da agricultura, os suínos e o alho, não responderam adequadamente à política oficial de preços mínimos por enfrentarem condições de oferta desfavoráveis. Porém, apesar disso, o fato de os preços mínimos fixados e os preços médios recebidos pelos produtores terem-se situado em faixa ligeiramente superior à dos custos variáveis de sua produção deve proporcionar uma menos drástica oscilação em sua curva de produção.

1.1.2. A Política de Crédito Rural

Esse instrumento de política agrícola, depois de ter sofrido retração em sua utilização pelo agricultor, voltou a expandir-se significativamente. Assim, entre 1975 e 1980, elevou-se em 8,7% o número de contratos efetuados e em 22,4% seu montante global (tabelas 14 e 15 - item crédito agrícola). Além disso, tam

(2) COMISSÃO ESTADUAL DE PLANEJAMENTO AGRÍCOLA - CEPA/SC. Custo de produção - arroz-feijão-fumo-mandioca-milho-soja-leite - março/abril/80.
_____ . Custo de produção - arroz-feijão-mandioca-milho-soja - dezembro/79.
_____ . Custo de produção - arroz-mandioca-feijão-milho-soja-leite - agosto/80.
_____ . Custos de produção atualizados dos principais produtos agrícolas dezembro-1981.
_____ . Custos de produção dos principais produtos agrícola - julho-1981.

bem a distribuição do crédito por finalidade, sofreu alterações que se traduziram na elevação irregularmente progressiva do número de contratos e seu volume monetário de financiamentos de custeio e comercialização, em detrimento do crédito de investimento. Por outro lado, a distribuição do crédito rural por atividade também exibiu modificações. Essas ocorreram mediante o crescimento da participação dos alimentos básicos. As produções de milho e suínos foram as de maior expressão quanto ao número de financiamentos concedidos e quanto ao montante por eles alcançados. Os demais produtos alimentares de mercado interno ainda não manifestaram a importância dos dois anteriores, nem nos de exportação (fumo, aves e soja). Estas últimas, aliás, têm perdido participação tanto em relação ao número de contratos de financiamento (61% em 1975 e 27% em 1980) como à sua soma total (36% em 1975 e 31% em 1980). Ou, por outra, os produtos agrícolas de mercado interno aqui considerados, exatamente no ano de 1980, foram aquinhoados com créditos em número e volume superiores aos de exportação (tabela 86). Mas como o crescimento da produção de milho está vinculado ao da produção de suínos e aves, os números acima abrigam uma certa distorção.

1.2. Conclusões

As recentes medidas acionadas pelo Governo Federal confirmaram parcialmente sua característica de suscitar respostas a curto prazo. Com efeito, pode-se dizer que afora o feijão e a mandioca (aqui há que se observar que o crescimento real dos preços desta euforbiácea deve ter influido com mais força em seu aumento de plantio), além do milho, suínos e aves, os outros importantes produtos agrícolas do Estado manifestaram uma relativa indiferença à implementação dessas medidas. Esses produtos, até mesmo passam a apresentar um decréscimo de área (casos do alho, arroz de sequeiro e soja). Esse comportamento, com grande dose de certeza, encontra explicação no desempenho dos preços de mercado desses produtos. Assim, é fácil verificar que os produtos que não mostraram crescimento após 1979, enfrentaram, em maior ou menor grau, dificuldades a nível de comercialização. E essa afirmativa provavelmente se reforça mediante a constatação da liberação de uma quantidade sensivelmente maior de recursos para financiamento

da produção e da comercialização a partir da data acima citada (fator importante de tomada de decisões do agricultor).

Além do mais, por seu caráter imediatista e relativamente particularizado, as medidas de política agrícola em questão não incutem no agricultor a certeza de sua continuidade; e, por não estar combinada com medidas de política agrícola de mais longa duração - medidas que contemplem a reestruturação do sistema de comercialização e abastecimento atualmente vigente, acredita-se que os reflexos de tais medidas de política, conquanto venham sendo estimulantes para alguns produtos, sejam de mercado interno sejam de mercado externo, não asseguram nem a sua constância nem a ampliação de sua abrangência para outros produtos, na medida em que pouco poder tem tido no mercado de produtos.

Tabela 82

COMPARATIVO ENTRE OS PREÇOS MÍNIMOS NOMINAIS E OS PREÇOS MÉDIOS NOMINAIS RECEBIDOS PELO PRODUTOR EM
SANTA CATARINA, 1971-81

PERÍODO	PREÇOS MÍNIMOS					PREÇOS RECEBIDOS PELO PRODUTOR					
	Arroz	Feijão	Mandioca	Milho	Soja	Período	Arroz	Feijão	Mandioca	Milho	Soja
1970/71	0,33	0,66	0,035	0,18	0,29	1971	0,43	0,73	0,07	0,22	-
1971/72	0,44	0,75	0,063	0,23	0,41	1972	0,58	0,74	0,09	0,25	0,48
1972/73	0,60	0,82	0,10	0,30	0,50	1973	0,63	1,90	0,10	0,36	0,95
1973/74	0,74	1,25	0,10	0,50	0,60	1974	1,08	1,89	0,13	0,49	1,05
1974/75	1,14	1,63	0,11	0,60	1,00	1975	1,75	1,64	0,22	0,83	1,17
1975/76	1,42	2,04	0,16	0,80	1,25	1976	1,65	3,68	0,61	0,98	1,51
1976/77	2,00	3,58	0,25	1,06	1,60	1977	1,80	5,06	0,72	1,05	2,45
1977/78	2,60	4,60	0,33	1,30	1,87	1978	3,20	5,53	0,57	2,03	3,20
1978/79	3,64	6,15	0,44	1,80	2,50	1979	5,62	7,91	0,78	3,32	5,47
1979/80	6,40	10,20	0,73	3,09	5,25	1980	10,61	33,30	2,76	6,83	9,27
1980/81	14,40	30,00	1,80	7,90	11,00	1981	15,43	64,82	4,66	13,32	19,86

Fonte: CFP e EMATER-SC/ACARESC - FGV

Elaboração: CEPA/SC

Tabela 83

COMPARATIVO ENTRE OS PREÇOS MÍNIMOS REAIS E OS PREÇOS MÉDIOS REAIS RECEBIDOS PELO PRODUTOR EM
SANTA CATARINA, 1971-81

(Cr\$ 1,00 de 1981/kg)

PERÍODO	PREÇOS		PREÇOS MÍNIMOS				PREÇOS MÉDIOS					Soja (*)
	Arroz	Feijão	Mandioca	Milho	Soja	Período	Arroz	Feijão	Mandioca	Milho		
1970/71	13,23	26,40	1,40	7,22	11,63	1971	17,18	29,30	2,66	8,92	-	
1971/72	15,04	25,63	2,15	7,86	14,01	1972	19,93	25,25	3,19	8,59	16,28	
1972/73	17,85	24,39	2,97	8,92	14,87	1973	18,84	56,52	2,90	10,63	28,12	
1973/74	17,11	28,89	2,31	11,56	13,87	1974	24,94	43,71	2,97	11,30	24,26	
1974/75	20,61	29,46	1,99	10,85	18,08	1975	31,66	29,67	3,98	13,96	21,17	
1975/76	18,17	26,11	2,05	10,24	16,00	1976	21,12	47,10	7,81	15,02	19,33	
1976/77	17,94	32,11	2,24	9,51	14,35	1977	16,14	45,38	6,46	12,54	21,97	
1977/78	16,82	29,75	2,13	8,41	12,09	1978	20,70	35,77	3,69	9,42	20,70	
1978/79	15,29	25,84	1,85	7,56	10,50	1979	23,61	33,24	3,28	13,13	22,98	
1979/80	13,43	21,41	1,53	6,48	11,02	1980	22,27	61,07	5,79	13,95	19,45	
1980/81	14,40	30,00	1,80	7,90	11,00	1981	15,43	64,82	4,66	13,32	19,86	

Fonte dos dados básicos: Tabela 82

Fonte dos dados trabalhados: CEPA/SC

ÍNDICE DE CRESCIMENTO DOS PREÇOS MÍNIMOS E RECEBIDOS PELO PRODUTOR, SANTA CATARINA, 1972-81

(Base 1971=100)

PERÍODO	PREÇOS MÍNIMOS					Período	PREÇOS MÉDIOS				
	Arroz	Feijão	Mandioca	Milho	Soja		Arroz	Feijão	Mandioca	Milho	Soja (*)
1971/72	114	97	153	109	120	1972	116	86	120	96	-
1972/73	135	92	212	124	128	1973	110	193	109	119	173
1973/74	129	109	165	160	119	1974	145	149	112	127	149
1974/75	156	112	142	150	155	1975	184	101	150	157	130
1975/76	137	99	146	142	138	1976	123	161	294	168	119
1976/77	136	122	160	132	123	1977	94	155	243	141	135
1977/78	127	113	152	116	104	1978	120	122	139	106	127
1978/79	116	98	132	105	90	1979	137	113	123	147	141
1979/80	102	81	109	90	95	1980	130	208	218	156	119
1980/81	109	114	129	109	95	1981	90	221	175	149	122

Fonte: CFP - Evolução das Normas Operacionais. Brasília, DF, 1980

Carta da CFP

EMATER/SC-ACARESC - Preços Médios Recebidos pelo Produtor, Período 1970 a 1974

FGV - Preços Recebidos pelos Agricultores. Médias Mensais, 1975 a 1980

Elaboração: CEPA/SC

Tabela 85

DISTRIBUIÇÃO DO CRÉDITO DE CUSTEIO DOS PRINCIPAIS PRODUTOS DA AGROPECUÁRIA DE SANTA CATARINA, 1975-80

(valor corrente - Cr\$ 1.000,00)

ANO	PRODUTO	ARROZ	FELJÃO	MANDIOCA	MILHO	SOJA	FUMO	SUINOS	AVES
1975		74.328	10.900	17.408	170.418	69.812	212.927	206.057	112.794
1976		94.899	23.214	49.309	292.435	110.372	268.817	297.395	274.366
1977		133.738	67.407	62.133	351.316	263.314	337.260	409.944	308.952
1978		209.151	100.956	45.378	565.054	416.257	813.112	606.146	439.104
1979		405.658	180.521	120.013	1.425.168	1.054.689	1.256.759	1.209.425	725.348
1980		961.776	752.252	333.508	4.416.581	1.978.718	1.872.858	2.432.424	1.523.131

Fonte: BACEN/DERUR

Elaboração: CEPA/SC

Tabela . 86

DISTRIBUIÇÃO DO CRÉDITO DOS PRINCIPAIS PRODUTOS DA AGROPECUÁRIA DE SANTA CATARINA, 1975-80

(valor de 1981 - Cr\$ 1.000,00)

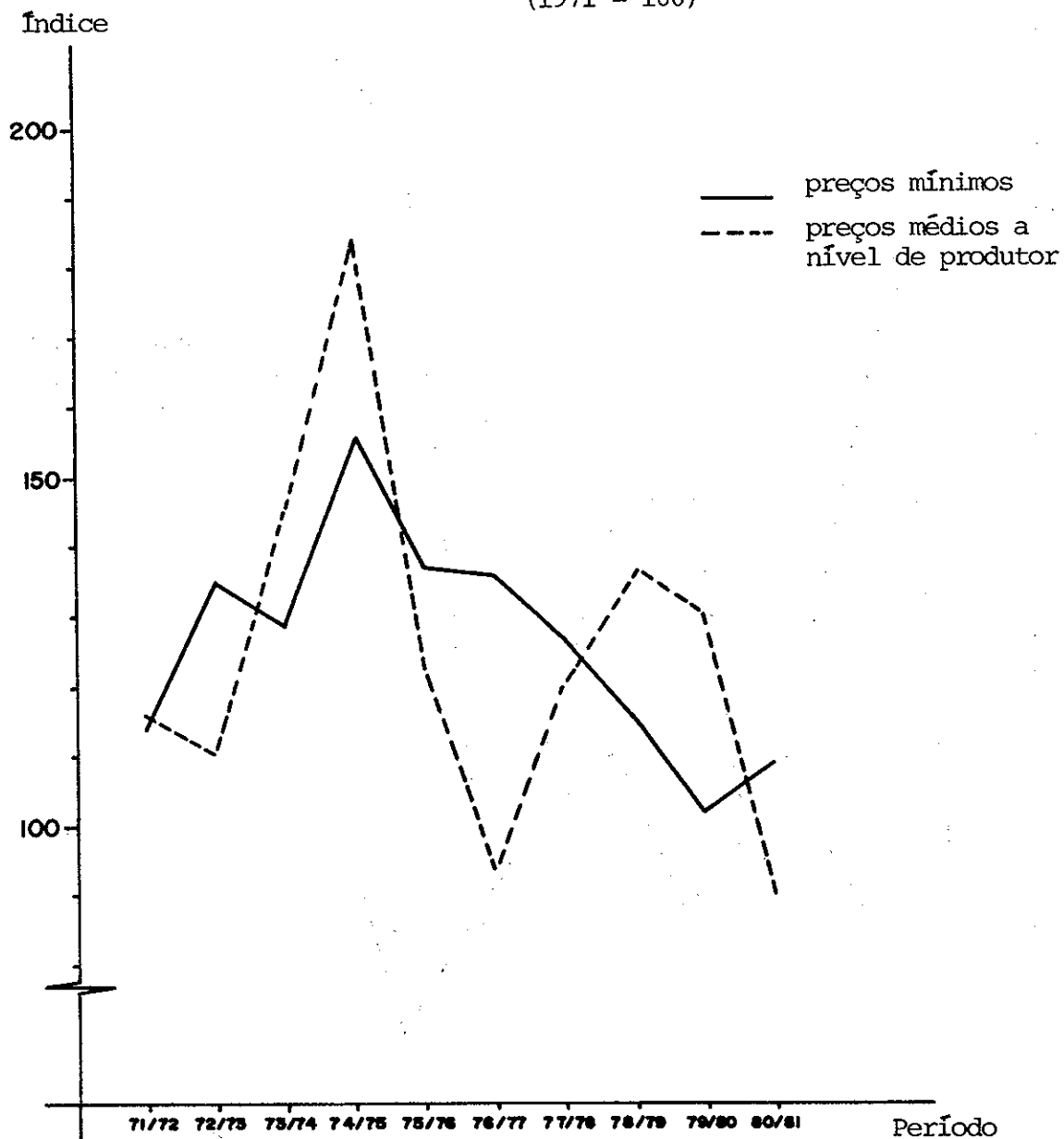
ANO	PRODUTO	ARROZ	FELJÃO	MANDIOCA	MILHO	SOJA	FUMO	SUINOS	AVES
1975		1.344.816	197.214	314.963	3.083.373	1.263.108	3.852.488	3.728.189	2.040.782
1976		1.214.629	297.120	631.115	3.742.928	1.412.671	3.440.637	3.806.412	3.511.660
1977		1.199.444	604.547	557.247	3.150.816	2.361.561	3.024.753	3.676.628	2.770.870
1978		1.352.853	653.014	293.519	3.654.942	2.692.477	5.259.457	3.920.737	2.840.259
1979		1.704.445	758.492	504.256	5.988.101	4.431.466	5.280.500	5.081.618	3.047.681
1980		2.018.418	1.578.703	699.912	9.268.795	4.152.609	3.930.447	5.104.772	3.196.497

Fonte dos dados básicos: Banco Central do Brasil/Departamento de Crédito Rural e FGV

Fonte dos dados trabalhados: CEPA/SC

Gráfico 10 - ÍNDICE DE CRESCIMENTO DOS PREÇOS MÍNIMOS REAIS E DOS PREÇOS MÉDIOS REAIS RECEBIDOS PELO PRODUTOR PELO ARROZ, SANTA CATARINA, 1971/72-1980/81

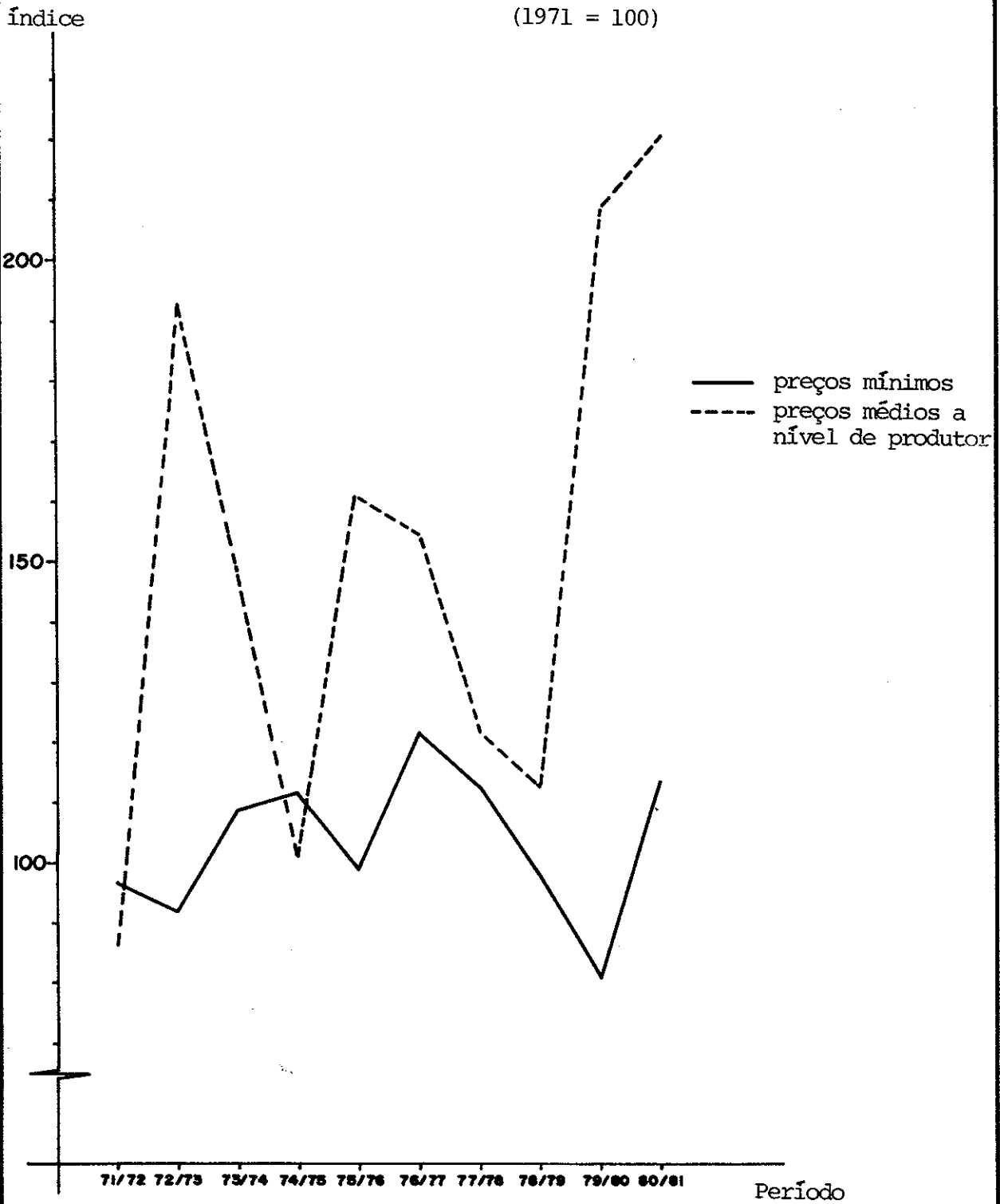
(1971 = 100)



Fonte: Tabela 84

Elaboração: CEPA/SC

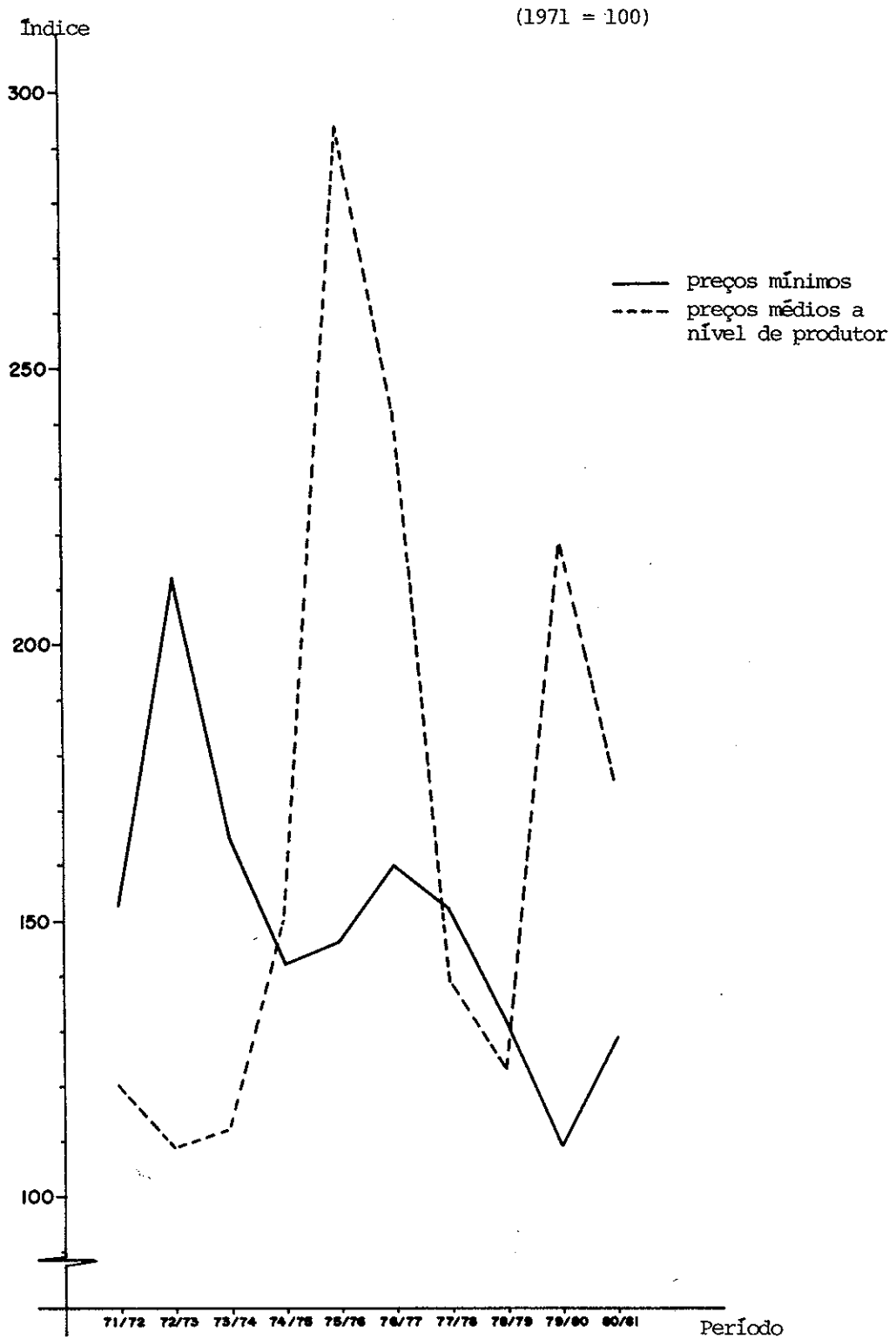
Gráfico 11 - ÍNDICE DE CRESCIMENTO DOS PREÇOS MÍNIMOS REAIS E DOS PREÇOS MÉDIOS REAIS RECEBIDOS PELO PRODUTOR PELO FEIJÃO SANTA CATARINA, 1971/72-1980/81



Fonte: Tabela 84

Elaboração: CEPA/SC

Gráfico 12 - ÍNDICE DE CRESCIMENTO DOS PREÇOS MÍNIMOS REAIS E DOS PREÇOS MÉDIOS REAIS RECEBIDOS PELO PRODUTOR PELA RAIZ DE MANDIOCA, SANTA CATARINA, 1971/72-1980/81

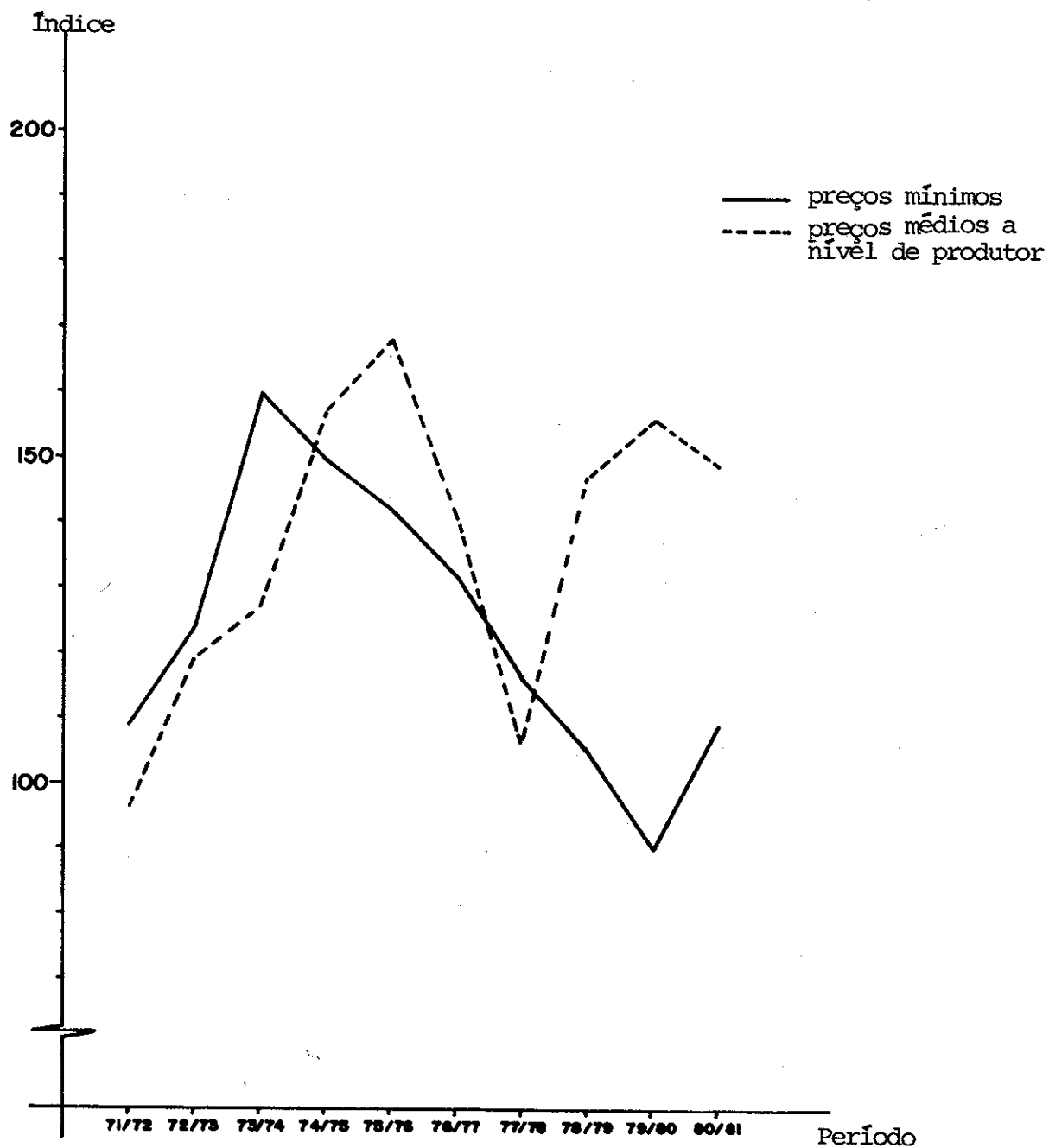


Fonte: Tabela 84

Elaboração: CEPA/SC

Gráfico 13 - ÍNDICE DE CRESCIMENTO DOS PREÇOS MÍNIMOS REAIS E DOS PREÇOS MÉDIOS REAIS RECEBIDOS PELO PRODUTOR PELO MILHO, SANTA CATARINA, 1971/72 - 1980/81

(1971 = 100)

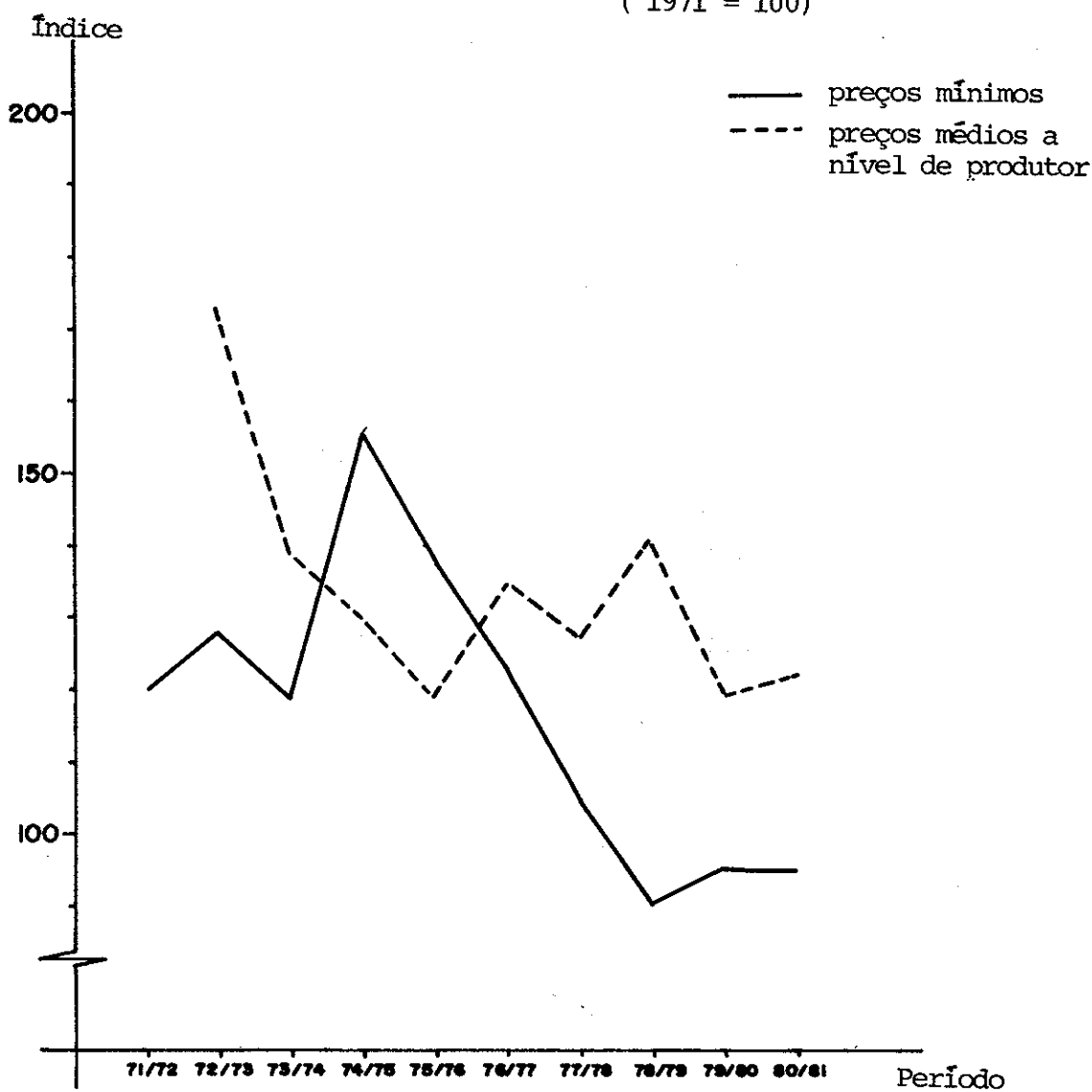


Fonte: Tabela 84

Elaboração: CEPA/SC

Gráfico 14 - ÍNDICE DE CRESCIMENTO DOS PREÇOS MÍNIMOS REAIS E DOS PREÇOS MÉDIOS REAIS RECEBIDOS PELO PRODUTOR PELA SOJA, SANTA CATARINA, 1971/72 - 1980/81

(1971 = 100)



Fonte: Tabela 84

Elaboração: CEPA/SC

2. DESEMPENHO DA EXPLORAÇÃO VEGETAL

2.1. Alho

EVOLUÇÃO DA CULTURA DO ALHO EM SANTA CATARINA, SAFRA DE 1977/78 A 1981/82

SAFRA	ÁREA PLANTADA (ha)	PRODUÇÃO (t)	RENDIMENTO (kg/ha)
1977/78	247	952	3.854
1978/79	528	1.702	3.267
1979/80	1.299	4.724	3.636
1980/81	3.544	6.720	1.896
1981/82 ⁽¹⁾	2.490	10.270	4.125

(1) Estimativa: FIBGE/GCEA-SC e CEPA/SC

Fonte: FIBGE/GCEA-SC

A cultura do alho em Santa Catarina, no período com preendido entre as safras 1977/78 e 1980/81, evoluiu de 247 ha para 3.544 ha, correspondendo a um crescimento, nesses quatro anos, da ordem de 1.335%. A produção de alho, no período mencionado, em que pese a grande expansão de área cultivada, apresentou um crescimento de 606%, face ao fraco desempenho na produção da safra 1980/81, cujo rendimento médio das lavouras ficou seriamente comprometido (1.896 kg/ha).

Para a safra 1981/82, as estimativas da FIBGE/GCEA e CEPA/SC indicam uma área cultivada em torno de 2.490 ha, com produção esperada de 10.270 toneladas e um rendimento médio de 4.125 kg/ha. Caso se confirmem esses prognósticos, a atual safra apresentará uma redução na área plantada de aproximadamente 30% em relação à safra anterior; entretanto, face aos bons rendimentos esperados, a produção deverá ser superior em cerca de 53%.

Uma série de fatores contribuiu para a má performance da cultura do alho em Santa Catarina na safra 1980/81. A produção, inicialmente estimada em cerca de 14.230 toneladas, foi, ao seu final, avaliada em 6.720 toneladas. A instabilidade climática, com excesso de chuvas e prolongamento do inverno o preparo inadequado das áreas de plantio e outros fatores de ordem técnica alia

dos à indecisão de plantio motivada pelas medidas de vinculação ao crédito agrícola, com normas diferenciadas para novos e tradicionais produtores de alhos nobres, prejudicaram a cultura desde sua implantação até a colheita.

Além da frustração na produção de alhos destinados ao consumo humano, também a oferta de alho-planta foi drasticamente reduzida.

Os alhos-semente, fiscalizados pela Companhia Integrada de Desenvolvimento Agrícola de Santa Catarina - CIDASC, cuja previsão inicial era de 3.400 toneladas, tiveram, ao final, produção reduzida para 560 toneladas, em decorrência do baixo rendimento das lavouras, da má qualidade e da fitossanidade comprometida.

A safra 1981/82 teve sua área reduzida em relação à anterior, motivada pela pequena disponibilidade de alho-semente. Para evitar uma redução mais acentuada na área cultivada, os técnicos das entidades responsáveis pela elaboração de planos de financiamento e prestação de assistência técnica propuseram às agências financeiras a desobrigatoriedade ao uso de sementes fiscalizadas para obtenção de crédito.

Essa medida foi aceita desde que os produtores assumissem o compromisso de adquirir semente fiscalizada para, no mínimo, 5% da área plantada, com o objetivo de formar semente própria para plantio futuro. Os financiamentos foram liberados mediante a apresentação de documento de técnico responsável que atestasse a qualidade do alho-planta, não fiscalizado, destinado aos outros 95% da área cultivada.

Os valores de financiamento para custeio, nesta safra, situaram-se em torno de Cr\$ 253.000,00/ha, para os produtores de alho-consumo que utilizaram sementes próprias (produtores tradicionais), e Cr\$ 332.000,00/ha, para os produtores de alho-consumo que tiveram de adquirir sementes de terceiros (novos produtores e expansão de área). Esses valores foram correspondentes ao VBC vigente na época (Cr\$ 195.000,00/ha), acrescidos de 30% sobre o preço da semente, no primeiro caso, e 70% no segundo caso.

Para os produtores de alho-semente, além dessas prerrogativas, os bancos financiavam mais 20% sobre o VBC vigente, equivalendo a um total de Cr\$ 370.000,00/ha.

Os financiamentos para novos produtores e para plantio de novas áreas serão pagos em três anos, sendo que os 70% correspondentes ao valor das sementes serão liquidados no segundo (35%) e no terceiro (35%) anos.

Nesta safra, dos 2.490 ha previstos para plantio, 1.988 ha estão destinados a alhos nobres, assim distribuídos:

MUNICÍPIO	ÁREA (ha)
Curitibanos	1.450
Videira (região)	218
Campos Novos	150
Caçador	80
Ponte Alta	70
Lages	20
TOTAL	1.977

O restante da área (502 ha) corresponde aos alhos comuns, distribuídos em pequenas lavouras em todo o Estado.

Os alhos nobres, em sua maioria, são da cultivar Chonan ocupando uma área aproximada de 1.888 ha. A cultivar Roxo Pérola de Caçador ocupa uma área em torno de 70 ha, enquanto a cultivar precoce, Lavínia, situa-se numa área de aproximadamente 30 ha.

A colheita do alho em Santa Catarina iniciou com os alhos comuns no mês de agosto. Os alhos tardios (Chonan e Caçador) foram colhidos nos meses de novembro e dezembro.

Nesta safra (1981/82), as condições climáticas foram consideradas boas, permitindo que a cultura completasse o desenvolvimento vegetativo e a bulbificação no período normal, sem a ocorrência dos contratemplos que provocaram o prolongamento do ciclo da cultura na safra anterior.

Apesar de a maioria das lavouras terem apresentado bom desempenho, com excelentes produções, ainda se verificou a ocorrência de perfilhamento de bulbilhos (superbrotação) em algumas lavouras. A ocorrência desse fenômeno, segundo a opinião dos técnicos que atuam na região do Planalto de Curitibanos, está relacionada à época de plantio e ao nível de adubação nitrogenada; contudo, as causas desse fenômeno continuam sendo estudadas pela Empre

sa Catarinense de Pesquisa Agropecuária - EMPASC, não estando ainda definitivamente esclarecidas.

A EMPASC vem desenvolvendo uma série de experimentos visando ampliar o período de comercialização do alho, reduzir os custos de produção da cultura sem prejuízo da produtividade e melhorar a qualidade.

No âmbito nacional, Santa Catarina destaca-se como segundo maior produtor de alho, representando cerca de 22% da produção brasileira, conforme está demonstrado a seguir:

PRINCIPAIS ESTADOS PRODUTORES DE ALHO,
SAFRA 1981/82, SITUAÇÃO ATÉ OUT/81

ESTADO	ÁREA CULTIVADA (ha)	PRODUÇÃO (t)	RENDIMENTO (kg/ha)	PARTICIPÇÃO %
Minas Gerais	3.481	14.752	4.238	31,0
Santa Catarina	2.490	10.270	4.125	21,6
Goiás	1.028	5.957	5.800	12,5
R.Grande do Sul	1.803	5.306	2.943	11,2
Bahia	885	3.158	3.568	6,7
Paraná	800	2.720	3.400	5,7
Espírito Santo	257	1.182	4.599	2,5
Mato Grosso do Sul	250	875	3.500	1,8
Outros	1.000	3.354	3.354	7,0
TOTAL	11.994	47.574	3.966	100,0

Fonte: CEPAGRO, GCEAs E CEPAs

A disponibilidade bruta de alhos no território brasileiro, incluindo-se as importações deste ano, deverá ser da ordem de 70.574 toneladas, conforme estimativas da Gerência Nacional de Hortigranjeiros - G.HORT/SNAP, ficando o consumo aparente/per capita, considerando 120 milhões de habitantes, estimado em 386 g/habitante/ano, conforme demonstrado a seguir:

DESTINO DA OFERTA	(t)		
	NACIONAL	IMPORTADO	TOTAL
Oferta	47.574	23.000	70.574
Reserva p/semente	11.000	-	11.000
Processamento industrial	2.500	1.000	3.500
Perdas	6.314	3.400	9.714
Consumo "in natura"	27.760	18.600	46.360

Da produção estadual bruta, avaliada em 10.270 toneladas, aproximadamente 4.000 toneladas deverão ser remetidas para o comércio do Rio de Janeiro e São Paulo. O restante terá destinações diversas conforme se observa na tabela.

ESTIMATIVA DE UTILIZAÇÃO E DESTINO DO ALHO
PRODUZIDO EM SANTA CATARINA

PRODUÇÃO BRUTA	PERDAS (20%)	RESERVA SEMENES	CONSUMO APARENTE	(t)	
				INDUSTRIALIZAÇÃO	COMERCIALIZAÇÃO FORA DO ESTADO
10.270	2.000	2.500	1.400	370	4.000

O alho comercializado fora do Estado é basicamente do tipo nobre, produzido no Planalto de Curitibanos. Os alhos comuns são destinados, principalmente, ao consumo interno, tendo a concentração de sua oferta no período de setembro a março, enquanto a concentração da oferta de alhos nobres se dá nos meses de janeiro e fevereiro.

Na última safra (1980/81), a produção catarinense ficou seriamente comprometida tanto no volume obtido como na qualidade do produto. No Planalto de Curitibanos, onde se esperava uma produção em torno de 7.500 toneladas de alhos prontos para o mercado brasileiro, obteve-se, somente, cerca de 2.140 toneladas. Além disso, ocorreu grande percentual de bulbilhos miúdos (tamanhos 2 e 3), capa escura, e alta incidência de bulbilhos perfilhados.

A comercialização da safra passada se deu através das seguintes empresas, com os respectivos volumes comercializados, e preços médios pagos ao produtor na safra 1980/81.

EMPRESA	ALHO CONSUMO	ALHO INDUS- TRIAL	(kg)
			PREÇO AO PRODU- TOR Cr\$/kg
COOPERPLAC	828.640	520.430	65,00
ISOBATA	212.000	-	60,00
HORTI-BRAS	180.000	-	89,00

Fonte: COOPERPLAC

Elaboração: CEPA/SC

A comercialização de alhos na Centrais de Abastecimen-
to de Santa Catarina - CEASA/SC atingiu, em 1981, um volume glo-
bal de 19.754 kg, sendo 9.950 kg de alhos importados e 4.902 kg de
alhos nacionais. Os principais municípios que remeteram o produto
ao mercado da CEASA/SC foram Águas Mornas, São José, Santo Amaro,
Rancho Queimado, Angelina, Antônio Carlos e São Bonifácio.

No quadro a seguir estão demonstrados os volumes co-
mercializados mensalmente na CEASA/SC e os preços nos mercados a-
tacadista e varejista .

VOLUME DE ALHO COMERCIALIZADO E PREÇOS MÉDIOS
PRATICADOS - CEASA/SC, 1981

MÊS	VOLUME (kg)		PREÇOS MÉDIOS PRATICADOS (Cr\$/kg)			
	Importado	Nacional	Atacado		Varejo	
			Importado	Nacional	Importado	Nacional
Jan	-	484	-	136	-	188
Fev	-	729	-	134	-	162
Mar	90	1.322	-	162	-	183
Abr	105	945	250	165	300	180
Mai	100	210	400	197	-	210
Jun	299	530	392	270	423	300
Jul	1.050	121	526	329	600	375
Ago	1.180	380	550	450	616	480
Set	2.078	600	550	344	616	400
Out	-	2.033	-	246	-	281
Nov	-	1.724	-	219	-	237
Dez	-	872	-	304	-	314
TOTAL	4.902	9.950	-	-	-	-

(-) não existente

Fonte: CEASA/SC

A safra 1981/82 atualmente se encontra em fase final de colheita e deverá proporcionar ao mercado brasileiro cerca de 400 mil caixas de 10 kg de alhos nobres, curados, de ótima qualidade.

O produto que está sendo obtido nesta safra, em sua maioria, apresenta bulbilhos bem desenvolvidos (alta percentagem de cabeças do tamanho 4, 5 e 6) e dentes bem formados, com excelente aspecto, próprios de cultivares nobres.

Os preços mínimos vigentes para a safra 1981/82, divulgados pela CFP, cujas operações de AGF e EGF foram autorizadas a partir de 19 de julho, foram os seguintes:

CLASSE	TIPO	(Cr\$/kg)	
		ALHO CURADO (beneficiado)	ALHO MEIA CURA (não beneficiado)
Florão	1	149,70	98,19
	2	130,13	85,36
	3	113,28	74,31
Graúdo	1	136,08	89,26
	2	118,30	77,60
	3	102,96	67,53
Médio	1	123,81	81,22
	2	107,69	70,64
	3	93,70	61,47
Pequeno	1	112,92	74,07
	2	98,22	64,43
	3	85,46	56,06
Miúdo	1	102,09	66,97
	2	88,76	58,22
	3	77,21	50,65

Fonte: CFP

O abastecimento nacional, neste ano, a partir do mês de setembro teve uma participação expressiva de alhos nacionais, oriundos das regiões Sudeste e Centro-Oeste.

As importações para este ano estão estimadas em cerca de 23.000 toneladas, das quais 18.500 toneladas foram procedentes da ALADI (Argentina e México) e já foram comercializadas no mercado brasileiro. As 4.500 toneladas restantes deverão ser importadas da Espanha.

Inicialmente, foi anunciada a importação de alhos da

Espanha, divididos em três cotas de 2.100 toneladas; entretanto, é possível que não sejam liberadas as guias de importação referentes à terceira cota, cuja entrada no País estava prevista para os dias 7 a 12 de dezembro.

A decisão de não importação das últimas 2.100 toneladas de alhos espanhóis virá beneficiar os produtores de alhos no bres do Sul do País, que irão remeter seus alhos ao mercado exatamente no período previsto para entrada da terceira cota da Espanha.

O Plano Nacional de Produção e Abastecimento de Alho foi criado, em 1979, pela Gerência Nacional de Horticultura - G.HORT/SNAP e tem como objetivo principal a auto-suficiência do País na produção de alho. Baseado nisso, as importações deverão ser reduzidas gradativamente, segundo o seguinte esquema:

ESTIMATIVA DE REDUÇÃO DAS IMPORTAÇÕES BRASILEIRAS
DE ALHO, 1981 A 1985

(em toneladas)

ANO	ORIGEM			REDUÇÃO
	ALADI	Extra-zona	Total	
1981	18.500	4.500	23.000	-
1982	13.900	3.400	17.300	5.700
1983	10.400	2.600	13.000	4.300
1984	7.800	2.000	9.800	3.200
1985	5.800	1.500	7.300	2.500

Fonte: MA/SNAP/G.HORT

ALHO

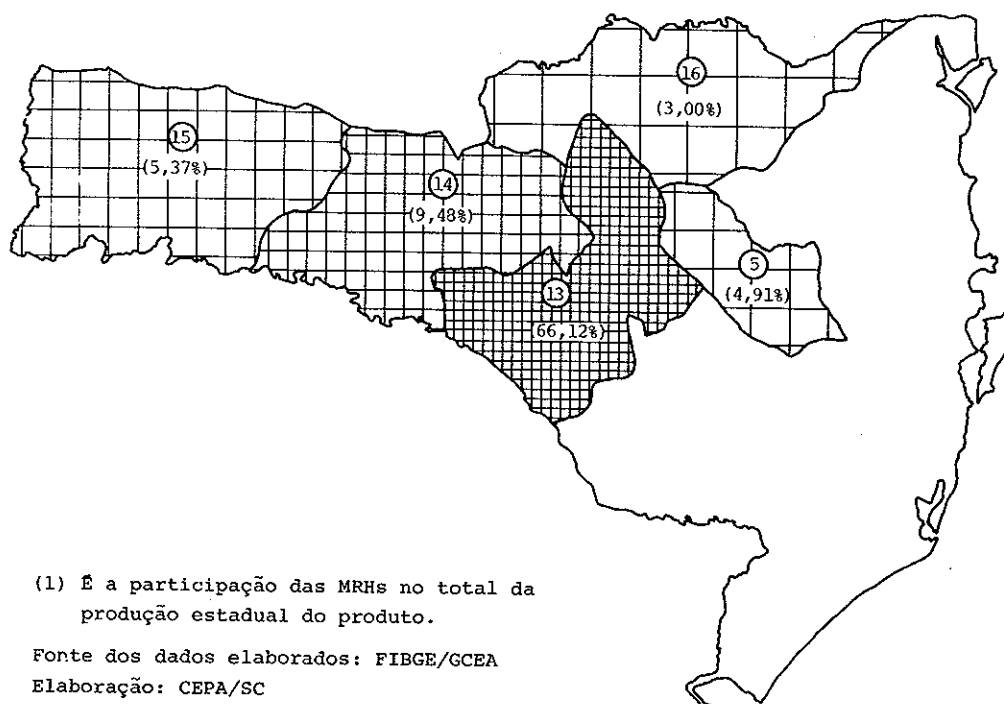
Rendimento médio esperado: 3.500 kg/ha de alho curado
Área média cultivada: 2,5 ha

(Cr\$ 1,00)

MÊS/ANO	CUSTOS VARIÁVEIS				TOTAL DOS CUSTOS VA RIÁVEIS	CUSTOS FIXOS	TOTAL DOS CUSTOS P/ ha	CUSTO P/kg
	Insumos	Serviços Mecânicos	Serviços Manuais	Outros Custos Variáveis				
Jan/81	154.883	35.275	74.745	49.414	314.317	26.355	340.672	97
Mar/81	232.810	33.040	82.170	65.908	413.928	26.700	440.668	126
Jul/81	263.577	21.613	102.090	20.311	407.591	46.880	454.471	130
Out/81	470.034	29.640	119.520	20.311	639.505	49.175	688.680	197
Dez/81	601.979	34.580	129.480	20.311	786.350	50.375	836.725	239

Nota: a elaboração dos custos foi coordenada pela CEPA/SC, e contou com a participação da EMATER/SC-ACARESC, da EMPASC e de diversas Cooperativas estaduais.

Mapa 1 - PARTICIPAÇÃO DAS MRHs NA PRODUÇÃO DE ALHO EM SANTA CATARINA, 1980/81⁽¹⁾



(1) É a participação das MRHs no total da produção estadual do produto.

Fonte dos dados elaborados: FIBGE/GCEA

Elaboração: CEPA/SC

TAXA DE OCUPAÇÃO DA ÁREA COM A CULTURA DO ALHO, SANTA CATARINA,
SAFRA 1980/81

M R H	TAXA DE OCUPAÇÃO DA ÁREA (2)
Campos de Curitibanos	1,57
Campos de Lages	0,16
Litoral de Laguna	0,12
Colonial Serrana Catarinense	0,19
Demais	0,04

(2) É a participação da área ocupada com a cultura em relação a área agrícola total da MRH.

Fonte dos dados básicos: FIBGE

Fonte dos dados trabalhados: CEPA/SC

2.2. Arroz

EVOLUÇÃO DA CULTURA DO ARROZ EM SANTA CATARINA NAS SAFRAS 1978/79 a 1981/82

SAFRA	ÁREA PLANTADA (ha)	PRODUÇÃO (t)	RENDIMENTO (kg/ha)
1978/79			
. irrigado	80.197	239.471	2.986
. sequeiro	75.877	20.323	268
1979/80			
. irrigado	86.397	302.045	3.496
. sequeiro	67.094	126.826	1.891
1980/81			
. irrigado	83.955	275.454	3.280
. sequeiro	64.816	136.214	2.102
1981/82 (*)			
. irrigado	84.400	295.400	3.500
. sequeiro	62.000	130.200	2.100

(*) Estimativa: FIBGE/GCEA-SC e CEPA/SC

Fonte: FIBGE/GCEA-SC

O arroz tem grande importância na economia estadual, ocupando o sexto lugar no Valor Bruto da Produção Vegetal.

São aproximadamente 105 mil propriedades que cultivam o arroz em Santa Catarina, englobando os sistemas de cultivo irrigado e de sequeiro.

O sistema de cultivo irrigado difere entre o Sul do Estado e as demais regiões produtoras.

No Sul, o plantio é basicamente efetuado ou através de máquinas semeadoras, ou a lanço, no terreno seco, para depois de as plantas atingirem determinado porte receberem água de irrigação. Nas demais regiões que cultivam arroz irrigado, o método consiste em se provocar a pré-germinação da semente, efetuando-se o plantio nas quadras previamente niveladas e alagadas, de modo a permitir o desenvolvimento somente dos grãos pré-germinados.

O segundo método, pelo fato de absorver maior mão-de-obra no preparo das arrozeiras, é adotado somente em pequenas pro

priedades.

As dificuldades na cultura do arroz irrigado, concernentes ao estabelecimento de arrozeiras, manejo de água (tanto na irrigação como na drenagem) e controle de inços, principalmente o arroz vermelho, constituem-se nos fatores que mais pesam na decisão do produtor para manter-se ou não na atividade orizícola.

A possibilidade de expansão da cultura é muito restrita, pois, além da limitação da área física, o alto custo para implantação de novas lavouras e a insuficiência de crédito para investimento, nas últimas duas safras, têm contribuído para impedir uma maior ampliação da cultura.

O arroz de sequeiro, no Estado, é cultivado em pequenas áreas, destinando-se, principalmente, ao auto-consumo nas propriedades rurais. São de pouca expressão as lavouras de arroz de sequeiro para "amansar" novas áreas destinadas a outras culturas, como ocorre em diversas regiões do país.

Na safra 1980/81, o arroz irrigado apresentou um recuo de 2,8% na área cultivada em relação à safra passada. Da mesma forma, a produção e o rendimento médio sofreram reduções quando comparados à safra anterior (9,6% e 6,6%, respectivamente).

Já o cultivo do arroz de sequeiro, apesar de sua menor área cultivada (-3,5%), apresentou uma produção 7,4% superior à da safra 1979/80, em virtude do aumento na produtividade.

No transcurso da safra 1980/81, ocorreram problemas de ordem climática que prejudicaram a cultura irrigada. O excesso de chuvas em todas as regiões produtoras, seguidas de inundações no Sul, obrigou os produtores a fazerem replantios com sementes de má qualidade e a prolongarem o plantio até o mês de janeiro. As baixas temperaturas ocorridas provocaram o retardamento no desenvolvimento das lavouras no Litoral Norte. Todos esses fatores contribuíram negativamente para o rendimento médio obtido na safra de arroz irrigado 1980/81, que foi inferior ao da safra 1979/80 (3.280 contra 3.496 kg/ha).

O desempenho das lavouras de sequeiro foi excelente, proporcionando uma produção superior à da safra 1979/80. A produtividade média atingida (2.102 kg/ha) foi a mais alta dos últimos anos, em decorrência da favorabilidade climática em todas as fa-

ses da cultura.

Para a safra 1981/82, em fase de plantio e desenvolvimento, estima-se um leve crescimento na área de arroz irrigado (0,8%); contudo, deverá haver uma diminuição no total da área cultivada (irrigado + sequeiro), ficando a redução ora estimada (-5%) por conta do arroz de sequeiro.

Os plantios desta safra iniciaram-se no mês de agosto, no município de Massaranduba. Em relação ao ano anterior, as operações de plantio, naquele município, foram retardadas propositalmente, com a finalidade de evitar incidência de baixas temperaturas durante a floração. Além disso, a maioria dos produtores não estava motivada para fazer dois plantios sucessivos, devido aos problemas de ordem climática enfrentados nos últimos anos, que se refletiram em quedas de produtividade.

Na região Sul, algumas lavouras deixaram de ser cultivadas devido as dificuldades de drenagem e à susceptibilidade a inundações. Por esses motivos, aliados à falta de recursos para investimentos, deixaram de ser cultivados, nesta safra, 800 ha em Turbarão, 600 ha em Jaguaruna e 250 ha em Içara.

O pequeno aumento de área cultivada previsto deve-se à incorporação de algumas lavouras sistematizadas através do PROVÁRZEAS e ao aproveitamento de algumas área em pousio.

A alta infestação com arroz vermelho, nas lavouras no Sul do Estado, motivou a introdução do plantio pré-germinado em áreas assistidas pelos técnicos do PROVÁRZEAS, por ser este o método mais eficiente para controle daquele inço.

Em todas as regiões onde é cultivado o arroz irrigado, notou-se uma grande procura de sementes de variedades do grupo a gulhinha. Essa procura é explicada pela preferência de mercado para os grãos desse tipo, cujos preços pagos são bem superiores aos obtidos pelos grãos tradicionais.

Apesar de apresentarem maior aceitação no mercado e melhor rendimento de engenho, algumas cultivares que estão sendo introduzidas no Estado não fazem parte do elenco das recomendadas pela Empresa Catarinense de Pesquisa Agropecuária - EMPASC.

As cultivares recomendadas para o cultivo irrigado na safra 1981/82 são as seguintes:

a) Grupo Tradicional:

Agulhão precoce, Batatais, EMPASC 100, Fortuna, IAC 47, IAC 120, IAC 435 e IAC 1.246.

b) Grupo Moderno:

BR/IRGA 409, BR/IRGA 410, CICA 4, EMPASC 101, EMPASC 102, EMPASC 103, IR 665, IR 841 e IRGA 408.

c) Grupo Americano:

DAWN e Lebonnet.

Os Valores Básicos de Custeio, aprovados e divulgados no mês de julho, foram, de modo geral, considerados satisfatórios nos meios orizícolas; porém, o tratamento com níveis diferenciados para as lavouras irrigadas, contemplando somente os produtores do Rio Grande do Sul, provocou insatisfação, principalmente, de dirigentes de cooperativas e outras entidades da classe rural.

Nas tabelas a seguir, estão representados os VBCs, com seus respectivos reajustes por faixas de produtividade e cálculos do aumento real relativos às safras 1980/81 e 1981/82.

COMPARATIVO DOS VBCs PARA ARROZ IRRIGADO

(Cr\$/ha)				
FAIXA DE PRODUTIVIDADE (kg/ha)	VBC (julho/80)	VBC (julho/81)	AUMENTO NOMINAL (%)	AUMENTO REAL (*) (%)
Até 2.800	16.000	37.800	136,3	6,71
2.801 - 3.400	18.800	44.300	135,6	6,43
3.401 - 4.000	23.100	52.700	128,1	3,05
Acima de 4.000	25.800	59.400	130,2	4,00

COMPARATIVO DOS VBCs PARA ARROZ DE SEQUEIRO

(Cr\$/ha)				
FAIXA DE PRODUTIVIDADE (kg/ha)	VBC (julho/80)	VBC (julho/81)	AUMENTO NOMINAL (%)	AUMENTO REAL (*) (%)
Até 1.000	5.300	12.700	139,6	8,24
1.001 - 1.300	7.000	16.000	128,6	3,24
1.301 - 1.600	9.000	20.600	128,8	3,39
Acima de 1.600	10.500	26.100	148,6	12,28

(*) Cálculos efetuados com base no IGP (Col. 2 da revista Conjuntura Econômica - FGV)

Os valores enfocados acima demonstram que, em todos os níveis de produtividade considerados pela Política de Preços Mínimos, tanto para o sistema irrigado como para o de sequeiro, os reajustes foram superiores ao índice inflacionário. Quanto aos aumentos reais, para ambas as modalidades de cultivo, registraram-se aumentos que variaram numa amplitude de 3,05% a 12,28%. A nova modalidade adotada para garantia de preços mínimos, fixando o preço básico do arroz em Cr\$ 1.000,00/saca de 50 kg, reajustado através do Índice Nacional de Preços ao Consumidor - INPC, a vigorar em agosto, calculado entre julho/81 e janeiro/82, foi considerado, na realidade, uma conquista do meio agrícola brasileiro, uma vez que essa reivindicação se fez presente em diversos manifestos das classes rurais.

Santa Catarina encontra-se entre os oito principais Estados produtores de arroz do país, sendo o terceiro em rendimento.

Os principais Estados produtores estão discriminados a seguir, com suas respectivas áreas cultivadas, produção e rendimento médio.

ÁREA, PRODUÇÃO, RENDIMENTO E PARTICIPAÇÃO RELATIVA
NA PRODUÇÃO DOS DIVERSOS ESTADOS PRODUTORES DE ARROZ - SAFRA 1980/81 (*)

ESTADO	ÁREA PLANTADA (ha)	PRODUÇÃO (t)	RENDIMENTO MÉDIO (kg/ha)	PARTICIP. NA PRODUÇÃO (%)
Rio G. do Sul	612.900	2.455.400	4.006	28,7
Mato Grosso	862.400	941.200	1.091	11,0
Goiás	1.124.000	936.900	833	10,9
Minas Gerais	648.500	736.500	1.136	8,6
Maranhão	1.007.600	722.000	717	8,5
Paraná	342.600	643.500	1.878	7,5
Mato G.do Sul	412.000	451.200	1.095	5,3
Santa Catarina	147.400	411.700	2.793	4,8
São Paulo	315.900	410.600	1.299	4,8
Rondônia	125.300	217.100	1.413	2,5
Pará	124.500	153.100	1.229	1,9
Rio de Janeiro	31.700	89.700	2.829	1,0
Piauí	191.300	86.400	452	1,0
Espírito Santo	30.700	57.000	1.857	0,7
Outros	199.800	231.200	1.157	2,8
TOTAL	6.176.600	8.543.500	1.383	100,0

(*) Situação em outubro/81

Fonte: CEPAGRO, GCEAs e CEPAs

Elaboração: MA/SG/SUPLAN

O volume total da produção catarinense, na safra 1980/81, foi de aproximadamente 411,7 mil toneladas, representando uma diminuição de aproximadamente 17,2 mil toneladas em relação à safra passada.

Apesar da redução, a produção foi suficiente para atender as necessidades de consumo interno (consumo humano + reservas para sementes); no entanto, esse volume é insuficiente para atendimento da demanda industrial, cuja capacidade de beneficiamento do produto está dimensionada para aproximadamente 650 mil toneladas. Por esta razão, grande parte dos engenhos adquirem parte de seus estoques no Estado do Rio Grande do Sul, o que, além de suprir parte de suas necessidades, também melhora a qualidade do arroz catarinense.

Em dezembro de 1980, ainda não havia entrado arroz da nova safra nos engenhos e cooperativas, em virtude do atraso no plantio e no desenvolvimento das lavouras do Litoral Norte. O arroz em casca adquirido do Rio Grande do Sul estava sendo pago a Cr\$ 730,00/saca de 50 kg do tipo grão médio e a Cr\$ 800,00/saca do tipo agulhinha. O arroz macerado estava sendo vendido, no Rio de Janeiro, por cerca de Cr\$ 2.200,00/saca de 60 kg.

Os engenhos e cooperativas, visando obter recursos para saldarem seus compromissos bancários, forçaram as vendas e, em consequência, os preços não reagiram. A liberação das taxas de juros bancários, também provocou uma maior oferta por parte dos engenhos, e a tendência do mercado era de queda nos preços. Os proprietários de engenhos e representantes de cooperativas reclamavam da alta desenfreada nos custos de industrialização e comercialização e apresentavam, como uma das soluções, a prorrogação dos EGFs para no mínimo 30 dias.

No mês de janeiro, teve início a colheita no Litoral Norte. Os preços ofertados pelos engenhos oscilaram entre Cr\$.... 720,00/saca (preço mínimo) e Cr\$ 750,00/saca de 50 kg. O arroz macerado permanecia em baixa. A CFP havia recebido autorização para importar cerca de 500 mil toneladas de arroz, porém julgou necessário adquirir somente 260 mil toneladas. Essa importação, segundo a Secretaria Especial de Abastecimento e Preços - SEAP, teria a finalidade de formar estoques estratégicos em face da insuficiência dos estoques reguladores do Governo, na época; entretanto,

o produto importado foi arroz já beneficiado e colocado imediatamente no mercado brasileiro, agravando ainda mais a situação financeira dos engenhos e cooperativas de Santa Catarina.

A situação ficou crítica. O mercado do arroz beneficiado não reagia e os preços a nível de produtor caíram abaixo do preço mínimo vigente.

Com o agravamento da situação, iniciaram-se as mobilizações de líderes rurais e representantes de classes, culminando com uma manifestação pública no município de Massaranduba, onde compareceram em torno de 1.500 agricultores para exigirem do Governo suspensão imediata das importações de arroz, correção do preço mínimo, redução dos juros bancários, disponibilidade de recursos para investimentos, estabilidade na política agrícola, garantias de estocagem do produto através da construção de mais armazéns, extensão dos benefícios do Instituto Nacional de Previdência Social para os trabalhadores do campo e reestruturação do PROAGRO.

Após essa manifestação, duas medidas foram anunciadas pelo Governo: a liberação de EGF em 100% do preço mínimo, com amortização em até 240 dias, juros de 45% para produtores e cooperativas e 65% para as indústrias; e o adiantamento de parte do preço mínimo liberado, a título de "Bonus Colheita" no valor de Cr\$. . . . 105,00/sc, com prazo de 60 dias para entrega do produto com garantia do EGF.

Contudo, essas medidas não chegaram a atender as necessidades dos produtores de arroz. Os juros de mercado e também de EGF, considerados altos, dificultavam a tomada de recursos para formação de estoques, principalmente para pequenos engenhos e para cooperativas que não beneficiam o produto.

O Volume de EGF realizado até ao final do mês de maio foi insignificante. Os engenhos e cooperativas procuraram proteger essas operações, girando com capital próprio obtido nas vendas do produto beneficiado, visando reduzir ao máximo o período de armazenagens e economizando juros. Além disso, as determinações do Banco Central às agências repassadoras de recursos de EGF para não estimularem a aplicação desses recursos, visando forçar ao máximo a aplicação de capital próprio, contribuíram, também, para a redução do volume e retardamento na formação de estoques vinculados a EGF.

O fluxo de escoamento do arroz beneficiado continuou de maneira lenta até meados do mês de julho, com os preços também não reagindo significativamente. A partir daquele mês, já se notou uma agilização nas remessas do produto às outras praças do País, como reflexo da sustação da colocação de arroz beneficiado, do Governo, diretamente no mercado consumidor.

Enquanto, de um lado, se observavam dificuldades de comercialização, com remota tendência de melhora nos preços, de outro lado, a situação do consumidor brasileiro era de relativa tranqüilidade, uma vez que o arroz foi o produto que apresentou, até o mês de setembro, a menor taxa de reajuste de preços e que menor índice de oscilações apresentou nos dois últimos anos.

A partir de setembro, com a entrada do período de entressafra, o mercado começou a apresentar melhoria. O fluxo de escoamento aumentou e os preços, em todos os segmentos do mercado, apresentaram-se em ascensão, conforme pode ser visto na tabela a seguir:

EVOLUÇÃO E COMPARATIVO DOS PREÇOS DO ARROZ EM CASCA, A NÍVEL DE PRODUTOR, E DESCASCADO, NO MERCADO INTERESTADUAL, SAFRA 1980/81

(Cr\$ 1,00)

MÊS	ARROZ EM CASCA - produtor -		ARROZ DESCASCADO - mercado interestadual -	
	1980	1981	1980	1981
Janeiro	620/650	720/750	1.600/1.700	2.000/2.060
Fevereiro	450/500	700/720	1.600/1.800	2.100/2.300
Março	450/500	650/700	1.400/1.600	2.100/2.340
Abril	400/450	650/750	1.400/1.600	2.100/2.400
Mai	400/550	750/820	1.500/1.600	2.200/2.400
Junho	400/550	750/820	1.400/1.500	2.500/2.700
Julho	400/550	750/850	1.650/1.650	2.700/2.800
Agosto	600/650	800/900	1.600/1.600	2.700/2.900
Setembro	550/650	1.200	1.800/1.900	3.040/3.500
Outubro	750/800	1.400	1.800/2.000	3.500/3.660
Novembro	750/800	1.600	2.200/2.300	4.400/4.600
Dezembro	-	-	2.100/2.200	4.800/5.100

Fonte: CEPA/SC e FECOAGRO

A situação de escassez do produto em casca aliada à necessidade de as indústrias catarinenses misturarem arroz do Rio Grande do Sul para melhorar a qualidade do arroz beneficiado provocou uma maior procura do produto no Estado vizinho.

Face a essa situação, a lucratividade das agroindústrias que operam com arroz beneficiado tornou-se mais reduzida, pelo fato de terem de desembolsar, já em novembro, cerca de Cr\$. . . . 1.700,00 para adquirir um saco de 50 kg de arroz gaúcho, sendo necessário, em média, 100 kg de arroz em casca para obter-se 60 kg de arroz beneficiado.

O abastecimento a nível nacional, até a entrada da nova safra, está praticamente assegurado, apesar de a produção obtida na safra 1980/81 ter sido inferior à da safra 1979/80 em aproximadamente 11% (8,6 milhões de toneladas contra 9,7 milhões obtidas em 1979/80).

De acordo com os cálculos da CFP, a demanda nacional de arroz situa-se ao redor de 9,6 milhões de toneladas/ano, estando computados o consumo humano e o industrial, bem como, as reservas para semente.

Considerando-se um estoque, no início do período (jan/81), de 1,6 milhões de toneladas, somando-se a esse volume a produção da safra 1980/81, avaliada em 8,6 milhões de toneladas, e deduzindo-se a demanda projetada pela CFP (9,6 milhões de toneladas) chegar-se-á ao final do período com um estoque aproximado de 0,6 milhões de toneladas (não estão consideradas a entrada de arroz importado, que até junho de 1981 havia ultrapassado a casa das 142 mil toneladas, segundo fontes da CIEF/MF).

ARROZ IRRIGADO

Tração Motora

Rendimento médio previsto: 4.000 kg/ha

Este custo contempla lavouras irrigadas das regiões de Florianópolis e Sul do Estado

(Cr\$ 1,00)

MÊS/ANO	CUSTOS VARIÁVEIS				TOTAL DOS CUSTOS VA RIÁVEIS	CUSTOS FIXOS	TOTAL DOS CUSTOS P/ ha	CUSTO POR SACO DE 50 kg
	Insumos	Serviços Mecânicos	Serviços Manuais	Outros Custos Variáveis				
Jan/81	15.847	18.075	4.501	14.962	53.385	12.352	65.737	822
Mar/81	16.211	18.075	2.241	14.659	51.186	14.280	65.466	818
Jul/81	25.847	23.470	5.000	9.081	63.398	14.868	78.266	978
Out/81	27.410	30.900	6.000	12.688	76.998	17.143	94.141	1.177
Dez/81	29.950	35.800	6.000	17.988	89.738	21.383	111.121	1.389

Tração Motora

Rendimento médio previsto: 5.000 kg/ha

Este custo contempla lavouras irrigadas do Vale do Itajaí e região de Joinville

(Cr\$ 1,00)

MÊS/ANO	CUSTOS VARIÁVEIS				TOTAL DOS CUSTOS VA RIÁVEIS	CUSTOS FIXOS	TOTAL DOS CUSTOS P/ ha	CUSTO POR SACO DE 50 kg
	Insumos	Serviços Mecânicos	Serviços Manuais	Outros Custos Variáveis				
Jan/81	14.939	22.850	10.680	9.813	58.282	14.259	72.541	725
Mar/81	16.199	24.850	10.680	10.335	62.064	14.535	76.599	766
Jul/81	23.933	37.750	14.250	2.469	78.402	15.451	93.853	939
Out/81	25.923	41.600	16.020	4.342	87.885	18.466	106.351	1.064
Dez/81	28.680	48.260	16.020	5.666	98.626	24.966	123.592	1.236

ARROZ SEQUEIRO

Tração motora

Rendimento médio previsto: 2.000 kg/ha

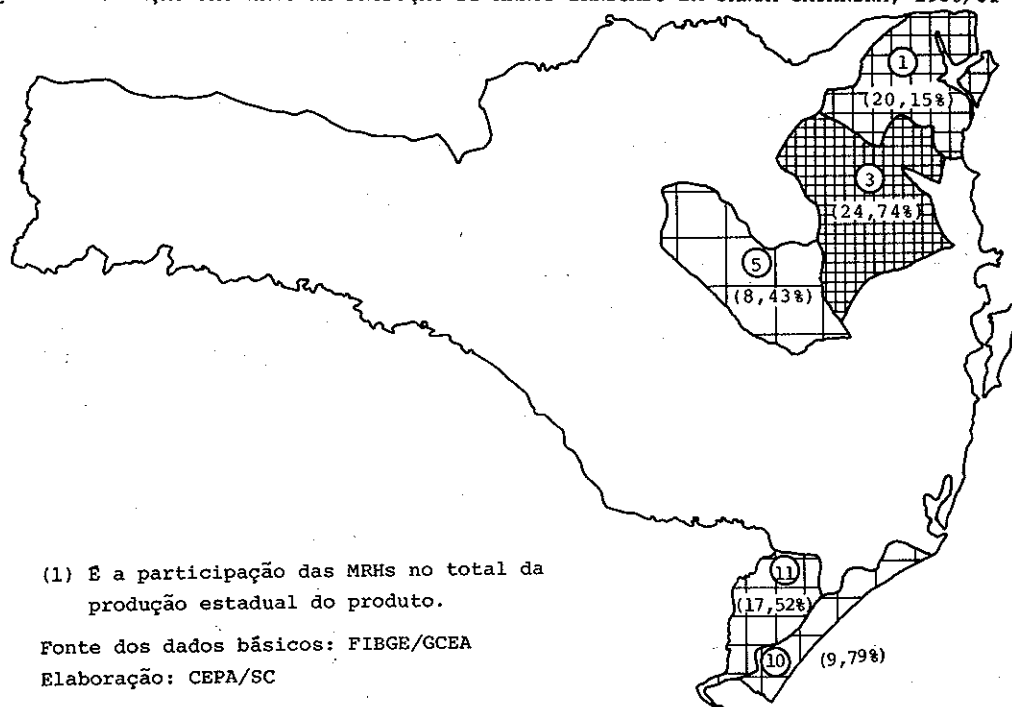
Sistema utilizado em áreas novas visando "amansar" o terreno para a implantação de culturas de soja e milho

(Cr\$ 1,00)

MÊS/ANO	CUSTOS VARIÁVEIS				TOTAL DOS CUSTOS VA RIÁVEIS	CUSTOS FIXOS	TOTAL DOS CUSTOS P/ ha	CUSTO POR SACO DE 50 kg
	Insumos *	Serviços Mecânicos	Serviços Manuais	Outros Custos Variáveis				
Jan/81	5.716	8.477	891	3.238	18.322	7.036	25.532	638
Mar/81	6.060	9.825	891	3.509	20.285	8.056	28.341	709
Jul/81	13.820	11.790	1.107	1.011	27.728	7.144	34.872	872
Out/81	14.485	14.250	1.296	1.809	31.840	10.076	41.916	1.048
Dez/81	17.275	17.900	1.404	2.339	38.918	13.396	52.314	1.308

Nota: A elaboração dos custos foi coordenada pela CEPA/SC e contou com a participação da EMATER/SC-ACARESC, da EMPASC e de Cooperativas estaduais.

Mapa 2 - PARTICIPAÇÃO DAS MRHS NA PRODUÇÃO DE ARROZ IRRIGADO EM SANTA CATARINA, 1980/81 (1)



TAXA DE OCUPAÇÃO DA ÁREA COM A CULTURA DO ARROZ IRRIGADO,
 SANTA CATARINA, SAFRA 1980/81

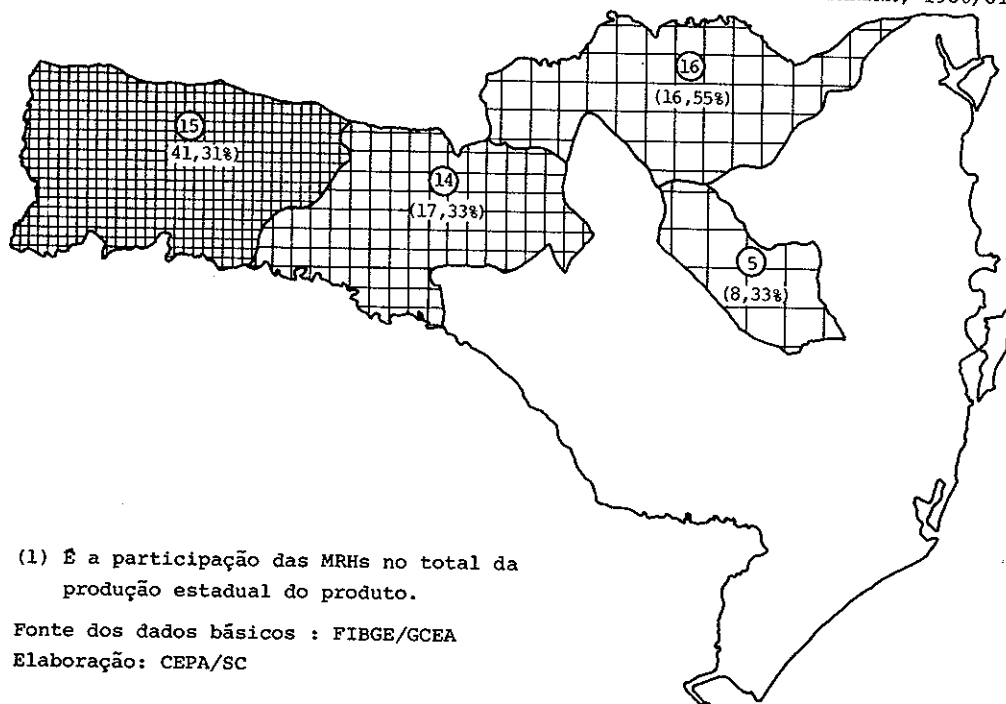
M R H	TAXA DE OCUPAÇÃO DA ÁREA (2)
Colonial Sul Catarinense	32,67
Litoral de Laguna	34,01
Colonial de Blumenau	31,80
Litoral de Itajaí	45,79
Colonial de Joinville	44,30
Demais	0,84

(2) É a participação da área ocupada com a cultura em relação a área agrícola total da MRH.

Fonte dos dados básicos: FIBGE

Fonte dos dados trabalhados: CEPA/SC

Mapa 3 - PARTICIPAÇÃO DAS MRHS NA PRODUÇÃO DE ARROZ SEQUEIRO EM SANTA CATARINA, 1980/81⁽¹⁾



(1) É a participação das MRHs no total da produção estadual do produto.

Fonte dos dados básicos : FIBGE/GCEA

Elaboração: CEPA/SC

TAXA DE OCUPAÇÃO DA ÁREA COM A CULTURA DO ARROZ SEQUEIRO,
SANTA CATARINA, SAFRA 1980/81

M R H	TAXA DE OCUPAÇÃO DA ÁREA (2)
Planalto de Canoinhas	6,02
Colonial do Rio do Peixe	3,09
Carbonífera	3,09
Colonial do Alto Itajaí	3,82
Colonial de Itajaí do Norte	3,92
Demais	1,04

(2) É a participação da área ocupada com a cultura em relação a área agrícola total da MRH.

Fonte dos dados básicos: FIBGE

Fonte dos dados trabalhados: CEPA/SC

2.3. Banana

EVOLUÇÃO DA CULTURA DA BANANA, SANTA CATARINA, SAFRAS 1976/77 a 1981/82

SAFRA	ÁREA PLANTADA (ha)	PRODUÇÃO (t)	RENDIMENTO (kg/ha)
1976/77	14.998	164.308	10.955
1977/78	17.134	190.072	11.093
1978/79	18.366	226.269	12.320
1979/80	18.643	209.712	11.249
1980/81	21.484	241.488	11.240
1981/82 (*)	22.000	256.000	11.636

(*) Estimativa FIBGE/GCEA

Fonte: FIBGE

A cultura da banana destaca-se na atividade frutícola como a mais importante economicamente, apresentando, na safra 1980/81, valor bruto de 2.753 milhões de cruzeiros, demonstrando participação relativa na formação do Valor Bruto da Produção Vegetal de 2,78%.

O número de estabelecimentos envolvidos com a exploração da cultura da banana (em 1975) era de 25.998 propriedades. Entretanto, apenas 3.730 dessas propriedades têm na cultura da banana a sua principal fonte de renda.

O cultivo da bananeira está concentrado junto às microrregiões homogêneas Colonial de Joinville, com 45,54% da produção estadual, sendo o município de Corupá o principal produtor; Colonial do Sul Catarinense, segunda região maior produtora, com 20,09%, liderada pelo município de Jacinto Machado; Carbonífera, com 7,79% e Colonial de Blumenau, quarta região produtora com 7,73%; os restantes 19,51% da produção estão distribuídos pelo Estado (mapa 4).

A bananicultura é explorada normalmente nos estratos de até 50 hectares, havendo, entretanto, uma maior concentração de produção, área e número de produtores, junto àquelas propriedades com estratos de até 10 hectares.

Cabe salientar que aproximadamente 84% da produção de

banana é oriunda das propriedades com estratos de até 50 ha.

O bananal catarinense "ocupa as áreas menos nobres da unidade de produção, tais como encostas de morro e locais de menos fertilidade que, inclusive, não é objeto de maiores cuidados quanto à conservação do solo, fertilização, etc (...).

"Nas regiões maiores produtoras o bananal se constitui na principal atividade econômica de muitas propriedades. Nessas, compete com outras culturas pelas melhores áreas e merece maiores cuidados, tanto em relação à terra, como às práticas culturais, o que resulta em maior produção e produtividade.

"Embora em pequena quantidade, existem explorações que são conduzidas com alta tecnologia e, em alguns casos, envolvem áreas relativamente grandes" (1).

As principais cultivares existentes são Nanicão, Naniça, Enxerto e Branca de Santa Catarina.

Nos últimos anos, a cultura vem apresentando incrementos na área plantada, tendo aumentado de 14.998 ha, verificados na safra 1976/77, para 21.484 ha na safra 1980/81, evidenciando crescimento médio anual nas safras consideradas de 9,4%.

As estimativas da FIBGE/GCEA para a safra 1981/82 indicam uma área plantada de aproximadamente 22 mil ha para uma produção de 256.000 toneladas.

A evolução da área cultivada com banana nos últimos anos foi motivada pela melhoria nos preços recebidos pelos agricultores, pela introdução de variedades mais produtivas e resistentes às doenças e pela maior utilização de assistência técnica.

Quanto ao destino da produção de banana, cerca de 8,3% da produção é consumida na propriedade, 8,2% é vendida diretamente ao consumidor, 76,6% é entregue a intermediários, enquanto apenas 6,7% é destinada às indústrias.

A produção do Litoral Norte (cultivar Nanicão), destina-se, em sua maior parte, à CEASA de Curitiba e ao Oeste Paranaense e, em menor quantidade, ao mercado gaúcho; a banana Nani-

(1) BUBLITZ, E.O.; CARDOSO, V.T.M.; SILVEIRA, M.M. da & KOLLER, O.L. Diagnóstico da cultura da banana. p. 42.

ção do Litoral Sul destina-se principalmente ao mercado do Rio Grande do Sul, enquanto as bananas das cultivares Enxerto e Branca de Santa Catarina são comercializadas nos mercados de São Paulo e de Curitiba; ocorrem pequenas vendas, também, para os mercados da Argentina e Uruguai.

Apesar de o Estado ser auto-suficiente em termos de volume produzido, em determinadas épocas do ano torna-se simultaneamente, exportador e importador de banana.

Durante o ano de 1981, a Centrais de Abastecimento de Santa Catarina-CEASA/SC movimentou em seu mercado um volume total de 2.185,06 toneladas, sendo 1.265,18 toneladas de banana caturra (Nanica e Nanicão) e 919,88 toneladas de banana prata (Branca de Santa Catarina, Enxerto e Maçã), enquanto em 1980 foram comercializadas, na CEASA, a quantia de 1.868,55 toneladas, detectando-se, portanto, um acréscimo do produto comercializado, no ano de 1981 em relação a 1980, de 16,94% (tabela 87).

Tabela 87

VOLUME MENSAL DE BANANA COMERCIALIZADO NA CEASA
SANTA CATARINA, 1980-81

MÊS	1980			1981			VARIÇÃO ANUAL (1981/80)
	Prata	Caturra	Total	Prata	Caturra	Total	
Jan	38,50	102,27	140,77	84,67	133,75	218,42	55,16
Fev	35,42	112,90	148,32	70,46	117,78	188,24	26,91
Mar	76,87	76,08	152,95	87,89	75,27	163,16	6,68
Abr	75,95	43,85	119,80	69,14	97,67	166,81	39,24
Mai	56,37	37,34	93,71	80,88	62,34	143,22	52,83
Jun	62,24	61,69	123,93	62,45	80,58	143,03	15,41
Jul	83,94	95,05	178,99	87,91	115,44	203,35	13,61
Ago	55,13	88,42	143,55	45,96	119,40	165,36	15,19
Set	61,25	124,07	185,32	67,60	148,05	215,65	16,37
Out	45,51	154,07	199,58	79,46	157,51	236,97	18,73
Nov	46,36	154,45	200,81	101,92	98,03	199,95	- 0,43
Dez	65,10	115,72	180,82	81,54	59,36	140,90	-22,08
TOTAL	702,64	1.165,91	1.868,55	919,88	1.265,18	2.185,06	16,94

Fonte: CEASA

Elaboração: CEPA/SC

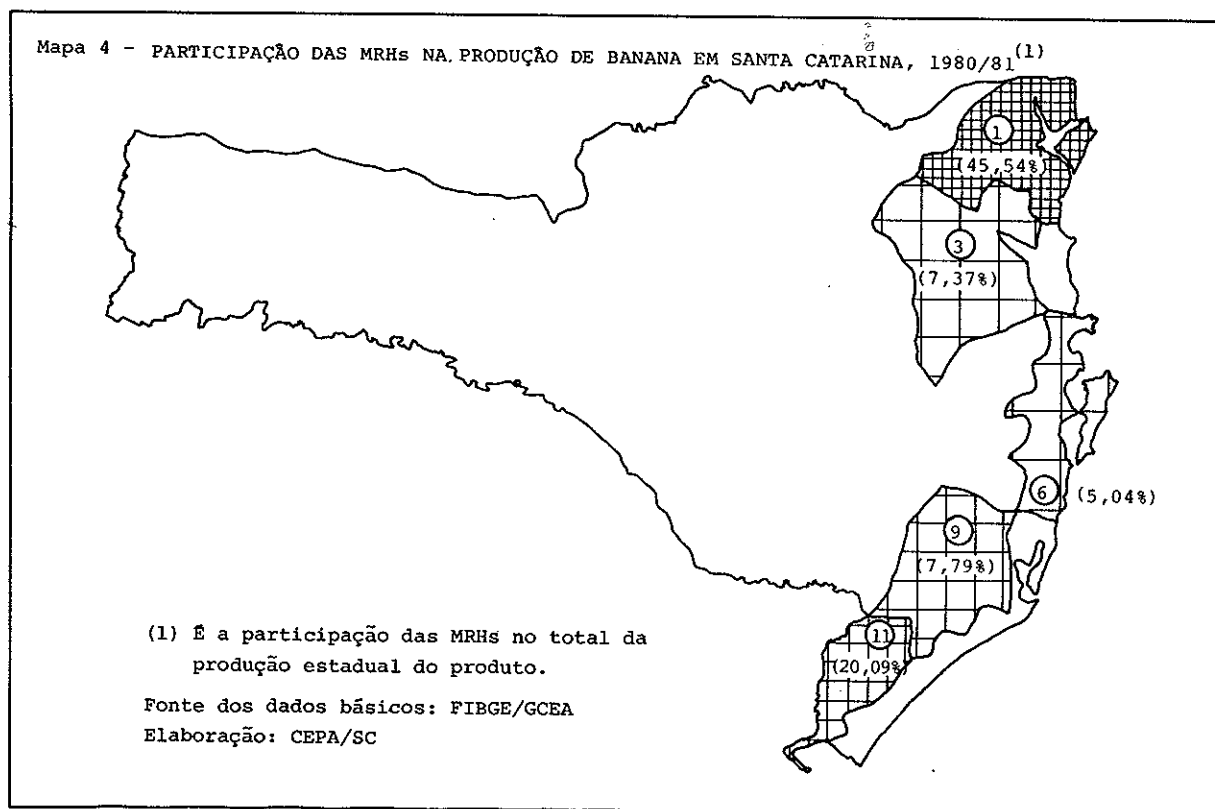
Tabela 88

PREÇOS A NÍVEL DE PRODUTOR, ATACADO E VAREJO PARA A CULTURA DA BANANA, 1980-81

MÊS	(Cr\$/kg)											
	1 9 8 0						1 9 8 1					
	Produ- tor (*)	Atacado		Varejo		Produ- tor (*)	Atacado		Varejo			
	Prata	Caturra	Prata	Caturra	Prata		Caturra	Prata	Caturra			
Jan	4,15	8,89	6,30	-	-	12,55	13,66	16,64	19,00	20,00		
Fev	4,82	8,08	6,31	-	-	11,46	16,34	16,78	20,67	20,20		
Mar	5,61	7,60	6,77	8,40	8,40	10,64	19,33	17,26	22,56	20,56		
Abr	5,84	7,73	7,06	11,17	10,50	8,07	19,51	18,53	-	-		
Mai	6,50	8,43	7,33	10,72	8,63	11,43	17,79	18,28	22,69	22,81		
Jun	6,61	8,68	7,62	10,11	9,11	11,44	19,03	17,84	22,30	22,38		
Jul	6,76	8,35	7,74	10,75	9,13	11,81	20,56	18,28	22,81	22,69		
Ago	7,15	8,63	8,35	11,00	9,71	11,93	21,27	18,91	25,69	24,16		
Set	7,50	9,51	10,42	12,67	12,33	12,18	22,06	20,60	26,88	28,28		
Out	8,71	10,16	13,08	13,80	14,50	12,49	21,96	22,32	27,15	28,92		
Nov	9,11	11,71	15,00	14,00	16,88	-	22,66	27,32	27,50	29,00		
Dez	9,91	13,44	16,27	16,67	17,33	-	24,96	29,62	33,00	30,09		

(*) Média ponderada

Fonte: CEASA/SC



TAXA DE OCUPAÇÃO DA ÁREA COM A CULTURA DA BANANA, SANTA CATARINA,
SAFRA 1980/81

M R H	TAXA DE OCUPAÇÃO DA ÁREA (2)
Colonial Sul Catarinense	9,54
Litoral de Laguna	7,17
Florianópolis	5,60
Litoral de Itajaí	4,33
Colonial de Joinville	22,99
Demais	0,22

(2) É a participação da área ocupada com a cultura em relação a área agrícola total da MRH.

Fonte dos dados básicos: FIBGE

Fonte dos dados trabalhados: CEPA/SC

2.4. Batata-Inglesa

EVOLUÇÃO DA CULTURA DA BATATA-INGLESA EM SANTA CATARINA, SAFRAS 1975/76 A 1981/82

SAFRA	ÁREA PLANTADA (ha)	PRODUÇÃO (t)	RENDIMENTO (kg/ha)
1975/76	17.984	141.065	7.844
1976/77	15.964	128.886	8.073
1977/78	16.555	115.977	7.005
1978/79	19.903	162.617	8.170
1979/80	20.114	144.053	7.162
1980/81	18.313	151.936	8.297
1981/82			
. 1ª safra (1)	13.976	127.850	9.148
. 2ª safra (2)	5.000	40.000	8.000

(1) Estimativa: FIBGE/GCEA-SC (nov/81)

(2) Estimativa: CEPA/SC (nov/81)

Fonte: FIBGE/GCEA-SC

O Estado de Santa Catarina, segundo informações da FIBGE/GCEA-SC, cultivou, no ano agrícola 1980/81, uma área aproximada de 18.313 ha de batatinha e obteve uma produção em torno de 151.936 toneladas desse tubérculo.

Os valores obtidos nessa última safra, se comparados aos alcançados na safra 1979/80, mostram que, em termos de área, houve uma involução de cerca de 8,95%, enquanto a produção total obtida foi maior em 5,47%, resultado de um melhor desempenho das lavouras, que alcançaram uma maior produtividade por área ocupada.

Em termos de Brasil, o volume produzido na última safra, em Santa Catarina, representou 7,79% da produção nacional, destacando o Estado como o quinto maior produtor dessa solanácea.

As condições de clima e solo existentes no Estado são altamente favoráveis ao cultivo da batata e permitem que, em Santa Catarina, essa olerícola seja cultivada durante todos os meses do ano e em todas as microrregiões, destacando-se como maiores produtoras a de Campos de Lages e de Curitibanos, a do Planalto de Canoinhas, a Carbonífera, a do Alto Vale do Itajaí e a Colonial Serra-

na Catarinense.

Apesar disso, a área cultivada com batata em Santa Catarina, nos últimos anos, tem permanecido praticamente constante. Esse fato, segundo informações de técnicos que atuam nas zonas de produção, se deve às constantes e grandes oscilações que os preços do produto sofrem de uma safra para a outra, não dando, assim, ao produtor, uma garantia de preço compensador. Em função disso, ele deixa de empregar tecnologia mais avançada no cultivo da batata, como o uso de semente certificada, além da adubação e da defesa fitossanitária corretas, resultando em uma baixa produtividade por área cultivada.

Alie-se a isso o fato de, em Santa Catarina, a batata ser cultivada, em sua maioria, por pequenos e tradicionais produtores, que, em função dos preços de venda de suas produções, não se sentem estimulados a aumentarem suas áreas de plantio. Esse mesmo fator é também o responsável pela não implantação desse cultivo por agricultores não ligados a esse tipo de cultura.

Os fatores de ordem climática (seca, chuva, geada, granizo, etc) foram os principais problemas enfrentados pelos agricultores na safra passada, no tocante à atividade de produção.

No plantio de primeira época (safra das águas), ocorreram excesso de chuvas e baixas temperaturas nas fases de semeadura e de desenvolvimento vegetativo. Como decorrência, houve um retardamento no normal desenvolvimento das plantas, além de uma maior incidência de doenças, o que obrigou os produtores a efetuarem um maior número de tratamentos fitossanitários, elevando, em consequência, o custo de produção.

No período de abrangência da segunda safra (das secas), houve uma deficiência hídrica no mês de abril, notadamente no Alto Vale do Itajaí, fazendo com que a produtividade média das lavouras cultivadas naquela região sofresse redução.

No Sul do Estado, no início da segunda quinzena do mês de junho, a ocorrência de fortes geadas também trouxe prejuízos aos bataticultores daquela região.

Nos meses de agosto e setembro, novamente ocorreram deficiências de chuvas, desta vez em praticamente todas as regiões produtoras do Estado. Os prejuízos, no entanto, foram de pe-

quena monta, tendo em vista que a safra das secas encontrava - se praticamente concluída.

Para a safra atual, plantio de primeira época, (safra das águas) a FIBGE/GCEA-SC está estimando uma área de cultivo de 13.976 ha.

Apesar da estiagem verificada no Estado nos meses de agosto e setembro, épocas de maior incremento das operações de preparo do solo e sementeira, essas tarefas encontram-se praticamente concluídas (final do mês de dezembro) e o déficit hídrico não chegou a causar maiores danos à cultura.

A produtividade média esperada para a safra atual é de 9.148 kg/ha, devendo o Estado produzir cerca de 127.850 toneladas de batatinha.

A colheita desta safra, que teve início no mês de outubro próximo passado, deverá prosseguir até meados do mês de maio.

Até o final do mês de dezembro de 1981, estima-se que cerca de 2.800 ha já devam ter sido colhidos, resultando uma produção em torno de 25.000 toneladas.

A exemplo do que ocorre com outras olerícolas, também no caso específico da batatinha poder-se-ia dizer que Santa Catarina é auto-suficiente em termos de produção desse tubérculo. Somente a produção da atual safra das águas, caso se confirme, seria suficiente para suprir a demanda interna do Estado, estimada em cerca de 98.000 t/ano. Entretanto, dada a amplitude das épocas de plantio e, conseqüentemente, das épocas de colheita, Santa Catarina efetua importações de batatinha em praticamente todos os meses do ano. Essa dependência de produção de outros Estados acen-tua-se nos meses de julho, agosto, setembro e outubro, quando a produção do Estado é insuficiente para cobrir a demanda interna.

Em contrapartida, parte da produção de Santa Catarina é exportada para outras Unidades da Federação, notadamente para os Estados do Rio Grande do Sul, Paraná e São Paulo.

Durante o ano de 1981, a CEASA/SC, responsável pelo abastecimento da região da Grande Florianópolis, movimentou um volume aproximado de 5.896,20 toneladas de batata.

Desse total, cerca de 3.440,87 toneladas procederam do

próprio Estado, sendo as remessas restantes (2.455,33 toneladas) efetuadas, principalmente, pelos Estados do Rio Grande do Sul, Paraná e São Paulo.

Na Tabela a seguir, são mostrados os volumes movimentados mensalmente, durante o ano de 1981, pela CEASA/SC, bem como os preços médios de comercialização a nível de produtor, atacado e varejo.

VOLUME DE BATATA COMERCIALIZADO E PREÇOS MÉDIOS
MENSALIS, SANTA CATARINA, 1981

MÊS	VOLUME (t)	PREÇOS MÉDIOS - Cr\$/kg		
		Produtor (*)	Atacado (**)	Varejo (**)
Janeiro	688,47	17,50	23,84	29,47
Fevereiro	425,46	17,50	20,73	25,08
Março	575,37	20,00	21,48	26,30
Abril	609,82	20,00	23,28	29,13
Mai	534,14	22,40	24,70	30,76
Junho	484,52	22,50	33,78	40,28
Julho	436,85	21,50	26,70	30,90
Agosto	384,64	22,00	28,30	32,76
Setembro	412,68	23,00	30,31	36,00
Outubro	417,45	30,00	39,52	42,86
Novembro	520,54	30,00	39,47	46,11
Dezembro (1)	406,26	18,00	23,81	34,29
TOTAL	5.896,20	-	-	-

(1) Período considerado - de 1º a 20/12/81

(*) Preços coletados pela CEPA/SC nas várias regiões produtoras

(**) Preços médios ponderados

Fonte: CEASA/SC e CEPA/SC

Elaboração: CEPA/SC

Os municípios catarinenses que se destacaram no envio da batata à CEASA/SC, durante o ano de 1981, foram os seguintes: Águas Mornas, Santo Amaro da Imperatriz, São Joaquim, Anitápolis, Rancho Queimado, Urubici, São José e Angelina.

O Estado de Santa Catarina destaca-se, também, como o maior produtor de batata-semente certificada do país.

Na safra passada, segundo a CIDASC - Companhia Integrada de Desenvolvimento Agrícola de Santa Catarina, empresa responsável pela organização e fiscalização da produção de sementes no Estado, a área cultivada, visando à produção desse insumo, foi de 3.196,43 ha. O volume de batata-semente produzido foi de 32.401,53 toneladas, ou seja, 1.080.051 caixas de 30 kg.

A distribuição por época de plantio, por cultivar, o número de hectares plantados e a produção obtida são mostradas na tabela a seguir:

BATATA-SEMENTE CERTIFICADA
ÁREA PLANTADA E PRODUÇÃO OBTIDA, POR CULTIVAR
E ÉPOCA DE PLANTIO

PLANTIO DE 1ª ÉPOCA - SAFRA DAS ÁGUAS

CULTIVARES	ÁREA PLANTADA (ha)	PRODUÇÃO OBTIDA (t)	PRODUÇÃO OBTIDA (cx de 30 kg)
Bintje	457,22	2.771,13	92.371
Delta	318,85	2.433,12	81.104
Radosa	308,35	3.153,63	105.121
Achat	278,93	1.815,33	60.511
Outras	255,78	1.564,35	52.145
SUB-TOTAL 1	1.619,13	11.737,56	391.252

PLANTIO DE 2ª ÉPOCA - SAFRA DAS SECAS

CULTIVARES	ÁREA PLANTADA (ha)	PRODUÇÃO OBTIDA (t)	PRODUÇÃO OBTIDA (cx de 30 kg)
Bintje	721,91	10.596,66	353.222
Delta	299,37	3.639,09	121.303
Radosa	230,34	3.209,22	106.974
Achat	147,88	1.286,58	42.886
Outras	177,80	1.932,42	64.414
SUB-TOTAL 2	1.577,30	20.663,97	688.799
TOTAL GERAL (1+2)	3.196,43	32.401,53	1.080.051

Fonte: CIDASC/SC

Elaboração: CEPAC/SC

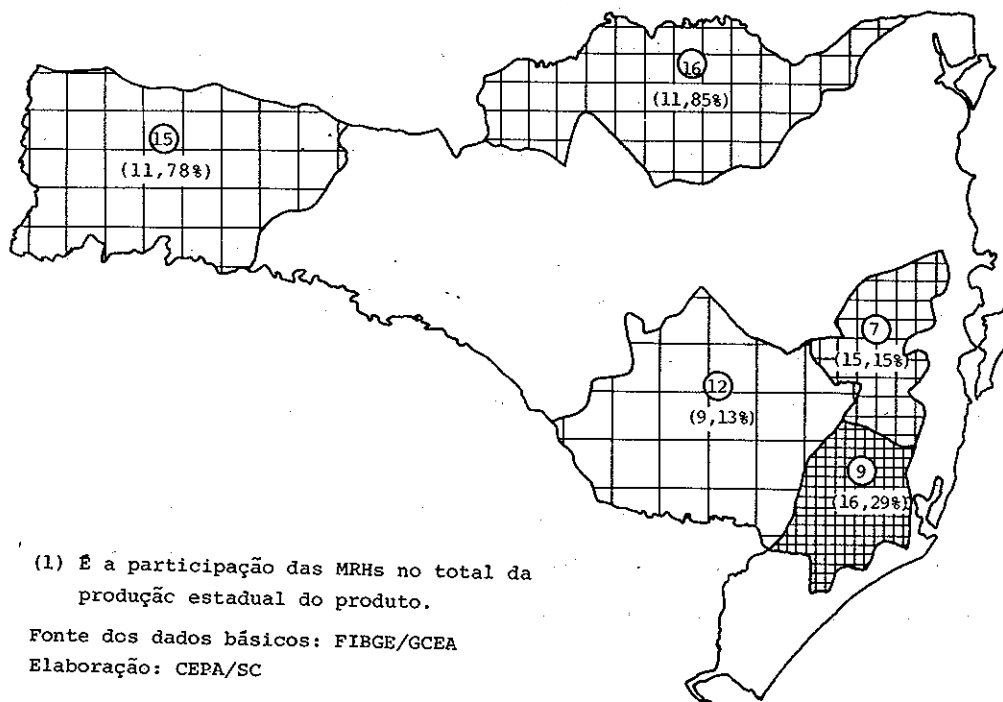
Para a safra 81/82 as estimativas da CIDASC são de um plantio de cerca de 3.000 ha e produção ao redor de 30.000 t de sementes.

No cultivo de primeira época, apesar das operações de plantio encontrarem-se praticamente concluídas (final do mês de dezembro), ainda não se dispõe de dados oficiais sobre o número e xato de hectares a serem plantados. As estimativas preliminares indicam uma área ao redor de 1.500 ha e produção em torno de 13.000 t.

As microrregiões do Estado onde a atividade de produção de batata-semente certificada é mais intensa são a do Planalto de Canoinhas e a dos Campos de Lages, e, nessas, os municípios que merecem destaque como os maiores produtores são os de Canoinhas e São Joaquim.

A batata-semente certificada produzida em Santa Catarina atende, principalmente, a demanda dos produtores dos Estados do Paraná, São Paulo e Minas Gerais.

Mapa 5 - PARTICIPAÇÃO DAS MRHs NA PRODUÇÃO DE BATATA EM SANTA CATARINA, 1980/81⁽¹⁾



(1) É a participação das MRHs no total da produção estadual do produto.

Fonte dos dados básicos: FIBGE/GCEA
Elaboração: CEPA/SC

TAXA DE OCUPAÇÃO DA ÁREA COM A CULTURA DA BATATA-INGLESA,
SANTA CATARINA, SAFRA 1980/81

M R H	TAXA DE OCUPAÇÃO DA ÁREA (2)
Campos de Lages	3,81
Carbonífera	4,37
Colonial Serrana Catarinense	6,66
Florianópolis	4,79
Demais	0,28

(2) É a participação da área ocupada com a cultura em relação a área agrícola total da MRH.

Fonte dos dados básicos: FIBGE

Fonte dos dados trabalhados: CEPA/SC

2.5. Cana-de-Açúcar

EVOLUÇÃO DA CULTURA DA CANA-DE-AÇÚCAR EM SANTA CATARINA, SAFRAS DE 1976/77 A 1981/82

SAFRA	ÁREA PLANTADA (ha)	PRODUÇÃO (t)	RENDIMENTO (kg/ha)
1976/77	19.664	950.022	48.313
1977/78	20.913	1.043.126	49.879
1978/79	20.124	1.084.780	53.905
1979/80	24.667	1.170.361	47.446
1980/81	19.809 (*)	1.002.320	50.599
1981/82 (**)	22.000	1.210.000	55.000

(*) Considerado a área colhida

(**) Estimativa: FIBGE/GCEA

A cana-de-açúcar, para fins industriais, é cultivada no litoral setentrional, onde se situam as usinas de açúcar os destiladores de álcool e a maior parcela dos alambiques de aguardentes.

Estima-se que cerca de 4.000 famílias cultivam o produto para fins econômicos.

Apesar de a produção estar concentrada no litoral, a cana é explorada em quase todo o território catarinense, como forrageira para o gado bovino (ver mapa 6).

Com uma produção estadual de 1.002.320 toneladas na safra 1980/81, a microrregião homogênea de Florianópolis se destacou na primeira posição, com participação de 25,21%, seguida pela microrregião Litoral de Itajaí, com 25,13%, microrregião Colonial de Joinville, com 19,00%, e microrregião Colonial Serrana Catarinense com 18,09%.

As estimativas de área plantada e produção para a safra 1981/82, segundo a FIBGE/GCEA, é de 22.000 ha e 1.210.000 toneladas, respectivamente.

A participação catarinense na produção nacional de açúcar ainda é pouco expressiva, mantendo-se na faixa de 2,17% entre as safras 1976/77 a 1978/79, atingindo 3,55% na safra 1979/80, salientando-se que parte da produção de açúcar no Estado é elabo-

rada através de matéria-prima oriunda de outros Estados da Federação, principalmente de São Paulo. No que tange à produção de álcool, na safra 1980/81, as usinas açucareiras de Santa Catarina produziram 5.942 mil litros do produto, contra 6.892 mil litros verificados na safra anterior (tabela 89).

Toda a produção de açúcar cristal refinado e granulado do Estado é exportado para o mercado externo, enquanto o açúcar elaborado sob a forma de "granulado americano superior" é comercializado principalmente para os mercados de Santa Catarina e Rio Grande do Sul.

Segundo informações das usinas açucareiras do Estado, da CACEX e do IAA, Santa Catarina exportou, na safra 1980/81, o equivalente a 161.456 mil dólares, representando 15,35%, comparado com as exportações a nível nacional (tabela 90).

Tabela 89

PRODUÇÃO CATARINENSE E NACIONAL DE ÁLCOOL E AÇÚCAR, SAFRAS 1976/77 A 1980/81

SAFRA	ÁLCOOL (1.000 litros)		AÇÚCAR (kg)		PARTICIPAÇÃO DA PRODUÇÃO DE S.C. NA PRODUÇÃO NACIONAL	
	Santa Catarina	Brasil	Santa Catarina	Brasil	Álcool	Açúcar
1976/77	4.675	643.158	159.806	7.208.214	0,73	2,22
1977/78	4.722	1.470.404	175.146	8.307.610	0,32	2,11
1978/79	5.776	2.451.576	159.916	7.342.424	0,24	2,18
1979/80	6.892	3.390.431	235.636	6.645.026	0,20	3,55
1980/81	5.942	-	295.164	-	-	-

Fonte: Usinas açucareiras de Santa Catarina e Instituto do Açúcar e do Alcool

Tabela 90

PARTICIPAÇÃO DO VALOR DA EXPORTAÇÃO CATARINENSE DE
AÇÚCAR NO VALOR DA EXPORTAÇÃO NACIONAL

PERÍODO	VALOR (Cr\$ 1.000)		FAIXA DE PARTICIPAÇÃO (%)
	Catarinense	Brasileira	
1975/76	10.727	306.539	3,49
1976/77	31.866	462.705	6,88
1977/78	25.399	350.071	7,25
1978/79	42.318	363.808	11,63
1979/80	64.258	1.283.302	5,00
1980/81	161.466	1.051.860	15,35

Fonte: Usinas particulares, CACEX e IAA

Elaboração: CEPA/SC

Tabela 91

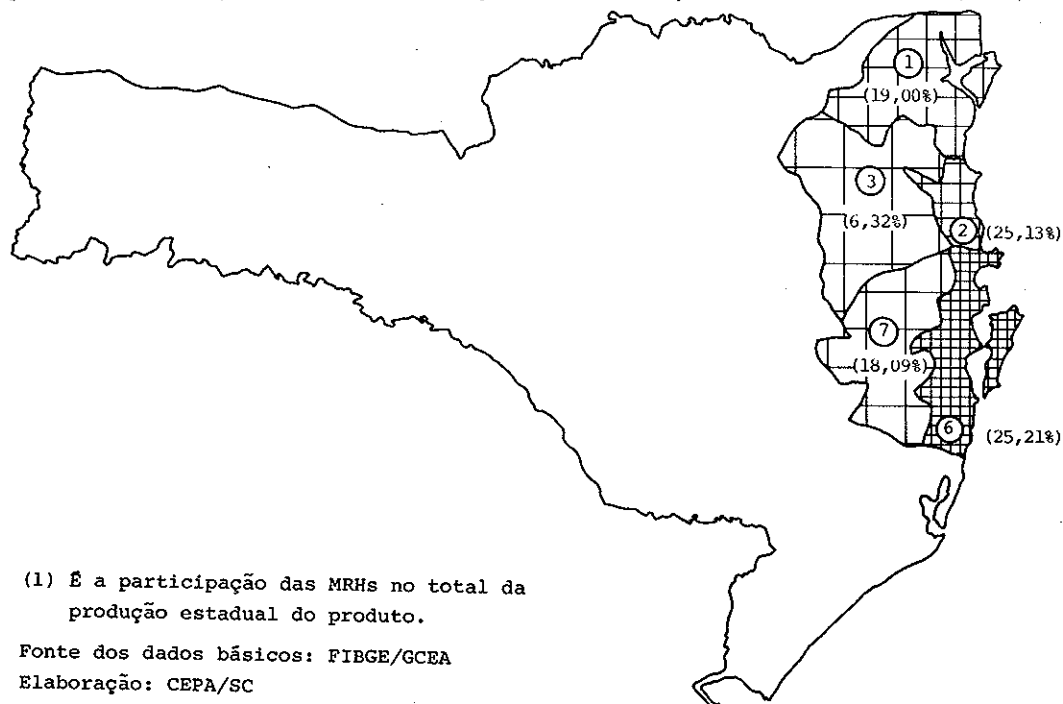
COTAÇÕES DO AÇÚCAR DEMERARA NO MERCADO INTERNACIONAL

MÊS	(US\$/t)											
	1970	1971	1972	1973	1974	1975	1976	1977	1978	1979	1980	1981
Jan	67,53	104,17	174,34	207,45	334,57	845,50	309,41	184,06	193,55	167,07	379,82	617,65
Fev	69,52	106,37	180,74	198,18	465,43	749,94	297,93	189,57	187,15	181,64	507,75	534,98
Mar	74,59	103,50	185,38	193,54	465,66	582,62	326,40	198,18	170,82	186,71	443,63	480,02
Abr	78,79	100,63	156,25	198,40	476,69	528,58	310,07	221,57	167,51	172,59	476,41	394,63
Mai	79,67	96,22	146,32	206,34	521,49	383,34	320,88	197,52	161,77	173,25	690,64	332,46
Jun	81,43	91,59	139,70	207,01	518,84	301,24	286,68	173,68	159,57	179,65	696,94	360,37
Jul	84,30	92,03	122,70	210,10	552,39	368,35	291,53	163,09	141,91	188,04	619,86	359,78
Ago	84,08	93,79	138,15	197,96	675,97	410,70	221,13	167,94	156,26	195,32	704,97	325,33
Set	85,41	88,06	156,03	197,30	753,66	342,07	179,42	161,33	180,31	218,49	774,18	257,07
Out	86,73	92,91	163,53	209,88	871,72	310,51	177,21	156,48	197,57	263,52	905,94	267,45
Nov	90,26	93,57	160,66	223,78	1.239,01	297,27	173,90	156,03	176,78	301,92	836,74	263,71
Dez	90,70	127,56	201,93	261,58	990,46	291,09	166,62	178,55	176,56	329,51	638,80	285,79
MÉDIA ANUAL	81,21	99,31	160,48	208,55	654,57	449,57	254,03	178,77	172,37	213,14	639,64	373,27

Fonte: IAA

Elaboração: CEPA/SC

Mapa 6 - PARTICIPAÇÃO DAS MRHS NA PRODUÇÃO DE CANA DE AÇÚCAR EM SANTA CATARINA, 1980/81 (1)



TAXA DE OCUPAÇÃO DA ÁREA COM A CULTURA DA CANA DE AÇÚCAR,
 SANTA CATARINA, SAFRA 1980/81

M R H	TAXA DE OCUPAÇÃO DA ÁREA (2)
Colonial Serrana Catarinense	11,59
Florianópolis	18,12
Colonial de Blumenau	3,48
Litoral de Itajaí	30,18
Colonial de Joinville	7,84
Demais	1,41

(2) É a participação da área ocupada com a cultura em relação a área agrícola total da MRH.

Fonte dos dados básicos: FIBGE

Fonte dos dados trabalhados: CEPA/SC

2.6. Cebola

EVOLUÇÃO DA CULTURA DA CEBOLA EM SANTA CATARINA SAFRAS DE 1977/78 A 1981/82

SAFRA	ÁREA PLANTADA (ha)	PRODUÇÃO (t)	RENDIMENTO (kg/ha)
1977/78	5.724	47.129	8.234
1978/79	10.736	94.017	8.757
1979/80	12.307	103.605	8.428
1980/81	16.920	151.581	8.959
1981/82 ⁽¹⁾	11.870	118.700	10.000

(1) Estimativa: (dez/81) FIBGE/GCEA e CEPA/SC

Fonte: FIBGE/GCEA

A cultura da cebola em Santa Catarina experimentou, no período compreendido entre as safras de 1977/78 e 1980/81, um crescimento da ordem de 196% na área cultivada e de aproximadamente 222% na produção obtida. Essa evolução se deu em função das boas condições oferecidas pelo mercado ao longo desse período, bem como pela boa aceitação da cebola catarinense, principalmente nos mercados de São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais.

Atualmente, o Estado de Santa Catarina ocupa o terceiro lugar na produção bruta desse bulbo, representando 19,6% da produção brasileira, conforme demonstrado na tabela a seguir.

PRINCIPAIS ESTADOS PRODUTORES DE CEBOLA SAFRA 1980/81^(*)

ESTADO	ÁREA CULTIVADA (ha)	PRODUÇÃO (t)	RENDIMENTO (kg/ha)	PARTICIPAÇÃO %
São Paulo	18.200	282.610	15.528	36,6
Rio G.do Sul	22.524	192.665	8.554	24,9
Santa Catarina	16.920	151.581	8.959	19,6
Pernambuco	5.800	72.500	12.500	9,4
Bahia	3.496	38.871	11.119	5,0
Paraná	4.757	24.555	5.162	3,2
Minas Gerais	1.531	9.667	6.314	1,2

(*) Situação até set/81

Fonte: FIBGE/GCEAs - CEPAs

Em Santa Catarina, a cultura se concentra nas microrregiões Colonial do Alto Itajaí e Colonial Serrana Catarinense, onde são obtidos cerca de 85% da produção estadual (mapa 7).

É uma cultura de minifúndios, absorvendo grande volume de mão-de-obra familiar, durante todas as fases, desde o preparo de sementeiras até a armazenagem dos bulbos.

A safra 1980/81 apresentou um aumento sem precedentes na cultura da cebola no Estado, passando de 12.307 ha cultivados em 1979/80, para 16.920 ha. Essa situação ocorreu, principalmente, em face dos preços estimulantes obtidos com a cebola da safra anterior e pelo descontentamento dos fumicultores (preços baixos do fumo e critérios rigorosos de seleção) motivando a substituição de parte da área cultivada com fumo pela de cebola. Além disso, a grande oferta de sementes a preços inferiores aos da safra 1979/80 contribuíram, também, para a expansão da área cultivada.

A euforia em torno da cultura da cebola causou apreensão aos técnicos ligados ao Programa Estadual de Produção de Hortigranjeiros.

Em abril de 1980, foi realizada uma reunião, convocada pelo Secretário da Agricultura e do Abastecimento, à qual compareceram prefeitos, representantes de sindicatos e de cooperativas e técnicos ligados ao setor. O objetivo principal foi o de lançar uma campanha para alertar e orientar os produtores sobre os riscos do aumento indiscriminado da área de cebola, em prejuízo de outras culturas, advertindo-os quanto aos riscos de aviltamento de preços na safra por excesso de oferta. Apesar de alertados, os agricultores optaram pela ampliação de suas lavouras, e muitos novos produtores "aventureiros" lançaram-se ao cultivo da cebola, agravando ainda mais o quadro da cultura naquela safra.

No transcorrer do ano agrícola 1980/81, a cultura enfrentou uma série de problemas de ordem climática e fitossanitária. Houve dificuldades desde o preparo do solo, prejudicado pelo excesso de chuvas e conseqüente atraso no plantio, até o retardamento no desenvolvimento das plantas pelo prolongado período de baixas temperaturas. As lavouras efetuadas mais cedo, em consequência do prolongamento do inverno, apresentaram alta incidência de plantas com inflorescências (capitães), produzindo bulbos de

mã qualidade para o mercado e de curto período de conservação.

Embora tenha ocorrido essa série de fatores negativos, a produção bruta obtida foi elevada, tendo sido superior à da safra passada (1979/80) em aproximadamente 48%.

A cebola produzida não apresentava as qualidades requeridas para ser armazenada por períodos longos. Esse fato, aliado às condições de saturação do mercado, contribuiu para o elevado índice de perdas verificado.

Da produção obtida na safra 1980/81, avaliada em 151.580 toneladas, estima-se em 60.000 toneladas (40%) as perdas decorrentes de quebras de peso, deterioração e descartes de "capitães". Deduzido o volume destinado ao consumo interno de dezembro a junho, estimado em 10.000 toneladas, sobraram em torno de 80.000 toneladas que foram remetidas, com dificuldade, a outras unidades da Federação, principalmente São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais.

A área cultivada na safra 1981/82, ora em fase de colheita, em virtude do desestímulo gerado pela má performance na comercialização da safra passada, deverá apresentar uma redução em torno de 30%. A produção esperada deverá situar-se abaixo da obtida na safra 1980/81, em aproximadamente 22%. A produtividade média esperada, face à desistência de produtores chamados "aventureiros" deverá elevar-se para aproximadamente 10.000 kg/ha, uma vez que os produtores tradicionais, além de possuírem maior nível tecnológico, estão dispensando maiores cuidados às lavouras pelo fato de terem reduzido suas áreas de cultivo.

Nesta safra, a EMATER/ACARESC, visando reduzir os riscos com a cultura, apoiada por algumas agências do Banco do Brasil e do Banco do Estado, exigiu, para efeito de liberação de recorsos para custeio de lavouras, a apresentação, por parte do mutuário, do comprovante de origem da semente (certificado de fiscalização). Essa medida contribuiu em muito para a redução das fraudes no comércio de sementes. Além dessa medida, os planos de financiamentos foram elaborados levando-se em conta a capacidade de armazenagem, para dimensionamento da área.

A disponibilidade de sementes no comércio de insumos agrícolas, na presente safra, foi superior à procura, havendo

conseqüentemente, sobras desse insumo. Além da redução da área cultivada nos três Estados do Sul, outro motivo das sobras de sementes foi a grande produção no Estado do Rio Grande do Sul, nas duas últimas safras: 90.136 kg e 97.907 kg de sementes fiscalizadas.

Em Santa Catarina, a produção de sementes na safra passada, segundo informações da Companhia Integrada de Desenvolvimento Agrícola - CIDASC, foi de 2.475 kg. Essa quantia daria para cultivar em torno de 1.600 ha (13% da área atualmente cultivada); entretanto, sabe-se que parte dessa semente não foi comercializada, estando armazenada para, possivelmente, ser utilizada no próximo plantio.

Com o objetivo de ampliar e adequar o período de comercialização de cebolas, de reduzir os custos de produção sem baixar os níveis de produtividade e de melhorar a qualidade da cebola produzida no Estado, a Empresa Catarinense de Pesquisa Agropecuária - EMPASC está desenvolvendo uma série de experimentos cujos objetivos específicos são os seguintes:

- estabelecer épocas adequadas de transplante, para cultivares de ciclo precoce, médio e tardio, visando aumentar a produção de bulbos comerciais;
- avaliar a eficiência técnica e econômica de sistemas de controle de plantas daninhas;
- identificar o tamanho ideal da muda para transplante ocorrendo o mesmo em três épocas diferentes;
- identificar produtos químicos eficientes no controle de doenças que incidem sobre bulbos de cebola, visando reduzir as perdas no armazenamento;
- estabelecer níveis econômicos dos nutrientes: nitrogênio, fósforo e potássio.

Em 1981, as operações de preparo do solo, visando à implantação da safra 1981/82, tiveram início no mês de abril.

A deficiência de chuvas nos meses de abril e maio prejudicou os trabalhos de preparo de canteiros e a germinação nas sementeiras já efetuadas.

As operações de semeadura e transplante, nesta safra,

ocorreram com relativo atraso, influenciadas pelos seguintes fatores:

- indefinição dos produtores em relação à área a ser efetivamente cultivada, os quais esperavam uma possível melhora no mercado; (no entanto, tal esperança não se concretizou);
- insuficiência de chuvas, notadamente no Alto Vale do Itajaí, durante os períodos de preparo do solo, sementeira e transplante;
- concorrência de mão-de-obra com a cultura do fumo;
- retardamento proposital das sementeiras, com o objetivo de fugir às épocas mais frias, visto que as baixas temperaturas, durante o desenvolvimento da cultura, provocam o surgimento de inflorescência nas plantas (capitães), produzindo bulbos de má qualidade para o mercado e de pouca conservação.

Os fatores climáticos, durante a safra em andamento, se comportaram de maneira inversa ao ocorrido na safra anterior. O regime de chuvas foi bem inferior ao do ano passado.

Verificou-se um intenso ataque de trips, e, apesar de freqüentes pulverizações com inseticidas recomendados, foi difícil manter a praga sob controle. Em consequência, deverá haver uma redução no tamanho dos bulbos, com menor rendimento por hectare.

O início da colheita desta safra se deu a partir da segunda quinzena de novembro; todavia, está-se verificando um retardamento na maturação de grande parte das lavouras face ao prolongamento do período de transplante.

O escalonamento da colheita desta safra foi previsto, no mês de novembro, da seguinte maneira: novembro, 5.935 t (5%); dezembro, 35.610 t (30%); janeiro, 71.220 t (60%); fevereiro, 5.935 t (5%).

Dependendo das condições climáticas durante a colheita e, se as condições de mercado forem favoráveis, com preços atrativos, provavelmente a colheita encerrar-se-á em janeiro.

Das 118.700 toneladas esperadas nesta safra, após deduzirem-se as prováveis perdas (quebras de peso por desidratação durante a cura e deterioração de bulbos armazenados), bem como o consumo interno (dezembro a maio), a oferta líquida para outros Estados

deverá ficar em torno de 73.000 toneladas, com o escoamento obedecendo ao seguinte fluxo mensal:

nov - 200 t (0,27%)	mar - 23.000 t (31,51%)
dez - 7.000 t (9,58%)	abr - 7.000 t (9,58%)
jan - 14.000 t (19,18%)	maio - 3.800 t (5,21%)
fev - 18.000 t (24,66%)	

O Estado de Santa Catarina, desde o mês de novembro de 1980 (início da safra 1980/81) até o mês de junho de 1981, foi abastecido, basicamente, com cebola produzida no Estado. Esse fato, analisado isoladamente, já dá uma idéia da grande produção obtida na safra passada. Não bastasse a elevada oferta estadual (a maior produção de cebola já conseguida no Estado), acrescenta-se a isso o cruzamento com a safra da região de Piedade/SP, e a coincidência natural com a dos Estados do Paraná e Rio Grande do Sul.

Evidentemente, essa situação não era esperada pelos produtores catarinenses, uma vez que dificilmente a comercialização da cebola produzida em Piedade/SP ultrapassa ao mês de dezembro e com volume tão expressivo como o da safra passada.

A falta de obediência às orientações do Plano Nacional de Produção e Abastecimento de Cebola - PLANACE, com plantios fora do calendário normal no Vale do São Francisco e São Paulo, além do aumento exagerado nas áreas cultivadas em quase todas as regiões produtoras, trouxe como consequência um escoamento e uma comercialização da safra do Sul muito conturbados. A saturação do mercado, gerada pelo excesso de oferta, aviltou os preços, desestimulando os produtores catarinenses. Os preços obtidos não cobriram os custos de produção (ver tabela 92), tendo havido, também enormes perdas pela insuficiência de armazéns e pela má qualidade da cebola para armazenagem (cebolões, capitães e bulbos com fungos trazidos da lavoura). A situação desoladora do mercado perdurou do início até o final da safra, trazendo sérios prejuízos aos produtores.

A nível nacional, a situação também foi tumultuada pela soma dos excedentes, acumulados de um mês para outro. A safra da cebola soqueira de São Paulo, iniciada em fins de abril e intensificada em maio, contribuiu para aumentar as dificuldades de escoamento do restante da safra catarinense.

A produção bruta nacional de cebola, da safra 1980/81,

estimada pela FIBGE e CEPAs, em outubro, foi de aproximadamente 773.000 toneladas, para um consumo aparente em torno de 480.000 t/ano. Deste modo, evidencia-se a ocorrência, na safra 1980/81, de um excedente de aproximadamente 293.000 toneladas, das quais grande parte foi perdida, apesar de o consumo ter sido superior às necessidades normais de abastecimento, induzido pelos baixos preços oferecidos à população. Para a safra 1981/82, cuja colheita no Estado foi iniciada em meados de novembro, previa-se uma situação semelhante à da safra passada, dada a grande produção inicialmente esperada nas lavouras de "bacias periformes" da região de Piedade/SP e à provável coincidência com a safra do Sul. Entretanto, a situação se modificou a partir da segunda quinzena de setembro.

O Instituto de Economia Agrícola de São Paulo divulgou que a situação da safra da "pera paulista", em outubro, não mais atingiria os níveis de produtividade esperados, face aos seguintes problemas:

- estiagem nos meses de julho, agosto e setembro;
- em muitos casos, faltou água nos açudes;
- em alguns casos, houve falta de recursos para aquisição de óleo para os motores, resultando em menor aplicação de água nas lavouras;
- ocorrência de granizo no mês de outubro, prejudicando diversas lavouras.

Em consequência desses fatores, a produção da safra "pera paulista", inicialmente estimada entre 95 a 100 mil toneladas, deverá ficar, efetivamente, em torno de 60 mil toneladas.

Face a frustração parcial da safra paulista, os preços reagiram em todos os segmentos de mercado. No mês de novembro, alguns compradores de outros Estados já haviam adquirido pequenos volumes da produção catarinense, pagando ao produtor em torno de Cr\$ 30,00/kg, preço este considerado altamente estimulante.

Durante o ano de 1981, a Centrais de Abastecimento de Santa Catarina - CEASA/SC, movimentou, em seu entreposto, cerca de 2.359,8 t de cebolas, cuja distribuição mensal pode ser observada na tabela a seguir, bem como os preços praticados nos diversos segmentos de mercado.

Tabela 92

VOLUME DE CEBOLA COMERCIALIZADO NA CEASA/SC
E PREÇOS PRATICADOS, 1980 E 1981

MÊS	VOLUME (t)		PREÇOS (Cr\$/kg)					
	1980	1981	Produtor (*)		Atacado (**)		Varejo (**)	
			1980	1981	1980	1981	1980	1981
Jan	166,8	148,0	10,00	5,00	16,00	10,00	19,00	13,00
fev	150,7	200,0	11,00	7,00	14,00	10,00	16,00	13,00
mar	235,8	166,2	9,00	10,00	13,00	13,00	17,00	17,00
abr	128,3	184,0	18,50	9,00	19,00	13,00	23,00	18,00
maio	94,6	179,7	20,00	8,00	23,00	14,00	25,00	21,00
jun	84,8	168,6	38,00	8,00	43,00	14,00	50,00	21,00
jul	159,4	183,0	40,00	10,00	44,00	19,00	57,00	23,00
ago	209,5	209,5	26,00	12,00	28,00	21,00	34,00	27,00
set	230,1	225,2	21,00	12,00	24,00	19,00	26,00	25,00
out	286,1	284,3	18,00	-	20,00	29,00	22,00	33,00
nov	213,9	236,0	9,00	30,00	15,00	45,00	18,00	52,00
dez	170,2	175,3	9,00	28,00	11,00	38,00	15,00	45,00
TOTAL	2.130,7	2.359,8	-	-	-	-	-	-

(*) obtido a nível de região produtora

(**) obtido na CEASA/SC

Fonte: CEASA/SC, EMATER/SC-ACARESC e CEPA/SC

Elaboração: CEPA/SC

CEBOLA

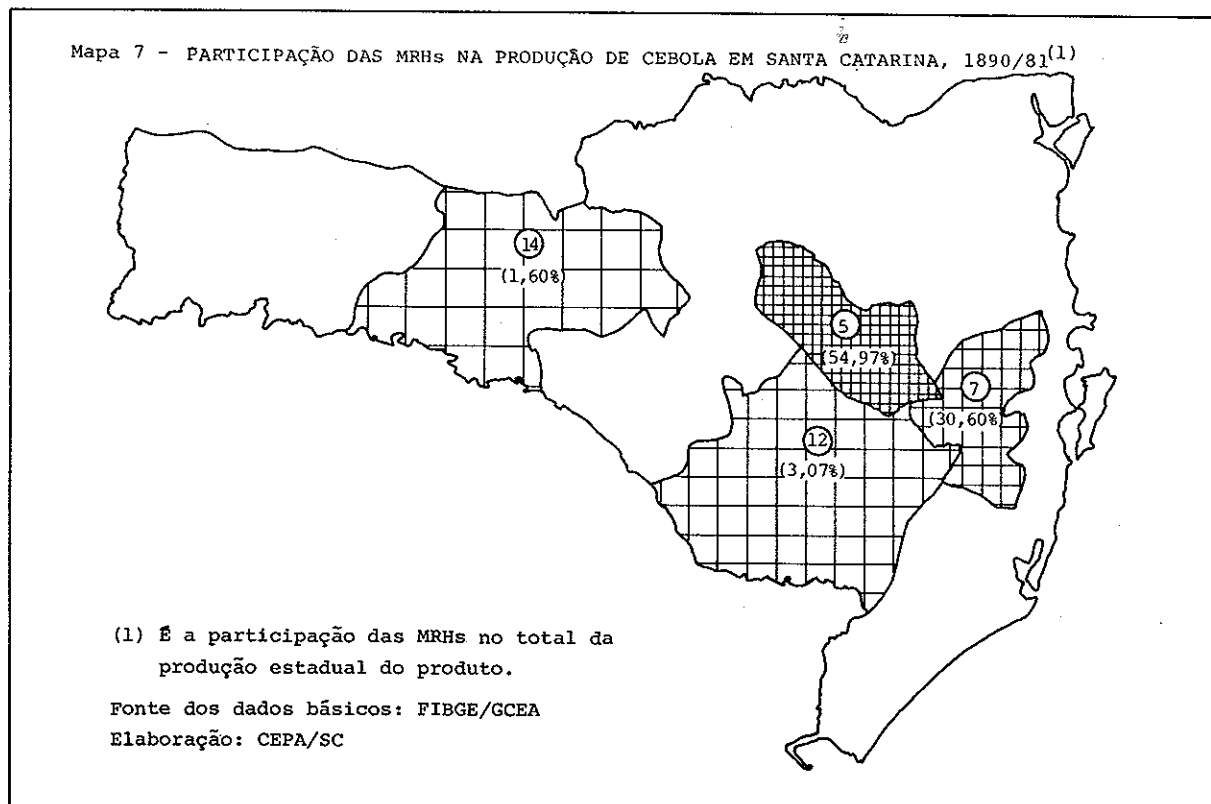
Tração Animal

Rendimento médio esperado: 12.000 kg/ha

Área média cultivada: 2 ha

MÊS/ANO	CUSTOS VARIÁVEIS				TOTAL DOS CUSTOS VA RIÁVEIS	CUSTOS FIXOS	TOTAL DOS CUSTOS P/ ha	CUSTOS POR kg
	Insumos	Serviços Mecânicos	Serviços Manuais	Outros Custos Variáveis				
Jan/81	32.847	10.150	30.195	15.425	88.617	17.598	106.206	8,90
Mar/81	35.553	10.150	36.600	16.877	99.180	16.785	115.965	9,70
Jul/81	53.312	11.600	36.600	2.625	104.137	18.829	122.966	10,20
Out/81	58.322	14.500	45.750	2.625	121.197	19.448	140.645	11,70
Dez/81	62.672	16.820	47.580	6.000	133.072	33.548	166.620	13,90

Nota: a elaboração dos custos foi coordenada pela CEPA/SC, e contou com a participação da EMATER/SC-ACARESC, da EMPASC e de diversas Cooperativas estaduais.



TAXA DE OCUPAÇÃO DA ÁREA COM A CULTURA DA CEBOLA, SANTA CATARINA,
 SAFRA 1980/81

M R H	TAXA DE OCUPAÇÃO DA ÁREA (2)
Campos de Lages	1,60
Colonial Serrana Catarinense	14,82
Florianópolis	0,83
Colonial do Alto Itajaí	7,15
Colonial de Blumenau	0,77
Demais	0,061

(2) É a participação da área ocupada com a cultura em relação a área agrícola total da MRH.

Fonte dos dados básicos: FIBGE

Fonte dos dados trabalhados: CEPA/SC

2.7. Feijão

EVOLUÇÃO DA CULTURA DO FEIJÃO EM SANTA CATARINA, SAFRAS DE 1976/77 A 1981/82

SAFRA	ÁREA PLANTADA (ha)	PRODUÇÃO (t)	RENDIMENTO (kg/ha)
1976/77			
. safra	126.350	91.631	725
. safrinha	62.524	42.846	685
1977/78			
. safra	161.557	112.622	697
. safrinha	35.549	10.370	292
1978/79			
. safra	161.551	143.609	889
. safrinha	66.226	45.794	691
1979/80			
. safra	187.731	87.942	468
. safrinha	88.280	32.030	363
1980/81			
. safra	190.800	194.000	1.017
. safrinha	100.300	52.250	520
1981/82			
. safra ⁽¹⁾	248.000	235.600	950
. safrinha ⁽²⁾	112.000	67.200	600

(1) Estimativa: FIBGE/GCEA e CEPA/SC

(2) Estimativa: CEPA/SC

Fonte: FIBGE/GCEA

Cultivando uma área de 291.100 ha nas duas safras do período 1980/81 e obtendo uma produção de 246.250 toneladas, Santa Catarina ocupou o 4º lugar entre os Estados produtores, contribuindo com cerca de 10% da produção nacional de feijão.

Em Santa Catarina, dentre os produtos do sub setor lavoura, o feijão, em 1981, situou-se como a terceira cultura em extensão de área plantada e quinta cultura em volume de produção, bem como foi o 2º produto de maior importância na formação do Va

lor Bruto da Produção de lavoura.

Essa leguminosa caracteriza-se por ser cultura típica de pequenas propriedades e grande utilizadora de mão-de-obra familiar. A nível estadual, estima-se que a área média de cultivo situe-se ao redor de 1,4 ha. Entretanto, na região Norte, bem como em algumas áreas da região Oeste, a cultura já vem sendo plantada em extensões maiores, com os produtores utilizando-se da mecanização para as operações de preparo do solo e plantio.

Conforme dados da EMATER/SC-ACARESC, o feijão é cultivado por cerca de 165.000 agricultores, cuja produção visa, além do auto-consumo, à geração de excedentes comercializáveis.

Em Santa Catarina, a exemplo de toda a região Centro-Sul do Brasil, o feijão é cultivado em duas safras. A primeira safra, ou safra das águas, é plantada de agosto a novembro e respondeu, na safra 1980/81, por cerca de 65% da área total cultivada. A segunda safra, também chamada de safra das secas ou safrinha, é plantada nos meses de janeiro e fevereiro e respondeu, naquele mesmo período, por aproximadamente 35% da área total cultivada.

Na safra das águas, o plantio concentrou-se, por ordem de importância, nas microrregiões Colonial do Oeste Catarinense, com 44% da área plantada; Planalto de Canoinhas, com 21%; Campos de Curitiba, com 15%; Colonial do Rio do Peixe, com 7%; Campos de Lages, com 3,5%, e Colonial do Alto Itajaí, com 3,4% da área plantada. Já na safrinha, os maiores plantios ocorreram nas microrregiões Colonial Oeste Catarinense, com 65%; Colonial do Alto Itajaí, com 8,5%; e Carbonífera, com 6,6% da área plantada.

Na safra das águas de 1980/81, apesar do preço mínimo estimulante, os bons preços de mercado e os bons níveis de VBC terem incentivado o plantio nas regiões do Planalto de Canoinhas e nos Campos de Lages e Curitiba, as incertezas do clima, a frustração da safra das águas e da safrinha do período anterior e os problemas ocorridos com as coberturas do PROAGRO na safrinha foram fatores que contribuíram para um leve recuo da área plantada com feijão na região Oeste. No entanto, no contexto estadual, a área plantada apresentou evolução positiva da ordem de 1,6%.

Embora o excesso de chuvas ocorrido nos meses de setembro e outubro de 1980 tenha atrasado o preparo do solo e o

plântio, e as baixas temperaturas tenham prejudicâdo o desenvolvimento vegetativo, a normalizaçãõ das condições climáticas nos meses de novembro e boa parte de dezembro contribuíram significativamente para um bom desempenho da cultura.

As constantes chuvas da segunda quinzena de dezembro e de todo o mês de janeiro atrapalharam a colheita e provocaram a entrega de feijão com alto teor de umidade. Nas regiões Oeste, Meio Oeste e Planalto, o fato acima não chegou a causar perdas significativas da produção, uma vez que estas regiões são bem servidas por armazéns e secadores. No Sul do Estado e Vale do Itajaí, onde a produção é mais pulverizada e onde é pequeno o número de trilhadeiras e secadores, ocorreram perdas calculadas em aproximadamente 10% da produção, mas, mesmo assim, o rendimento médio obtido situou-se ao redor de 900 kg/ha.

Não obstante os problemas acima, a produção obtida de 194.000 toneladas foi recorde catarinense e, quando comparada à safra anterior, apresentou crescimento da ordem de 120,6%.

Na segunda safra ou safrinha, a manutenção das antigas taxas de juros, o reajuste do preço para Cr\$ 2.520,00/sc, e, primordialmente, os bons rendimentos obtidos na primeira safra foram fatores que estimularam o aumento da área de plantio para 100.300 ha. Este número, quando comparado ao da safrinha 1979/80 (88.280 ha), apresentou evolução da ordem de 13,6%.

A produção que, no início da safra, havia sido estimada em 70.000 toneladas, sofreu sensível redução em decorrência de fatores climáticos adversos, tendo sido efetivamente colhidas apenas 52.250 toneladas. Apesar da redução, a produção obtida foi 63,1% superior à da safrinha anterior.

A deficiência hídrica que ocorreu nos meses de março/abril reduziu sensivelmente a produção nas microrregiões Colonial do Oeste Catarinense e Colonial do Alto Itajaí. Nestas microrregiões, as lavouras semeadas em fevereiro foram as que mais sofreram, tendo havido coincidência da fase de floração com o período de estiagem e altas temperaturas, causando grande abortamento de flores e vagens. Já na microrregião Carbonífera, a falta de chuvas não chegou a comprometer grandemente a produção de feijão.

De conformidade com a FIBGE/GCEA, a área perdida em

decorrência de problemas climáticos foi de 6.800 ha, 82% dos quais na microrregião Colonial do Oeste Catarinense.

Com relação à safra 1981/82, plantio das águas, as estimativas da FIBGE/GCEA apontam uma área de plantio ao redor de 248.000 ha, com uma produção prevista em 235.600 toneladas.

Ao se confirmarem essas estimativas, a produção desta safra poderá ser 21,5% superior à obtida em igual período do ano anterior.

O aumento da área decorreu principalmente do plantio do feijão em áreas anteriormente ocupadas com culturas de milho e soja, da substituição da soja pelo feijão na consorciação com milho e do plantio do feijão em áreas que não foram plantadas com cebola no Alto Vale do Itajaí.

A deficiência hídrica verificada em agosto/setembro e o excesso de chuvas no mês de outubro atrasaram o plantio na maioria das regiões. No mês de outubro, a incidência de baixas temperaturas, no Sul do Estado e em áreas localizadas do Oeste e Meio Oeste, atrasou o desenvolvimento vegetativo das plantas. A ocorrência de granizo em alguns municípios do Alto Vale do Itajaí (outubro) e nas microrregiões Colonial do Oeste Catarinense e Colonial do Rio do Peixe (novembro) ocasionou prejuízos entre cerca de 12.500 ha da cultura. Não obstante os empecilhos acima, se as condições climáticas se apresentarem favoráveis à época da colheita, acredita-se que a produção de 235,6 mil toneladas deverá ser alcançada.

Estima-se que cerca de 13% dos produtores utilizam sementes selecionadas e que aproximadamente 30% das lavouras recebem adubação em diferentes níveis.

No início de julho, o Conselho Monetário Nacional, a catando proposta do Ministério da Agricultura, aprovou os novos Valores Básicos de Custeio para a safra 1981/82, nos seguintes níveis:

VALOR BÁSICO DE CUSTEIO DO FEIJÃO SEGUNDO OS NÍVEIS
DE PRODUTIVIDADE, SAFRA 1981/82

FAIXA DE PRODUTIVIDADE (kg/ha)	VBC EM JULHO/80	VBC EM JULHO/81	PERCENTAGEM DE AUMENTO NO MINAL	PERCENTAGEM DE AUMENTO REAL (*)
até 400	3.500,00	8.700,00	148,6	12,29
de 401 a 600	8.000,00	18.200,00	127,5	2,77
de 601 a 800	9.400,00	20.700,00	120,2	(-) 0,53
de 801 a 1.000	11.300,00	24.900,00	120,3	(-) 0,47
acima de 1.000	13.200,00	29.800,00	125,7	1,97

(*) Correção com base no Índice Geral de Preços da FGV.

Como pode ser notado, os novos VBCs, quando comparados aos da safra anterior, sofreram correções aproximadamente iguais à evolução do Índice Geral de Preços. No entanto, os VBCs, quando comparados ao custeio real calculado pela CEPA/SC, Cr\$. . . . 28.418,00/ha em julho, na faixa de produtividade entre 801 e 1.000 kg/ha, apresentaram-se levemente defasados. Não obstante, essa defasagem não deve ser considerada como empecilho à atividade, uma vez que a produção de feijão é, na maior parte, efetuada em pequenas propriedades onde é intensa a utilização da mão-de-obra familiar.

Ao final deste mesmo mês, o Governo anunciou o preço-base do feijão em Cr\$ 3.150,00/sc de 60 kg, tendo esse preço sofrido correção de acordo com o INPC, calculado no intervalo de julho a outubro, situando-se em Cr\$ 3.709,80/sc.

As estimativas iniciais de dificuldades no abastecimento nacional (safra 1980/81), em decorrência da oferta de apenas 2,4 milhões de toneladas contra uma demanda aparente de 2,5 milhões de toneladas de feijão, não se concretizou. Ao que parece, a diminuição da demanda foi causada pela queda do poder aquisitivo da população e pelo alto nível de desemprego. De qualquer modo, nas grandes praças compradoras, como São Paulo e Rio de Janeiro, o mercado, no quarto trimestre ao ano, apresentou-se com super oferta e com demanda retraída.

Santa Catarina, com um volume de 246.250 toneladas, produzidas nas duas safras, colaborou com cerca de 10% da oferta nacional das diversas variedades de feijão, com predominância acen

tuada de feijão preto, que representa mais de 70% da produção estadual.

Estima-se que da produção estadual cerca de 10% permaneça na propriedade, 25% seja comercializado pelas cooperativas, 43% seja negociado pelos intermediários do Estado, 10% seja comprado diretamente por intermediários de outros Estados, 4% seja adquirido por pequenos armazéns e 8% por supermercados.

A nível de produtor, o preço, que na primeira quinzena de dezembro de 1980, início da safra, situava-se ao redor de Cr\$. 5.000,00/sc para o feijão preto, apresentou cotações declinantes, chegando ao final de janeiro/81 ao redor de Cr\$ 3.000,00/sc de 60 kg.

A tendência baixista foi agravada pela entrada, no mercado do Rio de Janeiro, em plena safra, de feijão importado pelo Governo. Essa tendência só não foi mais acentuada em função de as Cooperativas terem tentado segurar os preços na faixa de Cr\$3.000,00 a Cr\$ 3.200,00/sc. No entanto, a inexistência de recursos para EGF (em janeiro) e o mercado interestadual estabilizado em níveis (Cr\$ 4.070,00/sc) que não comportavam aqueles preços fizeram com que as cooperativas sentissem sensíveis dificuldades para aquisição do produto, que só não foram maiores em consequência de as cooperativas terem recebido recursos de PRÉ-EGFs da ordem de Cr\$ 330.000.000,00.

Em fevereiro, a liberação dos recursos para EGF e a compra pela CFP de 58.024 sacos de semente de emergência a Cr\$... 95,00/kg proporcionou condições para que as cooperativas mantivessem os preços, a nível de produtor, nos mesmos patamares de janeiro.

Em abril, antes da entrada da safrinha, os preços voltaram a reagir, porém em intensidade menor do que a esperada, em função da veiculação de notícias de importação de feijão, o que felizmente não chegou a se concretizar.

A partir do final de maio, os preços voltaram a declinar em decorrência da entrada de feijão da nova safrinha.

A reação das cotações que era esperada para set/outubro não chegou a se concretizar, com o mercado tendo se apresentado retraído e o excesso de oferta tendo comprimido os preços até a entrada do produto da nova safra.

Para os primeiros meses de 1982, as perspectivas são de que as cotações venham a situar-se a níveis de preços mínimos, em função das previsões otimistas de produção da nova safra.

PREÇO MENSAL DO FEIJÃO PRETO A NÍVEL DE PRODUTOR,
 ATACADO ESTADUAL E ATACADO INTERESTADUAL - SANTA
 CATARINA, 1981

(Cr\$/saca de 60kg)

MÊS	PRODUTOR	ATACADO ESTADUAL	ATACADO INTERESTADUAL (SP)
Janeiro	3.000	-	4.070
Fevereiro	2.957	4.000	3.750
Março	3.241	4.800	4.800
Abril	4.000	5.200	5.100
Maio	4.000	5.500	5.400
Junho	3.750	4.800	4.950
Julho	3.500	4.750	4.980
Agosto	4.150	5.200	5.400
Setembro	3.800	5.200	5.230
Outubro	3.250	4.100	4.480
Novembro	3.000	4.200	3.940

Fonte: EMATER/SC-ACARESC, SAA/CIDASC, FECOAGRO e CEPA/SC

Elaboração: CEPA/SC

FEIJÃO

Tração Animal

Rendimento médio previsto: 800 kg/ha

Sistema utilizado por pequenos proprietários que cultivam o feijão s/adubação

(Cr\$ 1,00)

MÊS/ANO	CUSTOS VARIÁVEIS				TOTAL DOS CUSTOS VA RIÁVEIS	CUSTOS FIXOS	TOTAL DOS CUSTOS P/ ha	CUSTO POR SACO DE 60 kg
	Insumos	Serviços Mecânicos	Serviços Manuais	Outros Custos Variáveis				
Jan/81	2.360	5.674	2.970	2.300	13.304	9.271	22.575	1.685
Mar/81	4.200	5.808	2.970	2.537	15.515	10.712	26.227	1.957
Jul/81	9.220	6.077	5.740	2.130	23.167	11.299	34.466	2.572
Out/81	9.830	7.814	6.720	2.695	27.059	13.440	40.499	3.022
Dez/81	10.245	9.150	7.280	2.665	29.340	14.519	43.859	3.273

FEIJÃO

Tração Animal

Rendimento médio previsto: 900 kg/ha

Sistema utilizado por pequenos e médio proprietários que cultivam o feijão solteiro c/adubação

(Cr\$ 1,00)

MÊS/ANO	CUSTOS VARIÁVEIS				TOTAL DOS CUSTOS VA RIÁVEIS	CUSTOS FIXOS	TOTAL DOS CUSTOS P/ ha	CUSTOS POR SACO DE 60 kg
	Insumos	Serviços Mecânicos	Serviços Manuais	Outros Custos Variáveis				
Jan/81	7.330	8.150	4.785	4.314	24.579	10.934	35.513	2.368
Mar/81	10.060	8.350	4.785	4.724	27.919	12.375	40.294	2.686
Jul/81	13.700	9.125	5.945	2.424	31.194	11.907	43.101	2.874
Out/81	14.680	11.650	6.960	3.097	36.387	14.310	50.697	3.380
Dez/81	15.440	13.610	7.540	3.064	39.654	15.113	54.767	3.651

FEIJÃO

Tração Motora

Rendimento médio previsto: 1.500 kg/ha

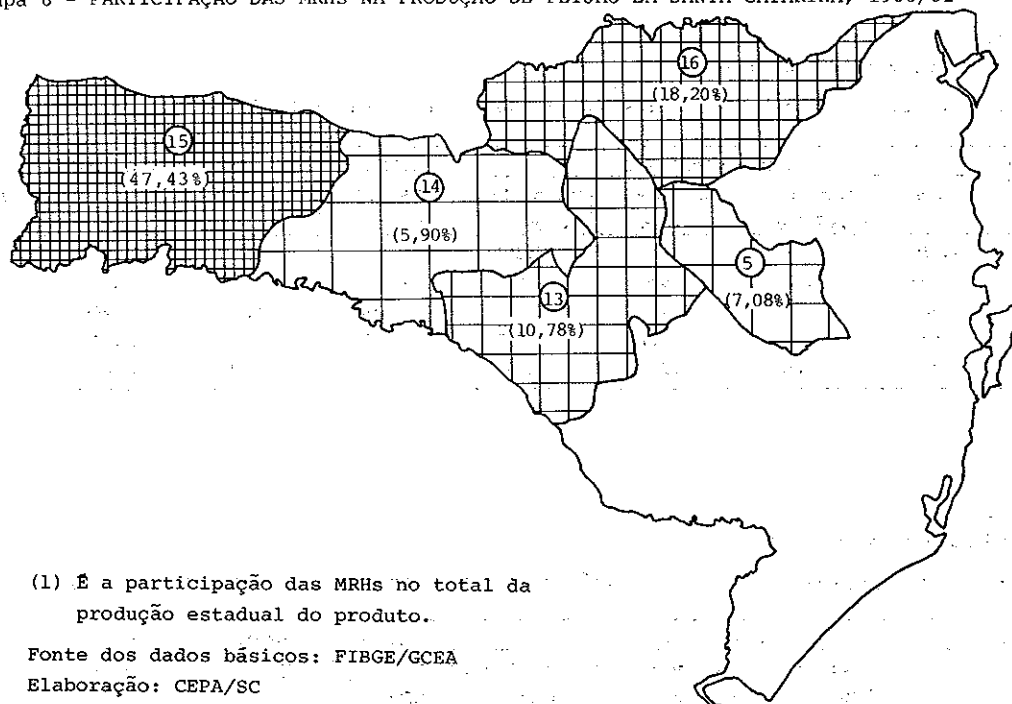
Sistema utilizado por agricultores cujas áreas permitem mecanização e é grande a utilização de insumos

(Cr\$ 1,00)

MÊS/ANO	CUSTOS VARIÁVEIS				TOTAL DOS CUSTOS VA RIÁVEIS	CUSTOS FIXOS	TOTAL DOS CUSTOS P/ ha	CUSTO POR SACO DE 60 kg
	Insumos	Serviços Mecânicos	Serviços Manuais	Outros Custos Variáveis				
Jan/81	9.477	9.614	4.455	5.403	28.949	12.483	41.432	1.658
Mar/81	12.967	10.810	4.422	6.055	34.254	13.245	47.499	1.900
Jul/81	19.566	12.888	5.535	4.398	42.387	16.321	58.708	2.348
Out/81	19.731	17.610	6.480	4.799	48.620	16.565	65.185	2.607
Dez/81	20.720	20.670	7.020	4.743	53.153	17.540	70.693	2.828

Nota: a elaboração dos custos foi coordenada pela CEPA/SC e contou com a participação da EMATER/SC-ACARESC, da EMPASC e de diversas Cooperativas estaduais.

Mapa 8 - PARTICIPAÇÃO DAS MRHS NA PRODUÇÃO DE FEIJÃO EM SANTA CATARINA, 1980/81⁽¹⁾



TAXA DE OCUPAÇÃO DA ÁREA COM A CULTURA DO FEIJÃO, SANTA CATARINA,
 SAFRA 1980/81

M R H	TAXA DE OCUPAÇÃO DA ÁREA (2)
Planalto de Canoinhas	22,16
Colonial do Oeste Catarinense	13,43
Campos de Curitibanos	17,12
Campos de Lages	18,17
Colonial do Alto Itajaí	12,03
Demais	1,14

(2) É a participação da área ocupada com a cultura em relação a área agrícola total da MRH.

Fonte dos dados básicos: FIBGE

Fonte dos dados trabalhados: CEPA/SC

2.8. Fumo em Folha

EVOLUÇÃO DO FUMO EM FOLHA, SANTA CATARINA, SAFRAS DE 1976/77 A 1981/82

SAFRA	ÁREA PLANTADA (ha)	PRODUÇÃO (t)	RENDIMENTO (kg/ha)
1976/77	80.533	119.846	1.488
1977/78	90.527	130.299	1.439
1978/79	112.326	178.175	1.584
1979/80	76.642	127.401	1.662
1980/81	61.250	100.303	1.637
1981/82 ⁽¹⁾	69.000	112.470	1.630

(1) Estimativa: FIBGE/GCEA

Fonte: FIBGE/GCEA

A cultura do fumo desempenha um papel destacado na economia catarinense, ocupando o 9º lugar em relação ao Valor Bruto da Produção.

O Estado de Santa Catarina, na safra 1980/81, participou com 45% do volume de produção total da região Sul, ficando em 2ª colocação, enquanto o Estado do Rio Grande do Sul, com 46% da produção, mantém-se em 1º lugar.

Trata-se de um cultivo apropriado à pequena propriedade, altamente absorvedor de mão-de-obra, principalmente familiar, constituindo-se numa das alternativas de renda para as regiões minifundiárias do Estado. Informações preliminares indicam que a área média por propriedade é de 25,8 ha e que a área média plantada com fumo na propriedade é de 2,2 ha.

Levantamentos realizados pelas entidades representativas dos produtores mostram que, na safra 1980/81, 33.226 famílias se dedicaram ao cultivo do fumo, estimando-se que, aproximadamente, 175.000 pessoas estejam envolvidas com a atividade fumageira no Estado.

O cultivo concentra-se, por ordem de importância, nas microrregiões Colonial do Alto Itajaí, Carbonífera, Colonial do Sul Catarinense, Planalto de Canoinhas, Litoral Sul Catarinense, Colonial de Blumenau e Colonial Serrana Catarinense, sendo que a

microrregião Colonial do Alto Itajaí, é responsável por 21,8% da produção estadual (ver mapa 9).

Na região Sul do Estado, a secagem do produto é feita exclusivamente em estufas com calor controlado, permitindo a obtenção de um produto de melhor qualidade. Na região Oeste, predomina a secagem à temperatura ambiente (galpão). Nas regiões do Vale do Itajaí e Planalto de Canoinhas, ocorre a secagem nas duas modalidades: estufa e galpão.

Os fumos cuja secagem é realizada em estufas compreendem os tipos Amarelinho e Virgínia, enquanto aqueles secados em galpão incluem os tipos Burley e Comum.

Na safra 1979/80, aproximadamente 9.429 famílias cultivaram fumo de galpão, ao passo que 23.797 famílias dedicaram-se ao cultivo de fumo de estufa.

Com relação ao desenvolvimento da cultura, analisando a evolução da área plantada, verifica-se que, nos últimos três anos, até a safra 1980/81, houve um decréscimo quando comparada com a safra 1978/79. Esse declínio ocorreu devido ao maior rigor imposto na classificação pelas indústrias, à falta de mercado para a produção dos fumicultores não integrados e, também, às dificuldades de colocação do produto no mercado externo.

Na atual safra 1981/82, conforme as estimativas da FIBGE e as informações dos plantadores e industriais, houve um acréscimo na área plantada em relação ao ano anterior. Esse aumento da área, com a entrada de novos plantadores, deve-se, principalmente, ao fato de que as indústrias não foram tão rigorosas na classificação do produto colhido na safra 1980/81 e à melhoria dos preços estabelecidos para a atual safra.

Especificamente, com relação ao preço de compra para a safra 1981/82, cabe salientar que este foi estabelecido após diversas reuniões e debates de que participaram representantes do Sindicato das Indústrias de Fumo, Associação dos Fumicultores do Brasil-AFUBRA, Federações de Trabalhadores Rurais da Região Sul, sendo que, em relação à safra anterior, foram acertados os seguintes índices de aumento: Virgínia, 125%; Burley, 140%; Galpão comum, 140%. O preço do fumo Amarelinho para a referida safra foi equiparado ao do fumo Virgínia. Os acréscimos de preços descritos

anteriormente evidenciam o estímulo aos chamados fumos de galpão.

A comercialização do fumo é feita diretamente com a indústria. A produção decorre de um compromisso verbal entre os produtores e as companhias manufatureiras. Essas companhias fornecem todos os insumos para a cultura, prestam assistência técnica direta ao produtor e facilitam o crédito. Os produtores, por sua vez, tem assegurada a venda da produção.

A comercialização ocorre nos meses de dezembro e janeiro e participam da compra da produção aproximadamente 20 indústrias.

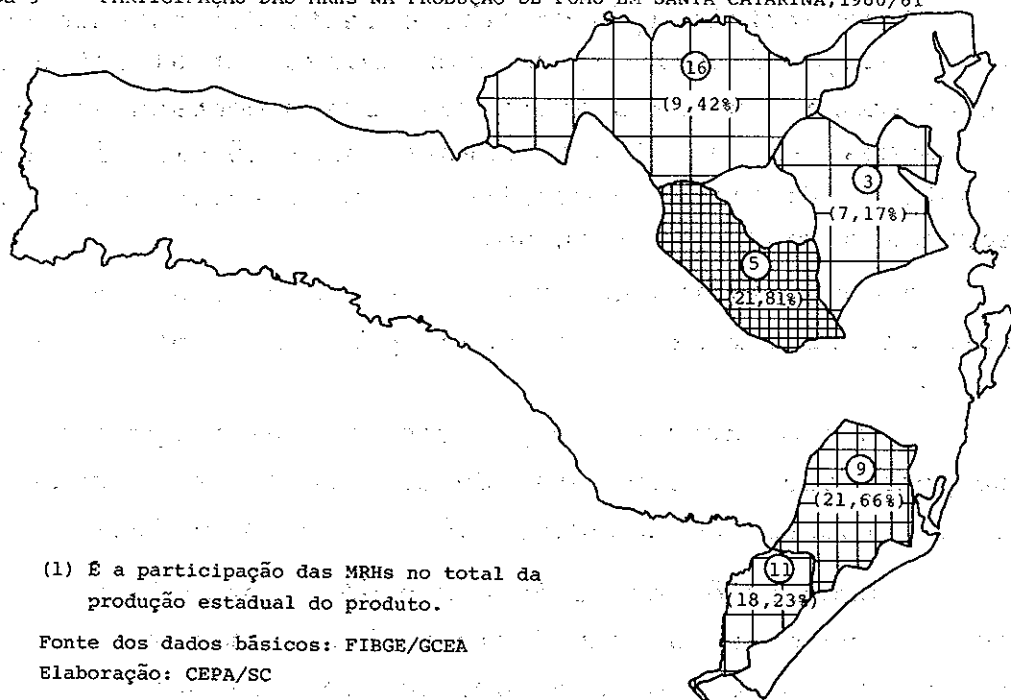
Todos os produtores possuem em suas propriedades estufas ou galpões, onde o fumo, antes de ser recolhido pelos caminhões, passa por um processo de secagem, além de uma pré-classificação.

O produto é levado de caminhão da propriedade para os depósitos e/ou unidades de beneficiamento das empresas. Na recepção destas unidades, o fumo é novamente classificado e o produtor recebe o pagamento de acordo com a qualidade do produto.

As firmas que compram a matéria-prima e que possuem unidade de beneficiamento em Santa Catarina fazem a classificação, seleção, destala, ressecagem, enfardação e expurgo. Os fardos são remetidos às fábricas de cigarros existentes no País, que podem ser da própria empresa ou de terceiros. Parte considerável da produção catarinense é exportada para outros países na forma de fumo em folha, geralmente através de portos catarinenses. Ocorre também que algumas indústrias, localizadas no Rio Grande do Sul, e que compram o produto no Estado, exportam a produção através do vizinho Estado gaúcho. Os fumos preferidos para exportação são aqueles tipo Virgínia, muito embora, atualmente, os fumos de Galpão (Burley e comum) apresentem excelentes perspectivas no mercado externo.

Segundo a CACEX, o Brasil, em 1980, exportou para o mercado internacional 75.084 toneladas de fumo em folha, no valor de 173.211 mil dólares. Conforme a mesma fonte, de janeiro a julho de 1981, haviam sido exportadas 82.042 toneladas, no valor de 224.484 mil dólares. Enquanto isso o Estado de Santa Catarina exportou, em 1980, 30.503 toneladas de fumo em folha, no valor de 72.785 mil dólares. Já em 1981, no período de janeiro a agosto de 1981, foram exportadas 22.217 toneladas de fumo em folha, no valor de 71.548 mil dólares.

Mapa 9 - PARTICIPAÇÃO DAS MRHS NA PRODUÇÃO DE FUMO EM SANTA CATARINA, 1980/81 (1)



(1) É a participação das MRHs no total da produção estadual do produto.

Fonte dos dados básicos: FIBGE/GCEA

Elaboração: CEPA/SC

TAXA DE OCUPAÇÃO DA ÁREA COM A CULTURA DO FUMO, SANTA CATARINA,
SAFRA 1980/81

M R H	TAXA DE OCUPAÇÃO DA ÁREA (2)
Colonial Sul Catarinense	19,07
Carbonífera	19,94
Colonial Serrana Catarinense	10,72
Colonial do Alto Itajaí	12,07
Colonial de Itajaí do Norte	17,72
Demais	11,49

(2) É a participação da área ocupada com a cultura em relação a área agrícola total da MRH.

Fonte dos dados básicos: FIBGE

Fonte dos dados trabalhados: CEPA/SC

2.9. Maçã

EVOLUÇÃO DA CULTURA DA MAÇÃ EM SANTA CATARINA : SAFRAS DE 1976/77 A 1981/82

SAFRA	ÁREA PLAN TADA (ha)	ÁREA COLHI DA (ha)	PRODUÇÃO (t)	RENDIMENTO (kg/ha)
1976/77	3.815	1.375	12.355	8.985
1977/78	5.287	1.965	10.854	5.524
1978/79	6.337	2.668	21.410	8.024
1979/80	7.154	3.815	28.225	7.398
1980/81	8.031	5.287	39.175	7.410
1981/82 (1)	9.028	6.337	55.000	8.680

(1) Estimativa: EMATER/SC-ACARESC (PROFIT)

Fonte: EMATER/SC-ACARESC (PROFIT)

Após a implantação do PROFIT - Projeto de Fruticultura de Clima Temperado, em 1968, a cultura da macieira em Santa Catarina, em que pese as dificuldades financeiras enfrentadas nos últimos anos pelos produtores particulares e associações de produtores, notadamente em relação ao crédito de investimento, tem apresentado um desenvolvimento marcante, tanto em termos de área de cultivo quanto em produção obtida.

Na safra 1980/81, Santa Catarina, cultivando uma área aproximada de 8.031 ha, dos quais cerca de 5.287 ha já se encontravam em idade produtiva, obteve uma produção de 39.175 toneladas de maçãs, o que representou um aumento da ordem de 38,79% sobre a produção obtida na safra 1979/80.

Em termos de Brasil, Santa Catarina se destaca como o maior produtor nacional, tendo contribuído, na última safra, com 52,80% do total de 62.500 toneladas de maçãs produzidas, considerando-se somente o produto destinado à comercialização "in natura". A participação restante coube aos Estados do Rio Grande do Sul (20,00%), São Paulo (19,20%), Paraná (6,40%) e Minas Gerais (1,60%).

Excesso de chuvas, frio e dias nublados ocorridos no período de floração e que dificultaram a normal polinização das flores, bem como a ocorrência de quedas de granizo na segunda

quinzena do mês de dezembro, foram os principais problemas enfrentados pelos produtores de maçã, no tocante à atividade de produção, na safra 1980/81.

Na área de armazenagem frigorífica e, conseqüentemente, na da comercialização, que é onde reside o maior entrave ao desenvolvimento da maleicultura no Estado, mais uma vez os problemas se fizeram sentir, principalmente na região dos Campos de Lages e, mais particularmente ainda, na região de São Joaquim, onde a insignificante disponibilidade de armazéns frigoríficos trouxe sérios prejuízos aos fruticultores.

Do total de 39.175 toneladas de maçãs produzidas na safra passada, cerca de 33.098,10 toneladas foram comercializadas "in natura" e 4.104,10 toneladas destinaram-se à industrialização. O volume restante, 1.972,70 toneladas, foi perdido nas fases de maturação, colheita e pós-colheita.

A quantidade de produto comercializado "in natura" representou 84,48% da produção estadual e movimentou recursos da ordem de 919 milhões de cruzeiros. Esse produto foi comercializado por cerca de 829 produtores a um preço médio de Cr\$ 27,77 o quilo.

À maçã industrial coube uma participação de 10,47% da produção catarinense. Foi comercializada por 471 fruticultores, sendo que o valor resultante dessas transações alcançou 27 milhões de cruzeiros. O preço médio de comercialização foi de Cr\$ 6,67 o quilo.

A maçã catarinense produzida na última safra foi comercializada para os Estados do Rio Grande do Sul, Paraná, São Paulo, Minas Gerais, Distrito Federal, Rio de Janeiro, Bahia, Mato Grosso e Pará, além de atender a demanda do próprio Estado catarinense.

A CEASA/SC - Centrais de Abastecimento do Estado de Santa Catarina -, com sede no município de São José, responsável pelo abastecimento de hortigranjeiros em toda a região da Grande Florianópolis, movimentou, no ano de 1981, um volume de 1.415.142 kg de maçãs.

Coube ao produto nacional, de procedência do próprio Estado de Santa Catarina, uma participação bastante significativa, tendo contribuído com cerca de 62,63% do total comercializado na-

quele entreposto de comercialização, ou seja, 886.342 kg do produto.

O volume restante (528.800 kg) constituiu-se de maçã importada, repassada pelas CEASAs do Rio Grande do Sul e do Paraná e pela CEAGESP.

VOLUME COMERCIALIZADO E PREÇOS MÉDIOS DA MAÇÃ
NACIONAL E IMPORTADA, NO ATACADO E VAREJO DA
CEASA/SC NO ANO DE 1981

MÊS	VOLUME (kg)			PREÇOS MÉDIOS - Cr\$/ha			
	Nacional	Import.	Total	Atacado		Varejo	
				Nacional	Import.	Nacional	Import.
Jan	600	66.675	67.275	65,00	77,00	100,00	120,00
Fev	54.670	39.870	94.540	56,00	84,00	66,00	100,00
Mar	144.275	29.200	173.475	50,99	92,72	58,58	126,00
Abr	202.550	48.775	251.325	49,48	89,49	60,49	104,02
Mai	179.862	13.850	193.712	53,07	89,41	71,79	112,50
Jun	111.550	30.980	142.530	60,03	90,72	71,00	120,00
Jul	64.050	44.000	108.050	74,06	101,30	82,78	125,00
Ago	68.200	47.325	115.525	84,47	107,82	97,75	127,00
Set	43.410	56.175	99.585	106,30	126,40	113,57	175,00
Out	-	62.775	62.775	98,25	142,19	115,71	180,00
Nov	17.175	69.125	86.300	113,91	156,99	131,43	198,00
Dez ⁽¹⁾	-	20.050	20.050	-	217,31	-	270,00
TOTAL	886.342	528.800	1.415.142	-	-	-	-

(1) De 19 a 20/12/81

Fonte: CEASA/SC

Elaboração: CEPA/SC

Com os plantios efetivados na atual safra e que somaram 997 ha, o Estado de Santa Catarina passa a contar, agora, com uma área cultivada com macieiras de cerca de 9.028 ha.

Os plantios de novos pomares, apesar de terem sido bastante expressivos na atual safra, têm sofrido um arrefecimento a partir da safra 1977/78. Essa desmotivação dos maleicultores catarinenses em relação à implantação de novas áreas decorreram, principalmente, em função de:

- redução da oferta de crédito rural para investimentos;

- altos custos de insumos;
- elevação dos encargos financeiros nas operações de crédito rural aliada à falta de garantias para conseguir tais créditos, e reduzido volume de recursos que possuem os produtores para custear o período não produtivo (principalmente em se tratando de pequenos produtores);
- redução dos recursos reais alocados para a atividade através do FISET e
- expectativa temerária dos produtores em relação à falta de uma infra-estrutura de armazenagem a frio para o produto, condizente com as reais necessidades das zonas produtoras.

Na tabela a seguir poderão ser observadas as evoluções anuais que a cultura apresentou no Estado de Santa Catarina, a partir do ano de 1970.

EVOLUÇÃO ANUAL DA ÁREA DE PLANTIO DE MACIEIRA
EM SANTA CATARINA, 1970 A 1981

PERÍODOS ANUAIS	ÁREA PLANTADA - ha		NÚMERO DE UNIDADES PRODUTIVAS
	No ano	acumulada	
1970	265	265	-
1971	290	555	-
1972	242	797	-
1973	578	1.375	-
1974	590	1.965	-
1975	703	2.668	-
1976	1.147	3.815	579
1977	1.472	5.287	910
1978	1.050	6.337	1.058
1979	817	7.154	1.186
1980	877	8.031	1.242
1981	997	9.028	-

Fonte: EMATER/SC-ACARESC (PROFIT)

Nas últimas safras, a produção de maçãs em Santa Catarina tem apresentado aumentos sucessivos, resultantes da entrada em produção de novos pomares e do aumento de produtividade que os pomares mais antigos têm demonstrado, tendo em vista terem alcan-

gado idade de plena produção.

É a seguinte a situação dos pomares de macieiras de Santa Catarina, em relação às fases etárias de desenvolvimento produtivo:

IDADE DE PLANTIO	CARACTERÍSTICAS	ÁREA OCUPADA (ha)	PERCENTUAL DE ÁREA OCUPADA (%)
Plantios efetuados até 1974	Pomares adultos em idade de plena produção	1.965	22
Plantios efetuados de 1975 a 1978	Pomares em crescimento em idade de produção inicial	4.372	48
Plantios efetuados de 1979 a 1981	Pomares em fase de formação; ainda improdutivos	2.691	30
TOTAL		9.028	100

Fonte: EMATER/SC-ACARESC (PROFIT)

Para a safra 1981/82, as perspectivas são de uma colheita ao redor de 55.000 toneladas.

Essa produção deverá ser obtida em cerca de 6.337 hectares que já se encontram em idade produtiva e, caso se confirme, representará um incremento da ordem de 40,39% sobre a produzida na safra 1980/81.

A nível de Brasil, as estimativas para esta safra situam-se em torno de 104.800 toneladas do produto.

Santa Catarina deverá contribuir com 52,48% da produção total, ficando a participação restante com os Estados do Rio Grande do Sul, Paraná, São Paulo e Minas Gerais.

A seguir são mostradas as estimativas de produção de maçãs para a safra 1981/82 em cada um dos cinco Estados produtores.

ESTIMATIVAS DE PRODUÇÃO DE MAÇÃS NO BRÁSIL
SAFRA 1981/82

ESTADO	PRODUÇÃO PREVISTA (t)	PARTICIPAÇÃO (%)
Santa Catarina	55.000	52,48
Rio Grande do Sul	25.000	23,86
São Paulo	15.500	14,79
Paraná	8.000	7,63
Minas Gerais	1.300	1,24
TOTAL	104.800	100,00

Fonte: EMATER/SC-ACARESC (PROFIT)

Apesar do empenho do Governo catarinense no sentido de alocar recursos financeiros, visando dotar o Estado de uma capacidade de armazéns a frio para a maçã, condizente com as suas reais necessidades e, dessa forma, assegurar a continuidade de uma exploração cujo montante de inversões já efetuadas não justifica que a mesma sofra solução de continuidade, é na armazenagem frigorificada que a maçã catarinense encontra a maior barreira ao seu desenvolvimento.

Segundo informações do PROFIT, o Estado dispõe, no momento, de armazéns frigoríficos para armazenar um total de 20.980 toneladas de maçãs; quando o ideal, segundo afirmativa de técnicos ligados à produção de maçãs, seria uma capacidade de armazenagem a frio para o produto de, no mínimo, 50% do volume produzido.

Essa situação torna-se ainda mais crítica, se for considerado que cerca de 95% da atual disponibilidade frigorífica acha-se concentrada na região de Videira, responsável por 56% da produção prevista para a safra 1981/82, enquanto a região dos Campos de Lages, que responde por 40% das 55.000 toneladas previstas, possui uma capacidade de frigorificação de apenas 930 toneladas, que equivale a somente 5% do total existente no Estado, conforme demonstra a tabela a seguir:

CAPACIDADE ATUAL E PROJETADA DE ARMAZENAGEM À FRIO
PARA A MAÇÃ E PERSPECTIVA DE PRODUÇÃO, POR REGIÃO
PRODUTORA - SAFRA 1981/82

(em toneladas)

REGIÃO PRODUTORA	PRODUÇÃO ESTIMADA	CAPACIDADE FRIGORÍFICA ATUAL	PROJETADO PARA 1982	DÉFICIT DE FRIGORIFICAÇÃO
Região de Videira	31.000	20.050	500	10.450
Região de Lages	22.000	930	4.200	16.870
Região de Joaçaba	2.000	-	-	2.000
TOTAL	55.000	20.980	4.700	29.320

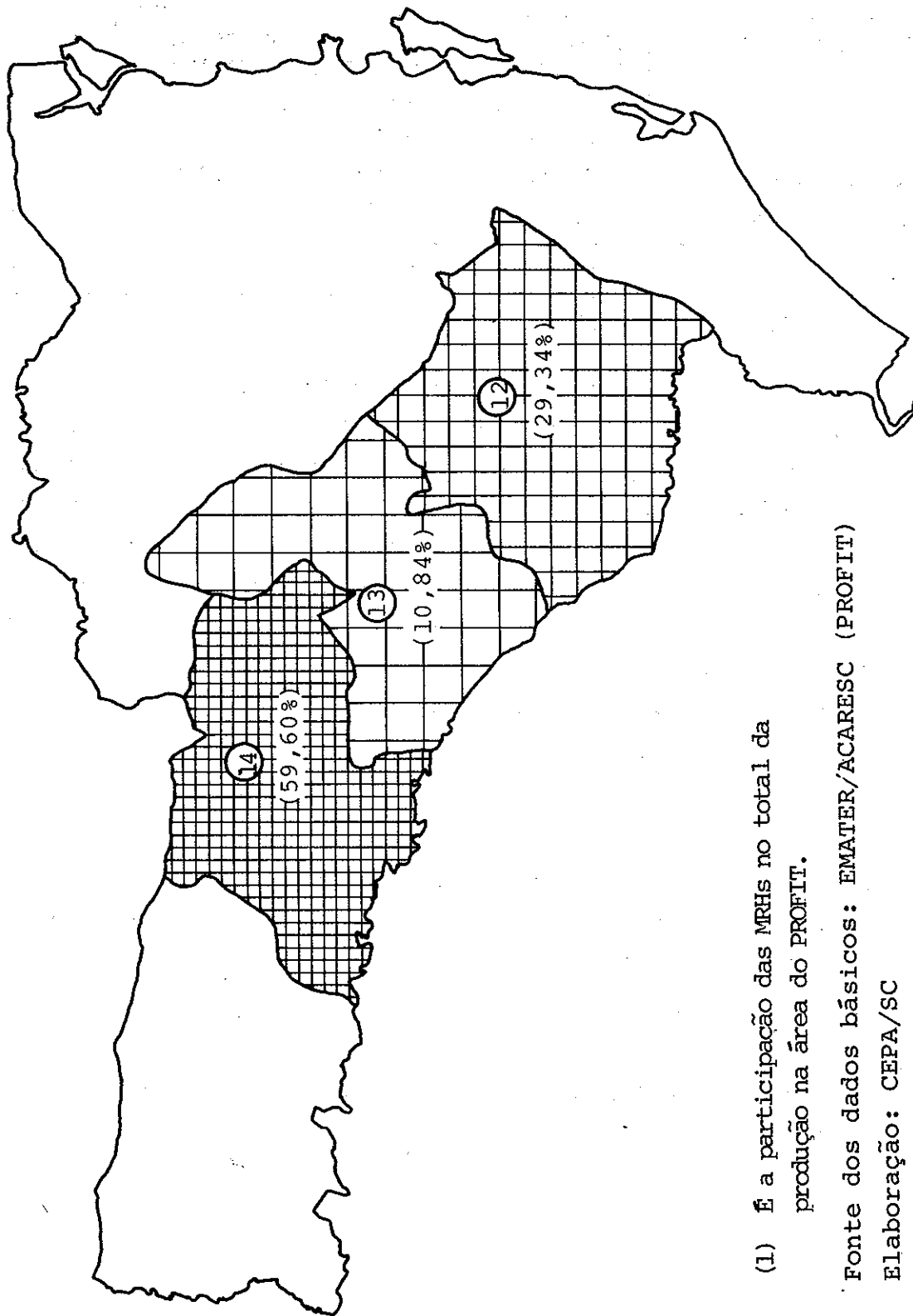
Fonte: EMATER/SC-ACARESC (PROFIT)

O Programa de Armazenagem a Frio do Estado de Santa Catarina, no qual estão atuando o GAPLAN - Gabinete de Planejamento e Coordenação Geral; a Secretaria da Indústria e do Comércio, através da COCAR; a Secretaria da Agricultura e do Abastecimento, através da EMATER/SC-ACARESC (PROFIT) e a FECOAGRO - Federação das Cooperativas do Estado de Santa Catarina, prevê, já para a safra 1981/82, a implantação de mais 4.700 toneladas de armazéns frigoríficos, distribuídos entre as regiões de Lages, com 4.200 toneladas, e de Videira, com 500 toneladas.

Mesmo que essas previsões se confirmem e que esses novos armazéns possam ser utilizados já no ano de 1982, a região dos Campos de Lages ainda terá uma capacidade de armazenagem muito aquém (apenas 23,3%) das suas reais necessidades, devendo, em consequência, ocorrer sérios problemas de recebimento, classificação e comercialização da maçã produzida nesta safra naquela região.

Não obstante o excesso de chuvas ocorrido no mês de outubro e início de novembro, as condições climáticas, na atual safra, podem ser consideradas satisfatórias a todas as operações de cultivo com a cultura.

Mapa 10 - PARTICIPAÇÃO DAS MRHS NA PRODUÇÃO DE MAÇÃ EM SANTA CATARINA, 1980/81 (1)



(1) É a participação das MRHS no total da produção na área do PROFIT.

Fonte dos dados básicos: EMATER/ACARESC (PROFIT)
Elaboração: CEPA/SC

2.10. Mandioca

EVOLUÇÃO DA CULTURA DA MANDIOCA EM SANTA CATARINA SAFRAS DE 1977/78 A 1981/82*

SAFRA	ÁREA COLHIDA (ha)	PRODUÇÃO (t)	RENDIMENTO (kg/ha)
1977/78	77.528	1.208.159	15.583
1978/79	66.879	1.120.967	16.761
1979/80	60.995	997.056	16.346
1980/81	75.066	1.268.289	16.896
1981/82 ⁽¹⁾	80.000	1.280.000	16.000

(*) A área e a produção consideradas referem-se àquelas realmente colhidas em cada safra (desconsideradas a área e a produção remanescentes).

(1) Estimativa: FIBGE/GCEA

Fonte: FIBGE

Mundialmente, a mandioca constituiu-se numa das principais fontes alimentares energéticas para mais ou menos 400 milhões de pessoas (Bollotti e Shoonhoven, 1978). Sua produção ultrapassou os 106 milhões de toneladas em 1980, registrando-se um crescimento da ordem de 13% nos últimos 7 anos.

No contexto mundial, o Brasil tem-se configurado como o maior produtor (20%), mas menos de 1% do equivalente à produção de raízes frescas é exportado. Principalmente em face de o mercado interno ser de maior importância, a quantidade e os valores de exportação têm flutuado nos últimos anos.

Segundo dados do Censo Agrícola de 1960, a área cultivada com esse produto, em Santa Catarina, representava 6,7% da área cultivada com mandioca no país. Em 1970, essa participação aumentou para 8,87%, colocando o Estado em 4º lugar em área cultivada.

Já em 1980, segundo relatório da Coordenação do Sistema Nacional de Planejamento Agrícola- CSNPA, Santa Catarina participava com 3,7% da área cultivada no Brasil, passando para a 9ª posição em área plantada.

Quanto ao volume de produção, a participação catariense foi de 11,6% em 1960, 12,8% em 1970 e 5,2% em 1980.

Em Santa Catarina, a mandioca é cultivada em todas as regiões por aproximadamente 85.000 produtores. Contudo, o seu cultivo assume maior importância econômica no Sul do Estado e Alto Vale do Itajaí, onde é explorada predominantemente com fins industriais. Nestas regiões concentram-se 50% da produção catarinense. A microrregião Colonial do Alto Itajaí é a maior produtora, com 25% da produção estadual, seguindo-se a Litoral Sul Catarinense, com 16%, e a Colonial do Oeste Catarinense, com 14%.

Na região do Alto Vale do Itajaí, a mandioca é tradicionalmente colhida após o 2º ciclo e destina-se principalmente às agro-indústrias feculeiras, que extraem o amido e o transformam em fécula, utilizada em indústrias de alimentação, têxteis, celulose e outras.

Na mesorregião 7 (microrregião Colonial de Joinville, Litoral de Itajaí, Colonial de Blumenau, Colonial de Itajaí Norte e Colonial do Alto Itajaí), aproximadamente 50% da produção é utilizada "in natura" na alimentação humana e animal, sendo o restante transformado em farinha, fécula e raspa, destacando-se a produção de fécula que absorve 40% da raiz produzida na região.

No Litoral, principalmente no Sul do Estado, onde a raiz da mandioca é arrancada normalmente no final do 1º ciclo, 60% da produção das microrregiões Carbonífera, Colonial Sul Catarinense, Colonial de Laguna e Litoral Sul Catarinense destina-se à fabricação de farinha, que é processada por cerca de 2.000 engenhos existentes na região. O restante destina-se ao fabrico de fécula, de raspa e ao consumo "in natura".

No âmbito estadual, a cultura enfrentou um período de decadência, desde 1975 até fins de 1978, reagindo a partir de 1979, face às boas perspectivas de mercado.

Assim sendo, na safra 1979/80, foram plantados 72.675 hectares que, somados à área remanescente da safra anterior, totalizaram 104.275 hectares, representando 40,89% de acréscimo em relação à área cultivada em 1978/79. Esse aumento não foi mais expressivo devido à pouca disponibilidade de manivas, já que não houve preocupação, por parte dos produtores, em guardar as ramas, face ao período de desestímulo verificado na safra anterior.

Na mesma safra, foram colhidas 997.056 toneladas em

60.995 ha.

Na safra 1980/81, além da área remanescente, foram plantados 75.066 hectares, totalizando uma área de 113.349 hectares, com uma produção potencial de 2.029.923 toneladas. Foram colhidas efetivamente, na safra 1980/81, 1.268.289 toneladas.

Para a safra 1981/82, estima-se que serão colhidos 80.000 hectares, 6,57% superior à safra passada, que somados aos 33.692 hectares remanescentes deverão originar uma produção potencial de 1.280.000 toneladas.

Vários fatores influenciaram no acréscimo de área, destacando-se o preço médio alcançado pela raiz de mandioca na safra 1980/81, em torno de Cr\$ 4.067,00/toneladas (tabela 93), as perspectivas de funcionamento das destilarias de álcool e mesmo a substituição de outras culturas, como a cebola, no Alto Vale do Itajaí.

Tabela 93

PREÇO RECEBIDO PELO PRODUTOR E PERCENTUAL
COMERCIALIZADO DE RAIZ DE MANDIOCA
SAFRA 1980/81 (ABRIL A SETEMBRO)

MÊS	% COMERCIALIZADO		PREÇO RECEBIDO (Cr\$/t)
	No Mês	Acumulado	
Abr	5	5	4.500,00
Mai	8	13	4.000,00
Jun	32	45	3.800,00
Jul	20	65	3.600,00
Ago	30	95	4.000,00
Set	5	100	4.500,00

Fonte: CEPA/SC

No mês de julho, o Conselho Monetário Nacional aprovou os preços mínimos para a safra 1981/82, fixando o da raiz de mandioca em Cr\$ 3.055,00/tonelada, com início de operação em 01/04/1982 e tendo como fator de correção o INPC de julho/81 a março/82.

A preços correntes, o valor fixado foi superior em 70% ao preço mínimo vigente na safra 1980/81 e em 201,6% ao da safra 1979/80, situando-se, contudo, abaixo dos preços praticados no

mercado. No entanto, as correções que incidirão em março de 1982 sobre o preço básico deverão elevar o valor estipulado a níveis mais satisfatórios.

Ainda em relação à política de preços mínimos, vale ressaltar que a sua não fixação em época oportuna, para os derivados da mandioca (fécula e farinha), tem reflexos negativos no setor, gerando insegurança aos industriais e produtores.

A fixação do Valor Básico de Custeio (VBC) para a safra 1981/82 teve um aumento real médio de 3,60% (tabela 94) sobre o da safra anterior.

Tabela 94

VALOR BÁSICO DE CUSTEIO (VBC) PARA A CULTURA DA
MANDIOCA, SAFRA 1981/82

FAIXA DE PRODUTIVIDADE (kg/ha)	VBC (Cr\$/ha)	AUMENTO REAL (%)
Até 10.000	17.800,00	6,36
10.001 a 15.000	20.500,00	7,01
15.001 a 20.000	27.900,00	3,00
20.001 a 25.000	30.800,00	1,35
Acima de 25.000	33.800,00	0,32

Fonte: CFP

A curva dos preços no mercado atacadista, para os derivados da raiz de mandioca, praticamente acompanhou a curva de preços da matéria-prima. Tornou-se descendente durante a colheita, só reagindo de setembro em diante. Mesmo assim, o mercado, na maior parte do ano, mostrou-se favorável, face ao prolongamento das condições adversas em quase todo o nordeste e à conseqüente manutenção dos baixos níveis de disponibilidade de alimentos em geral, tanto para consumo humano como para o consumo animal. A pressão da demanda para os derivados da mandioca foi favorecida, o que provocou a elevação dos preços.

A fécula, apesar da retirada do subsídio à exportação, foi relativamente bem comercializada, principalmente em função dos preços do amido de milho, principal concorrente, serem mais elevados.

Tabela 95

PREÇOS DOS DERIVADOS DA MANDIOCA NO MERCADO ATACADISTA,
SANTA CATARINA, 1981

MÊS	FARINHA COMES- TÍVEL (Cr\$/sc 50kg)	FARINHA INDUS- TRIAL (Cr\$/sc 50kg)	FÉCULA (Cr\$/kg)
Jan	1.650,00	1.150,00	39,00
Fev	1.900,00	1.250,00	-
Mar	1.900,00	1.000,00	43,00
Abr	1.900,00	1.000,00	45,00
Mai	1.650,00	800,00	38,00
Jun	1.550,00	650,00	33,00
Jul	1.550,00	650,00	33,00
Ago	1.600,00	800,00	38,00
Set	1.600,00	850,00	40,00
Out	-	-	-
Nov	1.750,00	1.000,00	40,00
Dez	1.750,00	1.000,00	45,00

Fonte: CEPA/SC

Em dezembro de 1981, estimou-se em 200.000 sacos de 50 kg os estoques de farinha em poder das indústrias os quais, somados aos 50.000 sacos existentes nos engenhos, deixa disponível para o mercado uma oferta total de 12.500 toneladas até o início da próxima safra.

O volume de EGF contratado nas duas últimas safras foi pequeno em relação aos anteriores. Dentre os fatores que vêm sendo considerados como causa da redução destacam-se os juros altos, os preços mínimos irrisórios para a fécula e farinha, o contingenciamento do montante a contratar e a própria conjuntura desfavorável que não incentiva a formação de grandes estoques.

Tabela 96

VOLUME TOTAL CLASSIFICADO E VOLUME DE EGF DOS DERIVADOS DA MANDIOCA - SANTA CATARINA, 1977 A 1981

(em toneladas)

ANO	FARINHA		FÉCULA	
	Total Classificado	EGF	Total Classificado	EGF
1977	29.802	5.941	39.206	17.122
1978	45.184	21.269	60.016	21.438
1979	28.062	4.947	49.840	11.172
1980	21.972	3.730	30.689	6.507
1981 (*)	23.520	3.852	36.139	9.027

(*) Situação até novembro

Fonte: CIDASC

A participação brasileira no mercado internacional tem sido pouco representativa, se for considerado que o Brasil é o maior produtor mundial de mandioca.

A quase totalidade da demanda dos países importadores é atendida pelos países asiáticos e africanos, principalmente Tailândia, Indonésia, Zaire e Nigéria.

Os maiores entraves, que têm impedido uma participação mais efetiva do Brasil, são decorrentes principalmente dos baixos rendimentos obtidos, altos custos, limitação climática no Sul do País e safras bastantes irregulares. Esses fatores têm dificultado a conquista de novos mercados, que exigem um abastecimento contínuo. A esses fatores somam-se outros, como a exclusão da fécula dentre os produtos beneficiados com o crédito prêmio de 15% para exportação, conforme Portaria nº 78 de 19/04/81 do Ministério da Fazenda. Na Legislação antiga de subsídios à exportação, a fécula de mandioca tinha direito a um crédito prêmio de 10%.

Santa Catarina, participando com 5,2% da produção nacional, contribuiu, em média, nos últimos três anos, com 63,5% das exportações brasileiras de farinha e 50,9% das de fécula.

As exportações catarinenses de farinha, nos últimos quatro anos, destinaram-se principalmente aos mercados de Portugal (54,6%) e do Uruguai (40,8%), e a fécula produzida no Estado tem sido comercializada em maior volume nos E.U.A. (48,6%) e Vene

zuela (23,5%).

Tabela 97

EXPORTAÇÃO CATARINENSE DE DERIVADOS DE MANDIOCA
E SUA DESTINAÇÃO

DERIVADOS	DESTINO	1977	1978	1979	1980
<u>Farinha</u>	Portugal	164.560	182.500	227.500	333.000
	Uruguai	272.710	39.000	129.000	237.000
	E.U.A.	12.000	13.500	17.000	18.500
	Outros	6.500	2.000	4.000	1.000
<u>Fécula</u>	E.U.A.	372.517	922.566	2.129.819	298.640
	Venezuela	-	800.000	600.000	400.000
	França	-	-	700.000	-
	Outros	25.000	359.051	997.232	45.000

Fonte: CACEX

Elaboração: CEPA/SC

MANDIOCA (2 ciclos)

Tração Animal

Rendimento médio previsto: 18.000 kg/ha

Cultivo em solo arenoso

MÊS/ANO	CUSTOS VARIÁVEIS				TOTAL DOS CUSTOS VA RIÁVEIS	CUSTOS FIXOS	TOTAL DOS CUSTOS P/ ha	CUSTO POR t DE RAIZ
	Insumos	Serviços Mecânicos	Serviços Manuais	Outros Custos Variáveis				
Jan/81	6.780	5.600	18.000	8.314	38.694	7.390	46.084	2.560
Mar/81	7.690	5.600	15.750	7.993	37.033	8.498	45.531	2.530
Jul/81	9.720	7.200	25.000	1.915	43.835	14.191	58.026	3.224
Out/81	10.485	8.000	28.800	2.436	49.721	14.466	64.187	3.566
Dez/81	11.405	9.280	28.800	2.661	52.146	17.766	69.912	3.884

MANDIOCA (2 ciclos)

Tração Animal

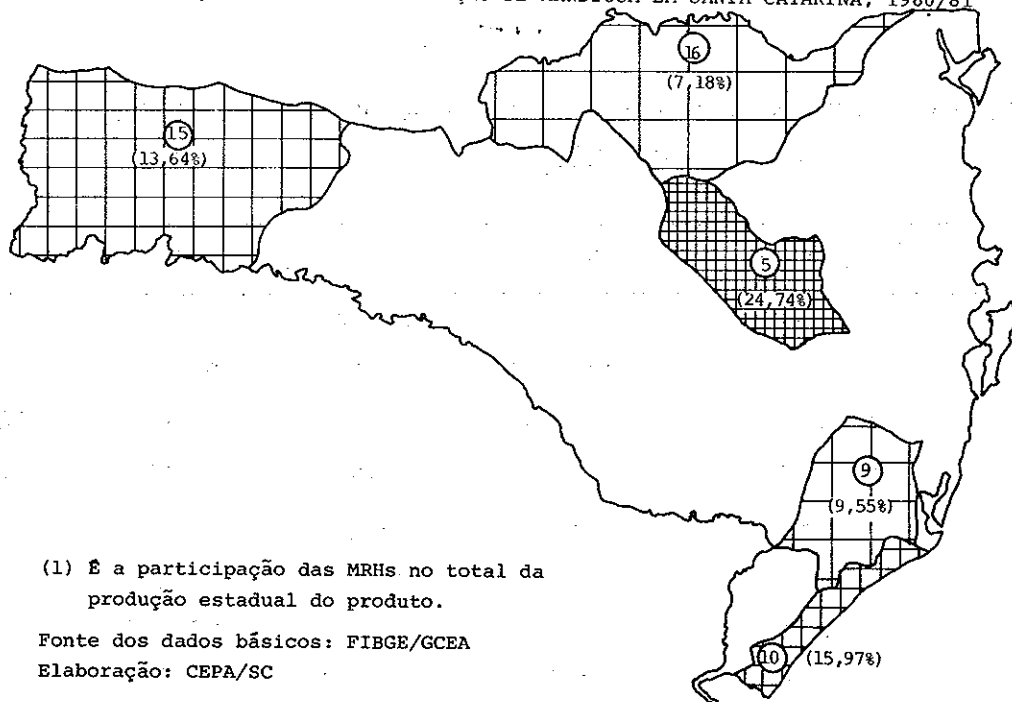
Rendimento médio previsto: 25.000 kg/ha

Cultivo em solo argiloso

MÊS/ANO	CUSTOS VARIÁVEIS				TOTAL DOS CUSTOS VA RIÁVEIS	CUSTOS FIXOS	TOTAL DOS CUSTOS P/ ha	CUSTO POR t DE RAIZ
	Insumos	Serviços Mecânicos	Serviços Manuais	Outros Custos Variáveis				
Jan/81	4.520	10.500	24.600	11.012	46.112	10.390	56.502	2.260
Mar/81	5.880	10.500	24.600	12.715	53.695	11.910	65.605	2.624
Jul/81	9.650	15.300	32.000	2.683	59.633	20.673	80.306	3.212
Out/81	10.335	17.000	38.400	3.455	69.190	21.585	90.775	3.631
Dez/81	11.045	19.720	38.400	3.768	72.933	22.825	95.758	3.830

Nota: a elaboração dos custos foi coordenada pela CEPA/SC, e contou com a participação da EMATER/SC-ACARESC, da EMPASC e de diversas Cooperativas estaduais.

Mapa 11 - PARTICIPAÇÃO DAS MRHs NA PRODUÇÃO DE MANDIOCA EM SANTA CATARINA, 1980/81⁽¹⁾



TAXA DE OCUPAÇÃO DA ÁREA COM A CULTURA DA MANDIOCA, SANTA CATARINA,
 SAFRA 1980/81

M R H	TAXA DE OCUPAÇÃO DA ÁREA (2)
Litoral Sul Catarinense	36,96
Carbonífera	12,94
Litoral de Laguna	17,89
Florianópolis	16,00
Carbonífera de Joinville	10,53
Demais	1,31

(2) É a participação da área ocupada com a cultura em relação a área agrícola total da MRH.

Fonte dos dados básicos: FIBGE

Fonte dos dados trabalhados: CEPA/SC

2.11. Milho

EVOLUÇÃO DA CULTURA DE MILHO EM SANTA CATARINA SAFRAS 1976/77 A 1981/82

SAFRA	ÁREA PLANTADA (ha)	PRODUÇÃO (t)	RENDIMENTO (kg/ha)
1976/77	1.063.584	2.674.175	2.514
1977/78	1.005.633	1.587.902	1.579
1978/79	1.078.025	1.708.649	1.585
1979/80	1.128.441	3.016.233	2.673
1980/81	1.150.000	3.162.500	2.750
1981/82 ^(*)	1.167.000	3.209.000	2.750

(*) Estimativa: FIBGE/GCEA E CEPA/SC

Fonte: FIBGE/GCEA

O milho continua sobressaindo-se como o produto de maior importância na agropecuária catarinense, tanto em volume colhido, como na formação do Valor Bruto da Produção de todo o setor agrícola estadual.

Estima-se que aproximadamente 170.000 produtores cultivem o cereal e que cerca de 135.000 destes o façam com o propósito de transformá-lo em suínos e aves nas próprias unidades produtoras.

A maior parte da produção é proveniente das pequenas propriedades, onde também é significativo o cultivo de milho em consorciação com soja ou feijão.

A área plantada tem crescido de forma razoável, a não ser em anos de grandes desestímulos, como na safra 1977/78, quando o mercado para o milho colhido no ano anterior e o preço mínimo estabelecido para aquela safra foram francamente desfavoráveis. A produção e o rendimento têm crescido de forma lenta, porém constante, sofrendo solução de continuidade apenas em safras atípicas, como nas de 1977/78 e 1978/79, quando as estiagens causaram sensíveis reduções nos volumes colhidos.

Analisando-se a evolução das safras de 1976/77 a 1980/81, observa-se que a cultura apresentou taxa média anual de crescimento da ordem de 1,97% na área plantada e de 4,28% na produção

obtida.

Na safra 1980/81, Santa Catarina, com uma produção de 3.162,5 mil toneladas, foi o 3º produtor nacional, tendo sido responsável por aproximadamente 15% da produção brasileira de milho.

A nível de Estado, a microrregião Colonial do Oeste Catarinense continuou despontando como a maior produtora, respondendo por aproximadamente 52% da área plantada e 56% da produção colhida. Seguem-lhe, por ordem de importância, a microrregião Colonial do Rio do Peixe, com 20,0% da área plantada e 22,0% da produção colhida; a microrregião Planalto de Canoinhas, com 7,0% da área e 5,3% da produção; a microrregião Campos de Curitibanos, com 7,1% da área e 4,2% da produção; e a microrregião do Alto Itajaí com 3,3% da área plantada e 3,2% da produção obtida (mapa 12).

A safra 1980/81, que vinha sendo avaliada até agosto de 1981 em 1.223.000 ha plantados e produção de 3,3 milhões de toneladas, mostrou estar superestimada. As estimativas finais da FIBGE/GCEA, após os reajustes normais das informações do interior e escoradas nos resultados preliminares do levantamento Censitário de 1980, demonstraram que a área efetivamente plantada foi de 1.150.000 ha, com produção obtida de 3.162.500 toneladas. A área plantada e a produção obtida, quando comparadas com a safra anterior (safra 1979/80), mostrou evolução positiva da ordem de 1,9% e 4,8% respectivamente.

Deve-se ressaltar, no entanto, que do mesmo modo como as estimativas iniciais da safra 1980/81 encontravam-se superestimadas, e só puderam ser corrigidas após o levantamento censitário de 1980, deduz-se que os dados das safras anteriores também encontravam-se superavaliados. Desse modo, conclui-se que os incrementos na área plantada e na produção obtida tenham sido efetivamente maiores do que aqueles apontados pelos dados estatísticos (1,9% a 4,8% respectivamente em área e produção).

O aumento na área plantada ocorreu, principalmente, através da substituição de áreas tradicionalmente cultivadas com soja na região Oeste e com fumo na região do Alto Vale do Itajaí, além da incorporação de novas áreas.

O excesso de chuvas e as baixas temperaturas, ocorridos nos meses de set/out de 1980, atrasaram o preparo do solo e o plantio, sem, contudo, terem causado maiores danos à lavoura. Não

obstante alguns prejuízos motivados pelas enchentes de janeiro, no Vale do Itajaí e no Planalto de Canoinhas, as condições climáticas apresentaram-se favoráveis ao desenvolvimento da cultura, até o mês de fevereiro. A estiagem que ocorreu em março/abril, principalmente na região Oeste, prejudicou o milho de cultivo tardio, com a deficiência hídrica tendo ocorrido justamente na época de floração. No entanto, esse prejuízo não chegou a comprometer a produção catarinense, uma vez que, no conjunto, o cultivo do tarde não chegou a abranger 8% da área estadual.

Não ocorreram incidências significativas de pragas e doenças no transcorrer da maior parte do ciclo da cultura, a não ser ataques de "carunchos" ao final da colheita (junho/julho).

Para a safra 1981/82, as estimativas da FIBGE/GCEA indicam uma área cultivada ao redor de 1.167.000 ha, com uma produção estimada em 3.209 mil toneladas.

O aumento de 1,5% na área de plantio ocorreu em função, principalmente, do avanço do milho em parcelas anteriormente cultivadas com soja e arroz de sequeiro.

Não obstante os baixos preços do milho, que se verificaram até meados de outubro, terem inicialmente inibido o plantio, a melhoria gradativa dos preços à partir daquele mês voltou a reanimar os produtores.

Apesar da deficiência hídrica em agosto/setembro e o excesso de chuvas em outubro terem retardado o preparo do solo e o plantio, de a ocorrência de baixas temperaturas em outubro haver atrasado o desenvolvimento do milho e da queda de granizo em alguns municípios da região Oeste (novembro), as condições climáticas não chegaram a comprometer seriamente o desempenho da cultura.

Estima-se que cerca de 65% da área plantada utilize sementes híbridas e que aproximadamente 50% da cultura receba adubação em diferentes níveis.

Os Valores Básicos de Custeio (VBC) aprovados pelo Conselho Monetário Nacional para as safras 1980/81 e 1981/82 podem ser visualizados a seguir:

VALORES BÁSICOS DE CUSTEIO, SAFRAS 1980/81 e 1981/82

FAIXA DE PRODUTIVIDADE (kg/ha)	VBC (JULHO/80)	VBC (JULHO/81)	AUMENTO NOMINAL (%)	AUMENTO REAL (*) (%)
até 900	3.300,00	7.700,00	133,3	5,40
de 901 a 1.300	5.200,00	11.700,00	125,0	1,63
de 1.301 a 1.700	6.000,00	13.400,00	123,3	0,88
de 1.701 a 2.100	7.300,00	16.200,00	122,0	0,24
de 2.101 a 2.500	8.600,00	18.900,00	119,8	(-)0,73
de 2.501 a 3.000	10.000,00	21.800,00	118,0	(-)1,53
de 3.001 a 3.500	11.500,00	24.700,00	114,7	(-)2,98
de 3.501 a 4.000	13.400,00	28.400,00	111,9	(-)4,26
acima de 4.000	-	32.800,00	-	-

(*) Cálculo baseado no Índice Geral de Preços da FGV

Fonte: CFP (VBC)

Elaboração: CEPA/SC

Pelo exposto acima depreende-se que, não obstante as correções apresentarem reajustes nominais médios de 121,0%, ocorreram aumentos reais positivos somente nas faixas de menor produtividade, (até 2.100 kg/ha), havendo reajustes menores do que a inflação à medida que aumenta a faixa de produtividade.

Apesar de, a grosso modo, ser possível dizer que os reajustes acompanharam a taxa de inflação, na realidade os VBCs fixados ficaram abaixo do pretendido pelos produtores. Ao comparar o Valor Básico de Custeio calculado pela CEPA/SC, com preços de julho/81, para a faixa de produtividade entre 2.501 a 3.000 kg/ha, que foi de Cr\$ 22.603,00/ha, verifica-se que os Cr\$ 21.800,00, com valores corrigidos para as diversas épocas de utilização dos insumos e fatores, concedidos pelo Governo, já se encontram defasados. Essa defasagem torna-se maior na medida em que os financiamentos serão concedidos segundo a classe de produtores, cabendo aos mini e pequenos 100% daqueles valores, aos médios 80% e aos grandes apenas 60%.

Ainda em fins de julho, o Governo anunciou os preços-base do milho, para a safra 1981/82, em Cr\$ 735,00/sc de 60 kg, devendo ser corrigido de acordo com o INPC que ocorrer no período de julho/81 a janeiro de 1982.

A nível de Brasil a estimativa de oferta global de milho, em 1981, situou-se ao redor de 22,4 milhões de toneladas, sendo 21,2 milhões de toneladas de milho nacional e 1,2 milhões de toneladas dos estoques de milho importado. O abastecimento brasileiro foi normal, tendo em vista o relativo equilíbrio entre a oferta de 22,4 milhões de toneladas contra um consumo aparente estimado em 22,5 milhões de toneladas. Em termos regionais, houve escassez de milho no Norte e Nordeste que, no entanto, puderam ser supridas sem necessidade de importação.

Em Santa Catarina, com a produção de 3,16 milhões de toneladas, em 1981, o abastecimento interno estadual foi plenamente atendido, uma vez que a demanda aparente foi estimada ao redor de 3,0 milhões de toneladas. Além do equilíbrio entre a produção e o consumo, há que se considerar a tradicional entrada de milho do vizinho Estado do Paraná, num volume estimado em 250.000 toneladas.

Com referência à oferta e demanda regionais, a microrregião Colonial do Oeste Catarinense, não obstante ser a maior consumidora do cereal, é também a maior produtora, gerando inclusive excedentes que são exportados para outras regiões do Estado e também para o Estado do Rio Grande do Sul.

A microrregião do Vale do Rio do Peixe, além da própria produção, é tradicional compradora de milho produzido na microrregião Colonial do Oeste Catarinense e de produto do vizinho estado do Paraná. Essa microrregião, apesar de ser a segunda produtora de milho, possui 26% do rebanho suinícola e é responsável por cerca de 60% do abate inspecionado de aves.

Nas microrregiões Planalto de Canoinhas e Campos de Curitibanos, responsáveis em conjunto por cerca de 9% da produção estadual, a oferta é superior à demanda, gerando excedentes que são comercializados para o Meio-Oeste e para o Vale do Itajaí.

As microrregiões litorâneas se abastecem tradicionalmente em outras regiões e no Estado do Paraná.

Apesar de as compras na Bolsa de Cereais de São Paulo terem diminuído significativamente em janeiro, o abastecimento estadual contou com a participação de milho importado até o mês de fevereiro (entregas futuras).

O último leilão, para o produto importado e destinado à Santa Catarina, ocorreu em 14 de janeiro. No entanto, na segunda semana de fevereiro, houve leilão de 100 lotes do produto depositado em Paranaguá, mas com pequena participação de compradores catarinenses.

Segundo dados da CFP, a quantidade total de milho importado, depositada em armazéns catarinenses e totalmente vendida, foi de 156.000 toneladas.

No ano de 1981, a CFP liberou às diversas cooperativas um montante de recursos da ordem de Cr\$ 379.500.000,00, destinados à pré-comercialização (PRÉ-EGF) de milho.

As taxas de juros para comercialização, que inicialmente haviam sido estabelecidas em 45% a.a. para cooperativas e produtores e em 65% para indústrias, beneficiadores e comerciantes, foram reduzidas a partir de março, para estes últimos, a níveis de 50% a.a.

Os preços a nível de produtor que, em janeiro/fevereiro situaram-se entre Cr\$ 600,00 e Cr\$ 650,00/sc, declinaram substancialmente com a entrada da safra e permaneceram praticamente estagnados até meados de outubro, em decorrência, principalmente, da boa oferta de produto no mercado. A partir de então, as cotações voltaram a reagir, impulsionadas pela diminuição da oferta, pela melhoria das cotações do milho no Paraná e pela certeza de que em janeiro/fevereiro o preço mínimo do milho situar-se-ia ao redor de Cr\$ 1.030,00/sc.

Os créditos para EGF, que eram até o ano passado considerados recursos extra-limites, neste ano apresentaram uma série de restrições, dentre as quais destacou-se a cobertura dos valores contratados nos empréstimos de custeio e investimento.

As restrições aos EGFs, as altas taxas de juros dos empréstimos oficiais à comercialização, os altíssimos juros de mercado, a boa oferta do produto e a crise na suinocultura colaboraram para a morosidade na comercialização e para a estagnação dos preços no período março/outubro.

PREÇO MENSAL DO MILHO A NÍVEL DE PRODUTOR, DE ATACADO
E IMPORTADO, SANTA CATARINA, 1981

(Cr\$ 1,00/sc de 60 kg)

MÊS	PRODUTOR (*)	ATACADO	IMPORTADO
Jan	600/650	800/850	717,17
Fev	658	750	750,00
Mar	500/550	580/650	-
Abr	500/540	580/630	-
Maio	580/600	670/680	-
Jun	550/640	680	-
Jul	530/570	630/680	-
Ago	500/570	600/630	-
Set	550/570	620/630	-
Out	600/670	850	-
Nov	750/850	950/1.000	-

(*) Preços da região Oeste, principal produtora.

Fonte: CEPA/SC, ACARESC, FECOAGRO e Bolsa de Cereais de São Paulo

Elaboração: CEPA/SC

MILHO

Tração Animal

Rendimento médio previsto: 3.000 kg/ha

Colonial Rotineiro (c/fertilização de base)

(Cr\$ 1,00)

MÊS/ANO	CUSTOS VARIÁVEIS				TOTAL DOS CUSTOS VA RIÁVEIS	CUSTOS FIXOS	TOTAL DOS CUSTOS P/ ha	CUSTO POR SACO DE 60 kg
	Insumos	Serviços Mecânicos	Serviços Manuais	Outros Custos Variáveis				
Jan/81	4.607	6.930	5.610	3.802	20.949	8.264	29.213	584
Mar/81	4.887	9.300	5.610	4.279	24.076	9.705	33.781	676
Jul/81	7.015	10.200	6.970	518	24.703	8.929	33.632	673
Out/81	7.885	11.900	7.920	976	28.681	11.348	40.029	800
Dez/81	8.330	13.930	8.840	1.076	32.176	13.548	45.724	915

Tração Animal

Rendimento médio previsto: 4.800 kg/ha

(No sistema são utilizados insumos modernos)

(Cr\$ 1,00)

MÊS/ANO	CUSTOS VARIÁVEIS				TOTAL DOS CUSTOS VA RIÁVEIS	CUSTOS FIXOS	TOTAL DOS CUSTOS P/ ha	CUSTO POR SACO DE 60 kg
	Insumos	Serviços Mecânicos	Serviços Manuais	Outros Custos Variáveis				
Jan/81	9.989	13.608	4.917	6.215	34.729	9.686	44.415	555
Mar/81	11.082	17.000	4.917	7.022	40.021	9.890	49.911	624
Jul/81	15.602	19.200	6.109	808	41.719	10.351	52.070	651
Out/81	17.390	22.640	7.152	1.497	48.679	12.666	61.345	767
Dez/81	18.418	26.464	7.748	1.657	54.287	15.466	69.753	872

Tração Motora

Rendimento médio previsto: 4.800 kg/ha

(Cr\$ 1,00)

MÊS/ANO	CUSTOS VARIÁVEIS				TOTAL DOS CUSTOS VA RIÁVEIS	CUSTOS FIXOS	TOTAL DOS CUSTOS P/ ha	CUSTOS POR SACO DE 60 kg
	Insumos	Serviços Mecânicos	Serviços Manuais	Outros Custos Variáveis				
Jan/81	12.089	12.040	3.300	6.019	33.448	8.330	41.778	522
Mar/81	14.282	16.440	3.300	7.206	41.228	9.384	50.612	633
Jul/81	19.662	17.830	4.100	808	42.400	9.216	51.616	645
Out/81	21.510	24.160	4.800	1.497	51.967	11.223	63.190	790
Dez/81	23.018	28.320	5.200	1.657	58.195	14.023	72.218	903

MILHO/FEIJÃO (Consoiciado)

Tração Animal

Rendimento médio previsto: Milho 3.000 kg/ha e Feijão 800 kg/ha

(Cr\$ 1,00)

MÊS/ANO	CUSTOS VARIÁVEIS				TOTAL DOS CUSTOS VA RIÁVEIS	CUSTOS FIXOS	TOTAL DOS CUSTOS P/ ha	CUSTO POR sac DE 60 kg	
	Insumos	Serviços Mecânicos	Serviços Manuais	Outros Custos Variáveis				Milho	Feijão
Jan/81	11.052	9.830	7.410	6.315	34.607	11.616	46.223	512	1.552
Mar/81	14.747	12.008	7.425	7.273	41.453	13.057	54.510	619	1.711
Jul/81	18.890	13.261	9.225	1.998	43.374	14.021	57.395	623	1.961
Out/81	20.757	16.014	10.800	2.891	50.462	16.440	66.902	739	2.234
Dez/81	21.869	18.752	11.700	2.961	55.282	18.519	73.801	839	2.377

MILHO/SOJA (Consoiciado)

Tração Animal

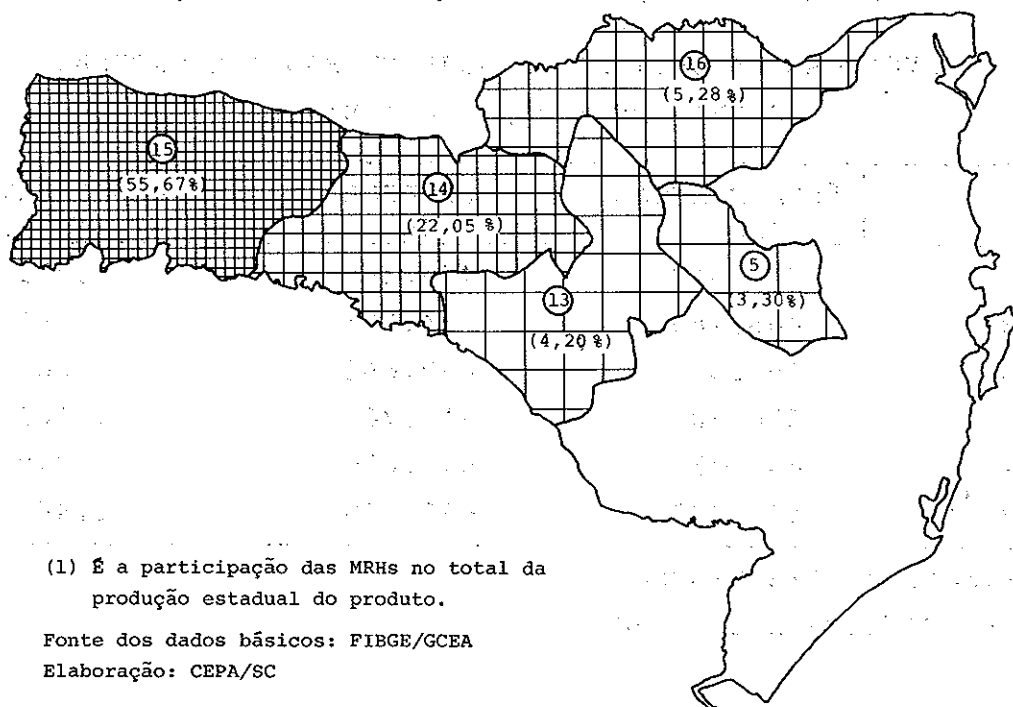
Rendimento médio previsto: Milho 3.000 kg/ha e Soja: 900 kg/ha

(Cr\$ 1,00)

MÊS/ANO	CUSTOS VARIÁVEIS				TOTAL DOS CUSTOS VA RIÁVEIS	CUSTOS FIXOS	TOTAL DOS CUSTOS P/ ha	CUSTO POR sac DE 60 kg	
	Insumos	Serviços Mecânicos	Serviços Manuais	Outros Custos Variáveis				Milho	Soja
Jan/81	8.428	10.050	8.580	5.355	32.413	9.254	41.667	542	970
Mar/81	9.447	12.200	8.580	5.916	36.143	10.695	46.838	620	1.055
Jul/81	13.520	13.600	10.660	1.063	38.843	10.429	49.272	647	1.127
Out/81	14.993	16.350	12.480	1.934	45.757	13.073	58.830	755	1.404
Dez/81	15.870	19.480	13.520	2.034	50.904	15.273	66.177	849	1.581

Nota: a elaboração dos custos foi coordenada pela CEPA/SC e contou com a participação da EMATER/SC-ACARESC, da EMPASC e de diversas Cooperativas estaduais.

Mapa 12 - PARTICIPAÇÃO DAS MRHS NA PRODUÇÃO DE MILHO EM SANTA CATARINA, 1980/81⁽¹⁾



(1) É a participação das MRHs no total da produção estadual do produto.

Fonte dos dados básicos: FIBGE/GCEA

Elaboração: CEPA/SC

TAXA DE OCUPAÇÃO DA ÁREA COM A CULTURA DO MILHO, SANTA CATARINA,
SAFRA 1980/81

M R H	TAXA DE OCUPAÇÃO DA ÁREA (2)
Planalto de Canoinhas	42,63
Colonial do Oeste Catarinense	51,91
Colonial do Rio do Peixe	69,95
Colonial de Curitibanos	49,47
Campos de Lages	62,62
Demais	5,88

(2) É a participação da área ocupada com a cultura em relação a área agrícola total da MRH.

Fonte dos dados básicos: FIBGE

Fonte dos dados trabalhados: CEPA/SC

2.12. Soja

EVOLUÇÃO DA CULTURA DA SOJA EM SANTA CATARINA, SAFRAS DE 1976/77 A 1981/82

SAFRA	ÁREA PLANTADA (ha)	PRODUÇÃO (t)	RENDIMENTO (kg/ha)
1976/77	350.642	476.365	1.359
1977/78	408.785	354.681	868
1978/79	504.570	433.863	860
1979/80	520.401	718.764	1.381
1980/81	483.880	648.000	1.340
1981/82 (*)	450.000	630.000	1.400

(*) Estimativa: FIBGE/GCEA

Fonte: FIBGE/GCEA e CEPA/SC

Em 1981, dentre os produtos da lavoura catarinense, a soja manteve a terceira colocação no volume colhido, perdendo apenas para o milho e para a mandioca. Ainda no subsetor lavoura, a leguminosa situa-se em 39 lugar na formação do Valor Bruto da Produção desta atividade.

A área plantada, que apresentou sucessivos aumentos até a safra 1979/80, mostrou, desde então, tendência de queda, tendo perdido terreno para o milho e feijão, principalmente na microrregião Colonial do Oeste Catarinense.

A cultura é plantada tanto em pequenas como nas médias e grandes propriedades, sendo que, nas propriedades minifundiárias, o cultivo se dá geralmente em consorciação com a cultura de milho. Do total da área cultivada, acredita-se que cerca de 50% o seja na forma consorciada. Estima-se em cerca de 65.000 o número de propriedades que se dedicam ao cultivo da soja.

A nível de Estado, a microrregião Colonial do Oeste Catarinense é a maior produtora, tendo respondido, nesta safra, com aproximadamente 63,5% da produção estadual, seguindo-lhe, em importância, a microrregião Colonial do Rio do Peixe, com aproximadamente 12,8%; a microrregião Campos de Curitibanos, com 12,5% e; a microrregião Planalto de Canoinhas, com 10% da produção estadual. No conjunto, essas quatro microrregiões reponderam por 98,8% da produção catarinense (mapa 13).

Em 1981, Santa Catarina, com 648 mil toneladas, participou com aproximadamente 4,2% da produção nacional e permaneceu como o 5º produtor brasileiro de soja, precedido, por ordem de importância, dos Estados do Rio Grande do Sul, Paraná, Mato Grosso do Sul e São Paulo.

A safra 1980/81, que até o final da colheita vinha sendo estimada em 505.000 ha plantados e produção de 686,3 mil toneladas, sofreu correção para menos, em decorrência dos reajustes e efetuados com base nos resultados preliminares do levantamento censitário de 1980, que demonstraram estar a área plantada com soja, a exemplo de outras culturas, superestimada. As estimativas finais da FIBGE/GCEA indicam que, naquela safra, foram efetivamente plantados 483.880 ha, com uma produção obtida de 648.000 toneladas.

A redução na área plantada deveu-se, entre outros, aos seguintes fatores: VBC considerado baixo; financiamento de apenas 80% do valor do VBC; preço mínimo defasado (Cr\$ 660,00/sc); inexistência de crédito para investimento e substituição da cultura pelo milho, que apresentava maior atratividade em termos de preço mínimo e de mercado.

O excesso de chuvas, ocorrido nos meses de set/out de 1980, atrasou o preparo do solo e o plantio, sem, contudo, ter influenciado negativamente no desempenho da cultura.

O rendimento médio foi menor que o obtido na safra anterior (79/80) em função, principalmente da estiagem que assolou as principais regiões produtoras nos meses de março/abril. Os danos sofridos pelas culturas mecanizadas de ciclo longo e pelas que foram semeadas no tarde, mais os transtornos causados pelo sombreamento da soja pelo milho nas áreas consorciadas, foram os principais responsáveis por essa diminuição.

Durante todo o ciclo da cultura, foi pequena a incidência de pragas, tendo ocorrido pequenos surtos de lagartas e percevejos, que foram controlados sem maiores dificuldades.

Para a safra 1981/82, as estimativas da FIBGE/GCEA indicam redução de 7% na área plantada (450.000 ha), estando a produção estimada em 630.000 toneladas e o rendimento médio previsto em 1.400 kg/ha.

A fixação do preço-base em apenas Cr\$ 945,00/sc, as

perspectivas não promissoras de preços no mercado internacional e a substituição da soja por feijão das águas e por milho foram alguns dos fatores responsáveis pela diminuição da área plantada. A área cultivada diminuiu nas regiões com prevalência de pequenas propriedades e permaneceu praticamente estável naqueles municípios onde a cultura é largamente mecanizada (áreas maiores).

Apesar de o excesso de chuvas nos meses de set/out e primeira quinzena de novembro terem atrasado o plantio e ocasionado erosão, e, ainda, a queda de granizo (novembro) ter causado prejuízos em alguns municípios das regiões Oeste e Vale do Rio do Peixe, as condições climáticas, de um modo geral, foram favoráveis ao desenvolvimento vegetativo da soja.

A disponibilidade de sementes fiscalizadas foi suficiente para atender a demanda interna estadual e gerar excedentes que foram comercializados com outros Estados.

Estima-se que mais de 55% da área plantada utilize sementes fiscalizadas, cujos preços, em 1981, variavam de Cr\$ 1.850,00 a Cr\$ 2.000,00/sc de 50 kg.

O uso de fertilizantes deve atingir aproximadamente 50% da área plantada. No entanto, o alto custo e a incidência de juros nas operações de financiamento tem contribuído para a queda no nível de fertilização por unidade de área.

Os Valores Básicos de Custeio (VBC) aprovados pelo Conselho Monetário Nacional para as safras 1980/81 e 1981/82 podem ser visualizados pela tabela abaixo.

VALORES BÁSICOS DE CUSTEIO, SAFRAS DE 1980/81
e 1981/82

(em Cr\$ 1,00)

FAIXAS DE PRODUTIVIDADE (kg/ha)	VBC EM JULHO/80	VBC EM JULHO/81	AUMENTO NOMINAL (%)	AUMENTO REAL (%) ^(*)
Até 1.250	7.700,00	17.000,00	120,7	- 0,27
1.251 a 1.500	9.000,00	20.200,00	124,4	1,38
1.501 a 1.750	9.700,00	22.000,00	126,8	2,45
1.751 a 2.000	11.100,00	25.200,00	127,0	2,55
acima de 2.000	12.200,00	27.000,00	121,3	- 0,03

(*) Cálculo baseado no Índice Geral de Preços da FGV

Fonte: CFP (VBC)

Elaboração: CEPA/SC

Da análise dos números depreende-se que as correções dos VBCs sofreram reajustes praticamente idênticos aos índices inflacionários, o que, à primeira vista, dá a impressão de normalidade com a atividade. No entanto, os VBCs da safra 1981/82 não satisfazem os produtores, principalmente os médios e grandes, cujos financiamentos abrangeram respectivamente 80 e 60% daqueles valores, não cobrindo, conseqüentemente, o custeio das lavouras.

O preço mínimo válido para toda a safra 1980/81 foi estabelecido pelo Governo, em julho de 1980, em Cr\$ 660,00/sc de 60 kg. Já para a safra 1981/82, o Governo modificou a sistemática, tendo estabelecido, em julho último, um preço-base de Cr\$ 945,00/sc, que será corrigido de conformidade com o INPC acumulado entre julho/81 a janeiro/82.

A produção estadual tem sido insuficiente para abastecer as indústrias catarinenses, cuja capacidade nominal de esmagamento situa-se ao redor de 1.350.000 toneladas. Esse fato tem gerado a necessidade de as indústrias adquirirem soja em grãos nos Estados do Paraná e Mato Grosso do Sul, também porque, da produção estadual de 1981, foram exportados para o mercado internacional, cerca de 48.000 toneladas de grão.

A comercialização da produção microrregional segue a proximadamente o seguinte fluxo:

- os grãos colhidos na microrregião Planalto de Canoinhas destinam-se aos mercados do Paraná, às indústrias de Gaspar e Videira e também ao exterior;
- a produção das microrregiões Colonial do Rio do Peixe e Colonial do Oeste Catarinense destinam-se às indústrias instaladas na região, ao município de Gaspar e uma parcela é comercializada para o mercado do Paraná e exterior;
- a soja colhida na microrregião Campos de Curitibanos é comercializada, principalmente, com as indústrias de Chapecó, Joaçaba, Videira e Gaspar, havendo também uma parcela de exportação para o Paraná e exterior.

A produção mundial de oleaginosas, segundo estimativas do Departamento de Agricultura dos Estados Unidos, situava-se, em setembro, conforme segue :

PRODUÇÃO MUNDIAL DE OLEAGINOSAS

(em milhões de t)

PRODUTO \ ANO	1979/80 (*)	1980/81 (*)	1981/82 (**)
Soja	93,6	80,9	90,0
Outras oleaginosas	80,6	80,2	85,7
TOTAL	174,2	161,1	175,7

(*) Estimativas revisadas

(**) Previsões preliminares revisadas

Fonte: USDA (set/81)

Os estoques mundiais de soja para a temporada 1981/82 foram estimados pelo USDA (outubro/81) em 19 milhões de toneladas, contra 17,05 milhões estimadas por aquele mesmo organismo para a temporada 1980/81.

Os principais países produtores, por ordem de importância, em 1981, foram os seguintes:

PRINCIPAIS PAÍSES PRODUTORES DE SOJA, 1981

PAÍS	PRODUÇÃO (em milhões de t)
E.E.U.U.	56,53
Brasil	15,20
China	8,10
Argentina	4,30
Paraguai	0,62
Outros	5,26
TOTAL	90,00

Fonte: USDA

As últimas estimativas brasileiras (não oficiais) do Boletim Safras e Mercado, para as exportações do complexo soja, dizem terem sido vendidas, a outros países, em 1981, cerca de 1,6 milhões de toneladas de grãos, 7,8 milhões de toneladas de farelo e 1,1 milhão de toneladas de óleo, num montante de receita estimada em 3,1 bilhões de dólares.

Em janeiro de 1981, a CACEX estabelecia, em princípio,

que a produção nacional deveria ter o seguinte destino:

produção prevista	-	15.000.000 t
reserva para sementes	-	1.000.000 t
exportação (grãos)	-	1.500.000 t
esmagamento	-	12.500.000 t

Das 12.500.000 toneladas destinadas ao esmagamento, resultariam 9.500.000 toneladas de farelo e 2.300.000 toneladas de óleo. Da produção de farelo de soja, 3.000.000 toneladas seriam destinadas ao mercado interno e 6.500.000 toneladas à exportação. Do volume total de óleo, 1.750.000 toneladas seriam destinadas ao mercado interno e 550.000 toneladas exportadas para o mercado internacional.

Em julho de 1981, o Governo brasileiro firmou com a União Soviética acordo de exportação de cereais, num volume mínimo de 6,7 milhões de toneladas de produtos agrícolas, para um prazo de 5 anos. Segundo esse acordo, caberá ao complexo soja um volume global de 4,7 milhões de toneladas, nos cinco anos, assim distribuído : 500 mil toneladas de soja em grãos; 400 mil toneladas de farelo de soja e 40 mil toneladas anuais de óleo de soja. Para o milho, caberão 500 mil toneladas anuais, mas somente a partir de 1983.

No ano de 1981, estima-se que o Brasil tenha importado do Paraguai, Argentina e Uruguai cerca de 950 mil toneladas de soja em regime de "draw-back". Esses números, quando comparados aos das importações realizadas em 1980, 474,3 mil toneladas, apresentam acréscimos da ordem de 100%.

No mercado internacional, Bolsa de Chicago, as cotações da soja que, ao final de 1980, eram superiores a US\$ 300,00/t, declinaram até abril, quando apresentaram leve reação, voltando a declinar a partir de maio, até o final do ano.

No primeiro trimestre, apontaram-se como causas do declínio de preços, entre outros, os seguintes fatores: altas taxas de juros nos Estados Unidos, bom andamento das safras sul americanas, expectativa das definições políticas do Governo Norte Americano com relação à União Soviética e com relação ao controle da inflação e mercado muito calmo na Europa.

A melhoria das cotações em abril deveu-se principal-

mente às notícias de retirada, pelo Presidente Reagan, do embargo imposto à União Soviética. O declínio acentuado que se verificou a partir de então decorreu, principalmente, das boas estimativas da safra americana de milho e soja, do fortalecimento do dólar, da fraca demanda dos países da Comunidade Econômica Européia e das altas taxas de juros no mercado americano.

Os preços no mercado interno praticamente acompanharam a evolução dos preços internacionais, tendo crescido em números absolutos em decorrência das desvalorizações do cruzeiro em relação ao dólar, mas decrescido em termos reais.

PREÇO MENSAL DA SOJA A NÍVEL DE PRODUTOR, DE
 ATACADO E DE MERCADO EXTERNO - SANTA CATARINA- 1981
 (Cr\$ 1,00/sc de 60 kg)

MÊS	PRODUTOR	ATACADO	MERCADO EXTERNO	
			Cotação (US\$/t)	Mês-Base
Jan	-	820/860	292,81	março
Fev	-	900	285,76	maio
Mar	850/920	880/970	276,66	maio
Abr	900/970	910/1.050	287,77	maio
Mai	1.000	1.020/1.070	283,56	julho
Jun	960/1.020	1.000/1.080	267,71	julho
Jul	980/1.040	1.000/1.150	266,95	agosto
Ago	1.000/1.150	1.100/1.200	255,87	setembro
Set	1.000/1.150	1.050/1.200	244,49	novembro
Out	1.100/1.260	1.350/1.380	241,11	novembro
Nov	1.100/1.180	1.300/1.360	236,62	novembro

Fonte: Gegrans-Análise/INTERBRÁS e FECOAGRO

Elaboração: CEPA/SC

SOJA

Tração Animal

Rendimento médio previsto: 1.620 kg/ha

(Cr\$ 1,00)

MÊS/ANO	CUSTOS VARIÁVEIS				TOTAL DOS CUSTOS VA RÍÁVEIS	CUSTOS FIXOS	TOTAL DOS CUSTOS P/ ha	CUSTO POR SACO DE 60 kg
	Insumos	Serviços Mecânicos	Serviços Manuais	Outros Custos Variáveis				
Jan/81	6.691	9.950	5.478	3.865	25.819	7.210	33.029	1.223
Mar/81	7.383	10.430	5.478	4.333	27.624	8.490	36.114	1.338
Jul/81	9.805	12.790	6.806	895	30.296	7.873	38.169	1.414
Out/81	10.755	16.190	7.968	1.458	36.371	10.490	46.861	1.736
Dez/81	12.075	19.504	9.100	1.458	42.137	11.690	53.827	1.994

Tração Motora

Rendimento médio previsto: 1.800 kg/ha

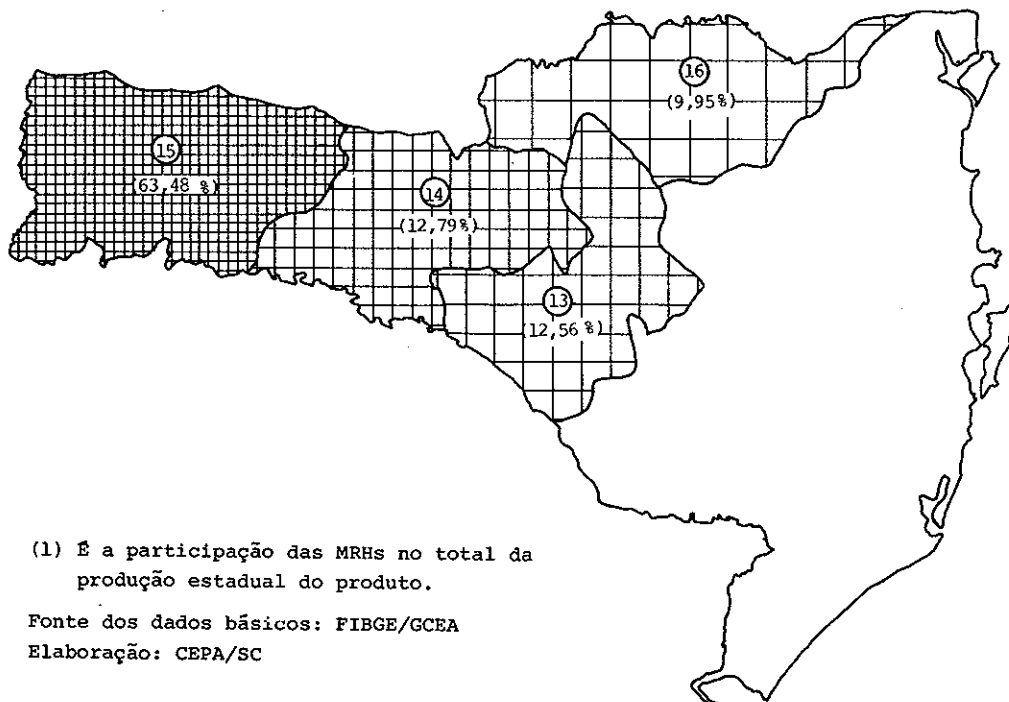
(Cr\$ 1,00)

MÊS/ANO	CUSTOS VARIÁVEIS				TOTAL DOS CUSTOS VA RÍÁVEIS	CUSTOS FIXOS	TOTAL DOS CUSTOS P/ ha	CUSTO POR SACO DE 60 kg
	Insumos	Serviços Mecânicos	Serviços Manuais	Outros Custos Variáveis				
Jan/81	11.233	9.760	231	4.002	25.226	5.986	31.212	1.040
Mar/81	12.718	11.240	231	4.476	28.665	6.972	35.637	1.189
Jul/81	17.005	13.910	287	1.002	32.204	6.862	39.066	1.302
Out/81	18.265	18.140	336	1.644	38.385	9.167	47.552	1.585
Dez/81	20.358	21.330	364	1.644	43.696	10.367	54.063	1.802

Nota: a elaboração dos custos foi coordenada pela CEPA/SC e contou com a participação da

EMATER/SC-ACARESC, da EMPASC e de diversas Cooperativas estaduais.

Mapa 13 - PARTICIPAÇÃO DAS MRHS NA PRODUÇÃO DE SOJA EM SANTA CATARINA, 1980/81 (1)



(1) É a participação das MRHs no total da produção estadual do produto.

Fonte dos dados básicos: FIBGE/GCEA

Elaboração: CEPA/SC

TAXA DE OCUPAÇÃO DA ÁREA COM A CULTURA DA SOJA, SANTA CATARINA,
SAFRA 1980/81

M R H	TAXA DE OCUPAÇÃO DA ÁREA (2)
Planalto de Canoinhas	19,21
Colonial do Oeste Catarinense	29,06
Colonial do Rio do Peixe	20,71
Campos de Curitibanos	26,76
Campos de Lages	9,76
Demais	0,062

(2) É a participação da área ocupada com a cultura em relação a área agrícola total da MRH.

Fonte dos dados básicos: FIBGE

Fonte dos dados trabalhados: CEPA/SC

2.13. Tomate

EVOLUÇÃO DA CULTURA DO TOMATE EM SANTA CATARINA NAS SAFRAS DE 1975/76 a 1981/82

SAFRA	ÁREA PLANTADA (ha)	PRODUÇÃO (t)	RENDIMENTO (kg/ha)
1975/76	943	25.217	26.741
1976/77	926	22.917	24.748
1977/78	997	28.029	28.113
1978/79	1.100	30.081	27.346
1979/80	1.260	35.197	27.934
1980/81	1.389	41.004	29.520
1981/82 ⁽¹⁾	1.400	42.000	30.000

(1) Estimativa: FIBGE/GCEA-SC

Fonte: FIBGE/GCEA-SC

Cultivando uma área de 1.389 ha, o Estado de Santa Catarina produziu na safra 1980/81, cerca de 41.004 toneladas de tomate, volume esse que o destacou como oitavo produtor nacional desta olerícola e que representou incrementos de 16,49% sobre a produção obtida na safra 1979/80. Em termos de área, o ganho obtido foi de 10,23%.

Privilegiado com uma diversidade muito grande de clima, e, também, por mais paradoxal que possa parecer, por tratar-se de um Estado eminentemente minifundiário, Santa Catarina possui excelentes condições para o cultivo do tomateiro.

Em algumas regiões, a existência de microclimas propícios permitem que no Estado se cultive essa hortaliça durante todos os meses do ano. Assim sendo, tendo em vista as épocas de maior intensidade de plantio, a cultura do tomateiro pode ser dividida em duas safras bem distintas, ou seja, a safra de verão e a safra de inverno.

Tendo como épocas de maior incremento de plantio os meses de outubro, novembro e dezembro, a safra de verão tem seu início no mês de julho, e as operações de transplantes de mudas prosseguem até fins de janeiro do ano vindouro. A colheita dessa safra inicia no mês de outubro e tem seu término em meados de

maio, permitindo o cultivo do tomate em todas as regiões do Estado. No ano passado, a área cultivada nessa safra foi de cerca de 1.000 hectares, nos quais foram produzidas em torno de 30.000 toneladas do produto. As microrregiões que se destacam na produção de tomate da safra de verão são as seguintes: região dos Campos de Lages, dos Campos de Curitibanos, Colonial Serrana Catarinense, de Joinville e Carbonífera.

A safra de inverno, no entanto, apresenta limitações quanto à sua abrangência, em termos de regiões que a cultivam, só sendo viável naquelas onde a ocorrência de geadas nessa época do ano é praticamente impossível ou ocorre em pequenas proporções, caso particular de toda a região litorânea do Estado e ainda das microrregiões Colonial de Blumenau, do Alto Itajaí e Colonial Serrana Catarinense.

Essa safra tem nos meses de fevereiro e junho o início e término de plantio, respectivamente, sendo que a colheita estende-se desde o mês de maio até fins de setembro ou início de outubro. No ano agrícola, 1980/81, foram cultivados, nessa safra, cerca de 389 ha, tendo sido obtida uma produção ao redor de 11.004 toneladas de tomate.

O excesso de chuvas e a freqüente variação de temperatura foram os principais problemas enfrentados pelos agricultores, na safra passada, no tocante à atividade de produção.

Na região Sul do Estado, mais precisamente no município de São Ludgero, as lavouras de tomate foram seriamente atacadas por doenças viróticas. Por tratar-se de uma cultura que apresenta significação econômica para o município e tendo em vista que muitas lavouras foram completamente dizimadas, os prejuízos foram de certa forma elevados.

De uma maneira geral, poder-se-ia dizer que Santa Catarina, tendo em vista a sua produção e a demanda necessária ao seu auto-consumo, é auto-suficiente em termos de produção de tomate. No entanto, em alguns meses do ano são necessárias importações do produto para suprir a demanda interna do Estado, uma vez que a produção de inverno é significativamente menor do que a de verão.

O tomate produzido em Santa Catarina, na safra 1980/81,

além de atender, em parte, ao consumo interno, serviu também para suprir parte das necessidades dos Estados do Rio Grande do Sul, Paraná e São Paulo.

Responsável pelo abastecimento da região da Grande Florianópolis, a CEASA/SC movimentou, no período de janeiro a dezembro de 1981, um volume de 3.308,66 toneladas de tomate. Desse total, cerca de 2.494,13 toneladas procederam do próprio Estado catarinense. O volume restante (814,53 t) constituiu-se de remessas efetuadas pelos Estados do Rio Grande do Sul, Paraná e São Paulo, principalmente.

VOLUME DE TOMATE COMERCIALIZADO NA CEASA/SC E PREÇOS MÉDIOS MENSAIS, SANTA CATARINA, PERÍODO DE JANEIRO A DEZEMBRO DE 1981

MÊS	VOLUME (t)	PREÇOS MÉDIOS - Cr\$/kg			
		CEASA/SC	Produtor ⁽¹⁾	Atacado ⁽²⁾	Varejo ⁽²⁾
Jan	248,96		13,00	14,50	19,50
Fev	331,00		14,60	15,48	23,39
Mar	253,07		22,50	26,67	32,56
Abr	300,27		32,00	39,91	55,10
Mai	344,60		18,00	24,13	40,97
Jun	242,15		17,50	19,75	29,79
Jul	351,59		12,50	13,81	23,84
Ago	291,10		16,50	17,99	30,62
Set	184,58		32,50	53,29	63,40
Out	231,51		45,00	51,73	71,90
Nov	304,38		22,00	31,80	45,04
Dez ⁽³⁾	225,45		17,00	21,21	33,85
TOTAL	3.308,66		-	-	-

(1) Preços coletados pela CEPA/SC nas várias regiões produtoras

(2) Preços médios ponderados

(3) Até o dia 20/12/81

Fonte: CEASA/SC e CEPA/SC

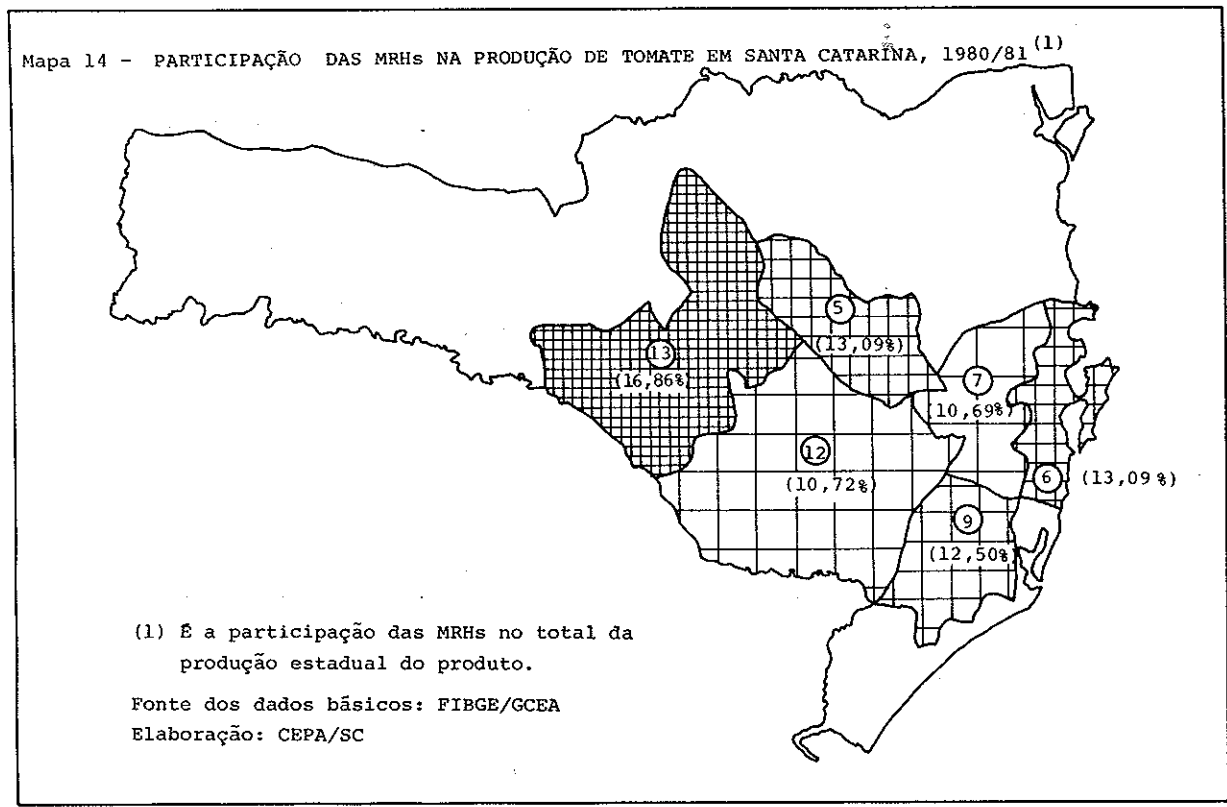
Elaboração: CEPA/SC

Para a safra 1981/82, as estimativas da FIBGE/GCEA-SC estão indicando uma área de cultivo em torno de 1.400 ha e produção esperada de 42.000 toneladas de tomate.

As operações de preparo de sementeiras, semeadura e transplante de mudas, que tiveram início nos meses de julho e agosto próximo passado, prosseguem sem maiores problemas e encontram-se dentro do cronograma previsto para a cultura. Estima-se que, até o final do mês de dezembro, já haviam sido implantados em torno de 1.000 ha da cultura.

A exemplo do ocorrido em anos anteriores, também no atual a freqüente oscilação de temperatura e a pouca luminosidade, aliadas ainda ao excesso de chuvas ocorrido no mês de outubro, fizeram com que o desenvolvimento da cultura fosse, em parte, prejudicado. Como decorrência, algumas lavouras apresentaram retardamento em seu normal crescimento, tendo ocorrido, também, grande incidência de pragas e doenças, exigindo dos produtores constantes pulverizações para a manutenção do bom estado fitossanitário das plantas.

A colheita desta safra, que teve início no mês de outubro próximo passado e que deverá se estender até o mês de outubro do ano de 1982, prossegue dentro do escalonamento previsto para tal atividade, estimando-se em 200 ha a área colhida até o final do mês de dezembro de 1981.



TAXA DE OCUPAÇÃO DA ÁREA COM A CULTURA DO TOMATE, SANTA CATARINA, SAFRA 1980/81

M R H	TAXA DE OCUPAÇÃO DA ÁREA (2)
Colonial Serrana Catarinense	0,53
Florianópolis	1,43
Litoral de Itajaí	0,92
Demais	0,049

(2) É a participação da área ocupada com a cultura em relação a área agrícola total da MRH.

Fonte dos dados básicos: FIBGE
Fonte dos dados trabalhados: CEPA/SC

2.14. Trigo

EVOLUÇÃO DA CULTURA DO TRIGO EM SANTA CATARINA SAFRAS DE 1976/77 A 1981/82

SAFRA	ÁREA PLANTADA (ha)	PRODUÇÃO (t)	RENDIMENTO (kg/ha)
1976/77	37.522	20.328	542
1977/78	11.620	4.279	368
1978/79	4.587	3.791	826
1979/80	34.749	18.864	615
1980/81	19.275	8.000	415
1981/82 ⁽¹⁾	10.000	9.600	960

⁽¹⁾ Estimativa: FIBGE/GCEA

Fonte: FIBGE/GCEA e CEPA/SC

A produção catarinense de trigo tem apresentado sensível declínio com o passar dos anos, em decorrência de fatores climáticos adversos e do desestímulo sentido nos últimos anos com relação à política oficial de preços e de financiamento à produção (VBC e PROAGRO).

Outro fator que causou a diminuição na área plantada foi a política oficial de administração de preços da farinha que, através de subsídios, tornou mais vantajoso comprar o produto no mercado, em vez de cultivar o cereal. Esse último fato pode ser melhor sentido ao analisar a série histórica de comportamento da cultura, onde se constata que, até a safra 1973/74, quando ainda era pequena a mecanização no Estado, a área cultivada com trigo situava-se ao redor de 100.000 ha. Daquela safra em diante, a área plantada sofreu contínuo decréscimo, tendo alcançado seu nível mais baixo em 1978/79 (4.587 ha).

A produção catarinense concentra-se nas microrregiões Colonial do Oeste Catarinense, Planalto de Canoinhas, Campos de Curitibanos e Colonial do Rio do Peixe (mapa 15).

Ainda na safra 1980/81, face às adversidades climáticas ocorridas durante o ciclo, foram perdidos aproximadamente 34% da área total plantada. Dos 19.275 ha plantados, foram colhidos em torno de 12.720 ha e a produção, que inicialmente estava prevista em 13.500 toneladas, atingiu efetivamente 8.000 toneladas.

Em fevereiro, o Conselho Monetário Nacional aprovou a tabela de Valores Básicos de Custeio (VBC) para a safra 1981/82 e que, comparados aos do ano anterior, assim se apresentaram:

VALOR BÁSICO DE CUSTEIO DO TRIGO, SEGUNDO A FAIXA DE PRODUTIVIDADE, SAFRA 1981/82

FAIXA DE PRODUTIVIDADE (kg/ha)	VBC (Cr\$/ha) SAFRA 1980/81	VBC (Cr\$/ha) SAFRA 1981/82	VARIÇÃO PERCENTUAL (%)
até 600	5.295,00	9.900,00	86,97
de 601 a 800	6.987,00	13.100,00	87,49
de 801 a 1.000	8.238,00	15.200,00	84,21
de 1.001 a 1.200	9.396,00	17.800,00	89,44
de 1.201 a 1.400	10.483,00	21.200,00	102,23
de 1.401 a 1.600	11.514,00	25.000,00	117,13
acima de 1.600	13.064,00	28.200,00	115,86

Fonte: CFP

Elaboração: CEPA/SC

Naquele mesmo mês, o Governo anunciou também o novo preço mínimo de Cr\$ 1.710,00/sc de 60 kg, 140,7% superior ao anterior (Cr\$ 710,40/sc), tendo sido considerado razoável pelos produtores. No entanto, a concessão do financiamento baseado em apenas 60% do Valor Básico de Custeio para os grandes produtores constituiu-se em desestímulo ao plantio, uma vez que o montante financiado não cobriu o custo de produção, o que, aliado à possibilidade de frustração, levou à retração do plantio por parte daqueles produtores.

Na safra 1981/82, as estimativas da FIBGE/GCEA dizem terem sido plantados somente 10.000 ha, com uma produção esperada de 9.600 toneladas. Não obstante a área plantada ser 48% menor do que a da safra passada (19.275 ha), a produção esperada é 20% superior à obtida em 1980 (8.000 t).

Apesar de as frequentes chuvas de out/nov terem prejudicado a colheita em algumas regiões, a qualidade do produto foi considerada boa, ainda que com alto teor de umidade.

A colheita encerrou-se no mês de dezembro; no entanto, os dados finais da safra somente serão conhecidos em inícios de 1982.

A comercialização da produção é feita sob controle oficial, através do Departamento de Comercialização do Trigo Nacional - CTRIN, por intermédio do Banco do Brasil.

Os preços pagos ao trigo nacional foram fixados através da Portaria Super/SUNAB nº 23 de 18 de março de 1981, conforme segue:

PREÇO DO TRIGO SEGUNDO O PESO HECTOLÍTRICO

PESO HECTOLÍTRICO	Cr\$/TONELADA (*)
84	30.253,30
83	29.953,30
82	29.656,70
81	29.363,30
80	29.073,30
79	28.785,00
78	28.500,00
77	28.215,00
76	27.933,30
75	27.653,30
74	27.376,70
73	27.103,30
72	26.831,70
71	26.563,30
70	26.298,30
69	25.640,00
68	25.000,00
67	24.375,00
66	23.765,00
65	23.171,70
64	22.591,70

(*) Os preços referem-se a 1.000 kg de trigo a granel, são e limpo, com grau de umidade até 13%.

Durante o ano, dando prosseguimento à política de retirada gradativa do subsídio ao trigo, a SUNAB, através das Portarias nºs 17 e 35, fixou o preço do grão de trigo destinado à moagem, bem como os preços da farinha e dos resíduos destinados à comercialização nos seguintes níveis:

PREÇOS SUNAB PARA O TRIGO EM GRÃO DESTINADO À MOAGEM
(Cr\$ por tonelada métrica)

PROCEDÊNCIA	PESO HECTOLÍTRICO	PORTARIA SUPER Nº 17 DE 10/02/81	PORTARIA SUPER Nº 35 DE 28/05/81	% DE AUMENTO
Importado	-	8.226,00	11.310,00	37,49
Nacional	78	8.226,00	11.310,00	37,49
	77	8.128,50	11.098,00	36,53
	76	8.079,70	11.017,00	36,35
	75	7.982,20	10.855,00	35,99
	74	7.933,40	11.774,00	35,80
	73	7.835,90	10.612,00	35,43
	72	7.787,20	10.531,00	35,23
	71	7.689,60	10.369,00	34,84
	70	7.640,90	10.288,00	34,64
	69	7.592,10	10.207,00	34,44
	68	7.494,60	10.045,00	34,03
	67	7.445,80	9.964,00	33,82
	66	7.397,10	9.883,00	33,61
	65	7.348,30	9.802,00	33,39

Fonte: Portarias Super/SUNAB nºs 17 e 35

Elaboração: CEPA/SC

PREÇOS MÁXIMOS DE VENDA FOB-MOINHO DA FARINHA E RESÍDUOS
(em Cr\$ 1,00)

PRODUTO	PESO (kg)	PORTARIA SUPER Nº 17 DE 10/02/81	PORTARIA SUPER Nº 35 DE 28/05/81	% DE AUMENTO
Farinha comum	50	601,70	798,90	32,77
	25	300,80	399,40	32,78
	05	66,10	87,10	31,77
	01	14,60	19,20	31,51
Farinha especial	50	770,20	1.022,50	32,76
	25	385,10	511,20	32,74
	05	83,00	110,20	32,77
	01	18,10	24,00	32,60
Resíduo	01	8,00	9,00	12,50

Fonte: Portarias Super/SUNAB nºs 17 e 35

Elaboração: CEPA/SC

Em outubro de 1981, a SUNAB liberou os preços de venda dos resíduos de trigo, continuando em vigor o tabelamento para as farinhas comum e especial.

A produção catarinense é pouco expressiva, ficando bem abaixo das necessidades internas. O déficit, estimado em cerca de 160.000 toneladas, é suprido por produto oriundo de outros Estados e/ou de outros países.

A nível nacional, as últimas estimativas indicaram que, nos 2,18 milhões de hectares cultivados com trigo na última safra, a produção deve ter girado ao redor de 2,21 milhões de toneladas. A produção de 1981 foi a menor verificada nos últimos 6 anos, conforme segue tabela.

PRODUÇÃO BRASILEIRA DE TRIGO

ANO	ÁREA (em 1.000 ha)	PRODUÇÃO (em 1.000 t)	RENDIMENTO (kg/ha)
1970	1.895	1.844	973
1971	2.269	2.011	886
1972	2.320	983	424
1973	1.839	2.031	1.104
1974	2.471	2.859	1.156
1975	2.932	1.788	610
1976	3.540	3.216	908
1977	3.153	2.066	655
1978	2.811	2.691	957
1979	3.831	2.927	764
1980	3.107	2.708	871
1981 (*)	2.180	2.200	1.009

(*) Estimativa CFP

Fonte: Boletim Safras & Mercados

Com o consumo brasileiro para 1982 estimado em cerca de 6,0 milhões de toneladas, a necessidade de importações deverá aproximar-se de 4 milhões de toneladas.

A tendência ascendente das importações brasileiras de trigo pode ser observada a seguir:

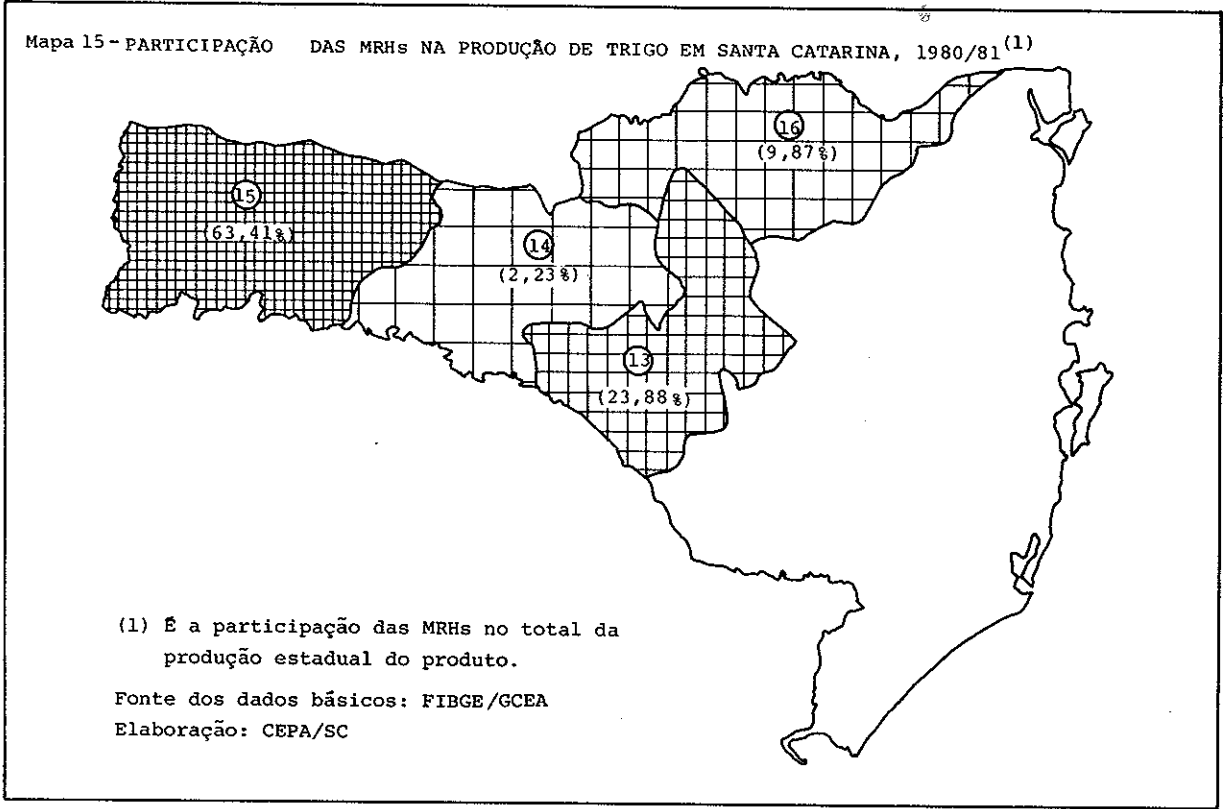
IMPORTAÇÕES BRASILEIRAS DE TRIGO

ANO (Período jun/jul)	QUANTIDADE (em mil toneladas)
1974/75	1.728
1975/76	3.705
1976/77	2.911
1977/78	3.099
1978/79	3.700
1979/80	4.036
1980/81	4.800

Fonte: GEGRAN/Análise da INTERBRÁS

A estimativa da produção mundial de trigo, ano comercial mundial 1981/82, segundo o Departamento de Agricultura dos Estados Unidos (USDA), para os principais produtores, é a seguinte:

PAÍS	QUANTIDADE (milhões de t)
URSS	95,0
EUA	74,8
Europa Ocidental	61,2
China	56,0
Canadá	24,0
Austrália	16,0
Argentina	9,2



TAXA DE OCUPAÇÃO DA ÁREA COM A CULTURA DO TRIGO, SANTA CATARINA, SAFRA 1980/81

M R H	TAXA DE OCUPAÇÃO DA ÁREA (2)
Planalto de Canoinhas	1,26
Colonial do Oeste Catarinense	1,33
Campos de Curitibanos	0,96
Demais	0,015

(2) É a participação da área ocupada com a cultura em relação a área agrícola total da MRH.

Fonte dos dados básicos: FIBGE
Fonte dos dados trabalhados: CEPA/SC

2.15. Uva

EVOLUÇÃO DA CULTURA DA UVA, SANTA CATARINA, SAFRAS 1976/77 A 1981/82

SAFRA	ÁREA COLHIDA (ha)	PRODUÇÃO (t)	RENDIMENTO (kg/ha)
1976/77	4.270	59.896	14.027
1977/78	4.043	57.323	14.178
1978/79	4.946	65.104	13.163
1979/80	5.086	44.428	8.735
1980/81	5.255	75.383	14.345
1981/82 (*)	5.448	79.632	14.617

(*) Estimativa: FIBGE/GCEA

Fonte: FIBGE

Segundo a FIBGE, existem 19.635 estabelecimentos no Estado, voltados para a exploração da videira.

A microrregião Colonial do Rio do Peixe é responsável por cerca de 85% da produção de uva em Santa Catarina, destacando-se como municípios maiores produtores, Videira, Caçador, Pinheiro Preto, Tangará e Rio das Antas.

A produção de uva na safra 1980/81, segundo a FIBGE/GCEA, foi de 75.383 toneladas para uma área de 5.255 ha, contra uma produção, na safra passada, de 44.428 toneladas, seriamente prejudicada pela ocorrência de geadas na segunda quinzena do mês de setembro.

As estimativas da FIBGE/GCEA para a safra 1981/82 são de 79.632 toneladas de produção e de 5.448 ha de área a ser colhida.

No que tange à comercialização da produção, cerca de 10% da uva é comercializada sob a forma "in natura"; desse percentual, cerca de 90% é consumido fora do Estado, enquanto os 10% restantes são comercializados dentro do Estado.

A comercialização de uva sob a forma de vinho, suco e vinagre atinge os 90% restantes.

Os principais mercados consumidores do produto, "in natura", são os municípios de Videira, Caçador, Pinheiro Preto, Tangará e Rio das Antas.

tura" e transformados, são:

- mercado interestadual: São Paulo, Rio de Janeiro e Paraná;
- mercado interno: região produtora, Grande Florianópolis e Litoral.

Segundo a ACARESC, através do Projeto de Fruticultura de Clima Temperado - PROFIT, os preços médios recebidos pelos produtores na comercialização da uva de melhor qualidade para consumo "in natura" e industrial na safra 1980/81 foram de Cr\$ 27,17 e Cr\$ 21,05/kg, respectivamente.

"As uvas comuns obtiveram preços de Cr\$ 13,52 por quilo destinado ao mercado, enquanto a venda à indústria propiciou uma média de Cr\$ 10,68 por quilo. A maior vantagem ainda pode ser identificada na forma de recebimento pelos produtores que, nas vendas "in natura", foram remunerados praticamente à vista e, nas operações efetivadas às indústrias, as formas de pagamento ainda estendem-se a mais de 6 meses após a safra, resultando valores desestimulantes" (1).

As principais variedades de uva produzidas são Isabel, Tercy, Merlot, Cabernet, Moscato, Niágara, Seibel, Goeth e Bordeaux.

Segundo a Delegacia Federal de Agricultura, através do Serviço de Inspeção do Produto Vegetal, existe no Estado um total de 36 cantinas fiscalizadas, sendo que 29 operam junto à região de Videira e as restantes, em número de 7, na região de Urussanga.

Na safra 1980/81, essas cantinas receberam 32.830,4 toneladas de uvas, distribuídas entre 27.791,4 toneladas do tipo tintas e 5.039,0 toneladas do tipo brancas, e produziram 21.079,3 mil litros de vinho, sendo 16.515,6 mil litros do tipo tinto, 3.635,3 mil litros do tipo branco e 928,3 mil litros do tipo rosado, além de 2.158,8 mil litros de sucos integral e concentrado (tabela 99).

(1) FRUTAS DE CLIMA TEMPERADO; produções da safra 1980/1981.

Tabela 98

MUNICÍPIOS PRODUTORES DE UVA EM SANTA CATARINA, SAFRA 1979/80

MUNICÍPIO	VIDEIRAS ATÉ DOIS ANOS		VIDEIRAS COM MAIS DE DOIS ANOS			ÁREA TOTAL (ha)	Nº DE PRODUTORES
	Nº de Pés	Área (ha)	nº de Pés	Área (ha)	Produção (kg)		
Arroio Trinta	1.050	0,46	23.948	10,46	161.273	10,92	34
Caçador	26.635	11,89	391.595	175,45	4.147.047	187,34	193
Concórdia	-	-	14.700	6,61	158.000	6,61	1
Fraiburgo	84.611	38,06	378.984	170,30	838.787	208,36	24
Herval D'Oeste	1.900	0,85	3.200	1,44	23.600	2,29	1
Pinheiro Preto	101.507	45,48	533.446	238,95	2.787.422	284,43	88
Pouso Redondo	-	-	11.900	5,35	19.800	5,35	1
Rio das Antas	25.270	11,27	122.304	54,52	1.122.524	65,79	92
Salto Veloso	871	0,33	62.085	27,19	239.501	27,52	77
Tangará	88.242	39,55	510.928	228,29	2.938.397	267,84	169
Videira	89.022	39,80	1.047.624	468,64	6.455.901	508,44	387
Pedras Grandes	18.945	8,46	46.073	20,41	298.560	28,87	42
Urussanga	1.800	0,81	14.752	6,60	57.120	7,41	6
Outros	-	-	820	0,36	17.858	0,36	1
TOTAL	439.853	196,96	3.162.359	1.414,57	19.265.790	1.611,53	1.116

Fonte: MA/DFA-SC (SERPV)

Elaboração: CEPA/SC

Tabela 99

PRODUÇÃO DE UVA, VINHO E SUCO, SANTA CATARINA,
1980-81

DISCRIMINAÇÃO \ ANO	1980	1981
<u>UVA (kg)</u>	<u>24.588.239</u>	<u>32.830.402</u>
Tintas	22.377.243	27.791.412
Brancas	2.210.996	5.038.990
<u>VINHO (1)</u>	<u>16.707.325</u>	<u>21.079.298</u>
Tinto	14.337.409	16.515.696
Branco	1.534.916	3.635.272
Rosado	835.000	928.330
<u>SUCO (l)</u>	<u>1.994.617</u>	<u>2.158.761</u>
Integral	1.994.617	2.117.161
Concentrado	-	41.600

Fonte: MA/DFA-SC (SERPV)

Elaboração: CEPA/SC

3. DESEMPENHO DA EXPLORAÇÃO ANIMAL

3.1. Avicultura

3.1.1. Produção de Carne

3.1.1.1. Situação Mundial

A produção mundial de carne de aves em 1981 deve ter-se expandido e um ritmo mais lento, ao redor de 5 a 7%, passando de 30,4 milhões de toneladas para 32,5 milhões de toneladas. Esse crescimento poderá ocorrer pela expectativa do crescimento da produção da Comunidade Econômica Européia, Estados Unidos da América, Japão e Brasil⁽¹⁾.

No entanto, a expansão da avicultura mundial ainda continuou sofrendo os efeitos do aumento dos custos de produção (rações e energia) e pressionada pela maior oferta de carne bovina no mercado internacional.

Embora tenha havido uma intensificação no mercado internacional de carne de frango, pelo crescimento dos mercados do Oriente Médio, Extremo Oriente, União Soviética e África, a concorrência aumentou pela participação da França e dos Estados Unidos, que intensificaram as suas vendas, utilizando subsídios nas exportações.

Convém salientar que as exportações brasileira, mesmo assim, continuaram mantendo o crescimento de anos anteriores, passando para 2ª maior exportador do mundo. Durante 1980, atingiram 170,4 mil toneladas, estimando-se que em 1981 houve um aumento a proximado de 52%, devendo o volume exportado atingir 260 mil toneladas (tabela 102). Esse bom desempenho deu-se não só em função da expansão dos mercados do Oriente Médio e do início de grandes vendas para a União Soviética, mas também pelas cotações atingidas pelo frango brasileiro, em razão de sua qualidade, sabor e apresentação.

(1) Estimativas do Departamento de Agricultura dos Estados Unidos da América.

3.1.1.2. Situação Nacional

As estimativas nacionais de produção de carne de aves, em 1981, indicam uma evolução aproximada de 14% em relação a 1980, passando a produção total de 1,22 milhões de toneladas para 1,40 milhões de toneladas, em 1981⁽²⁾, principalmente, pelo crescimento da avicultura na região Sul do País.

Dessa forma, o consumo "per capita" interno cresceu 9,2% em 1981 (de 8,7 kg para 9,5 kg), por ter penetrado em fatias do mercado de outras carnes, cujos preços no varejo desestimularam o consumo, provocando a substituição na cesta do consumidor por carne de frango. Embora os preços da carne bovina tenham apresentado uma certa estabilidade, permanece a atratividade do consumo alternativo da carne avícola, pois a relação dos preços relativos da carne bovina/carne suína/carne de frango no mercado varejista (gráfico 23, item suínos) continuou acima dos níveis médios dos anos anteriores, estimulando o consumo dessa última.

É sabido que, nos últimos dois anos, as restrições creditícias tanto para custeio como para investimento causaram uma freada no crescimento da avicultura nacional. Da mesma forma, a escassez e os altos preços do milho e das matérias-primas para rações contribuíram para a elevação dos custos de produção, reduzindo os retornos da atividade durante 1980.

No entanto, em 1981, a oferta satisfatória de milho e de matérias-primas para rações e os preços mais estabilizados até outubro do mesmo ano descomprimaram os custos da alimentação, notadamente na região Centro-Sul do País.

Com custos de produção mais compatíveis, a produção nacional retomou os níveis históricos de crescimento, como consequência da estabilização dos preços dos insumos básicos e mais as boas perspectivas de mercado externo.

3.1.1.3. Situação Catarinense

A avicultura catarinense, embasada num modelo industrial que proporciona uma organização da produção capaz de adap

(2) Informações da Associação dos Produtores de Pintos de Corte - APINCO.

tar-se aos desajustes do mercado e centrada na disponibilidade regional dos insumos, não sofreu a influência da reversão do ciclo pecuário e da escassez de cereais que ocorreu em 1980. Embora tenha elevado os custos de produção, o produto detido apresentou competitividade no mercado interno, que aliado às crescentes exportações, assegurou um crescimento de 23%, em relação ao ano anterior, representando aproximadamente 20% da produção nacional (tabela 100).

Mesmo assim, a queda que se verificou no consumo das carnes afetou os produtores e as indústrias que apenas se dedicam ao mercado regional, cujos custos totais, em ascensão, forçaram o abandono da atividade por parte de muitos avicultores e comprometeram o ponto de equilíbrio e a margem de comercialização das pequenas empresas, sendo que algumas foram levadas a se retirarem do mercado temporariamente.

A produtividade do rebanho, pelas próprias condições da alimentação, manejo e sanidade, registrou, em 1981, uma conversão alimentar de 1:2,285; uma taxa de mortalidade de 2,56%; um peso médio vivo de 1,648 kg; e um peso médio da carcaça de 1,403 kg. Esses índices de desempenho são considerados satisfatórios, embora haja possibilidades de redução na mortalidade e de elevação da conversão alimentar.

Apesar da expansão que se verificou no ano em estudo, as restrições creditícias impostas no período 1980/81 e os altos juros cobrados, notadamente para os investimentos, inviabilizaram economicamente novos projetos, ocorrendo apenas ampliações de criatórios já existentes e inversões por parte de grandes indústrias, por força de contratos externos de vendas.

3.1.1.4. Comercialização e Abastecimento

No primeiro semestre de 1981, o mercado da carne bovina, apresentando indicadores de uma nova fase cíclica de baixa, comprimiu o preço final do frango vivo e das carnes de uma maneira geral. Mesmo assim, a atividade apresentou alguns níveis de crescimento devido às boas perspectivas do mercado internacional, pois os efeitos do aumento da disponibilidade interna da carne bovina, pela queda do consumo aparente, parece não ter sido tão desfavorável para a carne de aves como o tem sido para o mercado da

carne suína.

Porém, no 2º semestre, o mercado e os preços foram estimulados frente à ampliação das vendas externas e ao aquecimento da comercialização interna. No primeiro caso, pela procura do frango brasileiro no mercado internacional, que apresentou as melhores cotações, em razão de sua superior qualidade frente aos concorrentes. No segundo, pela reação do mercado interno, sustentada pela entressafra do boi, cujos preços então favoreceram a penetração da carne de frango.

O mercado regional, cujas exigências são por um frango maior e resfriado, também reagiu satisfatoriamente, permitindo o retorno à atividade de alguns avicultores e uma maior participação dos pequenos frigoríficos.

Diante desse contexto, os preços nos últimos 24 meses, em valores correntes, para os produtores, evoluíram 66%, mas, em termos reais (gráfico 18), decresceram 26% em relação aos recebidos em janeiro de 1980.

No atacado, os preços dos frangos abatidos, em valores correntes, cresceram também 66%, embora em valores reais (gráfico 15) tenham sido cerca de 28% inferiores aos preços praticados em janeiro de 1980.

Dessa maneira, permanecem as condições básicas, tanto a nível nacional como a regional, que deram substrato para a ampliação das vendas da produção catarinense, não só pela participação no mercado internacional (tabela 103), mas também pelas condições de oferta da carne bovina a preços mais competitivos,

Por outro lado, os preços proporcionaram uma certa rentabilidade, a partir de outubro de 1981, mas sua reação em termos reais esteve condicionada a uma estrutura de mercado que ainda prefere a carne bovina e, como os preços dessa tendem a estabilizar-se, no próximo ano a demanda da carne de frango poderá ser de saqueada, pelo menos no 2º trimestre de 1982.

A produção como um todo permanecerá com a sustentação básica de garantia do mercado externo, com novos contratos firmados para entrega a médio prazo e mais os incentivos fiscais e creditícios que as indústrias receberão como estímulos à ampliação

das exportações, apesar das perspectivas de saturação do mercado de carnes. Assim, a produção catarinense poderá crescer, em 1981, entre 5 e 10%, evoluindo a índices inferiores à taxa histórica de crescimento.

3.1.2. Produção de Ovos

O segmento avícola de postura é bem menos favorecido que o de corte, não só pelos problemas afins (crédito difícil, custo de produção elevado, etc...) mas também por estar localizado, no Estado, nas regiões mais carentes de insumos básicos à produção.

As estimativas de produção de ovos para Santa Catarina, em 1980, indicaram uma produção de 145,1 milhões de ovos. As importações totalizaram 171,7 milhões de ovos. A demanda foi de ordem de 316,8 milhões de ovos, acusando um consumo de 85,6 ovos/hab/ano. Já para 1981, as estimativas de produção, importação e consumo sofreram uma leve queda de 3%, 4,7% e 3,5%, respectivamente (tabela 103).

As características inerentes ao processo produtivo de postura comercial (370.000 matrizes alojadas) fizeram com que os preços enfrentassem oscilações estacionais: um período de baixa durante os meses de janeiro a maio, e outro, em setembro, quando ocorre o aumento na produtividade das poedeiras (primavera, verão), com a conseqüente colocação de maiores quantidades do produto no mercado (gráficos 16 e 17). Nesse contexto, os avicultores sofreram as conseqüências do ajuste da evolução do mercado, agravadas pelas dificuldades criadas com a elevação dos custos de produção. Contudo, nesses dois anos, ocorreram problemas como escoamento da produção, formando-se excedentes por retração do consumo, embora a produção tenha caído, juntamente com as importações. Dessa forma, os preços recebidos pelos produtores têm crescido no período de 1980 a 1981, a proporções menores que o Índice Geral de Preços.

Os créditos aos produtores estiveram escassos, mas foram autorizados financiamentos para a estocagem e aquisição de milho e outros cereais, amparados pela política de preços mínimos.

ABATE DE AVES, SANTA CATARINA, 1980-81

(1.000 cabeças)

MES	SIF		SEM SIF (*)		AUTO CONSUMO (*)		TOTAL		VARIÇÃO PERCENTUAL $\frac{b - a}{a} \times 100$
	1980	1981	1980	1981	1980	1981	1980 (a)	1981 (b)	
Jan	11.254,5	14.515,2	1.016,0	1.236,0	1.600,0	1.650,0	13.870,5	17.401,2	25,45
Fev	10.085,8	13.485,0	1.190,0	1.055,0	1.600,0	1.400,0	12.875,8	15.940,0	23,80
Mar	10.498,8	14.043,4	1.119,0	950,0	1.600,0	1.500,0	13.217,8	16.493,4	24,78
Abr	10.076,2	14.542,4	1.161,0	836,0	1.600,0	1.400,0	12.837,2	16.778,4	30,70
Mai	10.951,1	14.987,7	1.246,0	850,0	1.600,0	1.450,0	13.797,1	17.287,7	25,30
Jun	10.344,9	15.054,2	1.450,0	820,0	1.600,0	1.480,0	13.394,9	17.354,2	29,56
Jul	11.692,0	16.013,6	1.450,0	950,0	1.600,0	1.510,0	14.742,0	18.473,6	25,31
Ago	11.126,1	15.607,2	1.480,0	1.050,0	1.600,0	1.450,0	14.206,1	18.107,2	27,46
Set	11.808,2	15.791,3	1.480,0	1.100,0	1.600,0	1.480,0	14.888,2	18.371,3	23,40
Out	12.805,4	16.000,0	1.520,0	1.080,0	1.600,0	1.450,0	15.925,4	18.530,0	16,36
Nov	12.882,5	16.100,0(*)	1.580,0	1.120,0	1.600,0	1.500,0	16.062,5	18.720,0	16,54
Dez	13.284,8	16.200,0(*)	1.620,0	1.210,0	1.800,0	1.630,0	16.704,8	19.040,0	13,98
TOTAL	136.810,3	182.340,0	16.312,0	12.257,0	19.400,0	17.900,0	172.522,3	212.497,0	23,17

(*) Estimativa: CEPA/SC

Fonte: MA/SERPA-SC e CEPA/SC

Elaboração: CEPA/SC

Tabela 101

ABATE DE AVES SOB INSPEÇÃO FEDERAL
EM SANTA CATARINA, 1975-82

ANO	TOTAL ABATIDO (CABEÇAS)	PRODUÇÃO (t)	ÍNDICE DE CRESCIMENTO
1975	49.686.513	69.561	100
1976	62.000.000	84.150	121
1977	81.557.494	111.733	161
1978	98.984.266	139.047	200
1979	115.911.011	162.275	233
1980	136.025.376	190.435	234
1981	182.340.000	255.276	366
1982(*)	200.000.000	280.000	402

(*) Estimativa: CEPA/SC

Fonte: MA/SERPA-SC

Elaboração: CEPA/SC

Tabela 102

VOLUME E VALOR DAS EXPORTAÇÕES DE CARNES DE FRANGO NOS MERCADOS DE SANTA CATARINA E BRASIL, 1975/77 e 1978-81

ANO	EXPORTAÇÃO BRASILEIRA (t)	VALOR FOB (US\$)	EXPORTAÇÃO CATARINENSE (t)	VALOR FOB (US\$)	PARTICIPAÇÃO CATARI- NENSE NO TOTAL DO BRASIL (%)
1975/77(*)	55.934	54.426.880,00	37.402	36.190.584,00	67
1978	50.805	46.871.775,00	31.975	29.457.050,00	63
1979	81.095	81.148.255,00	52.305	52.338.475,00	65
1980	170.400	209.315.136,00	68.156	83.726.055,00	40
1981	260.000(**)	314.600.000,00(**)	104.000(**)	125.840.000,00	40

(*) Considerou-se o somatório do período de 1975 a 1977

(**) Estimativa

Fonte: Associação Brasileira de Exportadores de Frango - ABEF

Elaboração: CEPA/SC

Tabela 103

PRODUÇÃO, IMPORTAÇÃO E CONSUMO DE OVOS, SANTA CATARINA, 1980-81

(1000 Dúzias)

ANO	PRODUÇÃO	IMPORTAÇÃO	CONSUMO	CONSUMO "PER CAPITA"
1980	12.092	14.308	26.400	85,6
1981	11.729	13.670	25.399	82,4

Fonte: CEPA/SC e ASCAV

Tabela 104

COMÉRCIO INTERNO, INTERESTADUAL E INTERNACIONAL DE CARNES DE AVES, SANTA CATARINA, JANEIRO A DEZEMBRO DE 1980

(Tonelada)

MES	PRODUÇÃO (*)	COMÉRCIO INTERNO	COMÉRCIO INTERESTADUAL							COMÉRCIO INTERNACIONAL	TOTAL COMERCIALIZADO	
			RS	PR	SP	RJ	MG	BA	PE			Outros
Jan	15.973,4	3.136,4	210,1	739,8	2.249,7	2.522,0	726,7	345,9	448,0	886,1	6.120,4	17.385,1
Fev	13.752,4	2.566,2	104,9	966,3	1.880,2	1.879,0	636,4	177,4	341,2	696,2	4.063,5	13.311,3
Mar	14.642,6	2.077,3	136,5	1.068,1	2.973,7	1.895,2	445,1	178,6	262,2	884,9	5.369,2	15.290,8
Abr	14.399,5	2.948,7	3.113,6	826,3	1.827,8	2.280,3	506,1	818,6	1.037,1	799,4	4.755,1	18.913,0
Maio	15.952,2	3.680,8	212,5	1.994,6	2.093,4	2.089,2	712,7	407,8	257,2	622,7	6.203,3	18.274,2
Jun	14.714,5	720,7	180,8	68,8	1.923,8	1.385,7	606,1	700,4	268,1	815,3	6.478,8	13.148,5
JUL	16.895,4	3.576,5	242,0	767,4	1.969,6	2.436,3	864,7	201,0	287,2	772,7	7.627,6	18.745,0
Ago	16.455,9	3.359,7	276,5	632,2	1.947,3	1.681,5	682,1	306,0	108,5	896,4	2.598,0	12.488,2
Set	18.772,7	5.338,0	838,3	1.151,9	1.820,0	2.018,6	835,0	189,4	229,3	921,0	8.250,8	21.592,0
Out	19.768,9	4.686,0	277,7	1.176,6	2.688,0	2.939,4	443,9	353,9	186,7	909,5	6.275,3	19.937,6
Nov	18.518,6	3.862,6	53,6	664,4	3.815,7	1.997,4	466,8	486,6	308,6	1.125,3	1.468,0	14.249,0
Dez	17.902,9	4.910,9	340,4	735,2	3.570,3	2.924,1	633,2	575,8	373,1	1.173,3	8.945,2	24.181,5
TOTAL	197.749,0	40.863,8	5.986,9	10.791,6	28.759,5	26.048,7	7.558,8	4.741,4	4.107,2	10.502,8	68.155,2	207.515,6

(*) A diferença entre a produção e o total comercializado é o estoque do ano anterior.

Fonte: MA/SERPA-SC

Elaboração: CEPA/SC

Tabela 105

DESTINO DA PRODUÇÃO CATARINENSE DE CARNE DE AVES, 1980^(*)

DESTINO	VOLUME COMERCIALIZADO (t)	PARTICIPAÇÃO PERCENTUAL
São Paulo	28.759,5	13,85
Rio de Janeiro	26.048,7	12,55
Paraná	10.791,6	5,20
Minas Gerais	7.558,8	3,64
Rio Grande do Sul	5.986,9	2,88
Bahia	4.741,4	2,28
Pernambuco	4.107,2	1,98
Demais estados	10.502,8	5,10
Mercado catarinense	40.863,8	19,68
Mercado internacional	68.155,2	32,84
TOTAL	207.515,9	100,00

(*) Considerados os abates Sob Inspeção Federal

Fonte: MA/CEPA/SC

Elaboração: CEPA/SC

Tabela 106

PREÇOS RECEBIDOS PELOS PRODUTORES DE FRANGO DE CORTE, SANTA CATARINA,
DE JANEIRO A DEZEMBRO/80 -- JANEIRO A NOVEMBRO/81 (**)

PERÍODO	PREÇOS CORRENTES		PREÇOS DE NOV/81 (*)		
	Cr\$/kg	Índice de crescimento	Cr\$/kg	Índice de crescimento	
1980	Jan	29,00	34	107,36	126
	Fev	32,50	38	115,43	135
	Mar	31,00	36	103,31	121
	Abr	31,00	36	97,72	114
	Mai	33,00	38	97,80	115
	Jun	33,90	39	94,90	111
	Jul	34,00	40	87,76	103
	Ago	37,00	43	89,33	105
	Set	42,30	49	96,99	114
	Out	44,00	51	93,72	110
	Nov	52,00	61	103,00	121
	Dez	54,60	64	102,11	120
1981	Jan	59,00	69	103,55	121
	Fev	57,57	67	93,14	109
	Mar	63,00	74	94,94	111
	Abr	61,50	72	87,87	103
	Mai	58,00	68	78,03	91
	Jun	59,33	69	76,41	89
	Jul	64,00	75	78,44	92
	Ago	80,00	94	91,87	108
	Set	84,00	98	91,82	108
	Out	84,00	98	88,03	103
	Nov	85,00	100	85,00	100

(*) Calculado através do Índice Geral de Preços da Revista Conj. Econ, Col.2 da FGV

(**) Considerados apenas os produtores não integrados

Fonte: FGV e CEPA/SC

Elaboração: CEPA/SC

Tabela 107

PREÇOS DE CARNE DE FRANGO PRATICADOS NO MERCADO ATACADISTA, SC,
JANEIRO A DEZEMBRO/80 - JANEIRO A NOVEMBRO/81

PERÍODO	PREÇOS CORRENTES		PREÇOS (*)		
	Cr\$/kg	ÍNDICE	Cr\$/kg	ÍNDICE	
1980	Jan	46,67	34	172,76	128
	Fev	48,26	36	171,41	127
	Mar	49,24	36	164,10	122
	Abr	48,44	36	152,70	113
	Mai	48,28	36	143,07	106
	Jun	53,00	39	148,37	110
	Jul	59,20	44	152,81	114
	Ago	57,80	43	139,55	104
	Set	59,60	44	136,66	101
	Out	62,67	46	133,49	99
	Nov	67,50	50	133,70	99
	Dez	89,00	66	166,45	124
1981	Jan	87,00	64	152,70	113
	Fev	93,00	69	150,48	112
	Mar	86,00	64	129,60	96
	Abr	88,00	65	125,74	93
	Mai	88,00	65	118,39	88
	Jun	96,50	72	124,28	92
	Jul	105,00	78	128,69	96
	Ago	120,00	89	137,80	102
	Set	130,00	97	142,10	106
	Out	130,00	97	136,24	101
	Nov	134,00	100	134,00	100

(*) Calculado pelo Índice Geral de Preços da Revista Conj. Econ. col.2 da FGV

Fonte: CEPA/SC e FGV

Elaboração: CEPA/SC

Tabela 108

PREÇOS DE OVOS VERMELHOS RECEBIDOS PELOS PRODUTORES, SANTA CATARINA,
FEVEREIRO A DEZEMBRO/80 - JANEIRO A NOVEMBRO/81 (**)

PERÍODO	PREÇOS CORRENTES		PREÇOS DE NOV/81(*)		
	Cr\$/cx	ÍNDICE	Cr\$/cx	ÍNDICE	
1980	Fev	820,00	36	2.912,00	130
	Mar	930,00	41	3.099,00	139
	Abr	960,00	43	3.026,00	136
	Mai	830,00	37	2.459,00	110
	Jun	830,00	37	2.323,00	104
	Jul	830,00	37	2.142,00	96
	Ago	1.020,00	45	2.462,00	110
	Set	900,00	40	2.063,00	92
	Out	1.150,00	51	2.449,00	110
	Nov	1.200,00	53	2.376,00	106
	Dez	1.280,00	57	2.393,00	107
	1981	Jan	1.520,00	68	3.667,00
Fev		1.650,00	74	2.669,00	119
Mar		1.950,00	87	2.938,00	132
Abr		1.950,00	87	2.786,00	125
Mai		1.950,00	87	2.623,00	117
Jun		2.050,00	92	2.640,00	118
Jul		2.050,00	92	2.512,00	112
Ago		2.050,00	92	2.354,00	105
Set		1.800,00	80	1.967,00	88
Out		2.200,00	98	2.305,00	103
Nov		2.225,00	100	2.225,00	100

(*) Calculado pelo Índice Geral de Preços da Revista Conj. Econ. col. 2 da FGV

(**) Produto comercializado na Grande Florianópolis

Fonte: CEASA/SC, ASCAV

Elaboração: CEPA/SC

Tabela 109

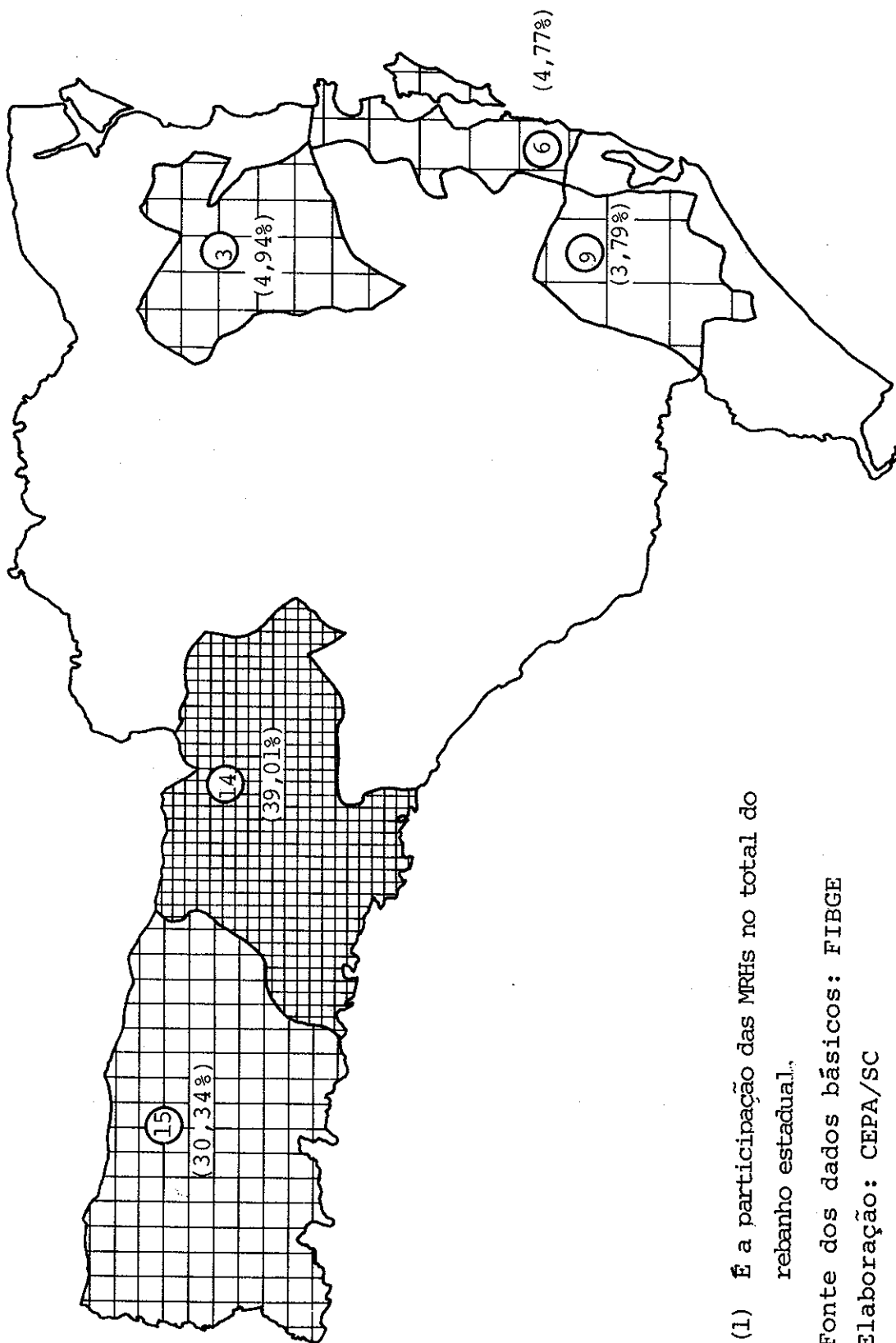
PREÇOS DE OVOS BRANCOS RECEBIDOS PELOS PRODUTORES, SANTA CATARINA,
FEVEREIRO A DEZEMBRO/80 - JANEIRO A NOVEMBRO/81

PERÍODO	PREÇOS CORRENTES		PREÇOS DE NOV/81(*)		
	Cr\$/cx	ÍNDICE	Cr\$/cx	ÍNDICE	
1980	Fev	760,00	36	2.699,00	128
	Mar	840,00	40	2.799,00	133
	Abr	870,00	41	2.742,00	130
	Mai	740,00	35	2.193,00	104
	Jun	820,00	39	2.295,00	109
	Jul	820,00	39	2.116,00	100
	Ago	920,00	43	2.221,00	105
	Set	870,00	41	1.994,00	94
	Out	1.050,00	50	2.236,00	103
	Nov	1.100,00	52	2.178,00	103
	Dez	1.200,00	57	2.244,00	106
	1981	Jan	1.420,00	67	2.492,00
Fev		1.520,00	72	2.459,00	117
Mar		1.850,00	88	2.788,00	132
Abr		1.850,00	88	2.643,00	125
Mai		1.850,00	88	2.489,00	118
Jun		1.950,00	92	2.511,00	119
Jul		1.950,00	92	2.390,00	113
Ago		1.950,00	92	2.239,00	106
Set		1.700,00	80	1.858,00	88
Out		2.077,00	98	2.176,00	103
Nov		2.100,00	100	2.100,00	100

(*) Calculado pelo Índice Geral de Preços da Revista Conj. Econ. col. 2 da FGV

Fonte: CEASA/SC e ASCAV

Mapa 16 - PARTICIPAÇÃO DAS MRHS NA COMPOSIÇÃO DO REBANHO AVÍCOLA EM SANTA CATARINA, 1981 (1)



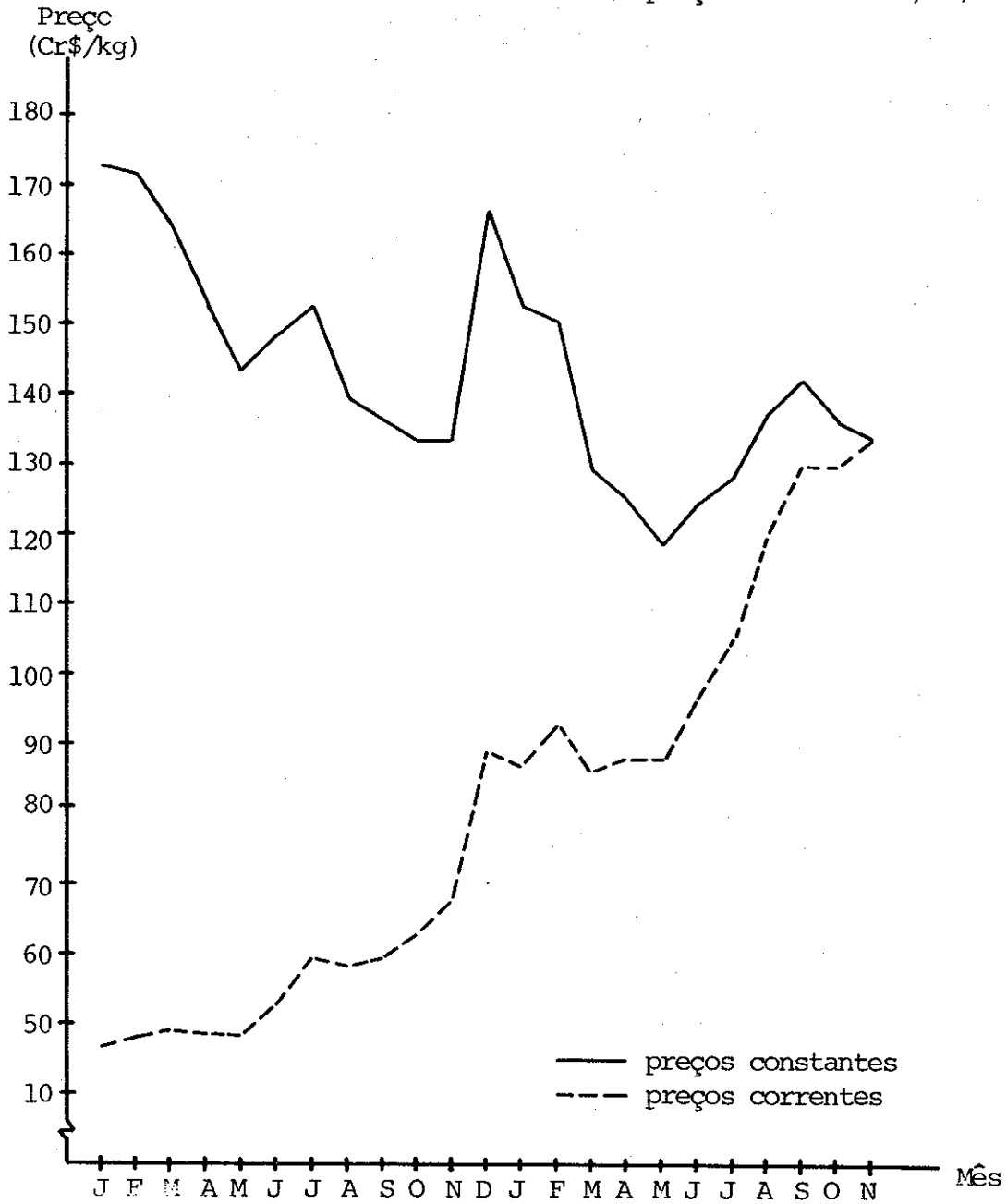
(1) É a participação das MRHS no total do rebanho estadual.

Fonte dos dados básicos: FIBGE

Elaboração: CEPA/SC

Gráfico 15 - EVOLUÇÃO DOS PREÇOS PRATICADOS NO ATACADO PARA A CARNE DE FRANGO, SANTA CATARINA, JANEIRO/80 - NOVEMBRO/81

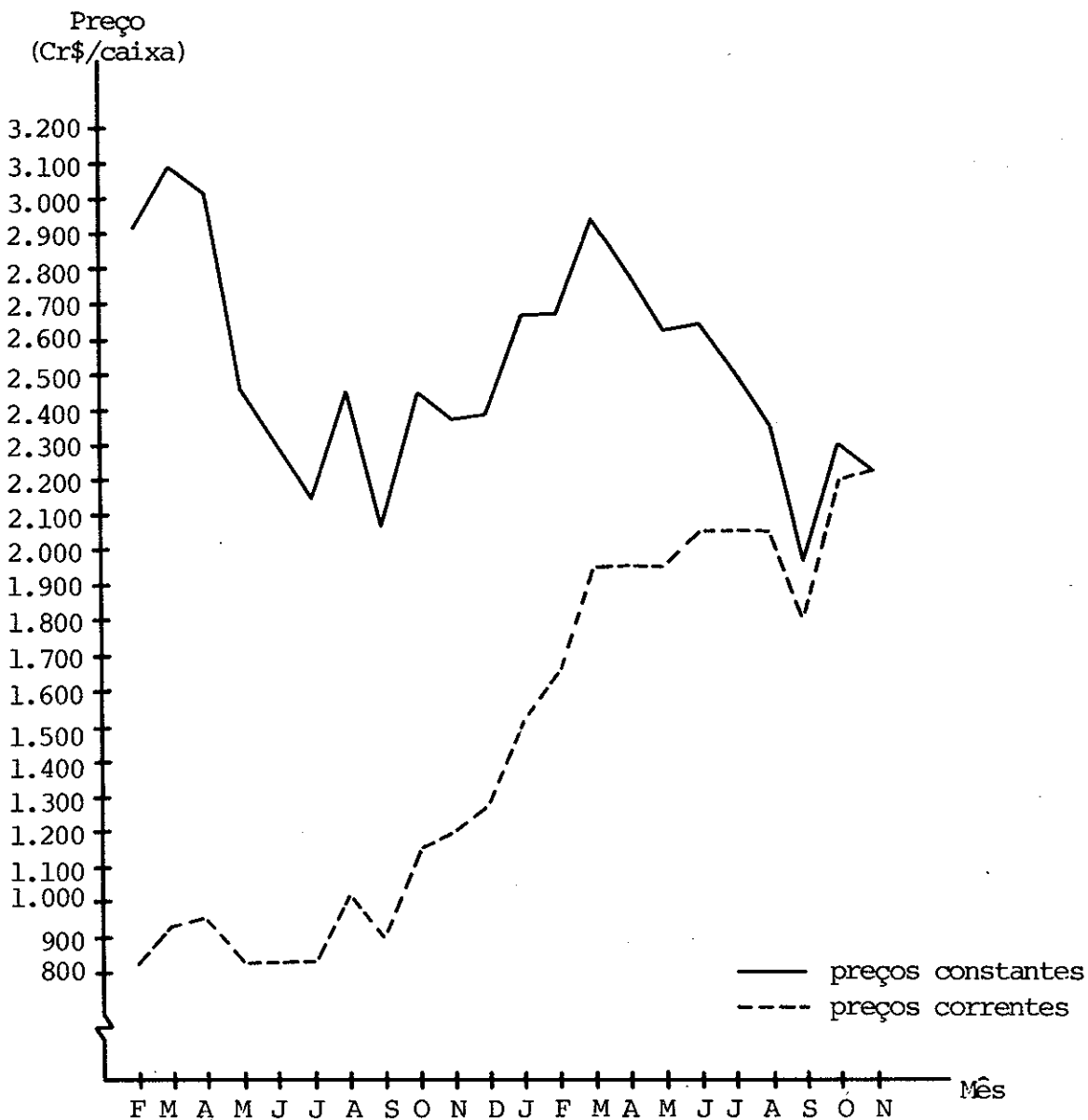
(a preços de novembro/81)



FONTE: FGV E CEPA/SC

ELABORAÇÃO: CEPA/SC

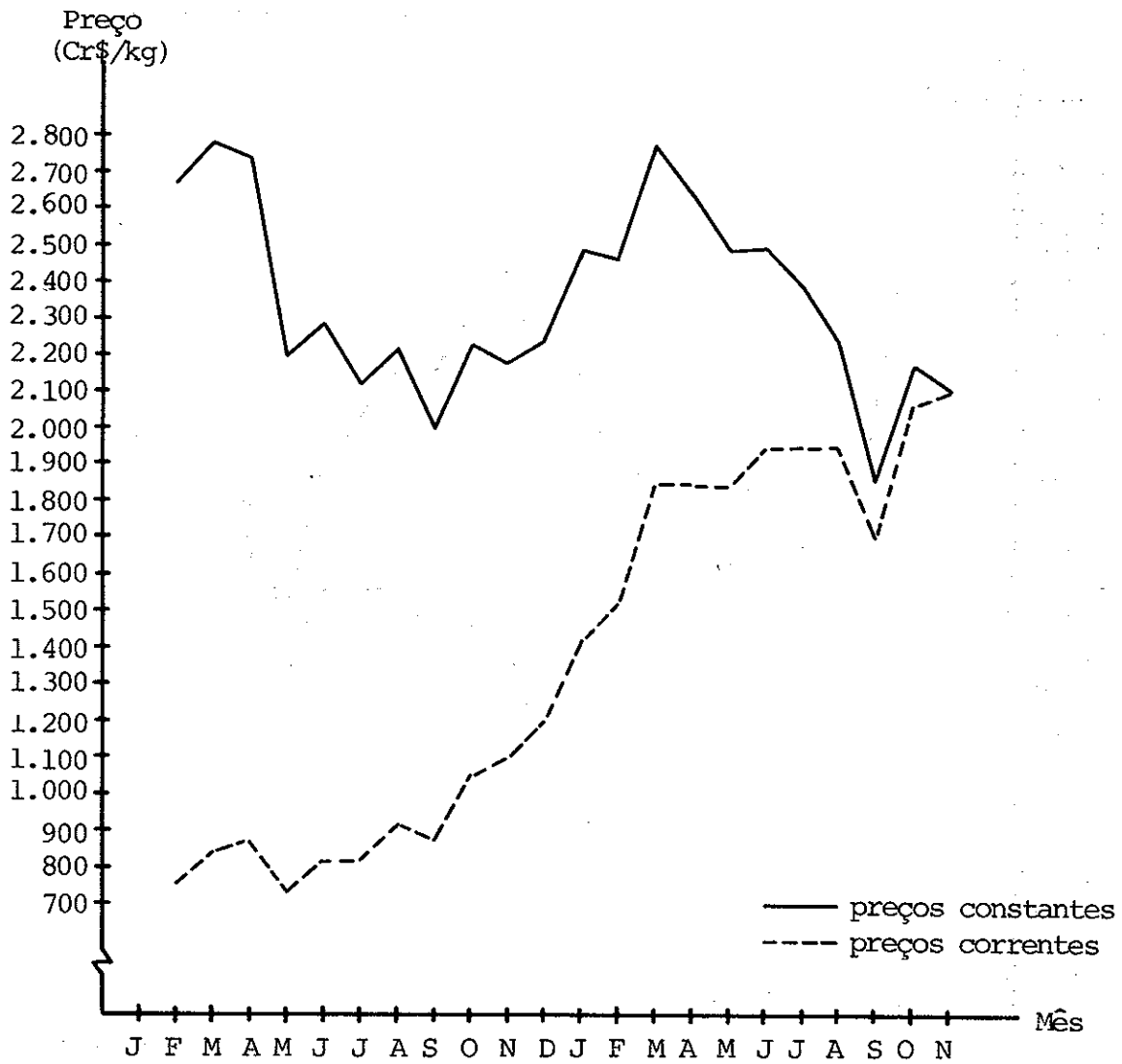
Gráfico 16 - EVOLUÇÃO DOS PREÇOS RECEBIDOS PELOS PRODUTORES DE OVOS VERMELHOS, SANTA CATARINA, FEVEREIRO/80 A NOVEMBRO/81 (a preços de novembro/81)



FONTE: CEASA/SC e ASCAV

ELABORAÇÃO: CEPA/SC

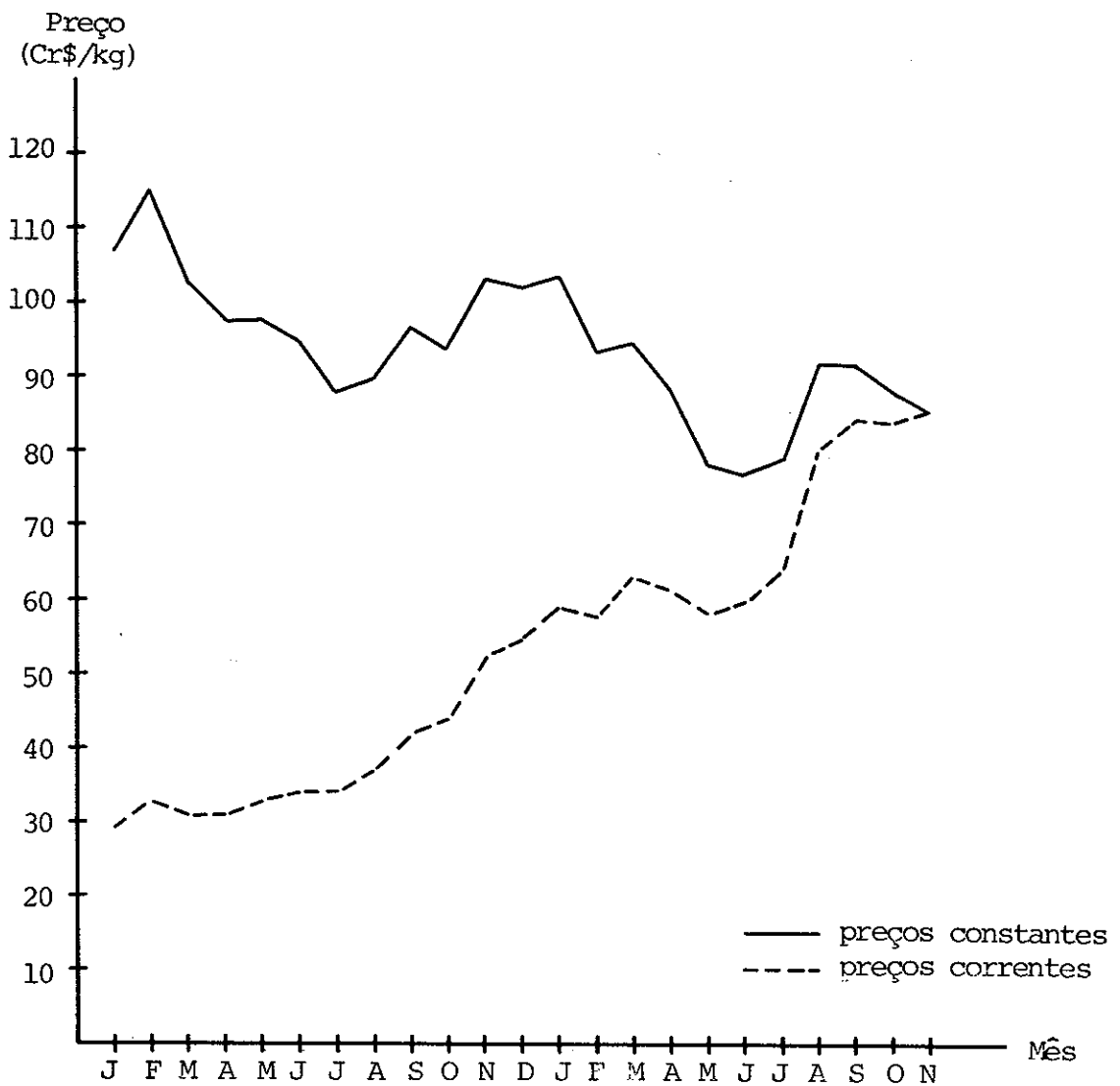
Gráfico 17 - EVOLUÇÃO DOS PREÇOS RECEBIDOS PELOS PRODUTORES DE OVOS
BRANCOS, SANTA CATARINA, JANEIRO/80 A NOVEMBRO/81
(a preços de novembro/81)



FONTE: CEASA/SC e ASCAV

ELABORAÇÃO: CEPA/SC

Gráfico 18 - EVOLUÇÃO DOS PREÇOS RECEBIDOS PELOS PRODUTORES DE FRANGO DE CORTE, SANTA CATARINA, JANEIRO/80 A NOVEMBRO/81
(a preços de novembro/81)



FONTE: CEPA/SC E FGV

ELABORAÇÃO: CEPA/SC

3.2. Bovinos de Corte

Apesar de tecnologicamente atrasada, a pecuária de corte apresenta alguns segmentos do seu rebanho com índices de desempenho considerados razoáveis, podendo-se constatar desfrutes de 25 a 30%, com abate aos 24 a 30 meses de idade, no entanto, são baixos os índices de produtividade do rebanho geral, devido principalmente à deficiência alimentar, ao manejo inadequado e aos problemas sanitários.

Com um rebanho estimado em 2,6 milhões de cabeças (Censo Agropecuário, 1980, versão preliminar), foram abatidas, em 1981, 264.276 cabeças, abate 2,8% superior ao do ano passado, das quais aproximadamente 32,6% (tabela 110) foram importadas dos Estados vizinhos, configurando uma taxa de abate ao redor de 7%. Parece à primeira vista, que essa taxa é muito baixa, porém é preciso levar em consideração as características e as finalidades próprias do rebanho estadual, pois as estimativas não a separam em corte e leite. Existem microrregiões com predominância do gado de corte (Campos de Lages, Campos de Curitiba e Planalto de Canoas) e outras de criatórios de leite (Colonial de Joinville, de Blumenau, do Alto Itajaí e de Itajaí do Norte). Predominam, no entanto, as microrregiões nas quais a pecuária não é a atividade principal. Outro fator a ser considerado é a parcela significativa do rebanho, ao redor de 6,2%, destinada a animais de tração.

Quando se subtrai do abate total os animais adquiridos em outros Estados (86.150 cabeças) e os originários do rebanho com alguma aptidão leiteira (56.000 cabeças), a taxa de abate sobe para 11,7% na parcela do rebanho (1,04 milhões de cabeças) ⁽¹⁾ cuja finalidade principal é a produção de carne.

Essas estimativas estão baseadas nas informações fornecidas por técnicos ligados à atividade e no acompanhamento da produção durante os últimos três anos. Todavia, a análise intercensitária indica uma redução substancial tanto no desfrute como na taxa de abate do rebanho bovino catarinense (tabela 112). As causas possíveis que determinaram as quedas nas taxas indicadoras do desempenho do rebanho podem estar relacionadas com o ciclo pecuário que, de 1977 a 1979, estava com tendência de alta, estimu-

(1) Considerou-se a existência de 1,4 milhões de cabeças com alguma aptidão leiteira e de 0,16 milhões de bovinos de trabalho.

lando a maior retenção de animais, com menor envio para o abate. Também o crescimento vegetativo do rebanho foi maior, no período de 1970 a 1975 (19,52%), do que nos anos de 1975 a 1980 (11,42%), ficando o desfrute comprometido e, com a redução no número de animais abatidos, a taxa de abate também decresceu.

As condições climáticas, de uma forma geral, foram favoráveis, durante o verão, atendendo as exigências nutricionais do rebanho. Porém, a partir de maio, os teores de fibrosidade dos pastos começaram a se fazer sentir, comprometendo o pastoreio normal do gado. A existência de 670 silos com capacidade aproximada de 35 mil toneladas de silagem, o cultivo de 125.000 ha de pastagens de inverno e mais o plantio de cobertura do solo na entressafra agrícola, visando, em parte, à suplementação do gado de engorda e aos animais mais carentes, não foram suficientes para atender as necessidades de alimentação do rebanho, no período de maior escassez de pastagens nativas. A situação agravou-se pelo inverno rigoroso e pelas geadas que se formaram até o final de setembro.

Apesar do empenho em aumentar a capacidade de produção de alimentos no inverno, crescendo em relação ao ano anterior, a quantidade produzida está muito aquém de atender o indispensável para suprir a falta de alimentos no período do ano de mais baixas temperaturas.

O segmento de frigorificação também teve um baixo desempenho, abatendo em média 9,3 mil cabeças por mês, quando tem uma capacidade nominal para abates até 39,0 mil cabeças por mês, o que configura uma ociosidade de 76%. Todavia, esse segmento atingiu o seu ponto de nivelamento através do aproveitamento racional da mão-de-obra, do controle dos preços da matéria-prima e da maior participação na intermediação da carne.

As restrições creditícias, desde 1980, tanto para custeio como para investimento, foram sentidas, e os poucos recursos aplicados originaram-se dos retornos aos bancos das verbas de empréstimos saldados.

Embora o crédito possa levar o pecuarista a adquirir melhores animais e a adequar o manejo, a alimentação, as instalações e a sanidade, não garante o total aproveitamento dos fatores de produção, o que só ocorrerá a partir de uma garantia de lucratividade da exploração, pois os investimentos que garantem um au

mento do potencial de produção e produtividade serão efetivados se o mercado for atrativo, já que não existem mecanismos efetivos que o estabilizem, seja nos períodos de aumento da oferta do produto final, seja naqueles com retração da demanda.

3.2.1. Comercialização e Abastecimento

A produção catarinense de carne bovina por habitante/ano, em 1981, foi de 11,8 kg, 2,6% superior em relação ao ano antecedente. O consumo "per capita" aparente atingiu 15,7 kg, 3,1% inferior quando comparado com 1980, não estando incluídos os estoques remanescentes da safra 1980/81.

As estimativas para consumo aparente da carne bovina, segundo a FIBGE-ENDEF, em 1975, apontavam uma possibilidade de um consumo ao redor de 19 kg/habitante/ano; porém, a retração da demanda pela perda do poder aquisitivo dos consumidores ocasionou uma diminuição do consumo da oferta de 20%, ocasionando excedentes sem aumentos significativos da produção.

Acrescenta-se a esse fenômeno conjuntural a penetração da carne de frango em fatias significativas do mercado de carnes (ganho de 15% no período 1980/81) porque apresentou preços, no varejo, mais competitivos com a carne bovina, na medida em que o salário mínimo regional deu mais condições de compra para a primeira em detrimento da segunda (tabela 113).

Dessa forma, os preços do boi e do produto final foram comprimidos, tendo havido, nos últimos 24 meses, uma redução de 64% em valores correntes e de 70% em valores reais (gráfico 20).

A falta de garantia de mercado para a majoração dos preços recebidos pelos produtores demonstra que a evolução destes não tem acompanhado a curva inflacionária. Essa perda de garantia real dos preços é desestimulante para a atividade, devendo proporcionar o aumento do abate de matrizes na próxima safra e contribuir para pressionar os preços para baixo, pois, inicialmente, o descarte de fêmeas força o aumento da oferta de carne e a baixa nos preços do produto final.

Mesmo assim, em 1981, os preços recebidos pelos produtores apresentaram saldos positivos, quando comparados com os cus

tos variáveis de produção e as despesas de alimentação, sendo que a partir de agosto desse ano os preços asseguraram uma certa margem de lucratividade (tabela 115).

O consumo de carne bovina esteve restrito, concentrado nos finais de semana e mais nitidamente, ao final da segunda quinzena de cada mês. A oferta de bois, de carne resfriada ou congelada garantiu o abastecimento, no atual nível de consumo, até mesmo na entressafra, havendo ainda estoques remanescentes da safra passada, que poderão influir no comportamento futuro do mercado.

Tabela 110

ABATES BOVINOS, SANTA CATARINA, JANEIRO A DEZEMBRO/80 - JANEIRO A DEZEMBRO/81

MÊS	(cabeça)								VARIÇÃO $\frac{a-b}{a} \times 100$
	SIF		SEM SIF (*)		AUTO-CONSUMO (*)		TOTAL		
	1980	1981	1980	1981	1980	1981	1980	1981	
Jan	10.491	9.292	13.636	13.337	1.130	1.300	25.251	23.929	-5,23
Fev	8.951	9.686	11.160	12.820	1.120	1.300	21.231	23.806	12,13
Mar	9.810	12.295	11.546	12.247	1.120	1.300	22.476	25.842	14,98
Abr	11.417	13.176	13.781	12.225	1.130	1.400	26.328	26.801	1,80
Mai	12.666	12.302	13.695	13.336	1.130	1.350	27.401	26.988	1,51
Jun	8.425	8.411	10.084	10.996	1.130	1.200	19.589	20.607	5,20
Jul	8.188	7.661	10.900	9.014	1.130	1.200	20.218	17.875	-11,60
Ago	5.680	8.039	9.750	9.000	1.130	1.250	16.560	18.289	10,44
Set	5.765	7.198	9.500	9.636	1.130	1.300	16.395	18.134	10,60
Out	7.555	6.188	9.600	10.809	1.130	1.350	18.285	18.347	0,34
Nov	7.814	7.500 (*)	10.737	11.332	1.130	1.400	19.681	20.232	2,80
Dez	10.404	9.000 (*)	11.736	11.726	1.430	1.400	23.570	22.126	-6,12
TOTAL	107.166	110.748	136.069	136.478	13.840	17.050	257.175	264.276	2,80

(*) Estimativa: CEPA/SC

Fonte: MA/SERPA-SC e CEPA/SC

Elaboração: CEPA/SC

Tabela 111

PRODUÇÃO DE CARNE BOVINA, SANTA CATARINA, 1974-82

(t)

ANO	PRODUÇÃO EM CARCAÇAS
1974	51.578
1975	54.107
1976	54.497
1977	53.341
1978	54.480
1979	58.520
1980	42.434 (**)
1981	43.606 (**)
1982 ^(*)	44.880 (**)

(*) Estimativa CEPA/SC

(**) Não considerada a importação de bovinos vivos

Fonte: MA/SERPA-SC e CEPA/SC

Elaboração: CEPA/SC

Tabela 112

REBANHO BOVINO, TAXA DE ABATE E DESFRUTE, SANTA CATARINA

1970, 1975 e 1980

ANO	REBANHO (CABEÇAS)	TAXA DE ABATE (%)	DESFRITE (%)
1970	1.955.228	-	-
1975	2.336.830	8,5	24,8
1980	2.603.647 ^(*)	6,8	17,01

Fonte: FIBGE-Censo Agropecuário de 1970 e 1975 e Sinopse Preliminar do Censo Agropecuário de 1980 e CEPA/SC

Elaboração: CEPA/SC

Tabela 113

RELAÇÃO SALÁRIO MÍNIMO E PREÇOS DAS CARNES CONSTATADOS NO MERCADO DA GRANDE FLORIANÓPOLIS

(Quilo de carne/Salário Mínimo)

MÊS \ CARNE	1980			1981		
	BOVINA	SUINA	FRANGO	BOVINA	SUINA	FRANGO
Jan	20	22	52	22	31	53
Fev	20	25	47	22	31	51
Mar	20	25	50	22	30	50
Abr	20	27	53	17	29	47
Mai	28	37	73	33	43	75
Jun	24	35	73	33	44	78
Jul	23	33	71	29	43	75
Ago	21	35	56	26	42	59
Set	21	33	54	23	39	54
Out	21	33	52	23	38	55
Nov	25	40	74			
Dez	26	33	55			

Fonte dos dados básicos: SUNAB

Fonte dos dados trabalhados: CEPA/SC

Tabela 114

PREÇOS RECEBIDOS PELOS PRODUTORES DE BOVINOS PARA ABATE, SANTA CATARINA, JANEIRO A DEZEMBRO/80 - JANEIRO A NOVEMBRO/81

PERÍODO	PREÇOS CORRENTES		PREÇOS DE DEZ/81(*)		
	Cr\$/kg	Índice	Cr\$/kg	Índice	
1980	Jan	34,50	46	127,72	170
	Fev	35,00	47	124,31	165
	Mar	34,50	46	114,98	153
	Abr	35,00	46	110,33	147
	Mai	36,50	48	108,17	144
	Jun	41,00	54	114,78	153
	Jul	50,00	66	129,06	172
	Ago	50,00	66	120,72	160
	Set	49,16	65	112,72	150
	Out	54,76	73	116,64	155
	Nov	58,30	77	115,48	153
	Dez	55,00	73	102,86	137
1981	Jan	54,00	72	94,78	126
	Fev	52,00	69	84,13	112
	Mar	53,00	70	79,87	106
	Abr	53,00	70	75,73	100
	Mai	52,30	69	70,34	93
	Jun	52,90	70	68,13	90
	Jul	62,80	83	76,97	102
	Ago	70,00	93	80,38	107
	Set	72,60	96	79,36	105
	Out	72,60	96	76,08	101
	Nov	75,00	100	75,00	100

(*) Calculado pelo Índice Geral de Preços da Revista Conj. Econ., col. 2, da FGV.

Fonte: FGV, CEPA/SC

Elaboração: CEPA/SC

Tabela 115

CUSTOS DE PRODUÇÃO E PREÇOS RECEBIDOS PELOS PRODUTORES DE BOVINOS DE CORTE, SANTA CATARINA, JULHO/81, OUTUBRO/81 E DEZEMBRO/81

PERÍODO	CUSTOS				PREÇO RECEBIDO	SALDO		
	Variáveis	Fixos	Alimentação	Total		Sobre variável	Sobre alimentação	Sobre total
Jul/81	38,00	17,00	28,00	55,55	54,00	16	26	-1,55
Out/81	43,00	21,00	31,00	64,00	72,60	29,60	41,60	8,60
Dez/81	48,17	22,52	34,32	70,70	78,30	30,13	43,98	7,60

Fonte: CEPA/SC

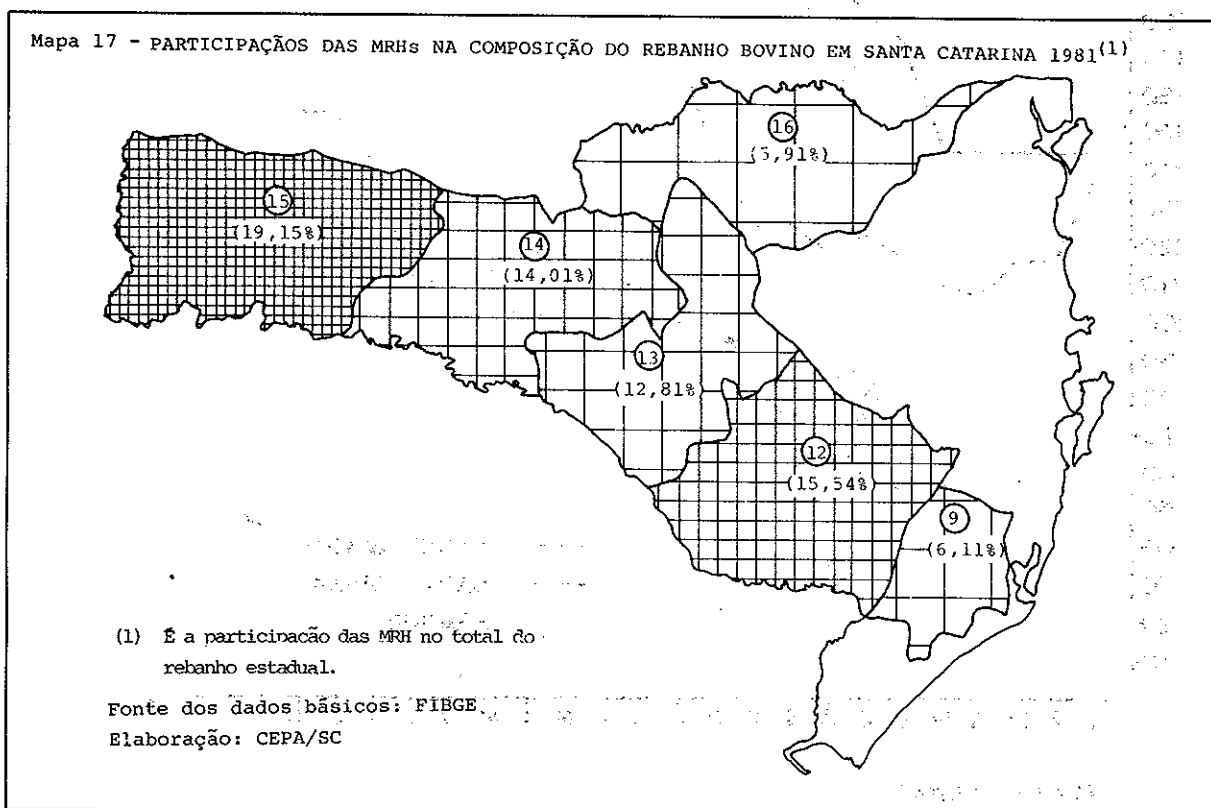
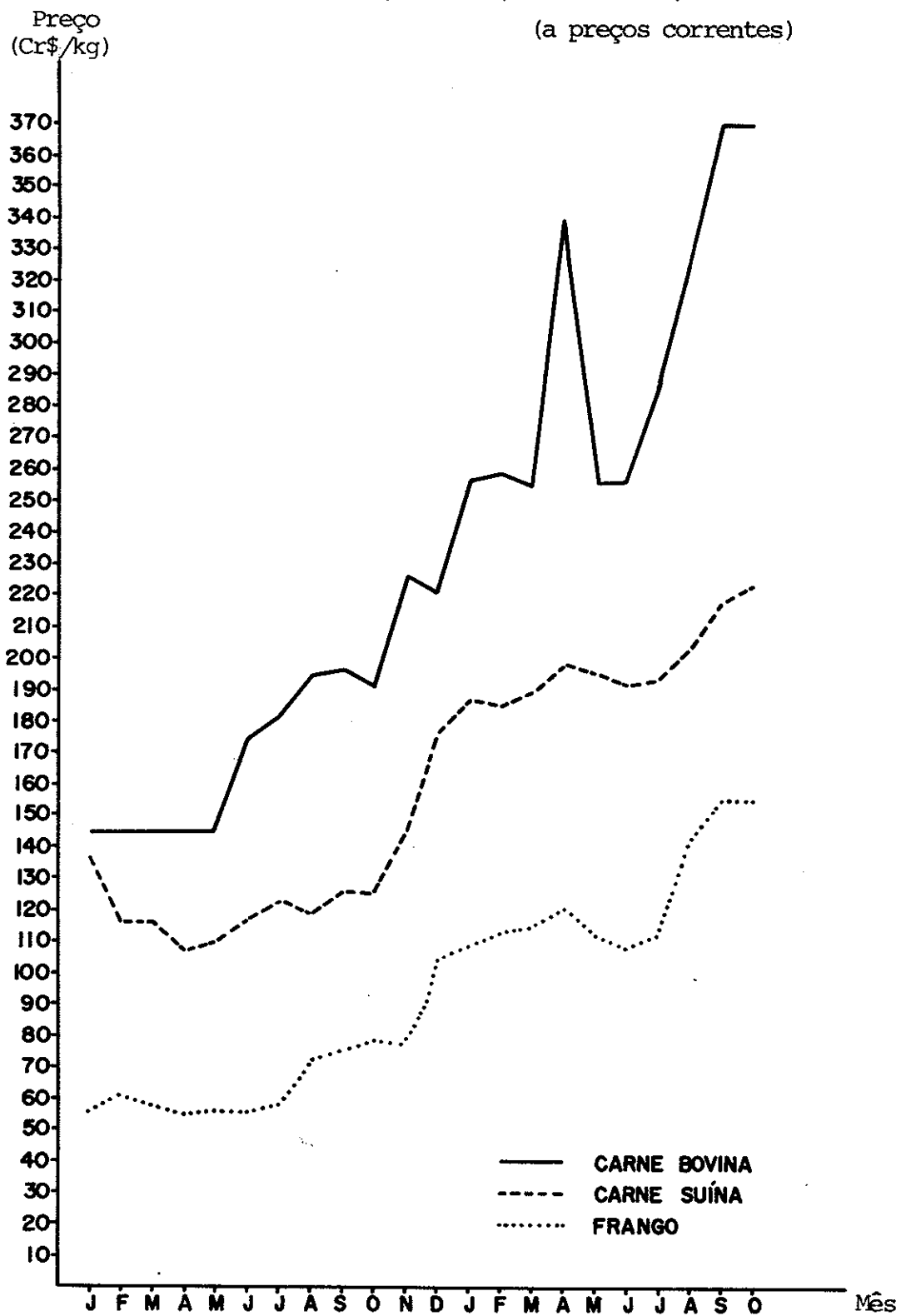


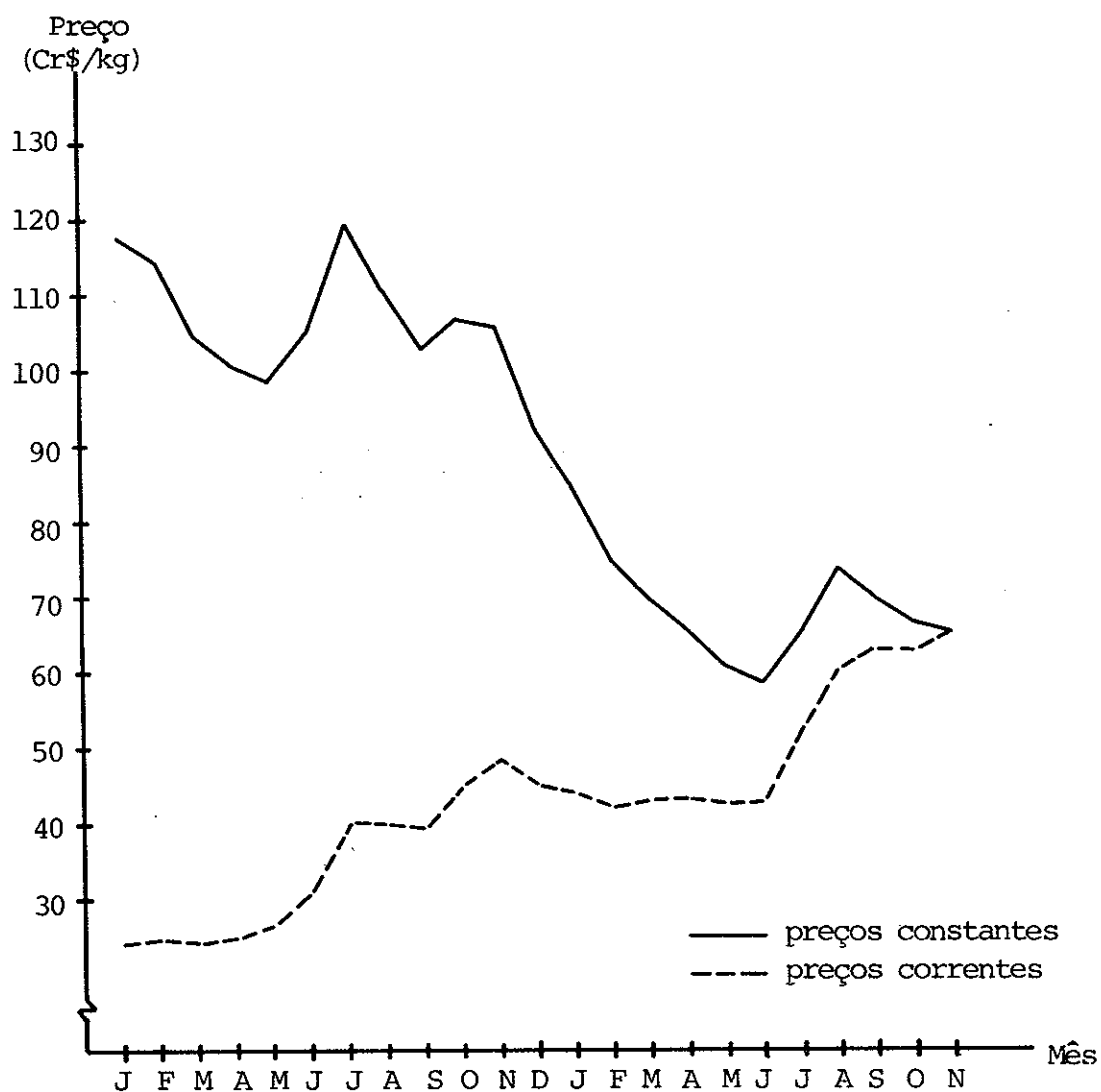
Gráfico 19 - PREÇOS NO VAREJO DA CARNE BOVINA, DA CARNE SUÍNA E DA CARNE DE FRANGO, PRATICADOS NO MERCADO DA GRANDE FLORIANÓPOLIS, SANTA CATARINA, JANEIRO/80 A OUTUBRO/81 (a preços correntes)



FONTE: SUNAB

ELABORAÇÃO: CEPA/SC

Gráfico 20 - EVOLUÇÃO DOS PREÇOS RECEBIDOS PELOS PRODUTORES DE BOVINOS
 PARA ABATE, SANTA CATARINA , JANEIRO/80 A NOVEMBRO/81
 (a preços de novembro/81)



FONTE: FGV

ELABORAÇÃO: CEPA/SC

3.3. Bovinos de Leite

3.3.1. Produção de Leite

Santa Catarina, segundo dados levantados pela Fundação IBGE possuía, em 1980, um rebanho bovino total de aproximadamente 2.603,6 mil cabeças, criadas em cerca de 196 mil propriedades, com média de 13 animais cada uma.

Estima-se que 60% do rebanho esteja distribuído em 80% das propriedades, plantel este denominado "colonial", cuja finalidade econômica é a subsistência da família e eventualmente a venda de carne, leite e seus derivados aos pequenos centros urbanos.

Do rebanho estadual, apesar de não se dispor de um levantamento confiável, técnicos ligados à atividade admitem a existência de um rebanho, com alguma aptidão leiteira, em torno de 1.400 mil cabeças, representando cerca de 54% do rebanho. Admite-se, contudo, que apenas 14% do plantel estadual localize-se em propriedades que visam à venda do leite.

A área total utilizada com pecuária, de acordo com os dados cadastrais do INCRA de 1978, era de 2.852.902,8 ha, com 1,3 UA/ha, sendo a região Serrana a de menor população bovina por área (0,5 UA/ha) e a região Extremo e Meio Oeste, com 1,34 UA/ha, a de maior densidade animal.

As principais bacias leiteiras localizam-se no Vale do Itajaí, onde se concentra o parque industrial de laticínios do Estado; em torno da Grande Florianópolis; no Planalto Serrano, com uma indústria; e no Oeste Catarinense, onde existem áreas de produção leiteira incentivadas por pequenas indústrias localizadas nos municípios de Treze Tílias e Chapecó. Outra região com alguma aptidão leiteira é o sul do Estado, onde, por não existir usina, o leite produzido era entregue às indústrias gaúchas, sendo que, só a partir de 1980 foi instalado o posto de resfriamento de leite em Braço do Norte, pela Cooperativa Central de Leite do Vale do Itajaí, para onde segue a produção de quala microrregião.

No tocante à produção de leite em Santa Catarina, apesar de não se dispor de um levantamento mais preciso e, conseqüentemente, de dados concretos, apresenta-se na tabela 116 o número de

vacas do rebanho, obtidos a partir de índices técnicos, também utilizados pela FIBGE em Santa Catarina, através dos quais se obtém que cerca de 558.600 vacas foram ordenhadas em 1980.

Das vacas ordenhadas em 1980, estima-se que tenham sido produzidos 552.838.600 litros de leite. Dessas vacas, estima-se que 55% delas possuíam terneiros que, por sua vez, consumiriam 450 litros/ano cada, totalizando um consumo, pelos terneiros, da ordem de 138 milhões de litros. Restam 414.586 mil litros para o consumo humano, dos quais 83.676 mil litros foram recebidos "in natura" pelas usinas de leite, destinados à pasteurização e à transformação em derivados lácteos (tabela 117). A maior parte, 330.910 mil litros, são destinados, também, ao consumo humano, porém na forma "in natura" (sem pasteurização) ou elaborados de forma artesanal (*).

Para 1981, estima-se a existência de 721.000 vacas, esperando-se uma produção destinada ao consumo humano da ordem de 422.864 mil litros, dos quais aproximadamente 88.532 mil devem ser entregues às usinas de leite no Estado, cuja distribuição, no processamento, pode ser verificada na tabela 117.

Conforme se verifica na tabela 116, no período de 1975 a 1980, ocorreram produções consideradas recordes, embora se admita que o aumento registrado em 1980 seja mais um ajuste dos números a partir dos dados levantados naquele ano, do que, reflexo de outra causa mais significativa.

Já em 1981, o aumento estaria em função das condições climáticas normais para a atividade e, principalmente, do estímulo causado pelos aumentos de preços ocorridos a nível de produtor.

Para 1982, apesar do desestímulo ocorrido no último trimestre de 1981, causado pela redução do preço a nível de consumidor (de Cr\$ 43,00/litro para Cr\$ 40,00/litro), com repercussão no preço pago ao produtor, a produção deverá estabilizar-se, mesmo que sejam superados os problemas surgidos com a redução dos preços recebidos pelos produtores. A redução desses preços foi decorrente, principalmente, dos altos custos do transporte, que lhes fo-

(*) É o leite consumido sem passar pela indústria de laticínios. Essas formas de aproveitamento são utilizadas no meio rural, nos pequenos centros urbanos e na periferia das médias e grandes cidades.

ram transferidos pelas indústrias, a partir da portaria Super nº 46 de 17 de setembro de 1981 da SUNAB, assunto que será abordado adiante.

Tabela 116

REBANHO, PRODUÇÃO TOTAL E LEITE INDUSTRIALIZADO,
SANTA CATARINA, 1974-80

ANO	Nº DE VACAS	PRODUÇÃO APARENTE DE LEITE (1.000 litros) (2)	LEITE INDUSTRIALIZADO (1.000 litros)
1974	693.455	379.666	32.059
1975	721.274	394.898	39.551
1976	747.673	409.350	73.245
1977	759.197	415.660	88.150
1978	704.216	385.558	93.219
1979	714.370	391.118	71.699
1980	707.100	414.586	83.676
1981 (1)	721.000	422.864	88.500

(1) Estimativa CEPA/SC

(2) Destinada ao consumo humano

Fonte: CEPA/SC, EMATER/SC-ACARESC, CIDASC e MA/SERPA-SC

Elaboração: CEPA/SC

Tabela 117

LEITE RECEBIDO E PROCESSADO PELAS INDÚSTRIAS, SANTA CATARINA, 1980-81

(em 1.000 litros)

MÊS	RECEBIDO "IN NATURA"		PROCESSADO PELAS INDÚSTRIAS									
	1980	1981	Pasteurizado c/ 3,2% de gordura		Pasteurizado c/ 2% de gordura		Industrializado		Aproveitamento Condicional		Leite reconstituído	
			1980	1981	1980	1981	1980	1981	1980	1981	1980	1981
Jan	8.310,9	7.829,0	4.260,5	5.910,1	1.836,7	14,3	2.141,8	1.149,6	70,9	316,3	-	-
Fev	6.758,9	7.202,4	3.953,2	5.488,7	1.836,0	-	2.142,8	1.161,8	131,0	246,5	-	33,6
Mar	6.832,5	6.765,1	3.584,2	5.509,3	1.493,2	-	1.244,9	922,6	540,3	181,6	-	-
Abr	6.155,2	5.549,6	2.183,2	5.253,6	2.065,5	-	1.188,6	628,6	206,6	125,7	-	141,2
Mai	6.028,6	5.718,6	2.697,9	5.031,0	1.298,7	-	1.482,9	834,1	217,8	172,9	556,7	280,5
Jun	6.081,1	6.128,0	3.183,9	4.968,2	881,8	-	1.556,5	950,3	50,3	92,4	665,2	195,2
Jul	6.313,6	6.862,3	4.419,8	5.522,5	176,3	-	1.360,8	1.286,5	125,3	95,7	330,7	15,8
Ago	6.675,2	7.625,0	5.131,4	5.321,2	125,4	-	1.394,8	1.719,0	139,5	155,9	242,3	67,9
Set	7.148,3	7.979,8	5.689,7	5.336,5	-	7,2	1.209,6	1.972,4	196,6	218,2	252,4	11,6
Out	7.454,5	8.675,3	5.268,2	5.652,0	10,0	-	1.544,9	2.254,0	258,0	304,0	255,0	-
Nov(*)	7.963,7	9.000,0	5.251,7	5.800,0	22,7	-	2.329,7	2.550,0	229,0	350,0	142,6	-
Dez(*)	7.953,6	9.200,0	5.637,9	6.000,0	26,1	-	1.832,5	2.850,0	335,1	400,0	20,6	-
TOTAL	83.676,1	88.532	51.254,6	65.793,1	9.771,9	21,3	18.430,9	18.348,9	2.470,6	2.659,2	2.455,4	745,8

(*) Nov, Dez/81 - Estimativas da CEPA/SC

Fonte: MA/SERPA, CEPA/SC

Elaboração: CEPA/SC

Tabela 118

ESTIMATIVA DO BALANÇO DE OFERTA E DEMANDA DO LEITE NO ESTADO DE SANTA CATARINA DURANTE O ANO DE 1981

(1.000 litros)

TRIMESTRE	OFERTA			DEMANDA			ESTOQUE E/OU INDUSTRIALIZAÇÃO (h = d - g)
	Produção (a)	Importação (b)	Leite Reidratado (c)	Consumo (e)	Exportação (f)	Total (g = e + f)	
1º	109.836,0	540,0	33,6	110.409,6	600,0	99.679,2	10.730,4
2º	97.330,0	1.100,0	-	98.430,0	-	84.568,8	13.861,2
3º	104.698,0	-	133,7	104.831,7	839,4	99.526,2	5.305,5
4º(*)	111.000,0	-	-	111.000,0	1.000,0	100.500,0	10.500,0
TOTAL	422.864,0	1.640,0	167,3	424.671,3	2.439,4	381.834,8	40.397,1

(*) Estimativa: CEPA/SC

Fonte: CEPA/SC e DFA/SERPA-SC

Elaboração: CEPA/SC

Pelas características nutricionais e pela alta perecibilidade do leite, a atividade continua a necessitar de uma política de longo prazo, que permita e garanta um abastecimento contínuo da população, sem que ocorram os ciclos de escassez, na entressafra, e de excesso, sempre verificado nos períodos de verão.

Após um período de baixos preços recebidos pelos produtores, com escassez do abastecimento interno e conseqüente importação de leite em pó, os reajustes recebidos no 2º semestre de 1980 e 1º de 1981 (vide tabela 119) passaram a estimular a produção, não só em Santa Catarina (tabelas 116 e 117), mas também a nível nacional, permitindo o cumprimento das metas previstas, para leite integral e queijo, pelo Plano Nacional de Estocagem, financiado pelo Governo Federal para a safra 1980/81.

Se a produção vinha sendo estimulada com a liberação dos preços do leite excesso (07/07/81), a seguir (17/09/81), com a baixa de preços a nível de consumidor e o estabelecimento do 2º percurso, os produtores foram desestimulados novamente, em função das repercussões negativas no preço efetivamente recebido.

Esse fato, decorrente da Portaria Super nº 46 de 17 de setembro de 1981, gerou medidas por parte da Associação Profissional das Indústrias de Laticínios e Produtos Derivados de Santa Catarina, que unificou o preço de transporte do leite em Cr\$ 6,00 por litro do leite-cota e em Cr\$ 5,00/litro para o leite-excesso, independente da distância da propriedade à usina e de ter ou não o segundo percurso. As usinas também extinguíram o benefício no verão, do aumento de 20% na cota de leite feita na entressafra.

Essas medidas visam, entre outros aspectos, cobrir o alto custo do transporte e provocar uma redução da grande diferença entre o volume de leite entregue pelos produtores no inverno e no verão, procurando com isso compensar a redução de preço a nível de consumidor e minimizar os problemas da limitação da demanda do produto e de seus derivados.

A transferência aos produtores da redução de preços a nível de consumidor voltou a desestimular a atividade, com os produtores reclamando por uma política de longo prazo para o setor.

Essa atividade, que viveu um certo crescimento no úl-

timo ano, vê a melhoria do ritmo do produção e até mesmo sua continuidade, na dependência dos preços do produto, que devem ser remunerativos, seja no inverno, seja no verão, e de uma regulamentação dos custos dos transportes, que vêm achatando o preço final recebido pelo produtor.

Se o produtor necessita de preço compensador e condições para bem produzir, precisa ele, também, organizar-se não só para melhor reivindicar, mas também para poder atender necessidades da indústria, como uma produção contínua durante todo o ano, além de efetuar tarefas, como a entrega do produto na plataforma (que lhe é altamente desfavorável quando executada por terceiros).

Quanto ao custo de produção, elaborado no decorrer de 1981 e apresentado na tabela 120, verifica-se, quando comparado com os preços recebidos pelos produtores, uma sensível melhora a favor do produtor.

Na tabela 121, quando se utiliza o índice 100 para todos os itens do mês de janeiro, torna-se mais evidente a melhora dos preços recebidos pelos produtores, que apresentaram um índice de 189,8, no mês de outubro, contra um de 128,5, para o custo de produção naquele mesmo mês, com os preços estabelecidos pela SUNAB ficando ligeiramente abaixo daqueles recebidos pelos produtores, diminuindo a defasagem existente no início do ano, quando o produtor vinha trabalhando com margem negativa, se considerados todos os fatores de produção.

Tabela 119

PREÇOS DO LITRO DE LEITE, POSTO PLATAFORMA DA INDÚSTRIA, 1980-81

TIPO	Até 15/04/81	De 15/04/80 a 20/10/80	De 20/10/80 a 15/01/81	De 15/01/81 a 07/04/81	De 07/04/81 a 16/06/81	De 15/06/81 a 07/07/81	De 07/07/81 a 17/09/81	Após 17/09/81
Cota	7,50	13,00	16,00	18,00	24,00	29,00	29,00	29,00
Extra-cota	7,00	11,00	13,55	15,25	22,05	27,00	27,00	27,00
Excesso	4,30	8,75	11,00	12,40	16,50	20,00	livre	20,00

Fonte: SUNAB

Elaboração: CEPA/SC

Tabela 120

CUSTO DE PRODUÇÃO DO LEITE EM SANTA CATARINA, 1981 (*)

ESPECIFICAÇÃO	JANEIRO/81		MARÇO/81		JULHO/81		OUTUBRO/81		DEZEMBRO/81	
	Valor (Cr\$ 1,00)	Participação Percentual das Variá- veis (%)	Valor (Cr\$ 1,00)	Participação Percentual das Variá- veis (%)	Valor (Cr\$ 1,00)	Participação Percentual das Variá- veis (%)	Valor (Cr\$ 1,00)	Participação Percentual das Variá- veis (%)	Valor (Cr\$ 1,00)	Participação Percentual das Variá- veis (%)
1. CUSTOS VARIÁVEIS	312.574,00	77,05	324.452,00	77,47	380.213,00	76,91	405.279,00	77,78	487.684,00	80,09
. Alimentação	155.145,00	49,63	162.495,00	38,80	169.659,00	34,32	185.623,00	35,62	213.162,00	35,00
. Sanidade	10.577,00	3,38	11.781,00	2,81	12.453,00	2,52	15.378,00	2,95	17.354,00	2,85
. Melhoramento e manejo	25.455,00	8,15	22.455,00	5,36	27.492,00	5,56	32.250,00	6,19	26.766,00	4,40
. Mão-de-obra	104.184,00	33,33	104.184,00	24,88	152.352,00	30,82	152.352,00	29,24	212.343,00	34,87
. Outros Custos Variá- veis	17.213,00	5,51	23.537,00	5,62	18.257,00	3,69	19.676,00	3,78	18.059,00	2,97
2. CUSTOS FIXOS	93.105,00	22,95	94.366,00	22,53	114.130,00	23,09	115.757,00	22,22	121.261,00	19,91
3. TOTAL DOS CUSTOS POR ANO	405.679,00	100,00	418.818,00	100,00	494.343,00	100,00	521.036,00	100,00	608.945,00	100,00
4. CUSTO POR LITRO (consi- derando só a venda do leite)	16,90	-	17,45	-	20,60	-	21,71	-	25,40	-
5. CUSTO POR LITRO (consi- derando também venda de excedentes do plantel)	13,35	-	14,03	-	16,00	-	16,23	-	19,70	-
6. PREÇO RECEBIDO PELO PRO- DUTOR	13,70	-	15,20	-	24,00	-	26,00	-	20,50	-

(*) O detalhamento dos itens poderá ser obtido junto à CEPA/SC

Elaboração: CEPA/SC

Tabela 121

COMPARATIVO ENTRE PREÇOS DO LEITE E CUSTO DE PRODUÇÃO, SANTA CATARINA, 1981

MESES DE 1981	PREÇO RECEBIDO PELO PRODUTOR (1)		CUSTO DE PRODUÇÃO (2)		PREÇO - SUNAB (3)					
	Cr\$/ℓ	Índice	Cr\$/ℓ	Índice	Leite-cota		Leite Extra-cota		Leite Excesso	
					Cr\$/ℓ	Índice	Cr\$/ℓ	Índice	Cr\$/ℓ	Índice
Janeiro	13,70	100,0	16,90	100,0	18,00	100,0	15,25	100,0	12,40	100,0
Março	15,20	111,0	17,45	103,3	18,00	100,0	15,25	100,0	12,40	100,0
Julho	24,00	175,2	20,60	121,9	29,00	161,1	27,00	177,1	20,00	161,3
Outubro	26,00	189,8	21,71	128,5	29,00	161,1	27,00	177,1	20,00	161,3
Dezembro	23,00	167,9	25,40	150,3	29,00	161,1	27,00	177,1	20,00	161,1

OBS.: (1) Preço efetivamente recebido na propriedade

(2) Elaboração: CEPA/SC

(3) Preço do leite entregue na plataforma da indústria

Elaboração: CEPA/SC

3.4. Mel de Abelha

EVOLUÇÃO DA PRODUÇÃO DO MEL DE ABELHA, SANTA CATARINA, 1975-82

ANO	PRODUÇÃO (t)	ÍNDICE
1975	2.980	100
1976	3.045	102
1977	2.980	100
1978	3.200	107
1979	3.800	128
1980	4.500	151
1981	4.500	151
1982 (*)	5.000	168

(*) Estimativa

Fonte: Associação Catarinense de Apicultura

Elaboração: CEPA/SC

Existem cerca de 200 mil colméias em produção em Santa Catarina. São de propriedade de 2.500 apicultores registrados, e de 2.000 amadores e apicultores não registrados nas diversas associações apícolas do Estado.

O número médio de colméias é bastante mais elevado entre apicultores registrados (60) do que entre os demais apicultores (apenas 20).

Em termos de nível de organização, as atividades apícolas são exercidas por:

- 20 empresas apícolas;
- 500 apicultores especializados;
- 2.500 colonos apicultores;
- 1.000 apicultores amadores.

As empresas apícolas instalaram 7 entrepostos, sendo que 3 (São José, Itajaí e Lages) comercializam somente produtos apícolas "in natura"; há mais 4 entrepostos que vendem também produtos transformados, como doces e outros.

A produção de mel situou-se, em 1981, em torno de 4.500 toneladas, abaixo da previsão devido às intensas chuvas o-

corridas na região Colonial Serrana.

As principais microrregiões produtoras, por ordem de importância, são:

Planalto de Canoinhas;
Carbonífera, Colonial Sul Catarinense;
Colonial Serrana Catarinense;
Campos de Lages e
Colonial do Alto Itajaí.

Parte da produção é consumida no próprio Estado (40%), sendo que o restante é remetido para os mercados de São Paulo, Rio de Janeiro e para o exterior. O mercado apresenta-se amplamente comprador para qualquer quantidade que se queira produzir.

Os preços a nível de produtor oscilaram entre Cr\$. . . . 150,00 e Cr\$ 250,00 por quilo de mel, e Cr\$ 400,00 por quilo de cera.

A nível de consumidor, os preços oscilaram de Cr\$... 300,00 a Cr\$ 500,00 por quilo, dependendo do local de venda (feiras ou supermercados), da embalagem final e da qualidade do produto.

Não há dados sobre comercialização de outros produtos apícolas como cera, pólen, própolis e geléia real.

Há ainda uma produção indireta das abelhas, que é a fundamental tarefa de polinização na maioria das plantas cultivadas, sem o que a frutificação e a formação de grãos é bastante reduzida. Entre outros insetos, a abelha assume posição destacada, não só pela vantagem direta de produzir mel e outros produtos para o homem a partir do néctar e do pólen, mas também por ser facilmente controlável pelo manejo das colméias. Existe inclusive o processo de apicultura migratória, pelo qual as colméias são trazidas de regiões distantes e colocadas nos pomares durante a floração das árvores frutíferas.

Experiências feitas recentemente em Santa Catarina mostraram que, numa produção de 125 kg de maçãs, apenas 7 kg se formam sem a presença dos insetos, ou seja, a polinização autônoma entre as flores das macieiras forma 5,5% dos frutos, sendo os restantes 94,5% formados pela polinização decorrente da atividade das abelhas nas corolas das flores.

As perspectivas da apicultura catarinense são bastante promissoras. Estando já contornado e até parcialmente absorvido o problema da abelha africana, a atividade apícola está novamente se expandindo.

Essa expansão conta também com um aumento do apoio técnico, proporcionado pela evolução do Projeto Apícola para Instituto de Apicultura do Estado, bem como pelo estabelecimento da sede, em Florianópolis, da Comissão Internacional de Tecnologia e Equipamentos Apícolas, e, também, da filial para todas as américas do Instituto de Tecnologia e Economia Apícola da APIMONDIA - Federação Internacional de Associações de Apicultura.

Em termos de espaço disponível, a potencialidade de Santa Catarina situa-se em torno de 1 milhão de colméias, dada a diversidade de cobertura vegetal do Estado, que possibilita, a cada colméia, o abastecimento em uma área de 9 hectares.

Como a atual população apícola é de 200 mil colméias, há possibilidade teórica de 400% de expansão. Em termos de produção, a expansão poderá ser maior ainda, em decorrência do maior apoio técnico que está havendo no Estado.

3.5. Pescado

Santa Catarina possui uma orla marítima de 531 km de extensão, de águas próprias para a exploração e desenvolvimento da pesca, além de uma infra-estrutura que está sendo implantada gradativamente, tendo por objetivo a intensificação da piscicultura, através da utilização mais racional dos rios, lagos, açudes, represas, etc., disponíveis no Estado.

Entre as espécies de maior importância econômica e que se prestam à comercialização, destacam-se sardinha, anchova, camarão, cação, tainha, pescadinha e corvina.

A atividade pesqueira catarinense, até recentemente, fundamentava-se na extração predatória, sem se preocupar em preservar as espécies através da obediência das épocas indicadas para a captura, contribuindo, assim, para o decréscimo gradativo do volume capturado em algumas regiões concentradoras da produção.

Ocorre, também, a falta de recursos humanos especializados no subsetor, com conhecimentos mais detalhados sobre as espécies existentes, e, ainda, a não conscientização sobre a necessidade de uma educação mais específica e aprofundada através de treinamentos do pessoal das diferentes funções, no sentido da preservação.

Nesse sentido, preocupada com o desenvolvimento da atividade pesqueira no Estado, a Secretaria da Agricultura e do Abastecimento, através da Associação de Crédito e Assistência Pesqueira de Santa Catarina - ACARPESC, vem desenvolvendo trabalhos de conscientização junto ao pescador artesanal, realizando cursos de aperfeiçoamento e especialização, e valorizando o pescador ao lhe mostrar a importância de seu papel junto à comunidade.

Por outro lado, visando à preservação e à exploração mais racional das espécies, a Coordenadoria Regional da SUDEPE em Santa Catarina instituiu, mediante Portaria, o "defeso" para a captura da sardinha, produto mais representativo economicamente no setor pesqueiro industrial, medida esta sempre acionada durante os meses de dezembro e janeiro, procurando desta forma, garantir a desova dessa espécie que normalmente ocorre nesse período.

Ao se analisar a produção pesqueira estadual, coletada através do sistema de "Controle de Desembarque", realizada pela Base de Operações do PDP em Florianópolis, mediante formulários próprios nos quais se registra o movimento diário de todos os desembarques ocorridos nos vários locais ou portos de descargas existentes no Estado, verifica-se que normalmente os maiores volumes capturados são, pela ordem de importância, as espécies de sardinha verdadeira, seguida de camarões sete barbas e rosa, de vieiras e de mariscos.

Em 1980, o subsetor pesqueiro catarinense desembarcou uma produção "in natura" de 118.105 toneladas, distribuídas entre peixes com 103.595 toneladas, crustáceos com 9.997 toneladas e moluscos e outros com 4.513 toneladas, representando em seu conjunto um montante total de 4.497.931 mil cruzeiros (a preços de 1981).

Em 1981, situação até agosto, foi capturado um total de 46.091 toneladas de pescado, contra 83.094 toneladas capturadas no mesmo período de 1980, tendo havido um decréscimo de 44,53%.

Os principais fatores responsáveis pela baixa na produção, foram:

- queda na captura de sardinha, ocasionada por fatores adversos, tais como baixa de temperatura d'água. No período de janeiro a agosto de 1981, foram capturadas apenas 24.050 toneladas de sardinha, contra 57.943 toneladas capturadas no mesmo período de 1980, ocorrendo um decréscimo de 58,50%;
- diminuição na produção de vieiras, ocasionada pelo deslocamento de barcos da frota camaroneira, também responsáveis pela captura de vieiras, para operarem na captura de peixes, principalmente como arrasto de parelha. No período de janeiro a agosto de 1981 foram capturadas 125 toneladas contra 2.163 toneladas ocorridas no mesmo período de 1980.

Quanto à evolução do produto pesqueiro, desembarcado no período de 1975 a 1980, tomando-se por base o ano de 1975 (tabela 123), verificam-se índices de crescimento positivo no total capturado, de 113, 106 e 137, respectivamente, nos anos de 1978, 1979 e 1980; enquanto os índices foram decrescentes, 67 e 98, nos anos de 1976 e 1977, tendo como principal fator responsável a

queda na captura da sardinha verdadeira, espécie de maior representatividade quantitativa no subsetor.

No que se refere ao Valor Bruto da Produção Pesqueira de Santa Catarina, no mesmo período (1975 a 1980 - tabela 124), os índices se comportaram de maneira positiva nos anos de 1977, 1978, 1979 e 1980 e negativa em 1976, quais sejam: 101, 119, 136, 137 e 89, respectivamente.

Quanto à participação relativa da pesca industrial e artesanal no total de pescado capturado no Estado, observa-se que a pesca industrial é responsável por aproximadamente 75% da captura do grupo dos peixes, tendo na sardinha verdadeira sua principal fonte de renda, enquanto, na pesca artesanal, o grupo dos crustáceos, constituído pelo camarão sete barbas, rosa e legítimo, representa cerca de 82%.

Na formação do Valor Bruto da Produção Pesqueira, as espécies oriundas da pesca industrial no grupo dos peixes representa cerca de 55%. No grupo de crustáceos, a pesca artesanal participa com 63%.

No que tange aos recursos humanos envolvidos nas atividades da pesca, o setor industrial possui um contingente de aproximadamente 4.415 pessoas.

Quanto aos recursos materiais, a pesca industrial caracteriza-se por barcos que operam com redes de traineiras, arrastos de portas e combinados.

Segundo a Coordenadoria Regional da SUDEPE em Santa Catarina, existe um total de 59 empresas operando no setor industrial, distribuídas entre 37 indústrias e 22 armadores.

A capacidade de estocagem das indústrias, segundo a Delegacia Federal de Agricultura - DFA/SC, através do Serviço de Inspeção do Produto Animal, em 1981, foi de 7.461 toneladas, havendo, inclusive, 2.045,5 toneladas de capacidade destinada a câmaras de espera e 3.234,0 toneladas para silos de gelo; a capacidade de produção das fábricas de gelo (cada 24 horas) atinge 675,4 toneladas.

O número total de barcos operando no subsetor, segundo a Coordenadoria Regional da SUDEPE, é de aproximadamente 4.200, sendo que apenas 200 possuem capacidade acima de 20 tone

ladas.

A pesca artesanal, por sua vez, segundo a Associação de Crédito e Assistência Pesqueira de Santa Catarina, através de seus Escritórios Locais, possui 9.750 pescadores profissionais atuantes. O número total de pessoas envolvidas no subsetor pesca é de aproximadamente 48.750.

O processo de distribuição do produto capturado na pesca industrial é feito através das próprias indústrias produtoras ao mercado comprador e deste às cadeias e redes de distribuição, começando um novo processo distributivo, que são os entrepostos de revenda, tais como os mercados públicos, peixarias, supermercados, restaurantes, etc, atingindo, assim, o consumidor final.

Na pesca artesanal, a comercialização do produto é feita na maioria "in natura", saindo da praia, através do intermediário, para as redes de distribuição (entrepostos e peixarias) e destas para os vendedores ambulantes.

Quanto ao intermediário, sua presença é pouco significativa na pesca industrial, pois as indústrias atuam, em sua maioria, através de barcos próprios e de terceiros na captura das espécies.

A intermediação, na pesca artesanal, exerce forte influência no processo de comercialização, onerando de sobremaneira o produto. O pescador percebe, por sua produção, importâncias pouco expressivas em dinheiro, havendo disparidades de preços de comunidade para comunidade, uma vez que, na maioria dos casos, assume o compromisso de entregar todo o produto capturado ao comprador, recebendo, em troca, suprimentos para a manutenção e conservação dos instrumentos de pesca, bem como alimentação e remédios para sua família, ficando, em alguns casos, na dependência total do intermediário.

Cabe salientar o papel da Cooperativa de Pescadores de Porto Belo - COOPERBELO, que atua inicialmente junto aos municípios de Balneário Camboriú até Garopaba, num total de 10, com perspectivas de abrangência de todo o litoral catarinense. Possui 187 associados, podendo elevar esse número, até o final de sua implantação, para 1.500.

A Cooperativa foi criada com o objetivo de operar na

área de compra e venda de insumos e, posteriormente, nas linhas de produção e comercialização de produtos pesqueiros, tendo como meta principal normalizar a estrutura de comercialização.

Segundo a Delegacia Federal de Agricultura, através do Serviço de Inspeção de Produto Animal - SERPA/SC, o setor pesqueiro catarinense produziu, em 1980, através das indústrias, sob a forma de produtos resfriados, congelados, salgados, enlatados e outros, um volume total de 171.688 toneladas. Em 1981, situação até setembro e para os mesmos produtos, foram produzidas 103.196 toneladas (tabelas 125 e 126). A mesma fonte informa que foram exportadas, para os mercados de São Paulo, Rio de Janeiro, Paraná e Rio Grande do Sul, 114.865 toneladas em 1980 e 59.736 toneladas até agosto de 1981, apresentando uma taxa anual de crescimento nas vendas, no período de 1975 a 1980, de 22,79% (tabela 127).

Nas vendas para o mercado internacional, o subsetor vêm se firmando gradativamente, destacando-se os produtos congelados e enlatados, principalmente as espécies do camarão e da sardinha.

Em 1978, foram vendidas 1.991 toneladas; em 1979, 2.698 toneladas; em 1980, 3.770 toneladas; e em 1981 (até setembro), 8.675 toneladas, representando taxa anual de crescimento de vendas, no período de 1978 a 1980, de 37,75% (tabela 128).

Os principais mercados compradores são Estados Unidos, Argentina, França e Japão.

Tabela 122

PRODUÇÃO PESQUEIRA DE PRODUTOS "IN NATURA", SANTA CATARINA, 1975 A 1981

GRUPOS	(em toneladas)						
	1975	1976	1977	1978	1979	1980	1981
Peixes	74.472	46.640	75.158	86.946	78.172	103.595	39.887
Crustáceos	10.107	10.653	8.899	10.045	7.583	9.997	5.768
Moluscos e Outros	1.475	612	433	214	5.750	4.513	436
TOTAL	86.054	57.905	84.490	97.205	91.505	118.105	46.091

Fonte: SUDEPE/PDP

Tabela 123

INDICE DE CRESCIMENTO DO PESCADO DESEMBARCADO NOS PRINCIPAIS LOCAIS
E PORTOS DE SANTA CATARINA, 1976 A 1980

(1975 = 100)

GRUPO	1976	1977	1978	1979	1980
Peixes	63	101	117	105	139
Crustáceos	105	88	99	75	99
Moluscos e outros	41	29	14	390	306
TOTAL	67	98	113	106	137

Fonte dos dados básicos: SUDEPE/PDP

Fonte dos dados trabalhados: CEPA/SC

Tabela 124

INDICE DE CRESCIMENTO DO VALOR DA PRODUÇÃO PESQUEIRA,
SANTA CATARINA, 1976-80

(1975 = 100 - a preços de 1981)

GRUPO	1976	1977	1978	1979	1980
Peixes	79	103	118	159	155
Crustáceos	104	101	124	95	101
Moluscos e outros	49	38	23	469	495
TOTAL	89	101	119	136	137

Fonte dos dados básicos: SUDEPE/PDP

Fonte dos dados trabalhados: CEPA/SC

Tabela 125

PRODUÇÃO, TRANSFORMAÇÃO E COMERCIALIZAÇÃO, DAS INDÚSTRIAS DE PESCADO INSPECIONADAS
EM SANTA CATARINA, 1980

(em toneladas)

DISCRIMINAÇÃO	RESFRIADO	CONGELADO	SALGADO	ENLATADO	OUTROS	TOTAL
Produção	128.312,8	22.015,0	6.236,6	3.632,9	11.304,1	171.688,4
Transformação Industrial	44.941,9	-	-	-	-	44.941,9
Comercialização	76.847,8	20.529,7	6.396,5	3.136,6	7.954,6	114.865,2

Fonte: DFA/SERPA-SC

Elaboração: CEPA/SC

Tabela 126

PRODUÇÃO, TRANSFORMAÇÃO E COMERCIALIZAÇÃO, DAS INDÚSTRIAS DE PESCADO INSPECIONADAS
EM SANTA CATARINA, 1981(*)

(em toneladas)

DISCRIMINAÇÃO	RESFRIADO	CONGELADO	SALGADO	ENLATADO	OUTROS	TOTAL
Produção	63.824,0	24.470,00	4.578,0	2.730,9	7.593,5	103.196,4
Transformação Industrial	37.806,2	-	-	-	-	37.806,2
Comercialização	26.302,6	19.856,5	4.831,6	2.959,1	5.786,5	59.736,3

(*) Situação até setembro

Fonte: DFA/SERPA-SC

Elaboração: CEPA/SC

Tabela 127

EXPORTAÇÃO CATARINENSE DE PESCADO PARA O MERCADO INTERESTADUAL, 1975-81

(em toneladas)

ANO	RESFRIADO	CONGELADO	SALGADO	ENLATADO	OUTROS	TOTAL
1975	24.042,7	6.134,3	6.755,4	1.518,7	2.706,2	41.157,3
1976	18.324,2	7.054,1	4.084,7	2.330,6	657,1	32.450,7
1977	28.072,8	8.171,2	6.718,5	1.761,6	1.560,5	46.284,6
1978	41.701,5	12.807,7	234,3	1.667,3	5.825,4	62.236,2
1979	52.659,4	12.936,9	5.625,4	3.002,0	3.006,7	77.230,4
1980	76.847,8	20.529,7	3.136,6	6.396,5	7.954,6	114.865,2
1981(*)	26.302,6	19.856,5	2.959,1	4.831,6	5.786,5	59.736,3

(*) Situação até setembro

Fonte: DFA/SERPA-SC

Elaboração: CEPA/SC

Tabela 128

EXPORTAÇÃO INTERNACIONAL DE PRODUTOS PESQUEIROS, SANTA CATARINA, 1978 A 1981
(t)

ANO	PAÍSES IMPORTADORES					
	EUA	Argentina	França	Japão	Outros	Total
1978	-	1.431	-	16	544	1.991
1979	1.240	622	191	625	20	2.698
1980	2.631	807	291	-	41	3.770
1981 (*)	5.824	2.612	35	-	204	8.675

(*) Situação até setembro

Fonte: DFA/SERPA-SC

Elaboração: CEPA/SC

3.6. Suínos

3.6.1. Situação Mundial

Torna-se relevante para a produção nacional o conhecimento do panorama internacional da produção de carne suína, quando se cogita da possibilidade de reabrir as exportações. Apesar do endividamento dos produtores e da utilização intensiva de insumos industrializados, com conseqüente elevação dos custos, houve aumento da produção nacional, cujos excedentes não puderam ser exportados para um mercado externo saturado, como poderá se constatar a seguir.

As estimativas para 1981, segundo o Departamento de Agricultura dos Estados Unidos (USDA), indicam um decréscimo na produção mundial de carne suína de 3%, passando de 19.217 mil toneladas, em 1980, para 18.649 mil toneladas, em 1981. Mesmo assim, o mercado dos principais importadores (EUA, Canadá, CEE e Japão) comportará, no máximo, 100 mil toneladas, restando apenas os países do Leste Europeu, em que, segundo a FAO, as importações de carnes poderão chegar a 500 mil toneladas (tabela 129).

Portanto, no atual panorama da produção mundial, as exportações para 1982 aparecem como alternativa de difícil execução a curto prazo, apesar da inclusão deste produto na pauta das exportações brasileiras. Ressalve-se a hipótese de um possível incremento nas transações comerciais com os Países do Bloco Soviético, principalmente se houver negociações de Governo a Governo e se, dadas as condições do mercado, houver interesse dos exportadores.

3.6.2. Situação Nacional

A suinocultura nacional, vinculada à pequena propriedade, é uma atividade que se adapta às circunstâncias conjunturais favoráveis ou desfavoráveis, embora os efeitos estruturais dificultem um crescimento uniforme e sem problemas cíclicos a cada 3 ou 4 anos, principalmente por estar atrelada a um mercado dependente da fase do ciclo pecuário (em baixa ou em alta), tendo em vista, especialmente, o fato de coexistir com uma bovinocultura extensiva.

O desempenho do rebanho, em 1981, foi satisfatório, pois apresentou uma taxa de abate de 50% com um abate aproximado de 18,2 milhões de cabeças, 2,8% superior ao do ano passado, e dos quais 63% estão concentrados na região Sul do País. Esse crescimento (2,8%), que deverá verificar-se sobre os abates totais de 1982, é consequência dos aumentos nos percentuais de descartes de matrizes, que se verificaram até o mês de agosto de 1981. Dessa maneira, o rebanho se estabilizou ao redor de 36,3 milhões de cabeças, devido ao descarte de 6% a 10% de fêmeas acima do recomendado (tabela 130).

A oferta nacional de carne suína e derivados deverá situar-se ao redor de 9,4 kg/habitante/ano, para uma demanda estimada de 10 kg/"per capita"/ano. A análise dos números que indicam a oferta e o consumo esperado explicam, em parte, a relativa inexistência de estoques, estando as indústrias operando com reposição a cada 10 ou 15 dias, perfeitamente normal para o volume de abate efetuado (tabela 131).

Por outro lado, a política adotada para a carne de frango tem facilitado a sua penetração em fatias do mercado antes preenchidas pela carne suína, nos períodos de entressafra do boi. Dessa forma, o alto índice de industrialização da carne suína, a estacionalidade dos abates e as facilidades creditícias e tarifárias oferecidas à carne de frango "seguraram" os preços da carne suína, que só reagiram pela tendência estacional de menor oferta de suínos cevados (tabela 132).

3.6.3. Perspectivas Brasileiras

Naturalmente, as previsões para um novo ano agrícola esbarram nos fatores estruturais, que ora aquecem, ora desaquecem o mercado, influenciando nas decisões do produtor e do consumidor. "A priori", dentre esses, a estrutura de oferta da carne suína e derivados, a desorganização dos produtores, o modelo tecnológico com utilização intensiva de recursos de capital, a dependência das políticas adotadas para a produção de cereais, a formação de estoques reguladores da carne bovina e do estímulo à produção avícola são alguns dos fatores que têm contribuído para a desarticulação do mercado de produtos finais (suínos para abate e carne suína).

Mesmo assim, a reação do mercado do produto final, a partir de agosto de 1981, e os custos mais baixos permitiram aos suinocultores apostarem na atividade, voltando a incrementar as coberturas. O descarte de fêmeas adultas que se verificou até meados de agosto de 1981, de uma maneira geral, foi executado nos animais de mais idade e de menos produtividade, procedimento de certa forma benéfico, visto acelerar os processos de seleção, determinando, a médio prazo, ganhos na produtividade do rebanho.

Por outro lado, os preços do milho estiveram, de julho a novembro, praticamente estabilizados, possibilitando ao produtor desse cereal, que também é suinocultor, colocá-lo na produção de suínos em vez de levá-lo ao mercado. Para o produtor que necessitou adquirir milho no mercado, os níveis de preços do cereal foram considerados satisfatórios em termos de custos variáveis de produção. Do mesmo modo, as previsões da safra 1981/82 para o milho parecem ser estimulantes, tendo apenas o senão de que os preços deverão ser majorados, devendo o suíno custar acima de Cr\$ 110,00/kg vivo.

Diante da possível reação a uma conjuntura favorável, o rebanho nacional deverá estabilizar-se, em 1982, ao redor de 35,5 a 36,0 milhões de cabeças; conseqüentemente, os abates poderão girar ao redor de 16,8 a 17,3 milhões de cabeças e a oferta total de carne suína, em equivalente-carcaça, entre 1,12 a 1,16 milhões de toneladas, portanto, próxima à produção obtida em 1981 (tabela 130).

Deve-se acrescentar a essas previsões a produção de 2,3 milhões de toneladas de carne bovina, para um consumo esperado de 1,9 milhões de toneladas, e uma produção de carne de aves estimada em 1,55 milhões de toneladas, para um consumo interno de 1,05 milhões de toneladas⁽¹⁾.

Ressalvam-se, contudo, as possibilidades de maiores excedentes por retração do consumo, podendo as carnes de consumo alternativo sofrerem, novamente, os efeitos de um mercado de carne bovina abastecido com folga, pressionando os preços dos suínos e de seus derivados para baixo e os estoques para cima, pelo menos

(1) Informações segundo a Comissão Nacional de Pecuária.

no primeiro semestre de 1982.

3.6.4. Situação Catarinense

Apesar das dificuldades que a atividade vinha apresentando desde meados de 1980, não ocorreu o esperado arrefecimento da oferta de matéria-prima, que compromettesse tanto a capacidade instalada das indústrias quanto o comércio interestadual de suínos. Nos últimos meses, a diminuição da oferta de suínos para abate deu-se mais em função da estacionalidade⁽²⁾ do que em função dos fatores conjunturais, podendo esta retração ser considerada historicamente normal.

O rebanho suíno apresentou um desempenho de 116,7% na taxa de abate, ficando estabilizado ao redor dos 3,6 milhões de cabeças. Com uma produção de 4,17 milhões de cabeças, foi 8,2% maior do que o ano passado e se destinou aos abates estaduais e ao comércio interestadual de suínos vivos, apresentando-se como o rebanho de melhor índice de produtividade do País (tabela 134).

Na composição dos custos de produção, a alimentação continuou a representar 70 a 75% dos custos totais, sendo que a participação dos preços do milho foi das mais significativas. Tendo-se como exemplo os custos e os preços recebidos pelos suinocultores, levantados em Santa Catarina (tabela 136), verifica-se que, ao longo de 1981, esses preços remuneraram apenas os custos da alimentação. Como o produtor raciocina apenas em função da disponibilidade dos insumos, a atividade não fica desestimulada a ponto de haver decréscimo na produção.

Ainda a título de se exemplificar, tomando como base o desempenho econômico da suinocultura e considerando-se a relação fundamentada em que o preço recebido pelo quilograma do suíno vivo deve adquirir mais de 6 kg de milho para que a produção suínica esteja operando sem prejuízo (gráfico 19), verifica-se que, no período compreendido entre janeiro de 1980 e novembro de 1981, na região Sul, a relação esteve desfavorável aos suinocultores.

Com referência às doenças infecto-contagiosas e para-

(2) COMISSÃO ESTADUAL DE PLANEJAMENTO AGRÍCOLA - CEPA/SC. Diagnóstico da suinocultura nacional.

sitárias, suas incidências, prevalências e frequências preocuparam os envolvidos nos diferentes processos produtivos, pois durante o ano, verificaram-se focos de peste suína clássica, erisipela, coli baciloses, leptospiroses, pneumonias, etc.. No tocante ao estado sanitário dos suínos, de uma maneira geral, o controle não ocorre sistematicamente como em outros tipos de exploração pecuária, criando, assim, dificuldades na precisão das informações e carecendo de um programa específico para a solução dos problemas sanitários encontrados nos diferentes sistemas de produção.

O comércio de reprodutores foi prejudicado não só pela perda da capacidade de investimento próprio da atividade ao longo do processo produtivo, como também pela escassez de recursos financeiros para investimento nos agentes bancários. Esses recursos foram escassos até mesmo para crédito de custeio, sendo que os valores aplicados originaram-se de recursos já emprestados, anteriormente, e que retornaram aos bancos.

3.6.5. Comercialização e Abastecimento

A retomada de consumo da carne suína e de seus derivados no primeiro semestre deu-se em função da maior competitividade, no varejo, já que os preços da carne bovina vinham aumentando as suas cotações em níveis superiores aos da carne suína. Também as baixas temperaturas ocorridas de maio a agosto proporcionaram o aumento do consumo, tanto de gordurosos como de embutidos, salgados, defumados e miúdos, o que proporcionou a elevação dos preços a nível de atacado e varejo sem a conseqüente majoração a nível de produtor, pois a oferta de suínos manteve-se com folga no mercado (gráfico 16).

A atividade suinícola, perante o mercado de carnes, apresenta-se como a menos estruturada e organizada institucional e politicamente, sendo a atividade que mais sofreu os efeitos dos problemas econômicos vividos pelo País. Dessa maneira, os incrementos verificados na comercialização do produto final ou as retrações no consumo da carne suína não têm garantido a elevação real dos preços (tabela 137), causando desestímulo ao setor desde o ano passado e condicionando-o aos seguintes fatores:

- queda de 20% no consumo da carne bovina, cujos excedentes têm

desequilibrado o escoamento normal da produção suinícola e proporcionado uma elevação dos preços em índices inferiores à inflação;

- carne bovina com estoques elevados, garantindo o abastecimento nos períodos de entressafra e sendo vendida a preços competitivos com a carne suína;
- carne de frango funcionando no mercado como a substituta mais próxima da carne bovina. A carne de frango tem recebido estímulos governamentais, via incremento das exportações, tendo as indústrias o compromisso de abastecer o mercado interno com os preços em patamares capazes de contribuir para o arrefecimento da inflação. Tais medidas e acordos entre governo e exportadores têm proporcionado a penetração da carne de frango em fatias do mercado que, normalmente, poderiam ser preenchidas pela carne suína.

Contudo, a produção se manteve dentro da normalidade de ciclo e estacionalidade, mesmo porque está associada à pequena propriedade e na dependência das boas ou más safras de milho. A retração do consumo da carne bovina, a maior competitividade entre as carnes e a pressão satisfatória da oferta de cevados prejudicaram o fluxo normal da comercialização, e o mercado não forneceu o substrato necessário para a elevação real dos preços recebidos pelos suinocultores.

Tabela 129

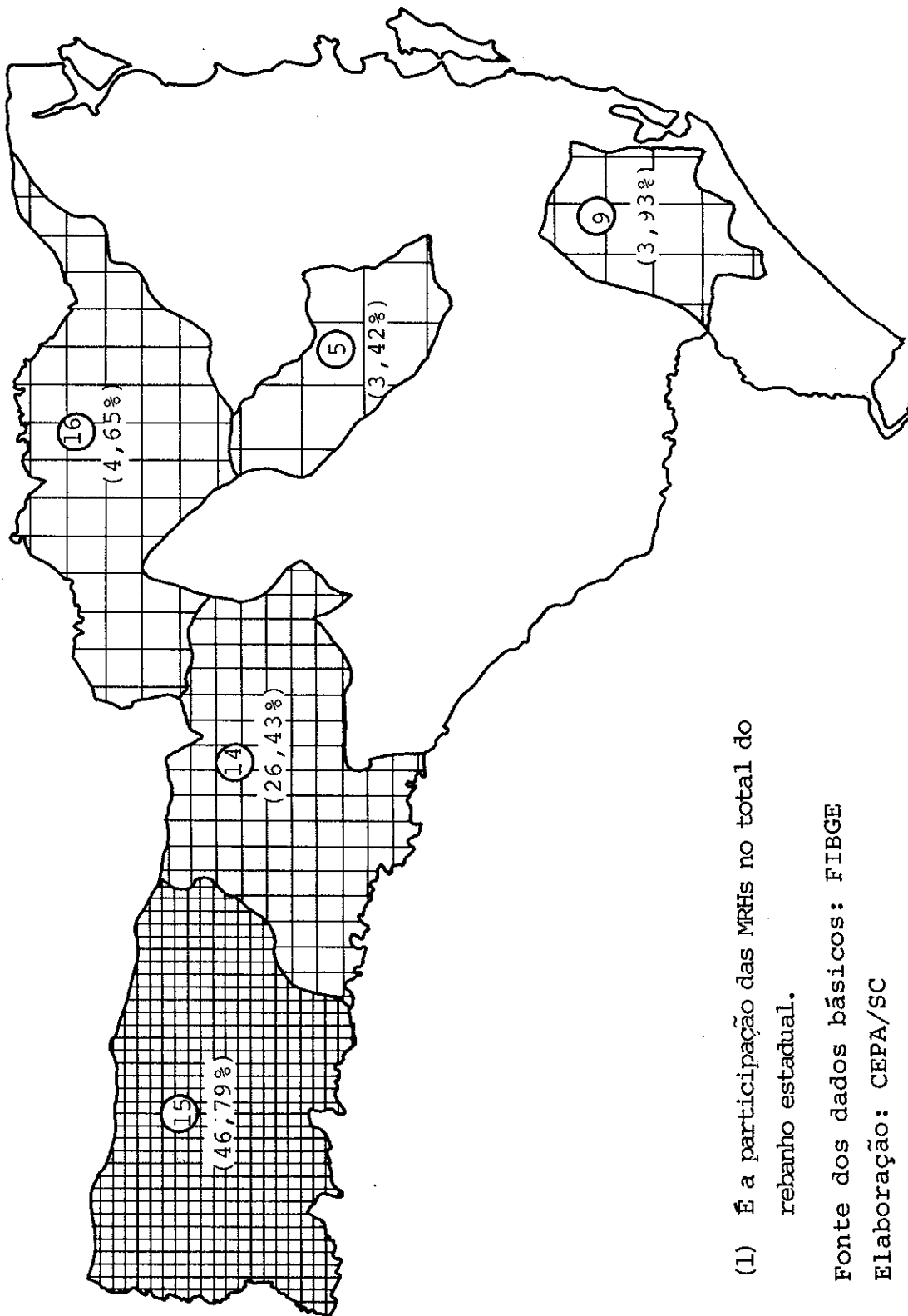
PRODUÇÃO, IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO DE CARNE SUINA EM EQUIVALENTE - CARCAÇA NOS PRINCIPAIS MERCADOS MUNDIAIS, 1978-81

PAÍS/MER- CADO	(1000 toneladas)												VARIÇÃO PERCENTUAL DA PRODUÇÃO (1981/1980)
	1978			1979			1980			1981(*)			
	Produção	Impor- tação	Expor- tação	Produção	Impor- tação	Expor- tação	Produção	Impor- tação	Expor- tação	Produção	Impor- tação	Expor- tação	
CEE	8.733	64	-	9.185	136	-	9.314	108	-	9.339	140	-	0,27
EUA	6.075	-	97	7.008	-	97	7.537	-	135	7.010	-	95	-7,00
CANADÁ	620	2	-	750	46	-	890	101	-	850	105	-	-4,50
JAPÃO	1.284	-	148	1.430	-	188	1.476	-	155	1.450	-	250	-1,76
TOTAL	16.712	66	245	18.373	182	285	19.217	209	290	18.649	245	345	-2,96

(*) Estimativa

Fonte: USDA (Departamento de Agricultura dos Estados Unidos)

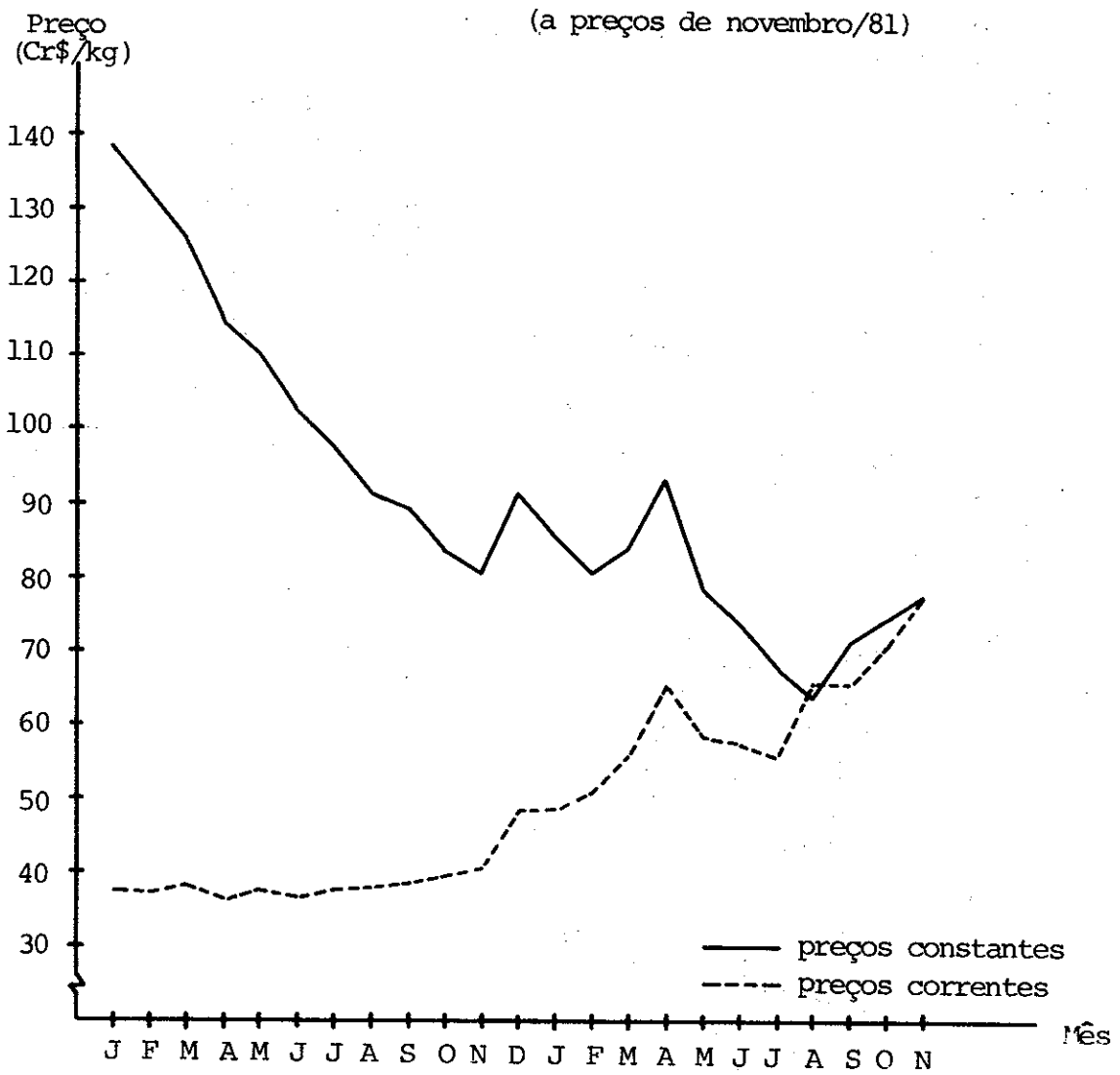
Mapa 18 - PARTICIPAÇÃO DAS MRHS NA COMPOSIÇÃO DO REBANHO SUÍNO EM SANTA CATARINA 1981⁽¹⁾



(1) É a participação das MRHs no total do rebanho estadual.

Fonte dos dados básicos: FIBGE
Elaboração: CEPA/SC

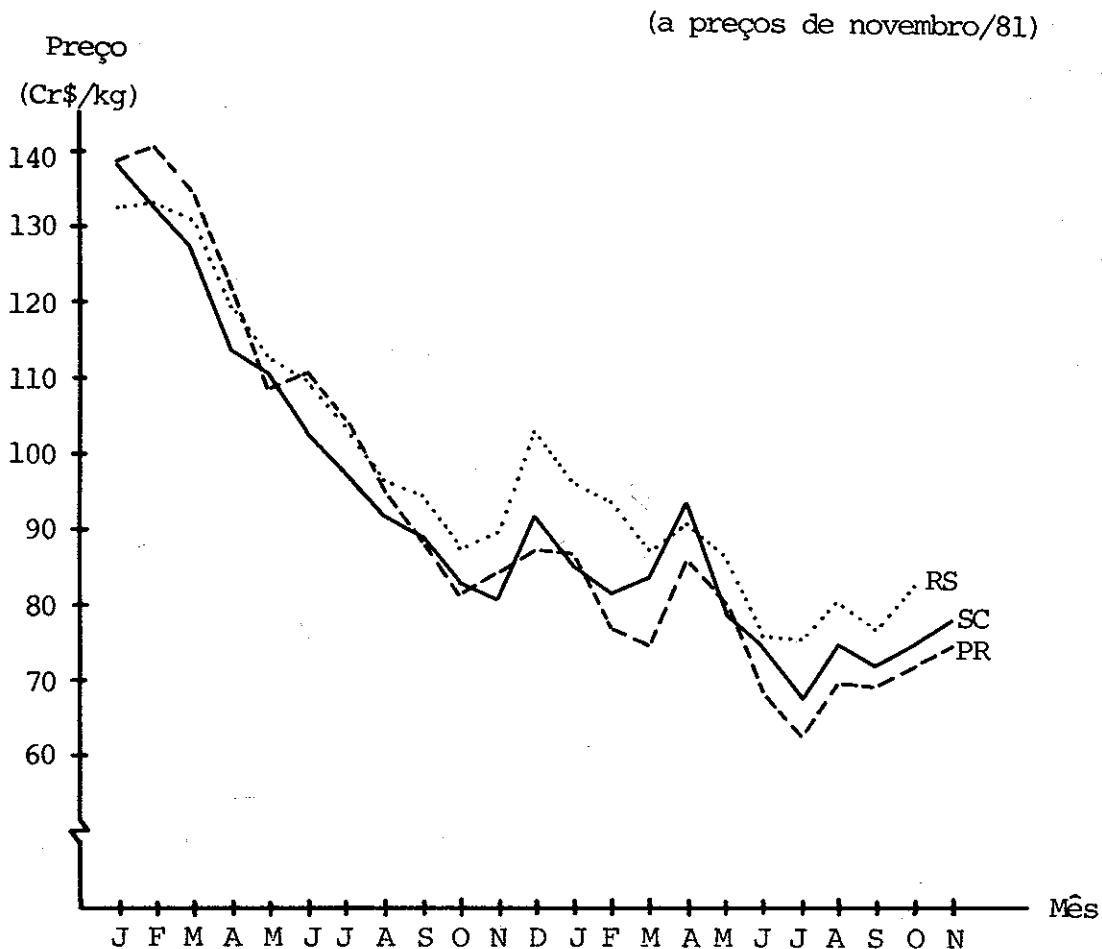
Gráfico 21 - EVOLUÇÃO DOS PREÇOS RECEBIDOS PELOS SUINOCULTORES,
SANTA CATARINA, JANEIRO/80 A NOVEMBRO/81



FONTE: FGV

ELABORAÇÃO: CEPA/SC

Gráfico 22 - PREÇOS REAIS ⁽¹⁾ RECEBIDOS PELOS SUINOCULTORES NOS ESTADOS DE SANTA CATARINA, PARANÁ E RIO GRANDE DO SUL, JANEIRO/80 A NOVEMBRO/81

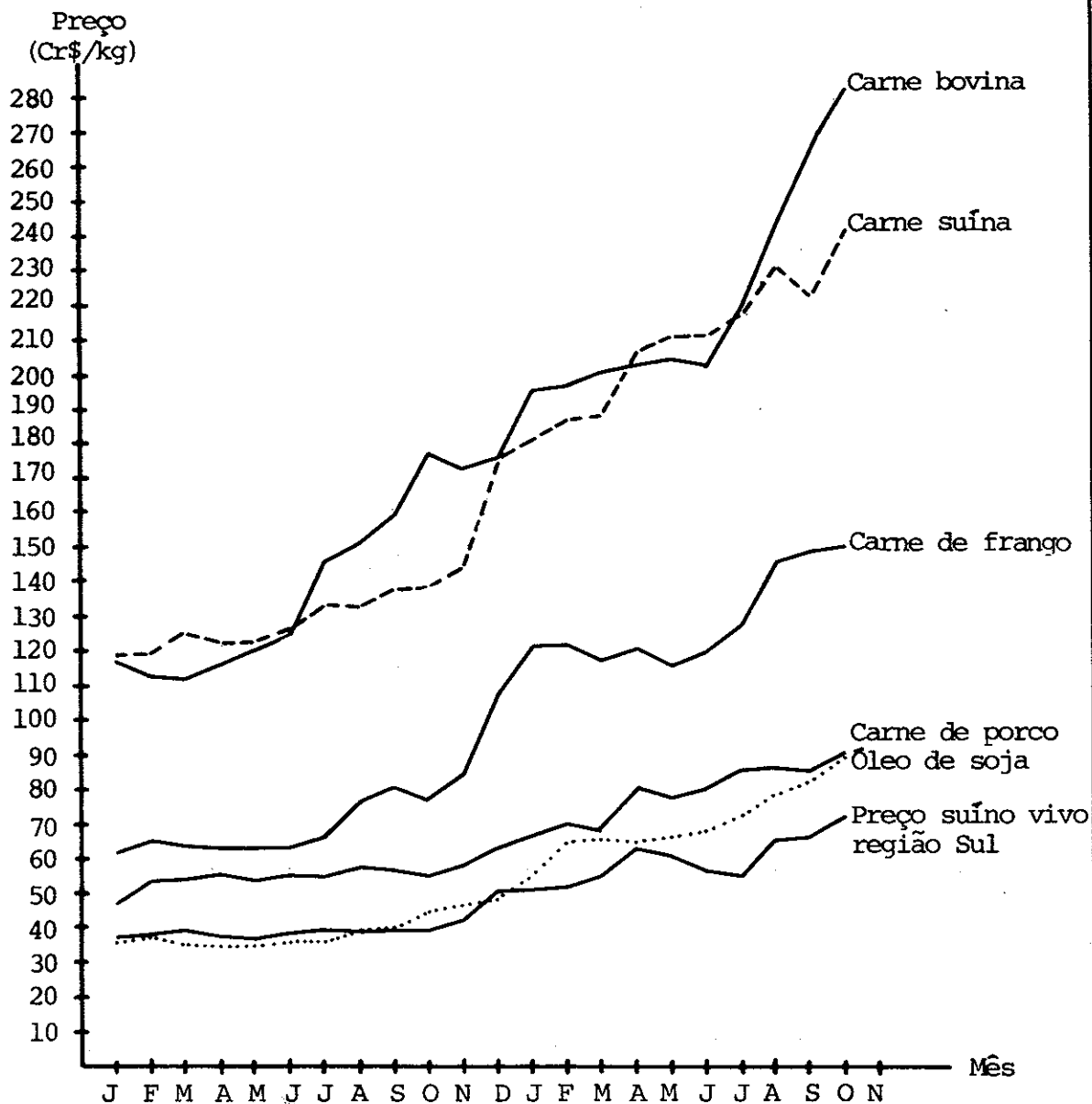


(1) Valores inflacionados pelo IGP (col.2) da Conjuntura Econômica

FONTE: CEPAs (SC, PR e RS) e FGV

ELABORAÇÃO: CEPA/SC

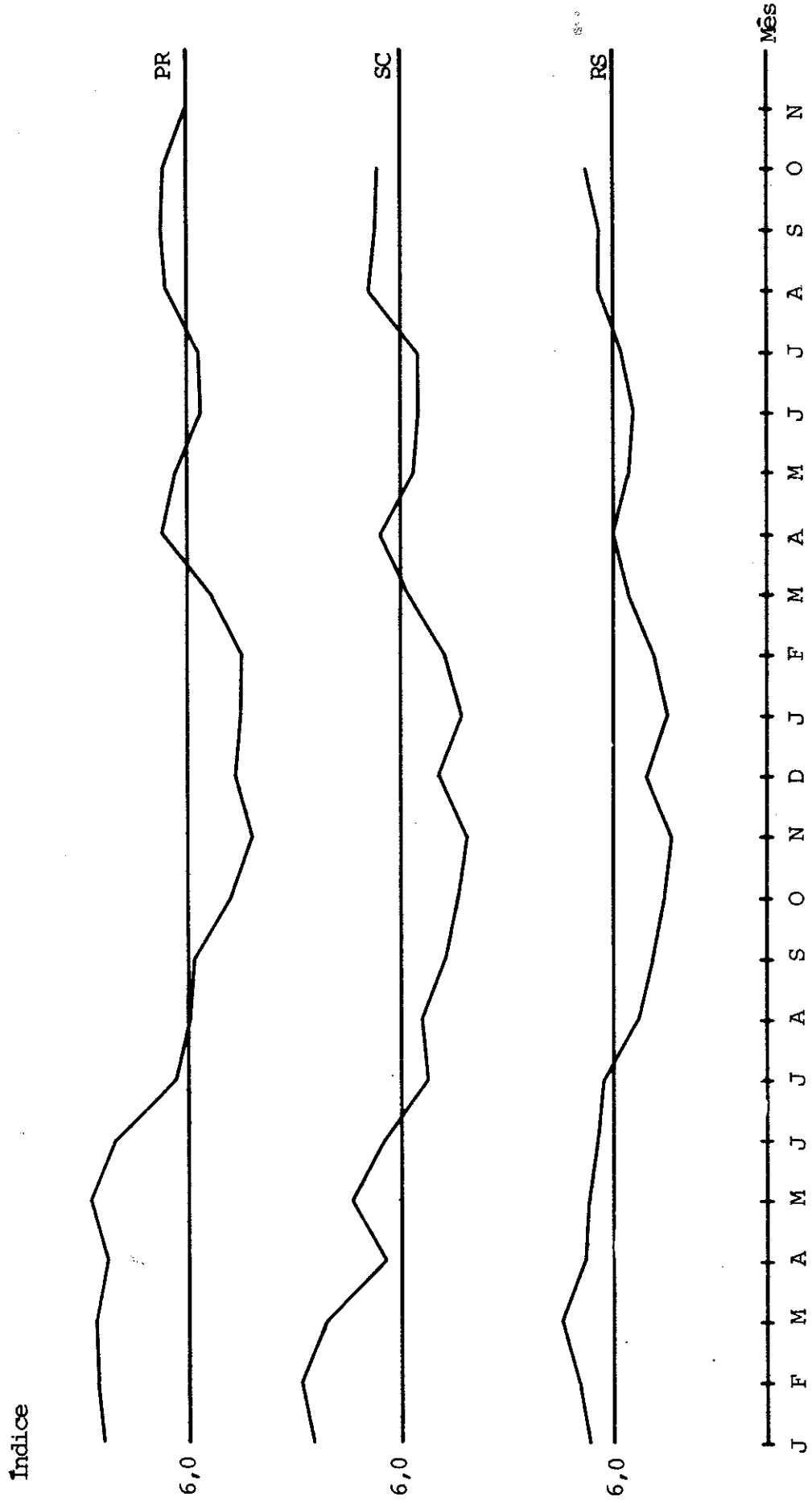
Gráfico 23 - PREÇOS NOMINAIS NO VAREJO (SÃO PAULO) PARA AS CARNES DE AVES, BOVINA E SUÍNA, BANHA E DE ÓLEO DE SOJA E PREÇOS NOMINAIS (REGIÃO SUL) DOS SUÍNOS VIVOS



FONTE: IEA/SP, CEPA/RS/SC/PR

ELABORAÇÃO: CEPA/SC

Gráfico 24 - RELAÇÃO DO ÍNDICE DE PREÇOS DO SUÍNO E PREÇOS DO MILHO ⁽¹⁾, SC, PR E RS, JANEIRO/80 A NOVEMBRO/81



(1) Relação baseada em que o preço pago por quilograma de suíno vivo possa comprar mais de 60 kg de milho, caso contrário a produção suinícola está operando com prejuízo.

FONTE: CEPA/SC/RS/PR E FGV

Tabela 130

REBANHO SUÍNO, ABATE, TAXA DE ABATE E PRODUÇÃO NO BRASIL, 1972/76* a 1977-81

DISCRIMINAÇÃO	(1000 cabeças)					
	DE 1972 A 1976	1977	1978	1979	1980	1981(**)
Rebanho	38.960	36.800	37.600	36.000	36.800	36.300
Abate	13.130	15.000	17.000	15.800	17.700	18.200
Taxa de Abate (%)	34	41	45	44	48	50
Produção de carne (1000 t)	722,6	834	850	900	1.050	1.128

(*) Média aritmética no período de 1972 a 1976

(**). Estimativa

Fonte: SNAD/SIPA, USDA e CEPA/SC

Tabela 131

OFERTA DE CARNE SUÍNA E SEUS DERIVADOS NO BRASIL, 1977, 1980 E 1981

DISCRIMINAÇÃO	(kg/hab/ano)		
	1977	1980	1981 (1)
Congelados	3,45	2,13	2,19
Condimentos	2,09	2,05	2,10
Salgados	2,34	4,09	4,32
Miúdos	0,24	0,34	0,36
Outros	0,21	0,38	0,47
TOTAL	8,33	8,99	9,44

(1) Estimativa

Fonte: CEPA/SC

Tabela 132

ESTRUTURA DE OFERTA DE CARNE SUÍNA E DERIVADOS NO BRASIL, 1977 E 1980

DISCRIMINAÇÃO	%	
	1977	1980
Congelados	40,70	23,35
Gordurosos	25,42	22,42
Salgados	28,43	46,00
Miúdos	2,90	3,90
Outros	2,55	4,33

Fonte: MA/SERPA

Elaboração: CEPA/SC

Tabela 133

ESTRUTURA DE OFERTA DE CARNE SUÍNA E DERIVADOS EM SANTA CATARINA, 1977-80

DISCRIMINAÇÃO	%			
	1977	1978	1979	1980
Congelados	36,52	37,55	32,51	32,97
Gordurosos	26,70	20,63	19,35	16,51
Salgados	26,74	32,65	39,44	40,50
Miúdos	6,04	5,34	7,42	7,75
Outros	4,00	3,83	1,28	2,27

Fonte: MA/SERPA

Elaboração: CEPA/SC

Tabela 134

ABATE SUÍNO, PRODUÇÃO, TAXA DE ABATE E DESFRUTE EM SANTA CATARINA,
1977-82

(1.000 cabeças)

ANO	REBANHO	PRODUÇÃO (*)	TAXA DE ABATE (*)	DESFROUTE (%)
1977	3.242	2.643	81,5	-
1978	3.200	3.001	93,8	92,5
1979	3.400	3.352	98,6	104,5
1980	3.600	3.882	107,8	113,4
1981	3.600	4.200	116,7	116,7
1982 (**)	3.400	3.870	113,8	105,8

(*) Abate SIF e não SIF, auto-consumo e comercialização de suínos vivos para o mercado interestadual

(**) Estimativa: CEPA/SC

Fonte: MA/SERPA-SC, CIDASC e CEPA/SC

Elaboração: CEPA/SC

Tabela 135

SUÍNOS ABATIDOS E COMERCIALIZADOS PARA OUTROS ESTADOS DA FEDERAÇÃO, SANTA CATARINA
1975-82

ANO	PRODUÇÃO REGISTRADA		PRODUÇÃO ESTIMADA			TOTAL
	ABATE (SIF)	COMÉRCIO INTE- RESTADUAL DE SUÍNOS	AUTO CONSUMO	ABATE NÃO SIF		
1975	1.335.400	700.000	369.000	118.000		2.522.400
1976	1.552.318	700.000	375.000	124.000		2.751.318
1977	1.499.592	633.162	380.000	130.000		2.642.754
1978	1.999.346	480.000	386.000	136.000		3.001.346
1979	2.297.505	520.000	392.000	142.000		3.351.505
1980	2.912.027	500.000	304.426	165.280		3.881.733
1981 (*)	3.045.446	650.000	308.255	172.160		4.175.861
1982 (*)	2.800.000	600.000	300.000	170.000		3.870.000

(*) Estimativas: CEPA/SC

Fonte: MA/SERPA, CEPA/SC e Secretaria da Fazenda

Elaboração: CEPA/SC

Tabela 136

CUSTOS DE PRODUÇÃO E PREÇOS RECEBIDOS PELOS SUINOCULTORES, SANTA CATARINA, 1980 e 1981

MÊS	(Cr\$/kg)						SALDO DO CUSTO		Sobre o Total
	CUSTOS VARIÁVEIS	CUSTOS FIXOS	CUSTOS DA ALIMENTAÇÃO	CUSTO TOTAL (1)	PREÇO RECEBIDO (2)	Sobre o variável	Sobre a alienação		
								Total	
Ago/80	45,90	6,50	37,18	52,40	40,10	-5,80	2,92	-12,30	
Nov/80	66,82	5,87	55,18	72,69	42,76	-24,06	-12,42	-29,93	
Jan/81	64,01	7,22	52,18	71,23	48,49	-15,52	-3,69	-22,74	
Mar/81	66,65	7,66	53,88	74,31	55,25	-11,40	1,37	-19,06	
Jul/81	70,12	7,48	54,44	77,60	55,30	-14,82	0,86	-22,30	
Out/81	74,54	8,19	57,10	82,72	70,66	-3,88	13,56	-12,06	
Nov/81	91,35	8,78	71,13	100,13	88,30 (*)	-3,05	17,17	-11,83	

(*) Preço da 1ª quinzena de dezembro

(1) Baseado em pesquisa

(2) Preço médio ponderado, obtido por levantamentos da CEPA/SC

Fonte: CEPA/SC

Tabela 137

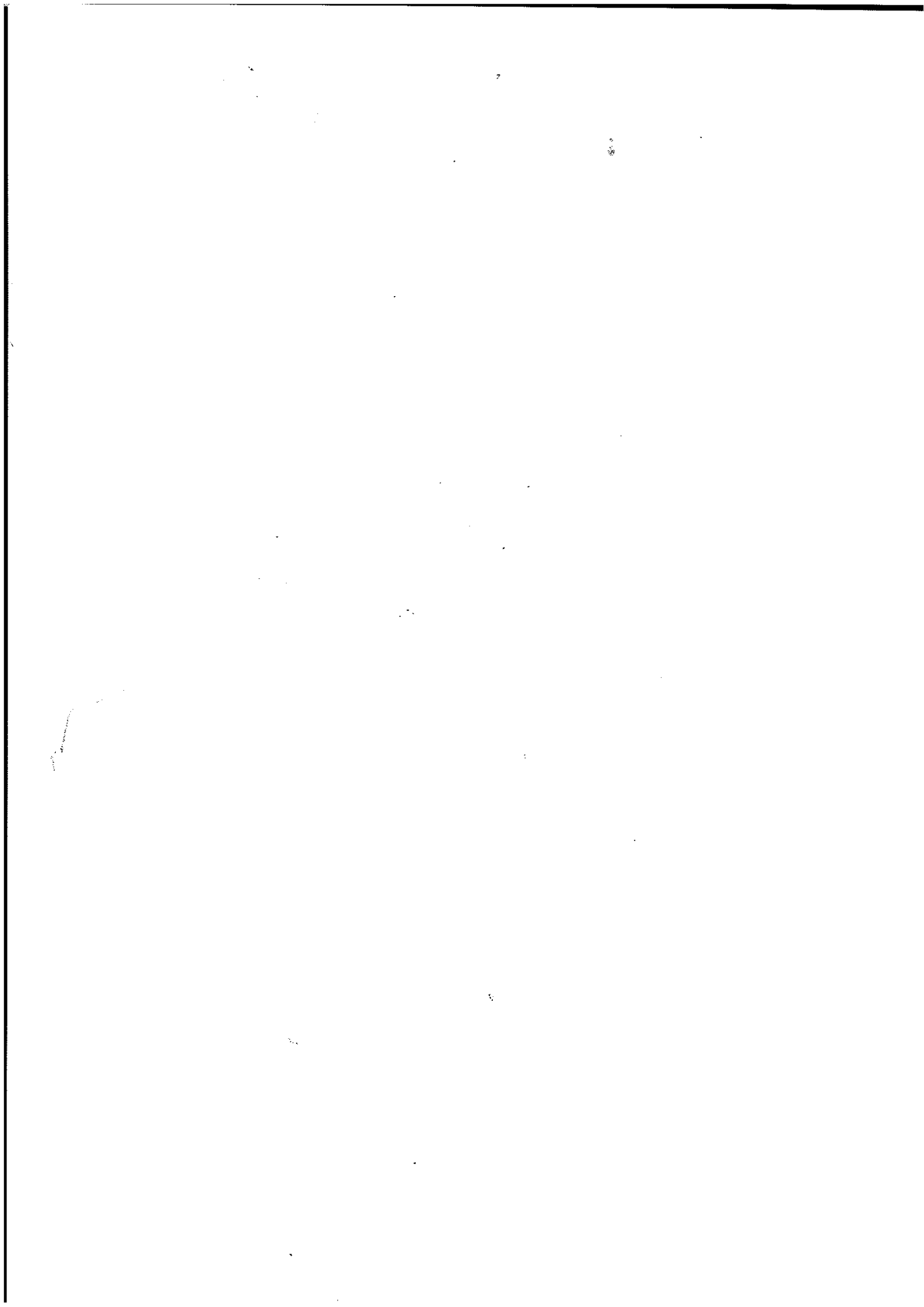
PREÇOS RECEBIDOS PELOS SUINOCULTORES, SANTA CATARINA,
JANEIRO A DEZEMBRO/80 - JANEIRO A NOVEMBRO/81

MÊS	PREÇOS CORRENTES		PREÇOS DE NOV/81 ^(*)		
	Cr\$/kg	Índice	Cr\$/kg	Índice	
1980	Jan	37,52	48	138,90	179
	Fev	37,25	44	132,31	170
	Mar	38,10	49	126,98	163
	Abr	36,30	47	114,43	147
	Mai	37,33	48	110,63	142
	Jun	36,70	47	102,74	132
	Jul	37,85	47	97,70	126
	Ago	38,00	49	91,75	118
	Set	38,85	50	89,08	114
	Out	39,35	51	83,82	108
	Nov	40,85	52	80,91	104
	Dez	48,80	63	91,27	117
1981	Jan	48,49	62	85,11	109
	Fev	50,30	65	81,39	105
	Mar	55,25	71	83,26	107
	Abr	65,28	84	93,28	120
	Mai	58,40	75	78,57	101
	Jun	57,46	74	74,00	95
	Jul	55,30	71	67,78	87
	Ago	65,20	84	63,51	82
	Set	65,34	84	71,42	92
	Out	70,66	91	74,05	95
	Nov	77,78	100	77,78	100

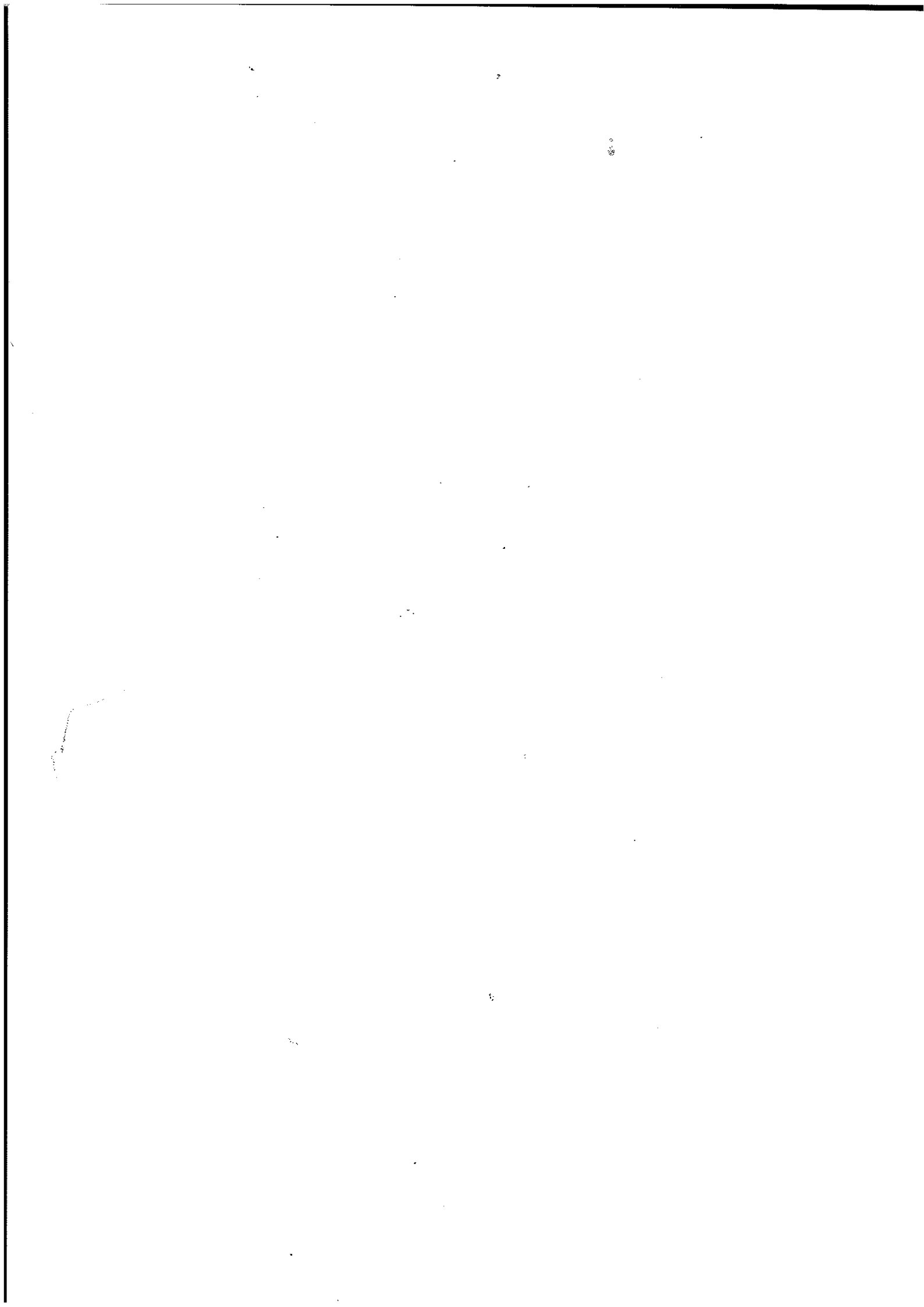
(*) Calculado pelo Índice Geral de Preços da Revista Conj. Econ., col 2 da FGV.

Fonte: CEPA/SC e FGV

Elaboração: CEPA/SC



Fontes Consultadas



III - FONTES CONSULTADAS

1. AGROANALYSIS. Rio de Janeiro, v.5, n.5, maio 1981.
2. _____. Rio de Janeiro, v.5, n.9, set. 1981.
3. ANUÁRIO ESTATÍSTICO - 1979. Florianópolis, SUDEPE/PDP, 1980.
4. ANUÁRIO ESTATÍSTICO - 1980. Florianópolis, SUDEPE/PDP, 1981.
5. ANUÁRIO ESTATÍSTICO DO BRASIL. Florianópolis, FIBGE, 1974.
6. _____. Rio de Janeiro, FIBGE, 1975.
7. _____. Rio de Janeiro, FIBGE, 1976.
8. _____. Rio de Janeiro, FIBGE, 1977.
9. _____. Rio de Janeiro, FIBGE, 1978.
10. _____. Rio de Janeiro, FIBGE, 1979.
11. _____. Rio de Janeiro, FIBGE, 1980.
12. BRUGNAGO NETO, S. & GOMES, J. de M. Os novos preços mínimos; uma abordagem sobre o tema. Acompanhamento Conjuntural da Agricultura Catarinense - CEPA/SC, Florianópolis, 3(7):3-9, jul. 1981.
13. BUBLITZ, E.O.; CARDOSO, V.T.M.; SILVEIRA, M.M. da & KOLLER, O.L. Diagnóstico da cultura da banana em Santa Catarina. Florianópolis, EMPASC, 1980. 84 p. (EMPASC. Boletim Técnico, 5)
14. COMISSÃO ESTADUAL DE PLANEJAMENTO AGRÍCOLA - CEPA/SC. Custo de produção-arroz-feijão-fumo-mandioca-milho-soja-leite-março/abril/80. Florianópolis, 1980. 65 p.
15. _____. Custo de produção-arroz-feijão-mandioca-milho-soja-dezembro/79. Florianópolis, 1979. 38 p.
16. _____. Custo de produção-arroz-mandioca-feijão-milho-soja-leite-agosto/80. Florianópolis, 1980. n.p.
17. _____. Custos de produção atualizados dos principais produtos agrícolas - dezembro - 1981. Florianópolis, 1981. 47 p. (Cadernos de Economia Agrícola, 6)

18. COMISSÃO ESTADUAL DE PLANEJAMENTO AGRÍCOLA - CEPA/SC. Custos de produção dos principais produtos agrícolas - julho - 1981. Florianópolis, 1981. 36 p. (Cadernos de Economia Agrícola, 3)
19. _____. Diagnóstico da suinocultura nacional. Florianópolis, 1977. 229 p.
20. _____. Suínos; estrutura de mercado e tendências da produção. Florianópolis, 1981. 29 p. (Cadernos de Economia Agrícola, 7)
21. CONJUNTURA ECONÔMICA. Rio de Janeiro, v.35, n.11, nov. 1981.
22. _____. Índices econômicos; retrospecto na nova base. Rio de Janeiro, v.33, n.11, nov. 1979. Suplemento especial.
23. CRÉDITO RURAL; dados estatísticos - 1975. Brasília, Banco Central do Brasil, 1976.
24. _____; dados estatísticos - 1976. Brasília, Banco Central do Brasil, 1977.
25. _____; dados estatísticos - 1977. Brasília, Banco Central do Brasil, 1978.
26. _____; dados estatísticos - 1978. Brasília, Banco Central do Brasil, 1979.
27. _____; dados estatísticos - 1979. Brasília, Banco Central do Brasil, 1980.
28. _____; dados estatísticos - 1980. Brasília, Banco Central do Brasil, 1981.
29. FRUTAS DE CLIMA TEMPERADO; produções da safra 1979/1980. Florianópolis, EMATER-SC/ACARESC, 1980.
30. _____; produções da safra 1980/1981. Florianópolis, EMATER-SC/ACARESC, 1981.
31. FUNDAÇÃO INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Despesas das famílias; Região III - Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul. Rio de Janeiro, 1978. 99 p. (Estudo Nacional Despesa Familiar. v.1. Dados preliminares)

32. GOMES, J. de M. População, emprego, concentração fundiária e renda. Acompanhamento Conjuntural da Agricultura Catarinense - CEPA/SC, Florianópolis, 3(9):3-14, set. 1981.
33. INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA. Estatísticas cadastrais. Brasília, 1974. 4v.
34. PREÇOS PAGOS PELOS AGRICULTORES; médias anuais 1970/1975; médias mensais 1975. Rio de Janeiro, FGV, 1976.
35. _____; médias anuais 1971/1976; médias mensais 1976. Rio de Janeiro, FGV, 1977.
36. _____; médias anuais 1972/1977; médias mensais 1977. Rio de Janeiro, FGV, 1978.
37. _____; médias anuais 1973/1978; médias mensais 1978. Rio de Janeiro, FGV, 1979.
38. _____; médias anuais 1974/1979; médias mensais 1979. Rio de Janeiro, FGV, 1980.
39. PREÇOS RECEBIDOS PELOS AGRICULTORES; médias anuais 1970/1975; médias mensais 1975. Rio de Janeiro, FGV, 1976.
40. _____; médias anuais 1971/1976; médias mensais 1976. Rio de Janeiro, FGV, 1977.
41. _____; médias anuais 1972/1977; médias mensais 1977. Rio de Janeiro, FGV, 1978.
42. _____; médias anuais 1973/1978; médias mensais 1978. Rio de Janeiro, FGV, 1979.
43. _____; médias anuais 1974/1979; médias mensais 1979. Rio de Janeiro, FGV, 1980.
44. _____; médias anuais 1979/1980; médias mensais 1980. Rio de Janeiro, FGV, 1981.
45. PRODUÇÃO PESQUEIRA - 1975. Florianópolis, SUDEPE/PDP, 1976.
46. PRODUÇÃO PESQUEIRA - 1976. Florianópolis, SUDEPE/PDP, 1977.
47. PROGNÓSTICO; Região Centro-Sul 81/82. São Paulo, Instituto de Economia Agrícola, 1981.

48. SANTA CATARINA. Gabinete de Planejamento e Coordenação Geral. Subchefia para a Política de Desenvolvimento Regional. Política de desenvolvimento regional e urbano para Santa Catarina. Florianópolis, 1981. 243 p.
49. SÍNTESE ANUAL DA AGRICULTURA DE SANTA CATARINA. Florianópolis, CEPA/SC, 1981.
50. SÍNTESE INFORMATIVA SOBRE A AGRICULTURA CATARINENSE. Florianópolis, CEPA/SC, 1977.